

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

**CENÁRIO ACADÊMICO-INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE
ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA DO BRASIL**

Belo Horizonte
2013

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

**CENÁRIO ACADÊMICO-INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE
ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA DO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação

Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo

Coorientadora: Letícia Julião

Belo Horizonte
2013

Tanus, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho.

T169c Cenário acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia,
Biblioteconomia e Museologia do Brasil [manuscrito] / Gabrielle
Francinne de Souza Carvalho Tanus. – 2013.
242 f. : enc.

Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo.
Coorientadora: Letícia Julião.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 216-233.
Inclui apêndice.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Arquivologia – Teses.
3. Biblioteconomia – Teses. 4. Museologia – Teses. I. Título. II.
Araújo, Carlos Alberto Ávila. III. Julião, Letícia. IV. Universidade
Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 02



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"CENÁRIO ACADÊMICO-INSTITUCIONAL DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA,
BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA DO BRASIL"

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"Mestre em Ciência da Informação"**, Linha de Pesquisa: **"Informação, Cultura e Sociedade - ICS"**.

Dissertação aprovada em: 25 de junho de 2013.

Por:

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - ECI/UFMG (Orientador)

Profa. Dra. Leticia Julião - ECI/UFMG (Co-orientadora)

Profa. Dra. Ana Maria Pereira Cardoso - PUC/MG

Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Renata Maria Abrantes Baracho Porto
Coordenadora

Versão final Aprovada por

Prof. Carlos Alberto Ávila Araújo
Orientador



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **GABRIELLE FRANCINNE DE SOUZA CARVALHO TANUS**, matrícula: 2011710477

Às 14:00 horas do dia 25 de junho de 2013, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 27/05/2013, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado *Cenário acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil*, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade - ICS. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:


Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - Orientador	APROVADA
Profa. Dra. Leticia Julião - Co-orientadora	APROVADA
Profa. Dra. Ana Maria Pereira Cardoso	APROVADA
Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.


Belo Horizonte, 25 de junho de 2013


Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo
ECI/UFMG (Orientador)


Profa. Dra. Leticia Julião
ECI/UFMG (Co-orientadora)


Profa. Dra. Ana Maria Pereira Cardoso
PUC/MG


Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento
ECI/UFMG


Prof(a). Renata Maria Abantes Rangel Porto
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

Aos homens da minha vida,
desta margem, Gustavo Tanus,
e da outra margem, Hélio Eduardo.

AGRADECIMENTOS

Ao professor, orientador e amigo Carlos Alberto (Casal) que acolheu esta pesquisa desde o início com dedicação, sabedoria, paciência e respeito às minhas sugestões, possibilitando a concretização de um sonho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/REUNI) pela concessão da bolsa, que viabilizou a minha dedicação integral.

À minha tutora, coorientadora e amiga Letícia Julião, pelo desenvolvimento do trabalho como bolsista CAPES/REUNI do curso de Museologia da UFMG, pelas conversas e orientações sinceras.

Ao grupo de pesquisa Observatório de Museus, pelos encontros e trocas de experiências com todos os integrantes, bolsistas da pós-graduação e da graduação, e, em especial, aos professores: Letícia, René Lommez, Luiz Henrique, Paulo Sabino, Verona Campos e Rubens.

Aos professores Armando Malheiro, Adalson Nascimento e Letícia Julião, composição da banca de qualificação desta pesquisa.

Aos professores que fizeram parte da banca de defesa, Carlos Alberto, Letícia Julião, Adalson Nascimento e Ana Maria Pereira Cardoso, os quais contribuíram com valiosos comentários.

À professora Marlene Oliveira pela introdução à iniciação científica.

Aos professores e colegas do programa de pós-graduação em Ciência da Informação pelas aulas e conhecimentos compartilhados.

Aos servidores das bibliotecas da ECI, FAFICH e da FALE pelo trabalho de desenvolvimento do acervo, que possibilitou o acesso às leituras diversas.

Aos funcionários e professores dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, de todos os pontos cardeais, que contribuíram para a realização desta pesquisa.

À minha família, Maria José (mãe), Hélio Eduardo (pai) e Katlen (irmã). E aos tios Antônio, Claudira e Dorinha pelo constante carinho.

Aos amigos Isabela Trópia e João Pardo pelos abstracts.

Ao meu amor, Gustavo Tanus, pelo apoio incondicional, por acreditar em mim, pelas conversas, leituras compartilhadas, pela compreensão de minha ausência, por tudo!

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.
(FOUCAULT, 2004, p.44).

(...) como qualquer outra atividade social, a ciência não existe no ar, ela é uma obra produzida pelos homens que se desenvolve em determinado contexto social, dentro de certo tipo de organizações e instituições.
(DEUS, 1979, p. 15).

RESUMO

A Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia são campos científicos que possuem trajetórias de formação e configurações acadêmico-institucionais diferentes. Desta forma, partiu-se do pressuposto de que estes campos, permeados pelas relações de poder, podem sofrer influências das localizações de cada curso, bem como o fato de estarem próximos e/ou afastados uns dos outros, e da pós-graduação em Ciência da Informação. Assim, objetivou-se analisar a influência acadêmico-institucional nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil. Para tanto, utilizou-se como instrumento de coleta de dados o plano de ensino das disciplinas teóricas específicas e um questionário composto de cinco questões abertas que foi enviado aos professores dessas disciplinas. Identificou-se ainda a formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado) desses professores a fim de analisar a influência de suas formações no ensino daqueles cursos. No primeiro momento, realizou-se a análise desses planos de ensino por meio do método bibliométrico, da análise de citações das referências e, no segundo momento, analisou-se o questionário utilizando a Análise de Conteúdo, para categorização das respostas, e da Análise do Discurso, para interpretação dos discursos em seus contextos. Para a realização da pesquisa fez-se necessário agrupar os cursos em seis categorias, as quais correspondem à proximidade entre os cursos em uma mesma instituição de ensino superior. A leitura de Bourdieu e Foucault subsidiou a interpretação dos planos de ensino e questionários. As referências foram tabuladas a fim de obter as obras, os autores mais citados, o perfil dessas obras segundo a tipologia, a idade e o idioma referenciado nos planos de ensino e questionário. Os resultados desta pesquisa apontaram que prevaleceu nas disciplinas a citação de livros, datados da década de 2000 e em português. A influência acadêmico-institucional advinda da análise das referências pode ser percebida em todos os cursos pertencentes às seis categorias. Quanto às outras perguntas do questionário, detectou-se que os professores consideraram a formação acadêmica como o fator que mais influencia nas suas escolhas, seguido da proximidade em relação aos cursos de pós-graduação e, por último, a vinculação acadêmico-institucional e a proximidade entre os cursos de graduação. Sobre as relações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia foi possível perceber que a maioria dos professores consideraram haver pontos de contatos entre esses campos.

Palavras-chaves: Arquivologia; Biblioteconomia; Museologia; Ciência da Informação; Campo científico; configuração acadêmico-institucional; epistemologia.

ABSTRACT

The Archival Science, Library Science and Museology are scientific fields that have got different training trajectories and academic-institutional settings. Thus, we started with the assumption that these fields, permeated by power relations, can be influenced by the place where each course is located, as well as the fact that they could be near and / or far from each other and also from the Information Science post-graduation course. The objective was to analyze the academic-institutional influence on Archival Science, Library Science and Museology in Brazil. Therefore, the teaching class planning of specific theoretical subjects and a questionnaire with five open questions that was sent to these teachers were used as an instrument for data collection. It was also identified the degree of each teacher in order to analyze the influence of their training choices in the references cited in their class planning. At first, we carried out the analysis of these educational plans through bibliometric method of citation analysis, after the questionnaire was analyzed using the Content Analysis Method to categorize the responses and then the Discourse Analysis Method to interpret the speeches in their contexts. It was necessary for the research to group the courses into six categories, which correspond to the proximity among them on the same education institution. Reading Bourdieu and Foucault supported the interpretation of the teaching class planning and questionnaire. References were tabulated in order to get the most cited authors, the works and also the profile of these works by type, age and language referenced in the teaching plans and the questionnaire. The results of this research showed that prevails in the disciplines the cited books, dating from the 2000's and in Portuguese. The influence of the academic-institutional analysis comes from the references and it can be seen as belonging to all six categories courses. As for the other questions in the questionnaire, it was found that teachers considered their academic formation as the most influenced factor in their choices, followed by the proximity of the post-graduate courses and lastly, the academic-institutional linking and proximity among the undergraduate courses. Concerning Archival Science, Library Science and Museology it was possible to notice that most teachers have found links among these fields.

Keywords: Archival Science; Library Science; Museology; Information Science; Scientific field; Academic-institutional settings; epistemology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Crescimento dos cursos de Arquivologia em funcionamento no Brasil	91
Gráfico 2: Distribuição por região dos cursos de Arquivologia no Brasil	91
Gráfico 3: Categoria administrativa dos cursos de Arquivologia no Brasil	91
Gráfico 4: Distribuição por região dos cursos de Biblioteconomia no Brasil	101
Gráfico 5: Categoria administrativa dos cursos de Biblioteconomia no Brasil	101
Gráfico 6: Distribuição por região dos cursos pós-graduação em C.I no Brasil	102
Gráfico 7: Crescimento dos cursos de Biblioteconomia em funcionamento no Brasil	103
Gráfico 8: Crescimento dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação em funcionamento no Brasil	104
Gráfico 9: Distribuição por região dos cursos de Museologia no Brasil	115
Gráfico 10: Categoria administrativa dos cursos de Museologia no Brasil	115
Gráfico 11: Crescimento dos cursos de Museologia em funcionamento no Brasil	115
Gráfico 12: Crescimento dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia em funcionamento no Brasil	118
Figura 1: Localização das seis categorias nos estados brasileiros	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ano de criação dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado em funcionamento) em Ciência da Informação no Brasil	103
Quadro 2: Localização das instituições dentro das seis categorias	119
Quadro 3: Obra mais citada da Arquivologia – Categoria A	126
Quadro 4: Autor mais citado da Arquivologia – Categoria A	126
Quadro 5: Obra mais citada da Arquivologia – Categoria AB	128
Quadro 6: Autor mais citado da Arquivologia – Categoria AB	130
Quadro 7: Obra mais relevante da Arquivologia – Categoria AB	130
Quadro 8: Autor mais relevante da Arquivologia – Categoria AB	131
Quadro 9: Obra mais citada da Biblioteconomia – Categoria AB	132
Quadro 10: Autor mais citado da Biblioteconomia – Categoria AB	133
Quadro 11: Obra mais relevante da Biblioteconomia – Categoria AB	134
Quadro 12: Autor mais relevante da Biblioteconomia - Categoria AB	134
Quadro 13: Obra mais citada da Arquivologia – Categoria ABM	135
Quadro 14: Autor mais citado da Arquivologia – Categoria ABM	136
Quadro 15: Obra mais relevante da Arquivologia – Categoria ABM	137
Quadro 16: Autor mais relevante da Arquivologia – Categoria ABM	137
Quadro 17: Obra mais citada da Biblioteconomia – Categoria ABM	139
Quadro 18: Autor mais citado da Biblioteconomia – Categoria ABM	140
Quadro 19: Obra mais relevante da Biblioteconomia – Categoria ABM	141
Quadro 20: Autor mais relevante da Biblioteconomia – Categoria ABM	142
Quadro 21: Obra mais citada da Museologia – Categoria ABM	143
Quadro 22: Autor mais citado da Museologia – Categoria ABM	145
Quadro 23: Obra mais relevante da Museologia – Categoria ABM	146
Quadro 24: Autor mais relevante da Museologia – Categoria ABM	146

Quadro 25: Obra mais citada da Biblioteconomia – Categoria B	148
Quadro 26: Autor mais citado da Biblioteconomia – Categoria B.....	148
Quadro 27: Obra mais relevante da Biblioteconomia – Categoria B	149
Quadro 28: Autor mais relevante da Biblioteconomia – Categoria B.....	149
Quadro 29: Obra mais citada da Biblioteconomia – Categoria BM.....	151
Quadro 30: Autor mais citado da Biblioteconomia – Categoria BM	151
Quadro 31: Obra mais relevante da Biblioteconomia – Categoria BM.....	152
Quadro 32: Autor mais relevante da Biblioteconomia – Categoria BM	152
Quadro 33: Obra mais citada da Museologia – Categoria BM.....	153
Quadro 34: Autor mais citado da Museologia – Categoria BM	153
Quadro 35: Obra mais relevante da Museologia – Categoria BM	154
Quadro 36: Autor mais relevante da Museologia – Categoria BM	155
Quadro 37: Obra mais citada da Museologia – Categoria M	155
Quadro 38: Autor mais citado da Museologia - Categoria M	156
Quadro 39: Obra mais relevante da Museologia – Categoria M.....	157
Quadro 40: Autor mais relevante da Museologia – Categoria M.....	157
Quadro 41: Classificação das obras citadas nos planos de ensino da Arquivologia	159
Quadro 42: Classificação das obras citadas como mais relevantes da Arquivologia...	159
Quadro 43: Classificação das obras citadas nos planos de ensino da Biblioteconomia	161
Quadro 44: Classificação das obras citadas como mais relevantes da Biblioteconomia	161
Quadro 45: Classificação das obras citadas nos planos de ensino da Museologia.....	163
Quadro 46: Classificação das obras citadas como mais relevantes da Museologia	164
Quadro 47: Formação acadêmica dos professores da Arquivologia –	166
Categoria A.....	166
Quadro 48: Formação acadêmica dos professores da Arquivologia – Categoria AB ..	167
Quadro 49: Formação acadêmica dos professores de Biblioteconomia – Categoria AB	168

Quadro 50: Formação acadêmica dos professores da Arquivologia – Categoria ABM169	
Quadro 51: Formação acadêmica dos professores da Biblioteconomia – Categoria ABM	171
Quadro 52: Formação acadêmica dos professores da Museologia – Categoria ABM	172
Quadro 53: Formação acadêmica dos professores da Biblioteconomia -Categoria B	174
Quadro 54: Formação acadêmica dos professores da Biblioteconomia – Categoria BM	175
Quadro 55: Formação acadêmica dos professores da Museologia – Categoria BM....	176
Quadro 56: Formação acadêmica dos professores da Museologia – Categoria M.....	178
Quadro 57: Análise da influência da formação acadêmica dos professores dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia	179
Quadro 58: Somatório da formação acadêmica dos cursos de Arquivologia.....	180
Quadro 59: Somatório da formação acadêmica dos cursos de Biblioteconomia	180
Quadro 60: Somatório da formação acadêmica dos cursos de Museologia	180
Quadro 61: Análise da influência acadêmico-institucional entre os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia	190
Quadro 62: Análise da influência da pós-graduação nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.....	196
Quadro 63: Relações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na visão dos professores.....	206

LISTA DE SIGLAS

- AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros
- ABEBD – Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação
- ABECIN – Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
- ABRAINFO – Associação Brasileira dos Profissionais da Informação
- ADI – American Documentation Institute
- ALA – American Library Association
- ANCIB – Associação Nacional de Pesquisas e pós-graduação em Ciência da Informação
- ARIST – Annual Review of Information Science and Technology
- ASIS – American Society for Information Science
- CA – Cursos Avulsos
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBF – Curso fundamental de Biblioteconomia
- CBN – Cursos da Biblioteca Nacional
- CDD – Classificação Decimal de Dewey
- CDU – Classificação Decimal Universal
- CFE – Conselho Federal da Educação
- CIA – Conselho Internacional de Arquivos
- CIDOC - Comitê internacional para a Documentação
- CNE – Conselho Nacional da Educação
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
- CSB – Curso Superior de Biblioteconomia

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

ECI – Escola de Ciência da Informação

ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia

FAECA – Faculdade e Colégio Dom Bosco de Monte Aprazível

FAINC – Faculdades Integradas Coração de Jesus

FATEA – Faculdades Integradas Teresa D'Ávila

FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FID – Federação Internacional de Documentação

FUNLEC – Fundação Lowtons de Educação e Cultura

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IBICT – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOFOM – Comitê Internacional de Museologia

ICOFOM LAM - Comitê Internacional de Museologia para América Latina e Caribe

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICTOP – Comitê Internacional para Treinamento de Pessoal em Museus

IES – Instituição de Ensino Superior

IFLA – Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias

IIB – Instituto Internacional de Bibliografia

IID – Instituto Internacional de Documentação

INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia

OIM – Oficina Internacional de Museus

PNE – Plano Nacional da Educação

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REUNI – Plano de Estruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

TAC – Tabela de Área do Conhecimento

UDESC – Universidade Federal do Estado de Santa Catarina

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde

UNIFAI – Centro Universitário Assunção

UNIFOR – Centro Universitário de Formiga

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

USU – Universidade Santa Úrsula

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
2. OS CAMPOS CIENTÍFICOS DA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO . 34	
2.1 Campo científico da Arquivologia	34
2.1.1 Campo Científico da Ciência da Informação e suas relações com a Arquivologia	43
2.2 Campo científico da Biblioteconomia	51
2.2.1 Campo científico da Ciência da Informação e suas relações com a Biblioteconomia	59
2.3 Campo científico da Museologia	67
2.3. 1 Campo científico da Ciência da Informação e suas relações com a Museologia .	76
3. TRAJETÓRIA DO ENSINO DA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA NO BRASIL	83
3.1 A trajetória do ensino da Arquivologia no país	83
3.1.1 Configurações acadêmico-institucionais da Arquivologia	90
3.2 A trajetória do ensino da Biblioteconomia no país.....	93
3.2.1 Configurações acadêmico-institucionais da Biblioteconomia.....	101
3.3 A trajetória do ensino da Museologia no país.....	106
3.3.1 Configurações acadêmico-institucionais da Museologia	114
3.4 Síntese do ensino do ensino da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia	117
4 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA ACADÊMICO-INSTITUCIONAL NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA	119
4.1 Sistematização da análise.....	119
4.2 Análise de citação das referências.....	126

4.2.1 Categoria A	126
4.2.2 Categoria AB	127
4.2.2.1 Cursos de Arquivologia.....	127
4.2.2.2 Curso de Biblioteconomia	131
4.2.3 Categoria ABM	134
4.2.3.1 Cursos de Arquivologia.....	134
4.2.3.2 Curso de Biblioteconomia	138
4.2.3.3 Curso de Museologia.....	142
4.2.4 Categoria B	147
4.2.5 Categoria BM	150
4.2.5.1 Curso de Biblioteconomia	150
4.2.5.2 Curso de Museologia.....	153
4.2.6 Categoria M	155
4.3. Síntese da análise das citações	158
4.3.1 Arquivologia.....	158
4.3.2 Biblioteconomia	160
4.3.3 Museologia	162
4.4 Análise de conteúdo do questionário	166
4.4.1 Influência da formação acadêmica	166
4.4.4.1 Síntese da influência da formação acadêmica.....	179
4.4.2 Influência acadêmico-institucional: proximidade e/ou afastamento entre os cursos de graduação	181
4.4.2.1 Síntese da influência acadêmico-institucional.....	189
4.4.3 Influência acadêmico-institucional: proximidade e/ou afastamento entre os cursos de graduação com os de pós-graduação	190
4.4.3.1 Síntese da influência acadêmico-institucional.....	196

4.4.4 Relações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na visão dos professores	197
4.4.4.1 Síntese das relações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia	206
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
REFERÊNCIAS	216
APÊNDICE A: Nome das disciplinas teóricas específicas identificadas nos currículos dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.....	234
APÊNDICE B: Questionário enviado aos professores das disciplinas teóricas específicas	236
APÊNDICE C: Configuração acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia	237
APÊNDICE D: Configuração acadêmico-institucional dos cursos de Biblioteconomia	238
APÊNDICE E: Configuração acadêmico-institucional dos cursos de Museologia	240
APÊNDICE F: Universo da coleta de dados (Plano de ensino e questionário) ...	241

1. INTRODUÇÃO

A seleção dos quatro campos científicos: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação¹ para composição da temática desta dissertação não foi uma escolha aleatória, pois se acredita que há entre esses campos certos pontos de contatos que possibilitam tal escolha. Especificamente no caso da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, destacam-se entre elas duas vias de aproximações, uma de cunho etimológico (formação das palavras) e outra de cunho histórico (história do processo de constituição dos campos e das instituições: arquivos, bibliotecas e museus). Em relação à Ciência da Informação a aproximação entre esses campos científicos ocorre por meio da configuração acadêmico-institucional desses cursos, os quais podem ser encontrados nos departamentos, escolas, centros, faculdades e institutos de Ciência da Informação, ou ainda próximos dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Além disso, é possível encontrar na literatura desses campos uma proximidade teórico-epistemológica que possibilita articular todos esses quatro campos científicos.

Acerca daquele primeiro ponto de contato entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, destaca-se a etimologia dessas palavras, as quais carregam consigo uma relação íntima entre a formação de suas palavras com as respectivas instituições dos arquivos, bibliotecas e museus, conforme se pode notar: Arquivologia deriva do latim *archivum* (arquivo), cuja origem remonta ao grego *ta arkheia* “registros públicos”, de *arkheion* “prefeitura, governo municipal”, de *arkhé* “começo, origem”; a palavra Biblioteconomia advém do grego *biblíon* “livro, suporte da escrita”, *théke* “caixa, depósito”, as quais formam juntas, a concepção de Biblioteca; e a palavra Museologia, também de origem grega, deriva inicialmente de *mouseion* “templo das musas” e, posteriormente, em latim *museum* (museu).

O sufixo grego *logos*, que compõe as palavras Arquivologia e Museologia marca a preocupação com a razão, atestando, assim, a existência de um campo científico, enquanto o sufixo *nomos* “regra, lei” da palavra Biblioteconomia marcaria uma postura

¹ Os usos das palavras Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, assim como, arquivo, biblioteca e museu serão utilizadas ao longo desta pesquisa em ordem alfabética, sem contudo, configurar uma hierarquia ou preferência de uma em relação a outra. As palavras Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação terão suas iniciais grafadas em maiúsculas para demonstrar o entendimento de que elas devem ser vistas como campos científicos e não reduzidas à discussão sobre o caráter científico.

associada a técnica. Entretanto, no Brasil, essa distinção entre os sufixos no campo da Biblioteconomia pode ser considerada inválida, devendo ser entendida sob a mesma acepção das outras, tal como fosse nomeada de Bibliotecologia. Segundo Fonseca (2007) essa diferença representa apenas uma questão de nomenclatura, posto que, no Brasil e nos países hispano-americanos se denomina de Biblioteconomia enquanto na Espanha de Bibliotecología. No que diz respeito aos termos *Librarianship* e *Library Science and Information Science*, do inglês norte-americano, a diferença reside que o primeiro termo traduzido para o português equivale ao que se entende por Biblioteconomia, e o segundo termo a associação entre “ciência das bibliotecas”/Biblioteconomia e Ciência da Informação, uma justaposição, num mesmo nível entre a “arte” (prática) e a “ciência” (ROBREDO, 2003).

Ainda que se considere de visão imediatista e restritiva a associação das respectivas instituições nas constituições das palavras Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, entende-se que essa relação válida, em um primeiro momento, os arquivos, as bibliotecas e os museus como objetos de estudos daqueles campos científicos. Tendo com o desenvolvimento teórico dos três campos a ampliação de seus objetos de estudos, para além das instituições físicas (arquivos, bibliotecas e museus), de modo que as associações entre os nomes dos campos e as instituições profissionais passaram a ser vistas como interpretações mais próprias do senso comum. Portanto, conforme revela Gregorová (1980) a Museologia não é a ciência dos museus, assim como a Pedagogia não é a ciência das escolas e a Medicina não é a ciência dos hospitais. Igualmente, considera-se que a Biblioteconomia não é mais a ciência das bibliotecas e nem a Arquivologia a ciência dos arquivos.

Essa associação entre as instituições e os respectivos campos é, ainda, de suma importância para localizar suas raízes. Araújo (2010) aponta que a existência dos primeiros arquivos, bibliotecas e museus conduziram à criação de uma série de procedimentos e métodos, em virtude da necessidade de lidar com os acervos dessas instituições. Tais procedimentos de caráter eminentemente prático juntamente com o acúmulo das experiências técnicas utilizadas ao longo do tempo possibilitaram a consolidação das bases das futuras disciplinas científicas. Portanto, corrobora-se com essa visão de que as práticas e as experiências acumuladas naquelas instituições contribuíram para o surgimento da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, marcando, com isso, uma proximidade histórica da constituição dos referidos campos científicos.

Além dessa proximidade etimológica e histórica dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, encontra-se também certa proximidade quanto ao momento de criação, na Antiguidade, dos primeiros protótipos de “arquivos”, “bibliotecas” e “museus”. Desde aquele momento da história, passando pela Idade Média, essas instituições compartilharam de um mesmo espaço, levando ao entendimento de que não havia uma significativa separação institucional segundo seus acervos, funções e profissionais. Apenas com o advento da Idade Moderna, e suas transformações², que essas instituições passaram a ser vistas como separadas umas das outras (SMIT, 1999, 2000, 2003; ORTEGA, 2004, 2009; GUARNIERI, 2010; ARAÚJO, 2011; MURGUIA, 2010). Outra contribuição para a delimitação dos arquivos, bibliotecas e museus, os quais “eram utilizados como depósitos de tudo que produzira a mente humana, quer dizer o resultado do labor intelectual e espiritual do ser humano” (GOMES, 1967, p. 4) foi a invenção da máquina de escrever, em 1714, por Henry Mill, que permitiu a mudança do processo de escrita manual para o processo mecânico, o que facilitou, ainda mais, a multiplicação dos textos e uma formatação mais regular e homogênea dos documentos impressos/datilografados (GOMES, 1967).

Além desses fatores mencionados, os quais contribuíram para que as instituições se diferenciasssem, somam-se as mudanças na esfera dos saberes e da história, que foram importantes para a cisão entre “arquivos”, “bibliotecas” e “museus”, a saber:

Tendência desenvolvida na Modernidade e aí subvertida pela necessidade iluminista de classificar, de separar ideias e coisas e de buscar a pretensa objetividade científica (tanto no plano natural e físico, como no plano humano e social), pelo aparecimento do Estado-Nação, pelo fomento capitalista e pela complexificação global das sociedades (SILVA, 2002, p. 575).

Essa motivação com bases em influências iluministas possibilitou a cada uma dessas instituições a centralização de seus acervos, a separação de suas atividades de guarda, a preservação e a conservação dos “tesouros” da cultura clássica greco-romana, resgatados pelo movimento humanista (SILVA, 2002). Assim, com a delimitação de cada instituição, a história delas passa a ser marcada de modo diferente pelos rumos e

² Cita-se a invenção da imprensa, dos tipos móveis e de chumbo, aperfeiçoados por Gutenberg, em 1455, que levou a um crescimento de documentos impressos e, por conseguinte, o aumento da necessidade da criação dos espaços de guarda, as bibliotecas (BURKE, 2002). Outro fator contributivo para a delimitação institucional foi a expansão marítima e das atividades dos colecionadores, que passaram a reunir suas coleções nas galerias de aparato, de antiguidades e de curiosidades, estes últimos compostos, sobretudo de objetos e espécimes trazidos das terras de além-mar (GIRAUDY; BOULHET, 1990). Os arquivos também passaram a constituir espaços separados e voltados, sobretudo, para a guarda e manutenção de documentos gerados pelas atividades administrativas dos governos (SILVA, 1998).

acontecimentos no decorrer do tempo, constituindo em uma história dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, e, por conseguinte, em uma história da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia.

No que se refere à configuração acadêmico-institucional brasileira desses cursos, destaca-se que ela pode ser observada de modo mais amplo, a partir dos últimos anos, em virtude da crescente criação e institucionalização desses cursos nas diversas instituições de ensino superior do país. Tal criação foi impulsionada pelo Plano de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o qual integra as ações do Governo Federal, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), iniciado em 2003, e vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Desse modo, a justificativa pessoal, para o desenvolvimento desta pesquisa, partiu, particularmente, da observação inicial da conjuntura local, que se estabeleceu na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir do ano de 2008.

Neste mesmo ano em que a UFMG aderiu ao REUNI, o curso de Biblioteconomia, da Escola de Ciência da Informação (ECI), antiga Escola de Biblioteconomia, sofreu alterações em sua estrutura curricular para atender a criação de mais dois novos cursos, Arquivologia e Museologia, os quais entraram em funcionamento no ano de 2009 e 2010, respectivamente. Esse curso de Biblioteconomia originou-se de um curso com duração de um ano, destinado a professoras primárias, promovido em Belo Horizonte, em 1950, pela Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, com a colaboração do Instituto Nacional do Livro. Em 1963, a Universidade de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), autorizou a incorporação da Escola de Biblioteconomia, na qualidade de instituição complementar, anexa ao Departamento Cultural da Reitoria. Após três anos, em 1966, o Conselho Universitário concedeu mandato universitário ao curso de Biblioteconomia, expedindo o diploma de bacharelado. Neste mesmo ano, a Escola de Biblioteconomia foi elevada a categoria de Unidade da UFMG, sob a denominação de Escola de Biblioteconomia, que desde 2000 passou a ser nomeada de Escola de Ciência da Informação (ECI). (KREMER, 1990).

Acerca daquelas alterações curriculares no curso de Biblioteconomia, Cendón *et al* (2008) esclarece que foi criado um tronco comum, composto de dezessete atividades acadêmicas obrigatórias a serem cursadas pelos três cursos Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Os autores esclarecem ainda que:

A intenção é que os alunos das três formações cursem o tronco comum em turmas mescladas e que as atividades específicas já se iniciem no segundo período, para que o aluno tenha clareza das especificidades do curso e da profissão por ele escolhidos. Os cursos preveem articulação com outros cursos da Universidade Federal de Minas Gerais, garantindo assim a interdisciplinaridade e flexibilização curricular (CENDÓN *et al*, 2008).

Ao extrapolar essa conjuntura local, acrescenta-se que as cinco regiões brasileiras tiveram seu cenário modificado, em razão da adesão das universidades ao plano REUNI, o que levou a institucionalização de mais seis cursos de Arquivologia, nove cursos de Museologia e dois cursos de Biblioteconomia. Esse crescimento de cursos, sobretudo de Arquivologia e de Museologia, ocasionou uma diversidade de vínculos acadêmico-institucionais, posto que estes cursos foram abrigados em diferentes departamentos, escolas, centros, faculdades e institutos, e ainda próximos ou não dos cursos já existentes de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

No plano teórico-epistemológico, Araújo (2011) aponta que existe uma forte distinção expressa na produção científica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, que busca apresentar mais afastamentos do que aproximações. Esses esforços distintivos concentram-se em contrastar ora uma e outra, ora cada uma delas, de modo separado e a Ciência da Informação, sendo mais raro encontrar discussões em que estejam a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia juntas, contrastando-as em relação à Ciência da Informação:

Quando ela [literatura científica] existe, é mais relacionada a discussões sobre memória e patrimônio cultural do que à Ciência da Informação. Quando se aborda a relação entre a Biblioteconomia com a Ciência da Informação os trabalhos estão mais voltados para a busca de distinções do que de aproximações (ARAÚJO, 2010, p. 175).

Essa escassez da literatura científica que contemple as três áreas reforça o desejo da construção de uma base de conhecimentos comum a fim de que a produção teórica delas possa ser consultada, comparada e referenciada (ARAÚJO, 2010). Desse modo, acredita-se que esse fator da escassa produção científica consistiria um motivo por si só considerável para se empreender uma pesquisa que, de fato, contemplasse os três campos: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, e mais a Ciência da Informação. Todavia, as contribuições desta dissertação buscam ir mais além da justificativa pautada na escassez da literatura, se direcionando para os aspectos epistemológicos desses campos científicos.

Sobre a importância de empreender estudos epistemológicos Rendón Rojas (2008) esclarece que eles são essenciais para o desenvolvimento e consolidação dos campos científicos, pois possibilitam o autoconhecimento, a autoconstrução e a interdisciplinaridade. Além dessas contribuições, acredita-se ser este um momento oportuno para tal empreendimento, haja vista a diversidade de vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Tais vínculos os colocam, ora próximos uns dos outros, ora afastados, inclusive com os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação, os quais podem, de alguma maneira, ocasionar influências no ensino e nos discursos desses campos científicos.

Esta questão da influência sobre os campos científicos perpassa a dimensão do poder foucaultiano, pois Foucault abandona as visões tradicionais (marxistas e jurídicas) do poder, que assume uma funcionalidade econômica, de distinção entre as relações de produção e de classe, de um poder visto como coisa, em que uns possuem e outros não o possuem, assim como, de um poder da ordem contratual, vista a partir da teoria clássica do poder, que “o poder é aquele, concreto, que todo indivíduo detém e que viria a ceder, total ou parcialmente, para constituir um poder, uma soberania política” (FOUCAULT, 1999, p. 20).

Desse modo, para esse autor o poder não é mais visto como sendo da ordem do contrato, da cessão ou alienação, de um poder como posse, o poder é visto como algo presente em todas as relações sociais, o poder existe em ato, transita pelos indivíduos, assim, “o poder deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que funciona em cadeia” (FOUCAULT, 1999, p. 35), acrescenta-se ainda que “o poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder e também de exercê-lo” (FOUCAULT, 1999, p. 35). Assim, o poder não pode ser visto como uma espécie de violência, da ordem da repressão, pois o poder consiste em possibilidade de ação entre os dois polos, o poder é pensado como relação, e não se divide em um polo passivo, em que o sujeito sofre a ação, e outro polo ativo, em que o sujeito pratica a ação sobre os corpos.

O poder deixa então de ser reconhecido apenas pelos seus efeitos negativos, proibitivo e de exclusão, o poder é, na verdade, produtivo, o poder produz; ele produz realidade, produz campos de saberes e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam igualmente dessa relação produtiva do poder

(FOUCAULT, 2011). Logo, a partir dos estudos³ de Foucault o poder passa a ser visto como algo presente em todas as relações sociais e lugares, coextensivo aos corpos, campos científicos e instituições. Pensando nisto, a Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação são vistas nesta dissertação à luz das relações de poder e de força, bem como a partir do conceito de campo científico, expresso como “sistema de relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores – é o lugar privilegiado e o espaço de uma luta concorrencial” (BOURDIEU, 2003, p. 112). Assim, cada uma (Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação) assume a postura de “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo” (BOURDIEU, 2004, p. 22), podendo agir umas sobre as outras, tal qual age o poder, no qual consiste em um conjunto de ações sobre ações, sejam elas eventuais, presentes ou futuras (FOUCAULT, 2010).

Ainda para Foucault, o poder e o saber não se opõem ou se repelem, eles estão mutuamente interligados, pois toda forma de saber produz poder (FOUCAULT, 2005). Desse modo, não existe relação de poder sem a constituição de um campo correlato de saber, bem como não se pressupõem um saber sem uma relação de poder, enfim “todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber” (MACHADO, 2006, p. XXI). Nessa direção, esta dissertação tem como objetivo analisar a influência acadêmico-institucional dos campos científicos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, permeados pelas relações de poder-saber, tendo em vista as diferentes vinculações acadêmico-institucionais, bem como a proximidade e/ou afastamento entre esses cursos, e com a Ciência da Informação.

Posto isto, elegeu-se para análise os seguintes elementos, os quais são entendidos como mecanismos de poder: 1) As referências contidas nos planos de ensino das disciplinas teóricas específicas; 2) A formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado) dos professores dessa disciplina; e 3) Os discursos desses professores, provenientes dos questionários, a respeito das influências de suas formações no ensino e das influências acadêmico-institucionais, bem como o entendimento deles acerca das relações entre os campos científicos. Essa pluralidade dos meios para análise relaciona-se com o momento recente de constituição da maioria dos cursos de Arquivologia e

³ Foucault não elaborou uma teoria do poder, mas uma “analítica de poder”, em razão da ausência de uma construção universal e totalizante do entendimento de poder, pois “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação” (MACHADO, 2006, p. X). Assim, “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, construída historicamente” (MACHADO, 2006, p. X), por isso, as reflexões sobre o poder, ligam-se mais as experiências e racionalidades específicas, do que a uma teoria do poder.

Museologia, que os coloca em um cenário fluido e dinâmico, exigindo, portanto, uma variedade de possibilidades de apreensão das relações de poder⁴.

Para além da compreensão dos planos de ensino como instrumentos administrativos, considera-se que os mesmos corporificam saberes e poderes, e que não estão à margem dos contextos em que se configuram, e, tampouco, independem das condições de seu desenvolvimento (GIMENO SACRISTIÁN, 2000). A elaboração desse instrumento educacional e institucional se relaciona precisamente com o currículo, com a instituição e com o projeto político-pedagógico do curso, isto é, com instrumentos de produção e perpetuação do poder. Para Berbel (1994), as referências ou sugestões bibliográficas, um dos elementos constitutivos dos planos de ensino são vistos como um meio para atestar a relevância e o reconhecimento de determinado campo científico. Assim, o processo de seleção das referências revela a importância de determinadas obras em detrimento de outras e uma marcação epistemológica do sujeito que as selecionam e, por conseguinte, do ensino que será ministrado por meio dessas referências selecionadas. Desta forma, elegeram-se para análise as referências sugeridas nos planos de ensino das disciplinas teóricas dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

A inclusão da análise da formação acadêmica ocorreu devido à centralidade do professor em selecionar os conteúdos e as referências dos planos de ensino. Estas atividades de seleção e organização não são neutras, ingênuas ou isentas de poder, elas são marcadas pelos interesses e posturas ideológicas, que os professores assumem em determinado momento de suas vidas. Na visão foucaultiana, os indivíduos/professores consistem em sujeitos históricos marcados pelos efeitos de poder locais e contingenciais, ou melhor, o sujeito é moldado pelas estruturas, instituições, pelos discursos, pelos dispositivos instrumentais, os quais são permeados pelas relações de poder. Em síntese, o poder está na origem do processo pelo qual nos tornamos sujeitos (FOUCAULT, 2009). Na perspectiva de Bourdieu (2003) as ações dos professores/agentes são também marcadas por suas posições e ações interessadas. Pensando nisso, buscar-se-á responder para além da influência da vinculação acadêmico-institucional, proximidade e/ou afastamento entre os cursos e a Ciência da Informação, se formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado) dos professores

⁴ A escolha apenas dos planos de ensino poderia refletir algo não esperado, em razão da estreita relação das obras sugeridas com a avaliação do curso pelo Ministério da Educação (MEC), de forma que as sugestões poderiam refletir apenas uma formalidade do curso frente à biblioteca e ao MEC.

das disciplinas teóricas específicas influenciam no ensino da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Não distante das marcas e trajetórias de vida de cada professor, seus discursos são também vinculados a efeitos de poder e produções de “verdade”, em que consistem em um conjunto de procedimentos controlados, regulados, selecionados, aceitos e distribuídos em determinadas sociedades e momentos históricos. Os discursos, assim como, qualquer outra prática social, são regulados por um poder difuso e dinâmico, que encontra apoio institucionalmente (FOUCAULT, 2005). De forma que, “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2004, p. 11).

Definidos e apresentados os porquês desses elementos para análise, identificou-se o universo dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no site do Ministério da Educação (MEC), e os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES). Totalizam-se, então, em funcionamento, 37 cursos de Biblioteconomia; 16 cursos de Arquivologia; 14 cursos de Museologia; e 11 cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação. Essa quantidade significativa de cursos de graduação, 67 cursos, distribuídos em 41 instituições de ensino superior, conduziu esta pesquisa para a definição de sua amostra, que teve como critério de seleção os cursos cujos professores responderam ao e-mail da pesquisa, o qual foi enviado a todos os cursos identificados, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012. Desta forma, obteve-se, assim, o retorno de 15 planos de ensino e 13 questionários, dos 16 cursos de Arquivologia; 24 planos de ensino e 23 questionários, dos 37 cursos de Biblioteconomia; e 14 planos de ensino e 11 questionários, dos 14 cursos de Museologia.

Em relação à coleta de dados foi necessário identificar, em primeiro lugar, os nomes exatos das disciplinas teóricas específicas nos currículos dos cursos (VER APÊNDICE A). Denominou-se de disciplinas teóricas específicas aquelas disciplinas que tem como objetivo explorar, essencialmente, no plano teórico, desde a origem, história, teorias, paradigmas, conceitos, até as leis de determinados campos, compreendendo, assim, as disciplinas mais próximas das epistemologias dos campos científicos. Acredita-se ainda que essas disciplinas específicas sejam responsáveis em fundamentar o pensamento científico, a compreensão do campo e a construção de uma

base para que o aluno obtenha um aprofundamento da área, a fim de seguir com melhor entendimento da sua graduação, seja em Arquivologia, Biblioteconomia ou Museologia.

Assim, após a identificação das disciplinas e dos professores, foi possível coletar na Plataforma Lattes a formação no nível da graduação, mestrado e doutorado dos mesmos. Com a identificação de cada professor solicitou-se por e-mail o envio dos planos de ensino e o preenchimento de um questionário, com base no programa das disciplinas, composto por cinco questões abertas (VER APÊNDICE B). Salientou-se a esses professores que os dois instrumentos de coleta de dados (plano de ensino e o questionário) são complementares e indispensáveis para o desenvolvimento desta pesquisa, que assume a classificação de pesquisa exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 1999).

Os procedimentos técnicos de coleta de dados desta pesquisa conduziram a outra classificação, a de pesquisa documental, em virtude da natureza das fontes que, “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa” (GIL, 1999, p. 73). Assim, os planos de ensino, os questionários e o resultado da formação acadêmica dos professores podem ser vistos como documentos primários ou de “primeira mão”, constituindo-se em documentos dispersos e diversificados.

Ainda como desdobramento do problema de pesquisa e dos instrumentos de análise, esta pesquisa caracteriza-se sob o ponto de vista de duas abordagens: quantitativa e qualitativa. O foco na abordagem quantitativa sobressai, em um primeiro momento, em razão do estudo bibliométrico, cujo método utilizado foi o da análise de citação das referências, que identificou a frequência (contagem do número de ocorrências) das obras citadas, dos autores, da tipologia, do ano e idioma das obras referenciadas nos planos de ensino e na primeira questão do questionário. No segundo momento, predominou a abordagem qualitativa, em virtude da Análise de Conteúdo, que possibilitou a criação de categorias para a interpretação das respostas fornecidas pelos professores através do questionário. Este instrumento de coleta de dados conferiu ao respondente uma maior liberdade de respostas, as quais são expressas por meio de frases e orações, e não através de respostas já pré-estabelecidas, possibilitando também ao pesquisador uma maior liberdade de interpretação.

Os discursos dos professores foram lidos à luz da Análise do Discurso, pois se considera como um conjunto de enunciados, que trazem marcas das relações de poder-saber e interesses da comunidade científica, bem como do contexto, lugar institucional,

onde se realizam as práticas sociais e discursivas. Para tanto, foram definidas seis categorias de análise: A, AB, ABM, B, BM e M, as quais correspondem à proximidade dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia dentro de uma instituição de ensino superior. Desse modo, a categoria A corresponde aos cursos de Arquivologia afastados dos cursos de Biblioteconomia e Museologia; a categoria AB representa os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia dentro de uma mesma instituição de ensino superior; a categoria ABM relaciona-se com a existência dos três cursos: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia; a categoria B e M correspondem aos cursos, respectivamente de Biblioteconomia e de Museologia afastados uns dos outros, e da Arquivologia; e, a categoria BM representa os cursos de Biblioteconomia e Museologia localizados em uma mesma instituição de ensino superior. Salienta-se que todo o processo de análise dos dados, desde a análise das referências até a análise do questionário, foi realizado com base nos cursos dentro de cada uma dessas seis categorias.

Além da introdução outros quatro capítulos compõem esta dissertação, são eles: **2.** Os campos científicos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia e suas relações com a Ciência da Informação; **3.** A trajetória do ensino da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil; **4** Análise da influência acadêmico-institucional nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia; e, **5.** Considerações finais. Conforme será possível perceber os capítulos referentes aos campos científicos seguem a estrutura alfabética dos campos (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia), além disso, salienta-se que o campo da Ciência da Informação foi trabalhado no capítulo referente à Biblioteconomia, e não em um capítulo específico, pois os dois campos estabeleceram vínculos históricos mais fortes desde a constituição da Ciência da Informação, o que possibilitou essa decisão. Em relação à trajetória do ensino da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, foi mantida a mesma sequência, em vez da ordem cronológica de constituição do primeiro curso de cada campo. Nessa parte, sobre as trajetórias do ensino, não se ateu ao processo de ensino da Ciência da Informação de modo particularizado, optando-se, assim, em discorrer sobre essa ciência no tópico da Biblioteconomia, justamente porque os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, no país, foram institucionalizados nos espaços mais próximos da Biblioteconomia.

De modo sucinto, no segundo capítulo objetivou-se discorrer sobre os campos de maneira individual e a partir de autores que são referências em seus campos, para,

posteriormente, demonstrar alguns entendimentos acerca das relações estabelecidas entre os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia com a Ciência da Informação, utilizando, nesse momento, autores mais próprios da Ciência da Informação. No terceiro capítulo abordou-se sobre a trajetória do ensino desses campos, com vistas ao delineamento das fases e influências, apresentando no final de cada capítulo os cursos em funcionamento, a configuração acadêmico-institucional e a proximidade e/ou afastamento entre os cursos. O quarto capítulo desenvolveu-se em torno da análise e interpretação dos dados advindos dos planos de ensino e dos questionários respondidos pelos professores, tendo, como base, a inserção dos cursos dentro das categorias correspondentes. No quinto capítulo foram apresentadas as considerações finais desta pesquisa, e também foram apontadas algumas sugestões para pesquisas futuras.

2. OS CAMPOS CIENTÍFICOS DA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

2.1 Campo científico da Arquivologia

A origem da Arquivologia como campo científico remonta ao século XIX, todavia, os fenômenos relacionados a esse nascimento não são reconhecidos de modo unânime na literatura da área, visto que há autores que defendem o princípio da proveniência (*principe du respect des fonds*), desenvolvido como marco significativo pelo arquivista e historiador francês Natalis de Wailly, em 1841, e outros que abordam a publicação da obra *Handleiding loor het Ordenen en Beschrijven van Archieven*, conhecido como “manual dos holandeses”, escrito por Muller, Feith e Fruin, em 1898, como o início do desenvolvimento teórico da Arquivologia. Retrocedendo ainda mais na história, Silva *et al* (1998) consideram que alguns pressupostos da moderna ciência Arquivística advém das práticas exercidas desde os primórdios dos arquivos, os quais têm suas origens associadas às primeiras práticas da escrita, que remontam ao período da Antiguidade ou cerca de seis séculos antes de Cristo, na vasta área do chamado “crescente fértil” e Médio Oriente.

Dentre as atividades exercidas nos arquivos ou no *archeion* das sociedades pré-clássicas, esses autores apontam que já existia o respeito pelos aspectos orgânicos da estrutura arquivística, como se comprovou em Ebla (Síria). Também estavam presentes os cuidados com a identidade e autenticidade dos documentos, a existência da estrutura diplomática coerente e eficaz das placas sumérias, e as correspondências e os contratos administrativos incluíam, conforme os casos, identidade das partes, o nome das testemunhas ou do escriba, a menção da data, e, até, a estampagem de selos de validação (SILVA *et al*, 1998). Ainda na Antiguidade, especificamente na Roma Antiga, dada a preocupação dos romanos com a organização arquivística, ou melhor, com a organização dos *tabularium* (dependência onde se guardavam as *tabulae publicae*), surge a imagem do arquivista, conhecido como *tabularii*, cujas atribuições se davam no âmbito da conservação, reprodução e validação de documentos. Portanto, como foi dito anteriormente, para esses autores portugueses, os pressupostos da Arquivística estão associados às práticas desenvolvidas nos arquivos do período Antigo.

Em relação ao período subsequente, a Idade Média, poucos foram os avanços em torno da prática Arquivística, os arquivos, cartórios, santuários ou tesouros mantiveram suas portas fechadas, e a profissão manteve seu caráter prático e empírico, sendo

apenas, em alguns momentos, regulada por normas de caráter oficial (SILVA *et al*, 1998). Na Idade Moderna, os estudos de ordem filológica, histórica e teológica dos séculos XVI e XVII levaram o documento (diploma) a ser submetido a um determinado tipo de crítica, a fim de testar sua falseabilidade e verificar sua veracidade, autenticidade, surgindo daí a Diplomática (BELLOTTO, 2008). O apogeu da Diplomática e da Paleografia no século XVIII, sendo ambas ministradas nas universidades europeias, ocasionou um rebaixamento do arquivo a uma posição instrumental, além disso, houve um estremecimento na identidade da Arquivística, que não conseguira obter sua autonomia, considerada, ainda, portanto, uma disciplina auxiliar (SILVA *et al*, 1998).

O século XVIII é ainda marcado pela política de concentração dos documentos em grandes depósitos, fruto da expansão francesa, sob o controle de Napoleão Bonaparte. Esse acúmulo de documentos tornou-se insustentável com o passar do tempo, o que levou a publicação de uma circular pelo chefe dos arquivos departamentais do Ministério do Interior, em 24 de abril de 1841. Essa circular de ordem prática elaborada por Natalis de Wailly previa a organização dos arquivos segundo o princípio de respeito aos fundos, que se constituiu em um “princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.136).

A efetiva aplicação dessa circular normativa não ocorreu de modo imediato nos arquivos, pois muitos deles ainda influenciados pela Ilustração e pelo enciclopedismo classificavam seus documentos segundo os assuntos, utilizando para isso a Classificação Decimal de Dewey, criada, em 1876, especificamente para as bibliotecas, o que conduziu a uma aproximação entre a Arquivística e a Biblioteconomia (HEREDIA HERRERA, 1989; DOMÍNGUEZ, 2011). Com a progressiva aplicação do princípio da proveniência nos arquivos se constrói imediatamente a noção de “fundo”, considerado este um elemento de organização dos documentos, indivisível, e próprio dos arquivos. Entretanto, a ordem interna dos documentos ficava sujeita a critérios alheios a organicidade, possibilitando a organização por matérias dentro de cada fundo. Desse modo, Francesco Bonaini defendeu, em 1867, o “método histórico” ou como é conhecido “princípio pelo respeito da ordem original”, que estabeleceu a preservação dos critérios organizativos em um nível interno praticados pela entidade produtora,

assim, ao lado do princípio da proveniência este princípio inaugura um novo viés teórico para a regulamentação dos arquivos (RIBEIRO, 2003; SILVA *et al*, 1998).

Martín-Pozuelo Campillos (1996) acrescenta que este princípio da proveniência não teve origem em um único lugar, isto é, na França, ou em um único momento histórico, no século XIX, haja vista que ao longo da Idade Média existiram experiências em torno da organização de arquivos por unidades ou fundos. Em 1819, o tema da organização e da administração interna dos arquivos era tratado na Academia de Ciências de Berlim, mas não como princípio teórico, e sim como um juízo de valor (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996). Retrocedendo ainda mais na história, pode-se citar a autoria de duas obras que abordavam o sistema de controle e manutenção de documentos, *Registratur*, de 1571, e, *Balthassaris Bonifacil, De Archivis*, de 1632, ambas escritas por Jacob Von Ramingen, as quais podem ser vistas com antecessoras dos princípios da Arquivologia.

Desse modo, para essa autora, embora baseados em experiências anteriores o respeito da procedência dos fundos e de sua estrutura original, bem como da ordem natural dos documentos foram esboçados teoricamente, pela primeira vez, na circular emitida, em 1841, pelo estado francês e no manual dos arquivistas holandeses de Muller, Feith e Fruin, publicado em 1898. Nessa direção, Lopes (2009, p. 133) salienta que houve manifestações e produções de textos arquivísticos antes da publicação do manual dos holandeses, mas que essa obra foi a primeira a sistematizar em forma de 100 regras a disciplina, constituindo, assim, em um “texto fundador da disciplina arquivística”, que se difundiu por vários países e línguas ao longo dos séculos posteriores. De modo semelhante, Schellenberg (2011) aponta que essa obra pode ser considerada como a mais importante contribuição universal para a Arquivologia, visto que ela teve um amplo alcance por conta de suas traduções para o francês, alemão, inglês, italiano, português, chinês, entre outras línguas (FONSECA, 2005).

Silva *et al* (1998, p. 115) acrescentam que esse manual representou uma libertação da Arquivologia de sua posição secundária e de auxiliar da Diplomática e da Paleografia, podendo, assim, “considerar que este manual marca o início de um novo período, em que o predomínio da vertente técnica se vai afirmar, libertando definitivamente a Arquivística das disciplinas a que outrora estivera ligada”. Todavia, o predomínio no século XIX até a segunda metade do século XX, do modelo positivista, historicista, patrimonialista, e da consolidação das ideias originárias da Revolução Francesa colocaram os arquivos como autênticos laboratórios do saber histórico. Os

documentos arquivísticos eram vistos como fontes inquestionáveis de prova e de pesquisa histórica, conduzindo, portanto, o entendimento da Arquivologia como uma disciplina auxiliar da História (RENDÓN ROJAS; DOMÍNGUEZ, 2009).

Esse aspecto auxiliar atribuído à Arquivologia acentua as preocupações com a sua identidade, o que faz despontar no início do século XX, importantes obras a favor de sua autonomia, como *Manual of archive administration*, de 1922, do inglês Hilary Jenkinson, e, *Archivistica*, de 1928, do italiano Eugenio Casanova. A criação do *International Council on Archives*, (Conselho Internacional de Arquivos – CIA), em 1948, suscitou também avanços significativos no domínio da cooperação entre os países e no avanço do campo por meio da organização de congressos e mesas redondas. A publicação especializada do periódico *Archivium* pode ser vista como mais um importante contributo para o progresso da disciplina (SILVA *et al*, 1998). As décadas de 1960 e 1970 foram também igualmente marcadas pela produção de obras e manuais arquivísticos, despontando escritores como Aurélio Tanodi, Theodore Schellenberg, Carlo Laroche e Michel Duchein (SILVA *et al*, 1998). Essas produções revelam a sistematização do conhecimento, os esforços dos autores em prol da formação e consolidação do pensamento arquivístico, e da libertação do status auxiliar da Arquivologia em relação à História, bem como, do entendimento dos arquivos como instituições unicamente de caráter históricos, o que reverbera em uma Arquivologia descritiva ou em uma “Arquivologia dos manuais” (LOPES, 2009).

Nesse ínterim de publicações diversas, especificamente, no período entre as duas grandes guerras, a Arquivologia passou por profundas transformações. A atribuição do termo “explosão documental” para caracterizar o crescimento exponencial de documentos produzidos em virtude do aumento das atividades administrativas dos governos, fez despontar questões anteriormente de pouco interesse para os arquivistas, como o descarte de documentos. Para a vertente dominante, conhecida como jenkisoniana, essa atividade era de responsabilidade da administração, cabendo aos arquivistas a adoção de uma postura passiva diante dos problemas administrativos (MORENO, 2008). Ademais, outras atividades como seleção, avaliação, gestão e as questões relativas à movimentação das massas documentais, fruto do regresso dos arquivos aos países dominados nas guerras mundiais, adquirem destaque no novo cenário arquivístico, ao lado de uma postura mais ativa do arquivista (SCHELLENBERG, 2011).

Em paralelo a esse significativo crescimento dos documentos houve a consequente criação dos arquivos intermediários, *pré-archives* ou *record centers*, e de novos referenciais teóricos como a Teoria das três idades dos arquivos ou Ciclo de vida dos documentos, que se relacionam com as fases estabelecidas de acordo com a vigência e frequência de uso dos documentos⁵. Segundo Silva *et al* (1998), os arquivos intermediários isolaram de vez o arquivo histórico dotados de valor secundário, dos arquivos correntes dotados de valor primário, o que conduziu a Arquivologia a uma nova aproximação com outra área do conhecimento, a Administração, convertendo-se, novamente, ao entendimento de uma disciplina auxiliar, agora, auxiliar da Administração (RENDÓN ROJAS; DOMÍNGUEZ, 2009). Para Santos (2010) esse crescimento quantitativo dos documentos levou ainda a criação do termo *record group*, em 1941, pelo *National Archives of Washington*, este termo consistiu em uma adaptação norte-americana do princípio da proveniência concebido no século anterior, na Europa, e que previa a separação dos documentos de acordo com as respectivas entidades produtoras. O surgimento desse conceito e a influência das três idades dos arquivos propiciou o surgimento dos *managers* – profissionais interessados nos arquivos correntes e intermediários, ou seja, na fase de produção e tramitação dos documentos, visando à eficácia e eficiência da gestão documental.

A expansão dessas atividades logo permitiu a consolidação da Gestão de Documentos como uma nova abordagem, que contrapunha a noção dos arquivistas tradicionais, os quais se ocupavam dos arquivos permanentes ou históricos, e do valor secundário dos documentos, daqueles que se ocupavam com os arquivos correntes e intermediários e com os documentos de valor primário. Instala-se, então, nesse contexto, a cisão entre os *records managements* – gestores de documentos e os *archivist* – arquivistas tradicionais, conforme se pode notar “Tal cisão vai muito além do que se poderia qualificar como questões corporativas e profissionais, chegando mesmo a estabelecer uma separação entre a Arquivologia e a Gestão de Documentos” (FONSECA, 2005, p. 47).

⁵ 1ª idade corresponde aos arquivos correntes, onde os documentos são frequentemente consultados pela administração; 2ª idade relaciona com os arquivos intermediários que armazenam os documentos pouco consultados, e que aguardam uma destinação, como o descarte ou a guarda permanente, e 3ª idade envolve os arquivos permanentes, que guardam os documentos com valor histórico e informativo. Soma-se a essa distinção dos arquivos a diferença entre os valores dos documentos: documento primário (valor de uso pela própria instituição onde se originam os documentos) e secundário (valor histórico de interesse de outras entidades e utilizadores privados) (SCHELLENGER, 2011).

Greene (2008) apresenta que por conta desse momento houve a instalação de dois paradigmas: o paradigma de sistema de gerenciamento de documentos e o paradigma arquivístico, sendo o primeiro representante do grupo dos gestores de documentos e o segundo do grupo dos arquivistas. Embora, para esse autor, ambos os paradigmas se oponham, eles estão fundados igualmente na noção de documento; o primeiro paradigma assenta-se na questão da evidência do documento e de suas transações administrativas, o segundo assenta-se no documento como suporte da memória, da cultura e da herança. Pensando nisso, Greene (2008) propõe que o paradigma de gerenciamento de documentos não deve ser visto como um oponente ou excludente do paradigma arquivístico, eles devem ser vistos de forma integrada.

Nessa direção os arquivistas canadenses propõem uma abordagem integrada da Arquivologia, cujo objetivo seria a gestão integrada da informação orgânica, ocupando-se, então, simultaneamente dos dois valores (primário e secundário) dos documentos e das três idades dos documentos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Essa visão integrada da Arquivística, disseminada a partir dos anos de 1980, coloca-a em um momento peculiar de sua história, pois passa a ser vista como uma disciplina autônoma e interdisciplinar, e não mais como uma disciplina auxiliar da História ou da Administração. Conforme os autores Rousseau e Couture (1998, p. 72) “a arquivística é uma disciplina em si mesma, que tem suas próprias bases teóricas, as suas próprias intervenções e os seus próprios métodos de trabalho”, e que estabelece relações necessárias para a formação e enriquecimento de suas bases teóricas com outras disciplinas, como a Informática, Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O princípio da proveniência é, para esses autores canadenses, a base teórica, a lei que rege todas as intervenções arquivísticas, e o princípio que dá origem aos fundos de arquivo e ao principal sistema de organização da informação orgânica. Terry Cook (1998), considerado o “pai da Arquivologia pós-moderna” (FONSECA, 2005) ou da “Arquivologia Funcional” (TOGNOLI, 2012) advoga também a favor de uma nova abordagem para a Arquivologia, rompendo com a visão clássica da área expressa nos manuais. Mas, diferente dos outros autores canadenses, Cook (1998, 2007) põe em xeque os conceitos, princípios e visões clássicas da área. Dentre essas visões cita-se, por exemplo, a falsa dicotomia difundida entre os arquivos institucionais *versus* arquivos pessoais, no qual os primeiros seriam naturais, inocentes e transparentes e o segundo seriam construções arbitrárias, parciais, antinaturais, onde em ambos os locais os arquivistas assumiriam um postura de neutralidade e imparcialidade (COOK, 1998).

Dessa forma, inseridos nas mudanças sociais, tecnológicas, profissionais e organizacionais, os documentos de arquivos assumem outra identidade, de meros subprodutos das atividades administrativas, transformam-se em elementos/entidades construídos por meio de um contexto sociocultural e ideológico, podendo extrair a partir deles relações de poder (TOGNOLI, 2012). Essa visão de que o documento não é fruto de um único tempo e local, de uma única realidade (administrativa), de um único significado e de uma única verdade, mas sim de várias realidades e contextos sociais, culturais, econômicos e religiosos, caracteriza o que Ketelaar (2007) denominou de “narrativas tácitas dos arquivos”. Para esse autor, além dos arquivos serem vistos como “depósitos de interpretações”, os documentos igualmente caminham nessa direção, pois eles não falam por si só sendo necessário interpretá-los ou realizar uma genealogia semântica para compreendê-los. De modo análogo, Derrida (2001) desconstrói o conceito de arquivo e do documento, vistos anteriormente como estáveis, substituindo-os por estruturas sem fins, por conta das várias interpretações que ativam o arquivo, e que o projetam para o futuro, e os documentos como elementos construídos e armazenados intencionalmente e influenciados pelos diversos outros contextos externos.

O efeito dessas mudanças impacta também a postura sobre os arquivistas, que ao invés de serem vistos como agentes passivos ou neutros passam a ser abordados como ativos mediadores e construtores da memória social (FUGUERAS, 2003; COOK, 1998, 2007). Em relação aos conceitos e princípios, Cook (1998) revela que eles não mais atendem as necessidades de uma arquivologia contemporânea e pós-moderna, pois tanto o princípio da proveniência quanto o manual dos holandeses não são mais integralmente aplicáveis à realidade contemporânea, visto que quando ambos foram elaborados eles lidavam com estruturas organizacionais mais simples, estáveis e mono-hierárquicas, os documentos eram, sobretudo provenientes da Idade Média e do início do século da modernidade, os quais formavam séries completas e fechadas (COOK, 1998).

Com o atual desenvolvimento das estruturas organizacionais complexas, dos sistemas de armazenamento de informação, dos documentos eletrônicos e dos arquivos eletrônicos, os arquivistas não lidam mais prioritariamente com séries fechadas e antigas, nem como documentos criados “naturalmente” como fruto das atividades. Pensando nisso, o autor coloca a seguinte questão “Podemos certamente acreditar no ‘respeito aos fundos’, mas qual é o ‘fundo’ que deveremos respeitar neste novo mundo?” (COOK, 1998, p. 20). Para tanto, novas metodologias de organização são criadas, e, que por sua vez, orientam as recentes correntes teóricas da Arquivologia,

deslocando o enfoque da teoria arquivística do registro e do documento físico para seu contexto ou processo funcional de criação do documento. Portanto, a Arquivologia deve substituir seu paradigma de investigação, de análise das propriedades características dos documentos ou das séries dos documentos individuais, para uma análise das funções, processos e operações que geram os documentos e as séries (COOK, 2007).

Nessa direção de uma Arquivologia funcional, Tomassem (2006) defende que o conceito central na Arquivologia é o conceito de arquivo, e que estes são compostos por informações vinculadas a processos, ou melhor, a Arquivologia está centralmente envolvida com as informações geradas e estruturadas por processos de trabalho funcionalmente inter-relacionadas. Assim, para esse autor o foco da Arquivologia desloca-se da instituição do arquivo para o contexto das informações geradas por processos, de modo que o objeto de estudo passa a ser compreendido como as relações entre o documento, a informação e os contextos de proveniência, organizacional, funcional, administrativo, de uso e contexto sócio-político, cultural e econômico (THOMASSEM, 2006).

Em outra direção, Luciana Duranti, também dentro desse contexto das novas abordagens da Arquivologia, seguindo os caminhos abertos pela italiana Paola Carucci, desenvolve e difunde a partir da publicação *Diplomatics: new uses for an old Science*, a Diplomática Arquivística Contemporânea, que recupera os princípios e métodos da Diplomática Histórica e aplica-os aos documentos eletrônicos. Para essa autora, o objeto de estudo da Arquivística são os documentos de arquivos, isto é, registros documentais ou peças documentais, ao invés da informação orgânica ou processos funcionais de criação dos documentos. Esses registros contemporâneos e eletrônicos representam um desafio ao resgate das características dos documentos consideradas como tradicionais como: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade.

Assim, esses documentos centrados nos contextos de produção e operacional resgatam os princípios clássicos da Arquivologia, como o princípio da proveniência e o princípio da ordem original, colocando, então, essa abordagem dentro de uma nova categoria conhecida como “Neo-Jenkinsoniana”. Duranti (1994) defende ainda que a instabilidade dos princípios clássicos deriva não deles próprios, até porque os profissionais “necessitam mais do que nunca de princípios sólidos, permanentes e universais sobre os quais se apoiarem, e de conceitos estabelecidos e claramente definidos [...]” (DURANTI, 1994, p. 62), e estes princípios derivam tanto da Arquivologia Tradicional como da Diplomática Clássica. Assim, a Diplomática

Contemporânea passa, então, a ser uma ferramenta fundamental para o tratamento dos conjuntos documentais, constituindo o método diplomático, um divisor de águas no conhecimento arquivístico, uma vez que propicia a análise de diferentes documentos, independente de sua natureza (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011).

Passados por alguns entendimentos sobre a Arquivologia, que de experiência e conhecimento empírico desenvolvido por séculos, da Antiguidade à Idade Média, até a formulação de princípios e métodos próprios na Idade Moderna, que marcam de maneira mais clara a sua atuação nos arquivos e no campo das ciências, chegando ainda às novas abordagens (Gestão de Documentos, Integrada, Funcional ou Pós-moderna e Diplomática Arquivística) inauguradas no século passado, considera-se que, de modo geral, os arquivos refletem essa trajetória da Arquivologia. Desse modo, Silva (2011) apresenta que a história geral da Arquivologia e dos arquivos podem ser vistos sob três diferentes perspectivas: visão histórica, visão gerencial e visão informacional.

Assim, para esse autor, a primeira visão da Arquivologia, a visão histórica, estabeleceu relações com o modelo de instituição arquivística cuja dimensão patrimonial privilegiava os acervos custodiados, voltados para a produção historiográfica. O segundo momento da Arquivologia, a visão gerencial refere-se ao momento histórico de crescimento dos documentos gerados no contexto do século XX, que demandavam das instituições eficiência e eficácia frente aos problemas da explosão documental. A terceira visão, a informacional, difundida no final do século XX, advém da necessidade de atualização das práticas arquivísticas relacionadas aos discursos anteriores. A informação torna-se elemento central, objeto de estudo, e recurso estratégico para as instituições arquivísticas, potencializando a interface da Arquivologia com a Ciência da Informação (SILVA, 2011).

Finalmente, a Arquivologia, como disciplina auxiliar da Diplomática, da Paleografia e da História, tendo em vista a ênfase nos arquivos históricos e nos documentos como fontes de prova e de pesquisas históricas; e, em seguida, como disciplina auxiliar da Administração, por conta do valor administrativo e jurídico dos documentos oriundos das atividades administrativas e da preocupação com a gestão de documentos, passa, recentemente, a ser compreendida sob o ângulo mais moderno das novas abordagens. Esses novos entendimentos da Arquivologia ancoram-se ora no discurso de uma ciência pós-moderna em que se faz necessário reformular antigos pensamentos, ora no reforço de sua autonomia, cujos princípios e métodos próprios são retomados e reforçados, ora como uma ciência auxiliar integrante da Ciência da

Informação, cuja base consiste no conceito de informação. Essa aproximação com o campo da Ciência da Informação tem sido colocada em razão, sobretudo, com a preocupação com o mesmo objeto, a informação. Desse modo, busca-se demonstrar na seção seguinte alguns entendimentos sobre as relações entre a Ciência da Informação e a Arquivologia.

2.1.1 Campo Científico da Ciência da Informação e suas relações com a Arquivologia

A Ciência da Informação e a Arquivologia estabelecem relações de diferentes níveis ou intensidades por conta de diversos motivos, sendo o objeto de estudo – a informação –, o elemento de ligação mais recorrente na literatura dessas áreas. Dentre essas relações, encontram-se as de caráter multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar. A aceitação da informação como objeto de estudo é mais disseminado entre os teóricos da Ciência da Informação, já que desde suas primeiras conceituações a informação encontra-se presente. Por outro lado, a Arquivologia apenas recentemente vem incorporando a informação como objeto de estudo, pois antes dos anos de 1980, os objetos de estudos concentravam-se nos arquivos e nos documentos de arquivos.

Atribui-se essa virada da Arquivologia rumo a uma nova abordagem de estudos e de seu objeto aos canadenses Couture, Rosseau e Ducharme – responsáveis pela constituição da Arquivística Integrada. Dentre as novas abordagens, surgidas no final no século XX, como a Arquivologia Pós-moderna ou Funcional e a Diplomática Arquivística, a Arquivística Integrada é a que conduz de modo mais claro uma aproximação com a Ciência da Informação (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2010).

Bellotto (2002) sem distanciar-se totalmente da visão clássica, isto é, dos documentos e dos arquivos como objetos de estudo, os quais continuam sendo vistos como objetos físicos de estudo, se refere à informação com o objeto intelectual da Arquivologia, mas não é de qualquer informação que essa área se ocupa, mas sim da informação arquivística, de uma informação orgânica. Além disso, as instituições com a assimilação do conceito de informação têm acrescentado às suas funções o acesso às informações registradas nos documentos. Para Jardim e Fonseca (1992) a informação registrada passa também ser considerada como objeto de estudo de ambas as disciplinas, Arquivologia e Ciência da Informação, ressalvada as propriedades e particularidades de cada uma.

Além de a informação ser considerada objeto de estudo, outra relação de cunho histórico conecta a Arquivologia e a Ciência da Informação. Desse modo, para Fonseca (2005) a existência de elementos comuns, como a necessidade política de eficácia e eficiência da informação, coloca a Arquivologia e a Ciência da Informação em uma relação de contemporaneidade, onde ambas estão inseridas na *episteme* da modernidade. Dada essa proximidade histórica e do objeto de estudo, aliado a falta de estudos que contemplem as interseções entre a Arquivologia e Ciência da Informação, Fonseca (2005) busca em sua tese analisar a emergência de espaços de produção da Arquivologia, e, em particular, nos programas de pós-graduação de Ciência da Informação.

Os resultados dessa pesquisa sobre a produção científica da Arquivologia apontaram que, dos 53 trabalhos entre teses e dissertações da área, defendidos entre os anos de 1992-2001, a maioria, 26 trabalhos, foi desenvolvida nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação; seguida do programa de História Social, e do programa de Memória Social e Documento. Para Fonseca (2005), os resultados demonstram uma dispersão e um movimento receptivo entre os diferentes programas de pós-graduação em Ciência da Informação existentes no Brasil, o que resulta em uma efetiva construção interdisciplinar para além das estruturas conjunturais. Silva (2012) também apontou que a maioria das 97 teses e dissertações defendidas entre os anos de 1996-2006 sobre a temática arquivística foi defendida nos programas de pós-graduação de Ciência da Informação, por outro lado, houve ainda uma dispersão das pesquisas em outras 13 áreas do conhecimento. Especificamente sobre a expressão “informação arquivística” contida nessas produções, o autor apontou que ela está presente em 12% das pesquisas, o que corresponde a uma concentração de 75% nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Marques (2007) acrescenta que as relações entre a Ciência da Informação e a Arquivologia ocorrem, no país, em pelo menos três aspectos: 1) os vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de Arquivologia; 2) a formação dos docentes desses cursos; 3) e a produção científica relacionada às questões arquivísticas. Dessa maneira, Marques (2007) considera que há um intenso diálogo interdisciplinar entre as duas disciplinas, desde a constituição das áreas, até ao nível da pós-graduação, que converge para o desenvolvimento de pesquisas com temáticas arquivísticas nesses programas. Marques (2007, 2011) salienta também que, essa proximidade da Arquivologia com a Ciência da Informação conduz ainda a uma proximidade com outras disciplinas, como a

Biblioteconomia e a Museologia, que desempenham igualmente atividades de aquisição/produção, organização e disponibilização da informação, seja por meio da gestão da informação, gestão do conhecimento ou gestão documental.

Em relação às práticas discursivas dos docentes do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Silva (2009) identificou 76 expressões comuns aos dois campos do conhecimento (Arquivologia e Ciência da Informação), as quais foram agrupadas em categorias que indicam e/ou representam os aspectos (propriedades e dimensões) que potencializam a efetivação das zonas interdisciplinares nos três domínios científicos: domínio gnosiológico, domínio pragmático e domínio contextual (nível macro) e conjuntural (nível micro). Ademais, para Silva (2009), essas relações interdisciplinares podem ocorrer em diversos contextos: contexto epistemológico, pedagógico e empresarial e tecnológico. Destarte, para esse autor, Arquivologia e a Ciência da Informação devem ser vistas como dois campos do conhecimento distintos (tendo em vista suas especificidades), que lidam como um objeto em comum, a informação (de acordo com algumas características e sob o ponto de vista ou ângulos diferentes), e que o alargamento das suas fronteiras permite que se formem zonas interdisciplinares entre esses campos (SILVA, 2009).

O fato dessas pesquisas, envolvidas com a temática arquivística, e que não se esgotam nesses exemplos, terem sido desenvolvidas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação revela que esta área constitui um importante espaço de acolhimento e de produção de conhecimento arquivístico. Todavia essa proximidade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação não se restringe ao espaço institucional da pós-graduação, pois essas relações extrapolam esse nível ao abarcar também a produção publicada nos periódicos. Em relação a esse exemplo, Medeiros, Nodare e Araújo (2010) demonstram com base na análise temática dos 21 artigos publicados na revista *Arquivo & Administração*, entre 2004 e 2006, a existência de uma estreita relação do conhecimento produzido na área da Arquivologia com o conhecimento gerado pela Ciência da Informação, dado o enquadramento da produção nas correntes teóricas da Ciência da Informação, e na identificação dos autores citados desse campo, que também foram identificados nos fascículos desse periódico analisado.

Para além do âmbito da interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, que é mais comum nas pesquisas brasileiras, pode-se também encontrar relações mais intensas entre essas áreas nas produções dos autores portugueses, que tem defendido a visão transdisciplinar da Ciência da Informação como uma grande área

científica responsável por abrigar outras disciplinas aplicadas, entre elas, a Arquivologia. Dessa forma, a Arquivística é vista como uma componente aplicada do campo da Ciência da Informação, sendo ambas inseridas no campo das Ciências Sociais, as quais estabelecem relações interdisciplinares com outras disciplinas, como: gestão da informação, informática, comunicação social, organização e métodos, ciências da administração e ciências sociais (SILVA *et al*, 1998).

Ainda nessa direção, os autores Silva *et al* (1998) declaram que a Ciência da Informação emergiu de uma “evolução natural”, e sem rupturas radicais das disciplinas aplicadas, como a Arquivística, Biblioteconomia e Documentação. Assim, a Ciência da Informação, uma ciência transdisciplinar, nascida em um contexto de mudanças e revoluções sociais e tecnológicas, fundamentada no paradigma pós-custodial, em oposição ao do paradigma custodial, historicista, patrimonialista e técnico, que vigorou sobremaneira até os anos de 1980, tem influenciado a investigação da Arquivologia à luz desse novo paradigma, redimensionado, com isso, o conceito de arquivos e da Arquivologia. Outro ponto de encontro entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, para esses autores, efetiva-se por meio do compartilhamento do mesmo objeto de estudo, a informação – produto da atividade humana e social (SILVA *et al*, 1998).

No Brasil, essa visão da Ciência da Informação como um campo maior, que inclui outras disciplinas, pode ser notada no primeiro trabalho “Avaliação e Perspectiva para Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia”, de 1978. Este documento desenvolvido por especialistas das duas primeiras áreas, portanto, sem a presença de arquivistas, conceituou a Ciência da Informação como campo mais amplo, de propósitos investigativos e analíticos, interdisciplinar por natureza, que tem por objeto o estudo dos fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações em todos os campos do saber (CNPq, 1978). Esse documento também apresentou a Arquivologia e a Biblioteconomia como disciplinas aplicadas, que tratam da coleta, organização e difusão de informações preservadas em diferentes tipos de suportes materiais (CNPq, 1978). Outra questão apresentada, nesse documento, refere-se à importância da interdisciplinaridade, de modo que, as “disciplinas que devem haurir conhecimentos, métodos e orientações de inúmeros setores do saber. São áreas em que a formação e o trabalho interdisciplinar se tornam imperativos” (CNPq, 1978, p. 64).

Retomando o conceito e campo da informação, Lopes (2009) a considera como objeto de estudo das Ciências da Informação, na qual é integrada pela Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Para ele, essas disciplinas se interligam por causa da

informação, como substantivo comum, que ao ser adjetivado, como informação arquivística, biblioteconômica ou museológica ocasiona a demarcação das especificidades dessas disciplinas. Lopes (2009), adepto da Arquivologia Integrada, acrescenta que a Arquivologia, campo de trabalho e de estudo da informação orgânica, sob a perspectiva das novas abordagens, desloca o documento, geralmente visto como patrimônio material, para o enfoque no fenômeno e no processo informacional. Desse modo, o profissional arquivista passa a ser visto como um produtor do conhecimento e um hermenêuta, na qual sua função consiste em atribuir um olhar sobre a fonte geradora e acumuladora da informação, bem como a de interpretar o conteúdo informacional dos documentos (LOPES, 2009).

Não distante dessa visão da Ciência da Informação como uma área que agrega outros campos científicos, as Ciências Documentais (cujo foco é o documento, e de vertente europeia), defende a Arquivologia como uma subárea dessa ciência. O *“Manual de ciencias de la documentación”* (2006), coordenado pelo espanhol José López Yepes, apresenta os arquivos, bibliotecas e museus como responsáveis pela transmissão da informação via documento em suas diversas manifestações, o que dá origem a expressão dos termos “instituições documentais” e “ciências documentais”. Tais instituições realizam, portanto, de modo distinto uma das outras, em razão das especificidades de seus documentos, o processo informativo-documental (COMECHÉ, 2006), característica central das ciências documentais. Sob esse mesmo viés, Moreno (2004) declara que entende a Arquivologia como uma ciência documental que tem por objeto de estudo os arquivos e os sistemas de informação, fundamentado na geração, tratamento e difusão dos documentos.

Essa proximidade entre as disciplinas informativo-documentais (Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação) é também abordada por Rendón Rojas (2008, 2011), que considera como objeto científico o processo documental (fluxo e ciclo social da informação), realizado dentro de um Sistema Informativo Documental. Este sistema composto por cinco elementos (usuários, informação, documento, instituição e profissional) constitui-se um elemento comum às três disciplinas, o que confere a elas um “parentesco de família”. A proximidade entre essas disciplinas informativo-documentais é reforçada pelo compartilhamento de um núcleo central e de seus componentes: objetos, fenômenos, processos, atividades, conceitos e teorias (RENDÓN ROJAS, 2011). Assim, dentro desse núcleo central, as disciplinas compartilham ainda de uma mesma ontologia em que residem: usuários, informação, documentos, fontes e

fundos de informação, instituição informativa documental, processos e atividades (RENDÓN ROJAS, 2011).

Nota-se que ao abordar a relação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação depara-se, geralmente, com outras disciplinas, como a Biblioteconomia e a Museologia. No campo de ação dessas disciplinas, Pinheiro (1998) afirma que, no Brasil, iniciou-se, na década de 1990, os primeiros esforços para a integração entre as áreas que lidam com a informação: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. Estes esforços foram influenciados, pelos trabalhos iniciados nos anos 1970, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e pela concepção do Sistema Nacional de Informação (NATIS), que representou uma evolução do Sistema Mundial de Informação (UNISIT), marco nas políticas públicas de informação, centralmente envolvidos nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Nessa mesma direção de integração, houve, nos anos de 1980, em Paris, o simpósio internacional promovido pelo Programa Geral de Informação (PGI) da UNESCO, que buscou encontrar elementos comuns entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação para a constituição de um núcleo comum da formação profissional. Mueller (1984), uma das integrantes desse evento, esclarece que a preocupação em torno dessas três profissões ligadas à informação decorre da necessidade de uma maior cooperação entre elas no nível acadêmico, dos recursos físicos e humanos, a fim de que possam maximizar esses recursos existentes, sem que haja absorção de uma área pela outra.

Outra preocupação da UNESCO com o ensino dessas áreas foi manifestada em 1988, com a publicação da obra de France Fontaine e Paulette Bernhard, intitulada *Guidelines for writing learning objectives in librarianship, information science and archives administration*. Nessa mesma década, ainda sob o incentivo da UNESCO houve, em Londres, uma mesa redonda internacional, organizada pela *Internacional Federation of Library Associations (IFLA)*, em que foi convidado o professor Antônio Miranda, da Universidade de Brasília (UnB), para apresentar uma pré-proposta de diretrizes para harmonização curricular dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, no âmbito da Ciência da Informação.

Interessada em continuar com as discussões levantadas naquele evento, Eliana Mendes, sob a orientação do professor Miranda, defendeu, em 1992, a dissertação intitulada "Tendências para a Harmonização de Programas de Ensino de Arquivologia,

Biblioteconomia e Museologia no Brasil: um Estudo Delfos". A metodologia da pesquisa incluiu uma ampla consulta de especialistas de todo o Brasil visando à criação de uma base epistemológica e à formulação de uma proposta de um tronco comum para a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Todavia, essa harmonização não chegou a se concretizar naquele momento na UnB, ocorrendo nesta universidade, apenas, na década de 2000, no âmbito da Ciência da Informação, a partir da criação de um currículo com disciplinas comuns aos cursos, assim como, na UFMG e UFRGS (ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011).

No plano político-institucional Marques (2011) apresenta que a Arquivologia na Tabela de Área do Conhecimento (TAC)⁶, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em vigor desde 1984, configura-se como uma subárea da Ciência da Informação, juntamente com a Biblioteconomia e a Teoria da Informação. A Museologia, tal qual na tabela anterior, de 1982, constitui-se em uma área independente da Ciência da Informação. Nessa penúltima tabela, a Ciência da Informação em conjunto com a Biblioteconomia e a Arquivologia são denominadas de área: “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia”, na qual se inserem na grande área das “Ciências Humanas, Sociais e Artes”, o que demonstra um estreito relacionamento entre elas, e mesmo uma confusão ao juntá-las como uma única área, vale ainda destacar que na primeira TAC, de 1976, a Arquivologia sequer está representada.

De modo geral, constata-se que os entendimentos relativos às posições e os relacionamentos entre os níveis hierárquicos e as áreas modificaram-se de uma versão de uma tabela para outra. A Ciência da Informação, inicialmente representada como uma subárea da Comunicação, passou, já na segunda e na terceira versão, a ser representada como uma área independente. Contudo, sabe-se que toda classificação é arbitrária, imperfeita e incompleta, por isso elas acabam reduzindo os diversos posicionamentos em um único modelo, que nem sempre é o mais aceito. Parece também que as classificações não acompanham as constantes mudanças científicas, gerando, assim, uma distância entre a representação e a realidade. Nessa direção, Souza (2008) apresenta algumas críticas em torno da TAC, a saber: defasada, inadequada, anacrônica

⁶ A classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em ciência e tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações. A classificação permite sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente relacionadas a projetos de pesquisa e recursos humanos. (CAPES, 2012).

e pobre, deficiente, limitada em temas de subáreas e especialidades, necessitando, portanto, de modernização dos tópicos.

Posto isso, as comunidades científicas propuseram, em 2005, ocasião da revisão da TAC, um novo rearranjo das áreas. De forma que, a Arquivologia e Biblioteconomia passariam a integrar áreas distintas umas das outras. Como subáreas da Arquivologia a comunidade científica propôs: fundamentos da arquivologia, gestão arquivística, métodos arquivísticos e arquivologia especializada. A Biblioteconomia propôs como subáreas: fundamentos da biblioteconomia, gestão de unidades de informação, teoria e técnicas documentárias e documentação especializada. A Museologia já vista como uma área distinta apresentou a seguinte proposta de suas subáreas: fundamentos teóricos da museologia, museologia aplicada e temas específicos da museologia. A Ciência da Informação também uma área independente apresentou as seguintes subáreas: fundamentos da ciência da informação, organização do conhecimento, gestão da informação, disseminação e uso da informação, política e economia da informação e tecnologia da informação.

A proposta de mudança da grande área Ciências Sociais Aplicadas para Ciências Socialmente Aplicáveis não foi aprovada como todas as revisões propostas supracitadas, permanecendo no cenário brasileiro, a terceira versão de quase vinte anos atrás, a de 1984. Dessa forma, Marcondes (2011, p. 224) ressalta que, “o arranjo da área de CI na Tabela de áreas CAPES/CNPq é hoje desastroso, confuso e epistemologicamente incorreto”. Embora, consciente da dificuldade de manter atualizada a associação direta entre o que a literatura científica defende e a representação dos campos na tabela, parece que a proposta recusada, de 2005, consistiria em uma melhor esquematização dos campos científicos por configurar uma autonomia entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, o que vale lembrar que elas não deixariam de estabelecer relações interdisciplinares entre si por conta dessa nova configuração.

Em suma, pode-se dizer que, embora seja recente esse contato entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, fruto das novas abordagens, os níveis de interação já aparecem bastantes desenvolvidos. As diferenças entre as áreas, cada uma com sua história, a Arquivologia com sua trajetória com os arquivos e o trato com os documentos, e a Ciência da Informação com o seu foco na informação, e na produção, organização e uso da informação, não constitui um elemento de afastamento, mas de aproximação, visto que elas têm somados esforços, contribuindo mutuamente para o desenvolvimento e enriquecimento de seus campos científicos.

2.2 Campo científico da Biblioteconomia

A história das práticas biblioteconômicas está fortemente vinculada com a passagem da cultura oral para a cultura escrita, visto que essa transformação possibilitou a introdução de um novo elemento: o suporte. Esse suporte ou registro do conhecimento constituíram os primeiros acervos das primeiras bibliotecas na Antiguidade, chamadas de bibliotecas primitivas. Segundo Ortega (2004) tais bibliotecas poderiam ser encontradas entre os séculos VIII e VII a.C., como a de Assurbanipal, rei da Assíria. A associação entre as bibliotecas e a Biblioteconomia, recorrente na literatura científica, decorre das experiências e práticas exercidas e acumuladas naqueles espaços, as quais são vistas como fatores que antecedem a própria criação da Biblioteconomia. Assim, “a prática da Biblioteconomia precedeu de muito a formulação de quaisquer leis. É só lentamente e a partir da experiência contínua dos profissionais que uma teoria pode ser deduzida e enunciada” (SAYERS, 2009, p. xxii).

Nessa direção, Butler (1971, p. 61) anuncia que “A Biblioteconomia, como a conhecemos, só pode ser plenamente apreendida através da compreensão de suas origens históricas”. Assim, Linares-Columbié (2004) reconta a origem da Biblioteconomia a partir da história das bibliotecas, pois para o autor a gênese desse campo do conhecimento está imbricada com a milenária instituição biblioteca. A trajetória das bibliotecas inicia-se na Antiguidade, as quais tinham seus acervos compostos pelas tabuinhas de argila, como a biblioteca de Ebla, na Síria (ORTEGA, 2004). No século III a.C, o exemplo mais famoso de bibliotecas é a de Alexandria, conhecida pelo seu numeroso acervo, composto por cerca de 70.000 rolos de papiro (MILANESI, 2002), e pela confecção do primeiro catálogo metódico elaborado pelo poeta e “bibliotecário” Calímaco de Cirene. Ademais, essa instituição ao lado do “templo das musas”, não era apenas um espaço de armazenamento, conservação e preservação de seu acervo, ele era também destinado ao ensino e a investigação de sábios, filósofos e eruditos (LINARES-COLUMBIÉ, 2004).

Na Idade Média, dada às características do sistema cultural vigente, as bibliotecas vinculavam-se às ordens e às instituições religiosas. O predominante conservadorismo conduziu a figura da biblioteca a tornarem-se locais de “depósitos de livros”, e a do bibliotecário “guardião do saber” (MILANESI, 2002). Embora essas imagens sejam negativas é graças a essas bibliotecas medievais, que, posteriormente, se obteve acesso à cultura greco-romana (MARTINS, 2002). Ainda, ao lado dessas

bibliotecas, surgiram, no século XII, na Europa ocidental, as primeiras bibliotecas universitárias, fruto do desenvolvimento das universidades, que deram início ao processo de laicização, na medida em que os livros passaram a ter valor prático e instrumental para a produção de conhecimentos por alunos e professores (LINARES-COLUMBIÉ, 2004).

Na Modernidade, com o aperfeiçoamento da prensa tipográfica por Gutenberg, dos tipos móveis de chumbo e reutilizáveis, os livros passaram a dispor de um novo tipo de produção, o que acelerou a sua feitura, de manuscritos, revestidos de sacralidade, para impressos profanos escritos em papel, suscitando, com isso, a criação e ampliação de mais espaços de guarda, as bibliotecas (MILANESI, 2002). Com a formação dos Estados-Nacionais modernos surge uma nova categoria de bibliotecas, as bibliotecas nacionais, as quais se ocupavam do patrimônio bibliográfico de um determinado país. No século XIX, com o avanço do industrialismo, Linares-Columbié (2004) aponta ainda que surgiram nesse contexto as bibliotecas especializadas, as quais eram responsáveis pela transferência da documentação proveniente do universo científico e tecnológico. Por fim, o autor, menciona o surgimento das bibliotecas públicas, as quais aparecem como exigência das necessidades educacionais da sociedade industrial europeia.

Posto essa breve história das bibliotecas, Linares-Columbié (2004) finalmente acrescenta que a necessidade das bibliotecas de irem mais além do caráter puramente técnico e instrumental, juntamente com a crescente significação social e econômica delas, impulsionou, no século XIX, o nascimento da Biblioteconomia. Além disso, para o autor, foram igualmente determinantes para o nascimento desse novo campo científico as características daquele momento como: surgimento da sociedade industrial; início de relevantes inovações científicas e tecnológicas; ressurgimento da vida urbana; aparição de novas necessidades educacionais e, criação paulatina das ciências sociais (LINARES-COLUMBIÉ, 2004).

Não distante desse largo conhecimento empírico acumulado houve também os esforços em torno da sistematização da organização e administração das bibliotecas, como o primeiro manual para bibliotecários *Advis pour dresser une bibliothèque*, de Gabriel Naudé, escrito em 1627, que formalizou as bases conceituais desse campo, lançando os princípios de uma Biblioteconomia Moderna, pautada nas bibliotecas como lugares públicos e universais (SIQUEIRA, 2010). Conforme demonstra Morales López (2008), o desenvolvimento da Biblioteconomia contou com diversas origens expressas por meio de outros personagens como Martin W. Schrettinger (1772-1851), na

Alemanha, e Melvil Dewey (1851-1931), nos Estados Unidos. Esse primeiro autor alemão, escritor de muitas obras do campo da Biblioteca e da Biblioteconomia, é para Linares-Columbié (2004) o fundador da “Ciência da Biblioteconomia”.

Morales López (2008) também considera que a formação da ciência da Biblioteconomia associa-se a escola alemã, e, sobretudo, a Schrettinger, pois ele foi o responsável pelo processo científico e pela autonomia da Biblioteconomia frente à Bibliografia e à Bibliologia; “Por isso é justo dizer que a origem da biblioteconomia como ciência se encontra na Alemanha” (MORALES LÓPEZ, 2008, p. 88). A escola francesa, pioneira como os estudos de Gabriel Naudé, considerava a Biblioteconomia apenas como uma técnica, tendo como objeto de estudo o livro e não a instituição e os processos da biblioteca. Ademais, a França subordinou a Biblioteconomia à Bibliografia, a Bibliología, e, posteriormente à Documentação (MORALES LÓPEZ, 2008).

Ao deslocar do continente europeu, esse autor afirma que nos Estados Unidos os esforços em torno de sistematizar os conhecimentos biblioteconômicos, bem como fortalecer o campo da Biblioteconomia remonta, igualmente, ao século XIX. A criação *American Library Association* (ALA), em 1876, desempenhou um importante papel nesse processo em prol dos profissionais e do fortalecimento das bibliotecas públicas e escolares. Para Shera (1980) a criação da ALA marcou a mudança de orientação do bibliotecário erudito e bibliófico para o bibliotecário profissional a serviço do público e do social. A figura do bibliotecário norte-americano Melvil Dewey, um dos responsáveis pela constituição dessa instituição, tornou-se conhecida também pelos seus estudos de bibliotecas, da preocupação com a educação técnica e com desenvolvimento do sistema de Classificação Decimal de Dewey, publicada em 1876 (MORALES LÓPEZ, 2008).

Esse sistema de classificação abriu caminhos para posteriores esquemas de classificação como de Bliss, Brown, Cutter, Raganathan, Otlet e La Fontaine, etc. Anteriores a esses autores, e imbuídos pelo espírito positivista, haviam sido publicados as regras de catalogação, de Panizzi, em 1841, e, de Jewett, em 1852. Destarte, aquele sistema decimal inaugurou a influência estaduniense sobre outros países, bem como passou a nortear os profissionais nas atividades de classificação, formados na primeira moderna escola de Biblioteconomia, *Columbia University*, idealizada, igualmente, por Melvil Dewey, em 1887, em contraste com o modelo erudito da *École des Chartes*, inaugurada na França, em 1821.

Na primeira metade do século seguinte, Linares-Columbié (2004) reforça que importantes obras foram produzidas, dentre elas *An introduction to library science*, de Pierce Butler, publicada em 1933, que seguia uma linha diferente das produções anteriores, menos técnica e pragmática e mais científica sob os auspícios da *University of Chicago* – considerada o centro intelectual da Biblioteconomia nos Estados Unidos, dos anos 30 até os anos 60 (ORTEGA, 2004). No prefácio dessa obra Lester Asheim a apresenta como a primeira exposição em profundidade de uma introdução à Biblioteconomia teórica. Nessa obra, Butler (1971, p. ix) reconhece a Biblioteconomia como uma ciência social, posto que “os livros são um dos mecanismos sociais para a preservação da memória social e a biblioteca um aparelho social para transferir isso ao consciente do indivíduo”. Apesar disso, ele se apropria da lógica das ciências exatas (1. Coletânea de dados pela observação; 2. Explicação em termos de causalidade imediata; e, 3. Avaliação pelo processo de integração) para a construção científica das “ciências das bibliotecas”, uma ciência social.

A motivação para a consolidação da Biblioteconomia como ciência adveio, segundo Butler (1971), da necessidade de, ao invés de estudar casos isolados e bibliotecas individuais, ocupar-se da dimensão generalizada dos fatos, de modo que “com o desenvolvimento da ciência da Biblioteconomia teremos um dia conhecimentos definitivos sobre questões para as quais atualmente temos de utilizar a opinião subjetiva” (BUTLER, 1971, p. xii). Assim, a Biblioteconomia em intercâmbio com outras ciências, como a Sociologia, Psicologia e História e, sem negar a importância da prática, generalizaria seus conhecimentos, e, de modo mais eficiente, administraria a biblioteca a partir da teoria social; compreenderia a motivação e habilidade mental do indivíduo no processo de necessidade, busca e uso dos livros; e conheceria o conteúdo dos livros por meio do estudo da história bibliográfica. Portanto, “um profissional tem de possuir conhecimentos científicos generalizados que o capacite a descobrir as complexas necessidades da biblioteca de uma comunidade eclética” (BUTLER, 1971, p. 80).

Essa visão “tradicional” da Biblioteconomia como ciência das bibliotecas e dos livros, norteou cursos, escolas, produção científica e eventos desse campo. No discurso inaugural do 2º Congresso Mundial de Bibliotecas e Bibliografias, proferido por José Ortega y Gasset, realizado em Madri, em 1935, ele anuncia que “a missão do bibliotecário deverá ser, não como até hoje, a mera administração da coisa chamada livro, mas o ajustamento, a *mise au point* da função vital que é o livro” (2006, p. 46).

Nesta dimensão o bibliotecário se configura como um filtro que se interpõe entre a torrente de livros e o homem, devendo, então, além de organizá-los, catalogá-los, selecioná-los, promover a leitura e orientar o leitor especializado ou não na *selva selvaggia* dos livros (ORTEGA Y GASSET, 2006).

Essa figura do bibliotecário aparece em diversos manuais de Biblioteconomia, que de maneira pragmática buscavam nortear o profissional bibliotecário em suas diversas atividades. Dentre esses manuais, destaca-se “Arte e ciência da Biblioteconomia”, do norte-americano Gaston Litton, que tinha como principal objetivo despertar o interesse nos leitores pelos livros e pelas bibliotecas, voltando-se, assim, de modo introdutório, para a busca de respostas para as seguintes perguntas: O que é um bibliotecário?; Que são as bibliotecas?; Que é uma publicação?; É o bibliotecário um profissional?. O “Manual de bibliotecología”, de Juan Albani e outros autores, publicado na Argentina, em 1951, e o “Manual de Biblioteconomía”, de Luisa Orera Orera, de 1996, são igualmente duas obras que visam orientar o profissional bibliotecário. De uma maneira mais exaustiva do que a obra de Gaston Litton, tais manuais abordam desde a história e técnica dos livros até a organização, administração e serviços de bibliotecas.

O “Manual de Biblioteconomia: organização técnica e científica das bibliotecas”, do espanhol Javier Lasso de La Vega, também exaustivo em seu conteúdo, buscava explicitar o seu entendimento acerca da Biblioteconomia, ainda que de maneira breve. Assim, para ele, “o estudo das matérias relacionadas com a catalogação, ordenação, classificação e conservação dos livros se designa ordinariamente sob o nome de Bibliotecología”, esta, em princípio empregada de Biblioteconomía (LASSO DE LA VEGA, 1952). Ademais, a Bibliotecología pode ser considerada uma parte da Bibliología, ciência mais ampla, que estuda o livro em todos seus aspectos. Portanto, a Bibliotecología consagra-se como parte integrante de estudo da Bibliología, e como o estudo da organização e administração de bibliotecas.

Em outra vertente, Domingo Buonocore (1948, 1976), defende a distinção entre Biblioteconomia e Bibliotecología. Para ele, a primeira consiste em um ramo específico da segunda, sendo esta um campo amplo de estudo. Assim, a Biblioteconomia é o conjunto de conhecimentos teóricos e técnicos relativos à organização e à administração de bibliotecas. Enquanto, a Bibliotecología é, para esse autor, o conjunto sistemático de conhecimentos composto por dois grupos de disciplinas, as que se referem aos livros em

si mesmo, considerados individualmente como entidades autônomas, e as disciplinas relativas à biblioteca.

Essa distinção entre os termos, todavia, não é apresentada por Mukherjee (1985) na sua obra “Filosofia da Biblioteconomia”. Para o autor, a Biblioteconomia pode ser compreendida sob dois ângulos: um diretamente ligado à organização das bibliotecas, de modo que seus recursos estejam disponíveis aos usuários; e outro focado no serviço social que a biblioteca desempenha, o qual influencia de maneira decisiva a vida da sociedade. Desse modo, o autor constata que as bases da filosofia da Biblioteconomia estão assentadas na instituição da biblioteca, o que dá origem às teorias centradas na prática da atividade do bibliotecário. Esse relacionado ténue entre a prática profissional e a produção teórica da Biblioteconomia, resulta em uma baixa ocupação com as questões filosóficas, visto que os “bibliotecários, em geral, estão demasiadamente ocupados com os processos técnicos, não dispensando tempo algum para o especular sobre eles próprios e/ou sobre o desenvolvimento de seus trabalhos” (MUKHERJEE, 1985, p. 17).

Além dessa excessiva ocupação do profissional com a prática, que o distancia das especulações teóricas, a biblioteca tem sido relegada à visão de uma instituição voltada somente para a armazenagem, processamento e disseminação de material bibliográfico, esvaziando, assim, a biblioteca de seu papel social e da produção da informação (ANDRADE; METCHKO; SOLLA, 1981). Acerca desse debate epistemológico da Biblioteconomia ser uma ciência ou uma arte (equivalente à técnica), os autores revelam que ela tem adeptos de ambos os lados, ou como afirmam os autores “a Biblioteconomia tem os dois aspectos, o mecânico (rotina, processos técnicos) e o intelectual (todos os processos que ajudam a assimilar o conhecimento, incluindo a formação acadêmica do bibliotecário)” (ANDRADE; METCHKO; SOLLA, 1981, p. 156).

Ainda segundo esses autores, a dificuldade em apreender a Biblioteconomia como uma ciência deriva de vários fatores, entre eles: conceitos básicos vagos, carentes de precisão; uso generalizado do conhecimento dedutivo e truísmos; pesquisas que pouco contribuem para a elaboração de teorias; finalidade da biblioteca reduzida a processos; a não produção de seu próprio objeto – a informação – dependendo de outras ciências para construir seu discurso e a ausência de leis de caráter universal, pautando-se, assim, em regras e normas específicas adaptadas segundo as condições de cada biblioteca (ANDRADE; METCHKO; SOLLA, 1981)

Nessa direção de uma ausência mais profunda dos conhecimentos teóricos e filosóficos da Biblioteconomia, apontada também pelo matemático e bibliotecário Shiyali Ramamrita Ranganathan, considerado o “pai da biblioteconomia”, faz com que o mesmo publique nos anos de 1928, cinco enunciados, os quais são considerados, até os dias de hoje, como as únicas cinco leis da Biblioteconomia, são elas: 1. Os livros são para usar; 2. A cada livro seu leitor; 3. A cada leitor seu livro; 4. Poupe o tempo do leitor; e, 5. A biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 2009). Embora, essas cinco leis se concentrassem na figura do livro e da biblioteca, Ranganatan, décadas depois, acrescentou que esse formato bibliográfico deveria ser extrapolado e generalizado para a figura do documento. Para esse autor, a formulação dessas leis acionou a espiral do método científico, justificando, portanto, a consideração de que a Biblioteconomia é uma ciência e não apenas uma arte ou técnica.

Essa atualização do livro para o documento reflete uma mudança de paradigma da área, posto que os estudos até os anos de 1950 estiveram ancorados na biblioteca, como uma instituição social, ou especificamente, como uma organização social bem definida e única (MIKSA, 1999). Influenciado pelas ideias dos engenheiros da comunicação e dos teóricos da cibernética, entra em cena o segundo paradigma, este que tem como foco o processo de movimento da informação com um sistema de comunicação humana (MIKSA, 1999). Rendón Rojas (1996) refere-se a essa mudança de paradigmas com uma revolução científica. Para esse autor, o que ocorreu foi um abandono de uma ontologia de primeiro nível, onde se trabalha com objetos concretos, tangíveis, tais como o livro e a biblioteca, para uma ontologia de segundo nível, onde se encontram entes abstratos, e cujo fim último é o contato do usuário com o mundo da informação.

Assim, a nova fundamentação teórica da Biblioteconomia encontrou respaldo no conceito de informação pragmática. Ao contrário da informação sintática, que se ocupa do estudo das relações entre os signos (cuja base é a teoria matemática de informação, de Shannon y Weaver), e da informação semântica, que centra no estudo das relações entre os signos e os significados (cuja base é o sistema da lógica indutiva de probabilidade de Carnap), a informação pragmática trabalha com a dialética do sujeito, sua intencionalidade e o contexto que o rodeia, deslocando, assim, a Biblioteconomia de um trabalho técnico e rotineiro (RENDÓN ROJAS, 1996).

Considera-se que, com o surgimento desse novo paradigma, centrado na informação, a Biblioteconomia tenha passado a sofrer influências irreversíveis em seu

campo epistemológico, o que ocasiona uma fragilidade nas classificações rigorosas sobre os autores propriamente do campo da Biblioteconomia e autores do campo da Ciência da Informação. Desse modo, a Ciência da Informação, nascida no bojo da revolução científica e tecnológica no contexto da Segunda Guerra Mundial, constitui em um campo de influência crescente que direciona os estudos da Biblioteconomia, chegando, inclusive, a ser vista como uma evolução desta (TARGINO, 1995), ou, numa visão mais harmoniosa como sua aliada natural (COSTA, 1990).

Além disso, ao contrário da história da Biblioteconomia que se liga inicialmente às bibliotecas e aos livros, a Ciência da Informação incorpora a informação como seu objeto de estudo, desde sua primeira conceituação, elaborada no final dos anos de 1960, a saber: “disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processamento para otimizar sua acessibilidade e utilização” (BORKO, 1968). Dessa maneira, o campo científico da Biblioteconomia a fim de dinamizar as escolas tradicionalmente nomeadas de *Librarianship*, *Library science*, passa a agregar o termo informação e/ou Ciência da Informação, como, por exemplo, *Library and Information Science*, *Information Studies*, *Library and Information Studies*, *Bibliothéconomie et des sciences de l’information*.

Birger Hjørland (2007) aponta que essa combinação de Biblioteconomia com Ciência da Informação foi usada pela primeira vez, em 1964, na *University of Pittsburgh*, o que ocasionou nas décadas seguintes a mudança de nomes de muitas outras escolas em todo mundo. Para Rubin (2004) essa mudança dos nomes ocorreu pelo reconhecimento de pelo menos três fatores, são eles: 1. Em vez de livros a informação tornou-se o foco central dos programas; 2. As tecnologias da informação exerceram influências significativas nas funções básicas das bibliotecas; 3. A mudança de nome desloca o profissional da associação apenas com o espaço da biblioteca, ocasionando uma abertura no mercado.

Posto isto, a partir da segunda metade do século XX, não apenas as escolas mudaram de nomes, mas as produções teóricas e epistemológicas da Biblioteconomia também mudaram, acrescentando, então, a informação como um de seus mais novos objetos de estudo. Para Carmona (2011) a Segunda Guerra Mundial gerou efeitos benéficos para as ciências e para as tecnologias da informação e comunicação. Especificamente no caso da Biblioteconomia seus estudos teóricos e conceituais tornaram-se mais intensos, precisos e melhor sustentados por meio de contribuições de diversos profissionais de outras áreas. Ademais, a Biblioteconomia deixou de ser

considerada uma pré-ciência para tornar-se uma ciência, que utiliza o método científico para descobrir as ordenações gerais que se referem aos seus objetos de estudo: 1. As bibliotecas; 2. Os livros e os documentos; 3. A informação; e, 4. A ciência em si mesma (CARMONA, 2011).

Esse entendimento da Biblioteconomia como uma ciência estreitamente relacionada com a informação, que se fortalece após a Segunda Guerra Mundial, não é uma visão consensual entre os autores. Na verdade são poucos os discursos que sustentam essa posição. O que se torna recorrente na literatura científica, dentro desse novo contexto científico-tecnológico, é o surgimento da Ciência da Informação, que ora aproxima-se da Biblioteconomia, por meio de relações interdisciplinares, ora encontra-se afastada dela, por conta da dissidência entre os novos profissionais da informação ou bibliotecários especializados *versus* os bibliotecários tradicionais. Dessa maneira, objetiva-se esclarecer as relações entre a Ciência da Informação e a Biblioteconomia.

2.2.1 Campo científico da Ciência da Informação e suas relações com a Biblioteconomia

Acredita-se que as relações entre a Ciência da Informação e a Biblioteconomia iniciaram-se antes mesmo do recente surgimento da primeira, visto que as suas raízes derivam da Documentação, da Bibliografia e da Biblioteconomia, como elucida Costa (1990, p. 137), “A Biblioteconomia gerou a Bibliografia, a Bibliografia gerou a Documentação, e esta gerou a Ciência da Informação”. Décadas anteriores Shera e Egan (1953) apontaram que a primeira manifestação da Documentação advinha da Bibliografia especializada, que é tão antiga quanto a Biblioteconomia, e que aquela utilizou da técnica e da estratégia desta para se desenvolver como uma “ciência dos documentos” fundada, no final do século XIX, por Paul Otlet e Henri La Fontaine.

O desejo desses advogados belgas de construir uma biblioteca universal de todos os documentos registrados, denominado de Repertório Bibliográfico Universal (RBU), estava atrelado a I Conferência Internacional de Bibliografia, realizada em 1895, que aprovou a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) que, posteriormente, foi denominado de Instituto Internacional de Documentação (IID), logo, Federação Internacional de Documentação (FID), e, desde 1986, estabilizou-se como Federação Internacional de Informação e Documentação, mantendo-se com a sigla anterior. O desenvolvimento da Classificação Decimal Universal (CDU), também idealizado por

Otlet e La Fontaine, e que teve como base a Classificação Decimal de Dewey (CDD), objetivava organizar e padronizar a descrição temática dos documentos descritos nas fichas e nos sistemas de documentação (ORTEGA, 2004).

Além de reunir todo o conhecimento registrado centrado apenas nos livros, a Documentação tinha também o objetivo de realizar uma análise mais profunda sobre os assuntos contidos em quaisquer documentos, independente do formato e suporte. Surge, então, a dissidência entre os bibliotecários tradicionais *versus* bibliotecários especializados e os documentalistas. Todavia, anterior a esse momento de dissidência, a Biblioteconomia e a Documentação eram consideradas como integrantes de uma mesma “unidade essencial” – organização e acesso dos documentos, e em muitos casos deviam seus progressos aos mesmos homens (SHERA; EGAN, 1953).

Essa cisão entre os bibliotecários tradicionais e os documentalistas, no final do século XIX e início do século XX, ocorreu devido ao distanciamento da própria Biblioteconomia de seus propósitos originais, uma vez que passou a concentrar seus esforços na educação de massa e no fenômeno da biblioteca pública. Assim, os problemas com a organização e acesso ao conteúdo dos documentos passaram a constituir preocupação dos novos profissionais denominados de documentalistas. Em relação a essa bifurcação, os autores Shera e Egan (1953) declaram ainda que esse abandono de uma parte importante da responsabilidade profissional não só enfraqueceu o prestígio da profissão de bibliotecários como também prejudicou o crescimento intelectual da Biblioteconomia, que se deteve nos estudos da biblioteca e do livro.

Nos Estados Unidos essa ruptura entre os bibliotecários e os documentalistas, data, particularmente, do início do século XX, com as ações de bibliotecários especializados que exerciam suas atividades nas bibliotecas de empresas, o que culminou na criação da *Special Library Association*, em 1909, causando, assim, um rompimento com a tradicional *American Library Association* (ALA). Dessa maneira, os “bibliotecários especializados norte-americanos e os documentalistas europeus convergiam para um mesmo objetivo: enfrentar o desafio de organizar e prestar serviço de acesso à informação a pessoas e às instituições atuantes em áreas especializadas” (DIAS, 2000, p. 74), enquanto os bibliotecários tradicionais concentravam-se nas funções em torno das bibliotecas e na informação não especializada.

Contudo, o termo Documentação passou a ser menos usado nos Estados Unidos depois que o termo Ciência da Informação entrou em voga na segunda metade do século XX. Costa (1990) apresenta três fatores para essa substituição: 1. A ALA negou-se a

usar o nome Documentação em sua nova divisão, chamando-a de *Division of Information Science and automation*; 2. A *American Documentation Institute* (ADI) passou a chamar-se *American Society for Information Science* (ASIS), e, 3. Em 1966, passou a ser editado o *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST). Siqueira (2010) argumenta que o deslocamento do conceito de documento para a informação deve-se à criação dos bancos de dados que possibilitavam o acesso às informações, que na Documentação ficava restrita às referências dos documentos, além disso, há a questão ideológica, que deixa a Documentação como fruto do esforço europeu, e a Ciência da Informação, como a criação de uma nova ciência pelos norte-americanos.

Nessa direção, Shera (1980) aponta que no *Second International Congress on Information System Sciences*, promovido em 1961/1962, pelo *Georgia Institute of Technology*, o termo Documentação foi relegado em detrimento do termo Ciência da Informação, que passou a configurar como uma das cinco categorias profissionais, entre elas: bibliotecários, bibliotecários especializados, bibliotecários científicos, analistas de publicações técnicas e os especialistas em Ciência da Informação, sendo esta categoria a que melhor designa os pesquisadores do desenvolvimento da Ciência da Informação e dos métodos a serem empregados no armazenamento e recuperação da informação (COSTA, 1990).

Ainda em relação a essa conferência realizada nos Estados Unidos, Pinheiro e Loureiro (1995) acrescentam que advém desse evento as discussões conceituais da Ciência da Informação, apresentadas por Robert Taylor, e depois sistematizadas sem profundas alterações por Borko, em 1968, no artigo *Information science: what is it?*, marcando, portanto, o nascimento da Ciência da Informação. Ainda para Pinheiro e Loureiro (1995) as raízes desta nova ciência localizam-se em um contexto de mudança, onde a informação ancorada no binômio “ciência e tecnologia” se torna basilar para o progresso econômico e para as políticas públicas, o que Le Coadic (2004) nomeia de indústria da informação. Além do avanço científico e tecnológico, juntamente com a “explosão da informação” – crescimento exponencial da informação e de seus registros – aumentaram as preocupações em torno do armazenamento, organização e transmissão da informação, suscitando trabalhos de cientistas de diversas áreas do conhecimento.

Entre esses cientistas, considerados precursores da Ciência da Informação, encontram-se Vannevar Bush (idealizador da máquina *Memory Extension* - Memex, que tinha como objetivo duplicar os esforços mentais artificialmente), Norbert Wiener (autor

do trabalho *Cybernetics or control and communication in the animal and the machine*, que voltava para preocupação da interação/comunicação do homem com a máquina), Shannon e Weaver (autores da Teoria matemática da comunicação, ou, simplesmente, da Teoria da informação, abordavam o processo de fluxo linear da informação, visando à precisão e eficácia), Ludwig Von Bertalanffy (autor da Teoria de Sistemas, propunha os estudos com base na visão dos sistemas abertos, entidades que interagem com o todo e as partes) e Calvin Moores (responsável pela criação do termo “recuperação da informação”, que trata dos aspectos intelectuais da descrição da informação e sua especificação para a busca) (PINHEIRO, 2002).

Desse modo, percebe-se que a Ciência da Informação é influenciada tanto pelas questões suscitadas pela Documentação quanto pela Recuperação da Informação, em prol de uma melhor organização e recuperação da informação, utilizando, para isso, as incipientes tecnologias de comunicação. Para Saracevic (1996) a recuperação da informação é vista como a principal responsável pelo desenvolvimento da Indústria da Informação e da Ciência da Informação, campo científico onde se interpenetram os componentes científicos e profissionais. A natureza interdisciplinar da Ciência da Informação decorre da preocupação com os problemas da informação por profissionais formados em diversas áreas, e da complexidade dos problemas propostos, o que conduz as relações interdisciplinares com outros campos, sendo os mais significativos: Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva (incluindo inteligência artificial) e Comunicação.

Dentre esses campos, a Ciência da Informação estabeleceu uma relação mais forte com a Biblioteconomia, pois ambas compartilham o mesmo papel social e a preocupação comum com os problemas da efetiva utilização dos registros gráficos. Saracevic (1996) salienta que, embora a Ciência da Informação e a Biblioteconomia sejam aliadas, elas constituem campos diferentes, visto que há diferenças qualitativas que desautorizam tal união, como: diferença entre a seleção dos problemas propostos e a forma de definição; questões teóricas e modelos explicativos induzidos; natureza e grau de experimentação e desenvolvimento empírico; instrumentos e enfoques usados; natureza e força das relações interdisciplinares e, por fim, diferentes agendas de pesquisa.

A proximidade entre a Ciência da Informação e Biblioteconomia é uma constante, sobretudo, no nascedouro dessa ciência emergente, que para Foskett (1980, p. 56) “surge de uma fertilização cruzada que inclui a velha arte da Biblioteconomia, a

nova arte da computação, as artes dos novos meios de comunicação, e aquelas ciências como a psicologia e linguística (...)"'. Para esse autor, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação possuem uma dimensão social, pois os sistemas de informação não são fechados em si mesmos, eles são norteados pelas necessidades de seus usuários. Dessa forma, servem ao mesmo propósito social: "ajudam a obter transferência do pensamento organizado de uma mente para a outra" (FOSKETT, 1980, p. 55). Na mesma linha, Le Coadic (2004) também se refere à Ciência da Informação como uma ciência social rigorosa que tem suas raízes nas disciplinas práticas da Biblioteconomia, Museologia, Documentação e Jornalismo.

Com o passar dos anos a literatura científica da Ciência da Informação cresceu consideravelmente, o que impossibilita uma visão hegemônica sobre o que é Ciência da Informação, quais seus objetivos e objetos de estudos, bem como com quais campos estabelecem relações interdisciplinares. Os autores Wersig e Neveling (1975) declaram que a variedade de profissionais ocasionou igualmente uma variedade de enfoques, de modo geral, estabelecem quatro categorias, a saber: visão orientada para o fenômeno; visão orientada para os meios; visão orientada para a tecnologia; e, visão orientada para os fins. Já Capurro (2003), a fim de obter um apanhado geral da Ciência da Informação, elucida três paradigmas dessa ciência: paradigma físico, paradigma cognitivo e paradigma social, os quais nortearam em momentos distintos sua história, sem, contudo, apresentarem uma linearidade fixa.

Nessa direção, Araújo (2009) sistematiza a Ciência da Informação a partir de seis correntes teóricas que a constituíram historicamente, visando demonstrar suas características e o conceito de informação em cada uma delas. A primeira corrente, Estudos de natureza matemática, similar ao que Capurro (2003) denominou de paradigma físico, concebe a informação como um fenômeno objetivo, independente do sujeito e do contexto, sendo, portanto, estudada sob a lógica das ciências exatas (como, por exemplo, sob a lógica da Matemática e da Física), ou seja, de uma "informação como coisa" (BUCKLAND, 1991). A segunda corrente, a Teoria sistêmica, ao invés de estudar a informação dentro de um processo linear, passa a trabalhar com a informação dentro de um sistema, cujo efeito é um processo circular, onde as partes são interdependentes do todo, tal qual o princípio sistêmico da Biologia.

A terceira corrente, Teoria crítica, orientada pelo campo das Humanidades (Filosofia e História), ainda, percebe a informação como um recurso, uma coisa, fundamental para existência humana, capaz de promover desigualdades por conta de seu

acesso. A quarta corrente, nomeada de Teoria da representação, é identificada como “núcleo duro” ou “especificidade” da Ciência da Informação, cujo objetivo consiste em representar, descrever e classificar a informação a fim de se obter uma linguagem perfeita, sem erros, sem dubiedades para a localização da informação dentro de um sistema. A quinta corrente teórica, Estudos da Comunicação científica, assim como a anterior também considerada no cerne das primeiras preocupações da Ciência da Informação, concebe, igualmente, a informação como um recurso, condição de produtividade para os cientistas.

Enfim, a sexta e última corrente teórica, os Estudos de Usuários, que se insere em um paradigma social, deslocam a informação do sistema, para a perspectiva dos usuários, iniciando novos caminhos para a superação da visão da informação como algo objetivo, concreto, para a compreensão da “informação como processo” ou da “informação como conhecimento” (BUCKLAND, 1991), de uma informação intangível capaz de alterar a estrutura cognitiva ou mesmo reduzir a incerteza do sujeito, subsidiando o paradigma cognitivo e social da Ciência da Informação (CAPURRO, 2003).

Araújo (2009) aponta que a superação do paradigma positivista (pautado na objetividade e nas ciências exatas) encontra respaldo no desenvolvimento da ciência pós-moderna, que apresenta como expoente da área o autor Wersig (1992). Para este autor, a Ciência da Informação, uma ciência nova/pós-moderna, não é uma ciência no sentido clássico, de um único objeto e método, ela nasce, justamente, por conta da necessidade de solucionar problemas provocados por essa ciência clássica pautada no racionalismo e pelas tecnologias da informação e comunicação. Ademais, a Ciência da Informação tem seu nascimento associado à mudança do papel do conhecimento nas sociedades, que se tornou mais complexo, despersonalizado e fragmentado. Dessa forma, a Ciência da Informação lança mão de uma variedade de abordagens estratégicas para ajudar as pessoas a terem acesso ao conhecimento, passando a concentrar na problematização de conceitos/modelos e interconceitos dentro da Ciência da Informação, ao invés de estruturas teóricas estáveis e fixas.

Acredita-se que esses entendimentos acerca da Ciência da Informação se conjugam melhor nessa parte dedicada à Biblioteconomia, tendo em vista a forte presença de uma na história da outra e nas relações estabelecidas desde o início entre elas, ao contrário do que ocorre com a Arquivologia ou com a Museologia, que estabelecem diálogos somente após certo percurso da Ciência da Informação. No Brasil,

a Biblioteconomia e a Ciência da Informação não escaparam do processo de disputa entre os profissionais, bibliotecários, documentalistas e cientista da informação. Isso pode ser percebido em razão de os cientistas da informação não serem aceitos nos registros dos conselhos profissionais regionais e federal de Biblioteconomia do país (DIAS, 2000).

Para Barbosa *et al* (2000), embora esse embate seja negativo, esse contato é benéfico para a Biblioteconomia, pois permitiu a ampliação de seu paradigma, tradicionalmente centrado no livro e na biblioteca, para a informação e para outros contextos. Essa ampliação do objeto de estudo proporcionado pela Ciência da Informação conduziu a um discurso de cientificidade de que a Biblioteconomia necessitava, justificando esse contato entre elas. Pode-se constatar por meio de uma pesquisa dos nomes das escolas em 205 países a inclusão, combinação ou mesmo a mudança dos nomes das escolas, que passaram a introduzir o termo Ciência da Informação de forma evidenciar a evolução dos programas e da própria área, mantendo-se ainda apenas uma minoria sob a denominação tradicional “Biblioteconomia” (BARBOSA, *et al*, 2000).

Contudo, essa visão, defendida por Barbosa, *et al* (2000), não é um consenso. Para Fonseca (2007) a Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação possuem objetivos, instrumentos e relações interdisciplinares diferentes, sendo, portanto, consideradas campos científicos distintos, desautorizando a mudança de nome ou mesmo a junção dos nomes em um só termo, como, por exemplo, Biblioteconomia e Ciência da Informação. A Biblioteconomia tem como objetivo a democratização da cultura por meio das bibliotecas públicas, a preservação e difusão do patrimônio bibliográfico de cada nação, por meio das bibliotecas nacionais e das bibliografias, e o apoio documental ao ensino e à pesquisa oferecida pelas bibliotecas universitárias. A Documentação compete fornecer resumos de pesquisa, em processo ou já concluídas, apoio documental às pesquisas de diferentes naturezas, e, eventualmente, traduções e reproduções de documentos. A Ciência da Informação tem como objetivo estudar a gênese, transformação e utilização da informação (FONSECA, 2007).

Em suma, embora haja divergências entre os autores a respeito de a Biblioteconomia e a Ciência da Informação serem consideradas ou não uma mesma área, as relações entre ambas são extremamente fortes, seja pelo percurso histórico da primeira, que ora se entrelaça com a segunda, seja pela proximidade de seus objetivos e objetos de estudos, comumente designado de informação. O fato é que no Brasil a

institucionalização da Ciência da Informação nasce atrelada à Biblioteconomia (MURGUIA, 2010); os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação estão associados aos cursos de graduação em Biblioteconomia. Como lembra Oddone (2005), a institucionalização da Ciência da Informação, nos anos de 1970, no país, está associada à insuficiência da formação tradicional dos bibliotecários e dos serviços de informação e documentação, em atender a uma clientela especializada em busca de informação científica. Contudo, esse embate entre bibliotecários tradicionais *versus* bibliotecários especializados não ocorreu do mesmo modo que no exterior (SOUZA, 2012).

Assim, devido aos esforços conjuntos de alguns cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, foi criada, em 1989, com o nome de Associação Nacional de Ciência de Informação e Biblioteconomia (ANCIB), atualmente chamada de Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. Tal associação pode ser vista como a principal sociedade científica que representa a comunidade de pesquisadores da área, cuja finalidade é acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. Ela promove um dos principais eventos o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no qual se articula em onze Grupos de Trabalhos (GTs)⁷, que se diferenciam segundo suas temáticas.

Dessa forma, abordar a constituição e consolidação da Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação significa, em algum momento dessa trajetória, discorrer sobre o contato entre elas. No caso da Biblioteconomia, essa proximidade se faz primeiro por meio da Documentação, que pode ser vista como precursora da Ciência da Informação, e, no caso desta última, desde seu nascimento, pode-se dizer do relacionamento com a Biblioteconomia, que se mantém forte até os dias de hoje, “seja como complemento, substituição, ratificação ou rompimento com ela” (SOUZA, 2012). Com efeito, as relações entre esses campos ocorrem tanto no plano interdisciplinar teórico-metodológico, como no plano do ensino e da pesquisa.

⁷ GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação; GT 2: Organização e Representação do Conhecimento; GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação; GT 4: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações; GT 5: Política e Economia da Informação; GT 6: Informação, Educação e Trabalho; GT 7: Produção e Comunicação da Informação em CT&I; GT 8: Informação e Tecnologia; GT 9: Museu, Patrimônio e Informação; GT 10: Informação e Memória, e GT 11: Informação & Saúde.

2.3 Campo científico da Museologia

O estudo da Museologia como campo científico remonta a segunda metade do século XX, pois antes desse momento prevaleceram os entendimentos de ordem prática e empírica, assim como a técnica museográfica. Essas “práticas museológicas” (MACIEL, 2009) ou “atitudes museológicas” (GREGOROVÁ, 1990) são exercidas desde a Antiguidade, visto que a realidade patrimonial e museal antecedem a própria justificação de uma ciência museológica (FERNÁNDEZ, 2006). Ao lado dessas práticas somam-se ainda as produções que buscavam sistematizar essas experiências desenvolvidas ao longo dos séculos, as quais constituíram as bases para a consolidação da Museologia como um campo científico.

Dentre essas produções, Zubiaur Carreño (2004) cita *De architectura*, de Vitruvius, escrito na Antiguidade, voltado para arquitetura dos espaços, entre eles da pinacoteca e da biblioteca romana, a obra *Musaei Iovani Descriptio*, de 1539, de Paolo Giovio, que apresenta algumas questões de organização de coleções, contudo, para aquele autor, o primeiro tratado de Museologia é a obra *Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi*, de 1565, do holandês Samuel Quicchberg, considerada para Hernández Hernández (2006) como o mais antigo tratado sobre os museus publicados na Europa. Outra importante publicação é o manual *Museographia*, de 1727, do alemão Gaspar F. Neickel, que pode ser visto como obra fundadora do termo museografia. No final do século XVIII destacam-se os escritos de J. Daniel Major (sobre administração de coleção) e Charles Linné (sobre classificação de espécies naturais), nos séculos posteriores entram em cena os textos de Klemm, Graesse, Murray, Schlosser, Coleman, Goethe, Ruskin, Bode, Gustav Waagen, entre outros.

Além desse cabedal de conhecimentos acumulados, Fernandez (1999) salienta que a consolidação da Museologia, uma ciência jovem e em contínuo desenvolvimento, está relacionada com a própria crise dos museus que, a partir da Segunda Guerra Mundial, necessitam se modernizar e incorporar novas tecnologias, metodologias e teorias, deixando, com isso, de serem apenas locais de guarda e conservação de objetos. Essa crise dos museus relaciona-se também com as mudanças técnico-científicas revolucionárias, que alteram a totalidade das realidades materiais e sociais (STRÁNSKÝ, 2008).

Desse modo, após o período da II Grande Guerra, embora o museu continue sendo uma realidade múltipla, o “museu não é mais o que costumava ser” (MENSCH, 1987, p.49). Para esse autor, as transformações estão relacionadas com as seguintes mudanças: centralização na comunidade; ampliação do conceito de objeto museológico; a tendência em preservação *in situ*; ascensão do conceito de museu descentralizado; tendência à conceitualização; racionalização do gerenciamento de museus; e musealização de instituições culturais e comerciais. Além disso, houve um crescimento vertiginoso das instituições museais de diversos tipos, o que levou a inclusão de uma série de atividades museais, suscitando, portanto, mais e novas discussões sobre os museus e sobre a Museologia (SOLA, 1990).

Assim, a fim de suprir a lacuna teórica sobre os museus, visto que “não existia uma reflexão profunda sobre os museus e nem uma abordagem global sobre os objetivos e missão que deveriam desempenhar” (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2006, p.156), bem como constituir e legitimar a Museologia como campo do conhecimento, são feitos esforços de teorização da Museologia. É neste contexto também do pós-guerra, que se cria o Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1946, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A criação desse conselho efetivou-se sobremaneira em razão da extinção, em 1945, do Escritório Internacional de Museus (OIM), criado por M. Henri Focillon, após a Primeira Guerra Mundial, em 1926, com o apoio da Sociedade das Nações, também extinta após essa guerra. Cruz (2008, p.4) destaca que a OIM tinha como objetivo desenvolver uma intensa forma de organização, administração, conservação e apresentação dos objetos, sendo a “primeira tentativa de se criar uma entidade internacional que reunisse os museus e seus profissionais de todo o mundo”. Em relação às atividades da OIM, o autor revela que foram publicados importantes livros e fascículos da revista *Mouseion*, editados regularmente de 1926-1946, sobre trabalhos relacionados à prática nos museus, os quais serviram como fundamentos para a futura Museologia (CRUZ, 2008).

Em relação ao ICOM, “um autêntico motor de impulsos” (FERNANDEZ, 1999), Cerávolo (2004) apresenta que essa instituição desempenhou e ainda desempenha um papel de suma importância para as instituições museais e para a Museologia por meio dos eventos, simpósios, conferências (nacionais e internacionais), oficinas, publicações (*Icofom Study Series, Museological Working Papers/Documents du Travail Museologique*) inclusive dando continuidade a revista publicada pelo OIM, agora sob a

denominação de *Museum*, além dos boletins e notícias do ICOM. As preocupações com o ensino e com a formação dos profissionais de museus, dispersas dentro desse conselho, passaram, a partir de 1968, a ser de responsabilidade do Comitê Internacional para Treinamento de Pessoal em Museus (ICTOP), um dos comitês temáticos do ICOM.

O desenvolvimento de estudos promovidos pelo ICTOP, juntamente com a percepção da potencialidade da Museologia, conduziu os profissionais Jan Jelínek, Wolfgang Klausewitz, Andreas Gröte, Irina Antonova, Vinos Sofka entre outros, a estruturarem um comitê específico para o estudo da Museologia (CARVALHO; SCHEINER; MIRANDA, 2007). Dessa forma, em 1977, é oficializado o Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), o que facilitou e possibilitou o encontro de pessoas interessadas, anteriormente dispersas, em discutir e sistematizar o objeto de estudo, as fronteiras da Museologia e a firmar o “pensamento museológico” no plano internacional (CERÁVOLO, 2004).

Mensch (1994) interessado nas teorias sobre o estudo da Museologia, expressos dentro e fora do ICOFOM, apresenta que a discussão teórica da Museologia é sistematizada pela primeira vez, nos anos de 1950, na dissertação “*Questions de muséologie moderne*” do tchecoslovaco Jiri Neustupny. Na década seguinte, em 1965, na Alemanha Oriental, antiga República Democrática Alemã, ocorreu na cidade de Brno, o 1º Simpósio sobre Teoria Museológica, que definiu como objeto de estudo a “totalidade do trabalho em museus”. Todavia, Mensch (1994) acrescenta que, ao invés de uma cristalização em torno de algumas visões ou escolas de pensamento, houve, a partir daquele evento, uma proliferação de olhares sobre as diversas “museologias” (o que para ele é visto como algo muito desejável).

Uma dessas visões, defendida pela República Democrática Alemã, circunscrevia a Museologia dentro das chamadas Ciências Documentais, onde já se encontravam a Biblioteconomia e a Arquivologia. A inclusão da Museologia foi justificada pelo fato dela realizar atividades de avaliação, coleta, conservação, etc. Mas, essa visão foi fortemente criticada e combatida, em razão da redução das outras disciplinas próprias da Museologia a um único tópico, o documento. Por outro lado, cresce o entendimento da Museologia como uma disciplina autônoma, que convive com uma multiplicidade de entendimentos sobre ela e sobre seus objetos de estudo/conhecimento.

Em relação a essa multiplicidade de entendimentos sobre a Museologia, Mensch (1994) estrutura quatro vertentes de pensamentos, a saber: 1. Museologia como estudo da finalidade e organização de museus; 2. Museologia como o estudo da implementação

e integração de um certo conjunto de atividades, visando à preservação e uso da herança cultural e natural (dentro do contexto da instituição museu e independente de qualquer instituição); 3. Museologia como o estudo dos objetos de museus e da musealidade como qualidade distintiva dos objetos de museu; e, 4. Museologia como o estudo da relação específica do homem com a realidade. Segundo Mensch (1994, p. 3), “essa tipologia nada mais é do que um esboço, grosso modo, das principais orientações encontradas na literatura sobre museologia”.

Assim, seguindo essas vertentes delineadas por Mensch (1994), a primeira delas consiste na visão mais tradicional e popular entre os trabalhadores dos museus: a visão de que a Museologia ocupa-se do estudo dos museus e de seus objetos. É esse entendimento que predomina nas discussões do I Seminário Internacional de Museus, de 1958, realizado no Rio de Janeiro, que definiu a Museologia como ramo do conhecimento que diz respeito aos objetos e à organização de museus. Durante os anos de 1970 perdurou essa visão focada nos museus, cuja abordagem instintiva transparece em um forte empirismo, sendo interrompida com os trabalhos de I. Jahn, publicados em 1979/1980, e de K. Schreiner, publicado em 1982.

A segunda vertente, conhecida pelo seu funcionalismo em razão da concentração nas atividades e funções dos museus, é reconhecida pelo predomínio de verbos de ação nas descrições dos objetos de estudo da Museologia, como: preservar, comunicar, colecionar, investigar, expor, etc. O museólogo russo Razgon, representante dessa vertente, apresentou, em momentos distintos, a Museologia como uma ciência centrada na instituição (1978), no acervo (1982) e nas atividades (1988). Este último objeto de estudo aproximou-lhe de pensadores como I. Jahn, K. Schreiner, J. Benes, V. Schimpff e V. S. Bedekar. Em 1983, no Simpósio promovido pelo ICOM, sobre metodologias da Museologia, despontaram mais dois autores, J. Hodge e K. Myles, os quais respectivamente definiram a Museologia como estudo das atividades de colecionar e de comunicar. Neste mesmo ano, Peter Van Mensch defende a Museologia como conjunto de teorias e prática envolvendo o cuidado e o uso da herança cultural e natural, abrindo, assim, os estudos da Museologia para além dos muros dos museus. Como consequência disso, Mensch (1992) aponta o deslocamento do objeto de estudo da instituição museu e de suas atividades e funções, foco da segunda vertente, para a transição da Museologia empiricamente descritiva para a fase teoricamente sintética, onde o objeto/coleção assume uma centralidade e valoração como documento portador de informação, de aspectos culturais e de herança patrimonial.

Desse modo, a terceira vertente é caracterizada pelos estudos dos objetos dos museus, a qual recebeu contribuições de Z. Bruna, que definiu o objeto da compreensão museológica como o problema relativo ao material, isto é, da mudança dos objetos móveis de sua função original para novas funções como evidência de sua trajetória. A musealidade vista como objeto de estudo ou como mais uma atividade da Museologia recebeu também destaque dentro dessa abordagem por meio dos estudos de Stránský e Ivo Maroevic, este trabalhou com a distinção entre informação científica e a informação cultural (esta vista como objeto de interesse da Museologia).

O desenvolvimento teórico da musealidade, do valor do documento para a relação específica entre o homem e a realidade, assume uma postura central na quarta vertente do pensamento museológico. Stránský, considerado o “pai” dessa abordagem para muitos autores (MENSCH, 1994), define, nos anos de 1980, o objeto de estudo da Museologia como “abordagem específica do homem frente à realidade cuja expressão é o fato de que ele seleciona alguns objetos originais da realidade, insere-os numa nova realidade para que sejam preservados [...]”. (MENSCH, 1994, p. 11). Assim, a partir desse novo entendimento, despontam as produções teóricas de Anna Gregorová, Wojciech Gluzinski, Judith Spielbauer, Waldisa Rússio Guarnieri, Heloisa Barbuy, Cristina Bruno, estas três últimas brasileiras. Esse alargamento da Museologia leva Tomislav Sola a propor, em 1982, a mudança do nome dessa disciplina científica para “Patrimoniologia”, expressando a postura de que a Museologia não mais lida apenas com o museu, mas sim com a herança como um todo. Todavia, essa ideia foi criticada por Mensch, em razão do forte efeito passivo da concepção da palavra herança.

Em suma, segundo Mensch (1992), todos esses entendimentos teóricos do campo da Museologia, diferenciam-se quanto à extensão do pensamento, sendo que todos eles lidam com o mesmo conjunto básico de parâmetros que são: herança cultural e natural, atividades ligadas à preservação e comunicação desta herança, o quadro institucional e a sociedade como um todo. Dessa maneira, acredita-se que esses termos representam a essência do campo científico da Museologia, o que configura, portanto, a ontologia do campo científico da Museologia.

A partir da leitura dessas quatro vertentes, Bruno (1996) estrutura o campo essencial da Museologia em torno de dois níveis: o primeiro nível, campo de interlocução, que se liga à identificação e análise do comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio, e, o segundo nível, campo de projeção, envolvido com o desenvolvimento de processos técnicos e científicos para que, a partir

dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para construção de identidade. Desse modo, a Museologia se estrutura como uma área do conhecimento, que se ocupa do estudo da relação do homem com o seu universo patrimonial, que se consolida através das ações museológicas e da cadeia operatória, que constituem em um conjunto de atividades amparadas nos procedimentos de salvaguarda e comunicação (BRUNO, 1996).

Ainda segundo Bruno (1996) a cadeia operatória ou as ações relacionam-se, de modo estreito, com o conceito de preservação, conceito basilar para o campo, e com seus dois eixos: salvaguarda (coleta/estudo, documentação, conservação, armazenamento) e a comunicação (exposição, projetos educativos, ação sócio-educativa-cultural, avaliação) das coleções ou referências. Essa estrutura organizacional da Museologia (fenômeno epistemológico) a conduz para uma experimentação de suas discussões teóricas, nos espaços institucionais, como, o dos museus (fenômeno histórico), o que leva ao enlace dos museus e da Museologia, como “caminhos entrelaçados”, e o entendimento deste campo como uma disciplina aplicada e necessariamente interdisciplinar. Outra característica essencial da Museologia relaciona-se com a sua capacidade de criar valores e significados, o que coloca a musealidade como outro conceito básico do campo (BRUNO, 1996).

Esse interesse da Museologia pelas instituições, objetos, patrimônio, herança e a sociedade não é exclusividade desse campo, o que propicia o contato e “olhares cúmplices” com outros campos do conhecimento, como História Natural, Arqueologia, Etnologia, História, Arte, etc. (BRUNO, 1996, 1997). Não distante disso, Chagas (2009) afirma que a Museologia ocupa-se em estudar a relação homem/sujeito com o objeto/cultural, por conseguinte, ela também se preocupa com o estudo sobre a memória. Assim como a memória pressupõe uma seleção, a Museologia, por meio da musealização, também exerce esse poder de escolha dos objetos que serão preservados, pesquisados e comunicados, colocando-a em contato com outros campos como da História, Psicologia, Antropologia e Sociologia (CHAGAS, 1996).

Nessa direção, Guarnieri (2010) ressalta que outras ciências, fazendo uso de métodos específicos ocupam-se também da relação “homem-realidade”, como a Filosofia e a Psicologia, e mesmo da relação do “homem-objeto” como a Antropologia Cultural. Entretanto, apenas a Museologia ocupa-se da relação do homem com o objeto e a realidade em um cenário institucionalizado, o museu. Portanto, para essa autora o objeto de estudo da Museologia é o fato museal ou fato museológico, o qual se baseia

no estudo da relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o homem igualmente pertence e sobre o qual tem o poder de agir, e que necessita de uma base institucional. Posta essa definição do objeto de estudo da Museologia, Guarnieri (2010, p. 136) salienta que o método dessa ciência deve ser interdisciplinar, pois “permite a viabilidade de uma maior consciência da necessidade de reflexão crítica contínua e constante sobre a Museologia, e sobre o papel do museólogo como trabalhador social”.

As mudanças do pensamento museológico tem origem na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, realizado em 1972, onde o museu (integral) passa a ser visto como uma instituição a serviço da sociedade, elemento de transformação social e desenvolvimento da comunidade, “destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (PRIMO, 1999, p. 10). Além disso, esse evento despertou nas instituições museais a importância da formação de equipes interdisciplinares e da abertura dos museus às disciplinas que não estão incluídas no seu âmbito de competência profissional. As transformações desse pensamento ocasionaram no movimento da Nova Museologia, cujas bases são representadas pela mudança dos termos da sistematização triangular do museu tradicional: no lugar de público, coleção e museu, a relação de comunidade, patrimônio e território.

Outros acontecimentos também podem ser vistos como prenunciadores do surgimento da Nova Museologia, entre eles: as ações teóricas e práticas desenvolvidas por George Henri Rivière, Varine-Bohan e Marcel Evrard, responsáveis pela primeira experiência de um ecomuseu na comunidade urbana *Le Cresout/ Montceau-les-Mines*, na França, entre 1971 e 1974 (SOARES, 2006). Somam-se a esse acontecimento as ações desenvolvidas no Museu Nacional do Níger, em Niamei, na *Casa del Museo*, no México, e nos Museus locais de Portugal (FERNÁNDEZ, 1999). O verbete *Nouvelle Muséologie* escrito por André Desvallées, publicado, em 1980, na enciclopédia *Universalis*, suscitou a formação da associação *Muséologie nouvelle et expérimentation sociale* (MNES), em 1982, por Évelyne Lehalle, Chantal Lombard, Alain Nicolas e William Saadé (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2006).

As discussões realizadas na Reunião em Oaxtepec, México, em 1984, também criaram um espaço para a consolidação da Nova Museologia. Fernandez (1999) destaca também que, a “crise dos museus” e o espírito da “revolução romântica”, de maio de 1968, serviram como instrumentos de desenvolvimento, renovação e florescimento de novos museus e de uma nova Museologia, que constituiu em um novo paradigma para

área. Esse novo movimento intelectual, ou nova abordagem da Museologia formalizado na Declaração de Quebec, de 1984, problematiza o conceito de museu, museologia, patrimônio, ampliando-os e deslocando o objeto de estudo da Museologia da coleção e do objeto para a comunidade – campo por excelência operativo da Nova Museologia, Ecomuseologia, Museologia comunitária e da Museologia como um todo. No ano seguinte, em 1985, no decorrer do 2º Atelier Internacional para a Nova Museologia, foi criado, em Portugal, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) que promoveu a expansão da diversidade de instituições (ecomuseus, museus comunitários, museus de vizinhança, museus de sítio, etc), as quais apropriam da memória e do patrimônio a favor do desenvolvimento da sociedade onde se inserem. Segundo Soares (2006) essas variedades institucionais opõem-se a visão do museu tradicional, a qual se ancora no modelo constituído no ocidente ao longo do século XVIII, cuja origem associa-se aos gabinetes de curiosidades, e a construção de uma cultura nacional dominante e selecionada como oficial em detrimento das outras manifestações culturais.

Acrescenta-se ainda que esse movimento da Nova Museologia ocasionou uma dicotomia entre uma “nova” e uma “velha” Museologia. A Museologia tradicional ou a velha Museologia passou a ser caracterizada pela preocupação com o recolhimento e a conservação dos objetos e da coleção de um museu, geralmente, localizados em um edifício e com um público determinado, enquanto a Nova Museologia ocupa-se das transformações sociais, do patrimônio global, de novas formas e atividades museais. Para Primo (1999) essa Nova Museologia consiste em um processo de despertar e adaptar a Museologia às questões contemporâneas e às transformações sociais, portanto, segundo ela, não se pode falar em duas Museologias, mas sim em apenas uma Museologia que mudou de paradigmas: da monodisciplinaridade à multidisciplinaridade; do público à comunidade; do edifício ao território (SANTOS, 2005).

Para Chagas (s/d) os “novos museus” inseridos nessa nova filosofia, ou “sistema de valores” (SOARES, 2006) assumem um novo papel. Assim, os museus passaram a serem vistos como agências capazes de servir e de instrumentalizar indivíduos e grupos para o melhor equacionamento de seus acervos de problemas. Além de preocuparem com a ampliação do acesso aos bens culturais, os museus estão, sobretudo, voltados para a socialização desses bens, serviços e informações culturais. Ainda segundo Chagas, o aspecto da memória inerente aos museus, posto a sua própria origem no

templo das musas, as quais são filhas de Mnemósine (deusa da memória) com Zeus (deus do poder e dos homens), deslocam a centralidade da memória voltada para o culto ao passado, e representado pelos museus tradicionais, celebrativos, enciclopédicos, para uma memória projetada para o futuro, colocando os novos museus e territórios como instrumentos de mudanças e desenvolvimento sociais e culturais inseridos em uma sociedade democrática.

Outro evento importante para o desenvolvimento do campo da Museologia nos países desenvolvidos e em desenvolvimento foi a Reunião “A missão dos museus na América Latina hoje: novos desafios”, realizado em Caracas/Venezuela, em 1992, que ratificou as discussões realizadas na Mesa-redonda de Santiago, e reafirmou a importância da interdisciplinaridade, da Museologia social e dos museus frente à sociedade e suas transformações. Além disso, a partir da Declaração de Caracas os museus tiveram evidenciadas suas relações com a comunicação, patrimônio, liderança, gestão e recursos humanos.

Para além dos museus, Scheiner (2008, p. 38) dentro dos estudos das novas abordagens, amplia os estudos museológicos ao propor a Museologia como um campo do conhecimento que se “afasta da ideia e da imagem do museu-espaco-objeto, para entender o museu para além de seus limites físicos e o patrimônio nas suas dimensões materiais ou imateriais”. Assim, o estudo do fenômeno museu e das diferentes aplicações à realidade confere a esse campo diversos olhares sobre as visões de mundo e dos grupos sociais, o que tem conduzido o desenvolvimento de estudos sob uma abordagem transdisciplinar a partir de contribuições da Sociologia, História, Geografia física e humana, Arte, Filosofia e Estudos Culturais (SCHEINER, 2009).

Ao lado dessas abordagens como a da Nova Museologia, Museologia Social ou Sociomuseologia, encontra-se ainda, mais recentemente, uma área denominada de Museologia Crítica, que se volta para o questionamento das práticas museológicas desempenhadas à luz dessas abordagens. Lorente Lorente (2006) aponta que tais práticas tem se concentrado nos ecomuseus ou museus de etnografia e história, em detrimento de outros tipos de museus que têm florescido como os de Arte Contemporânea, os quais têm em comum um espaço na cena das novas tendências de pensamento no campo da Museologia. Além disso, a Museologia crítica aponta que o adjetivo “nova” daquela abordagem encontra-se defasado, tendo em vista que seu nascimento está localizado há cerca de 30 anos, isto é, na década de 1970. Considera-se que os entendimentos sobre a Museologia, seja ela tradicional, nova ou crítica, e dos

campos com os quais se relaciona não é algo unânime entre a sua comunidade. Especificamente na literatura da área, a relação da Museologia com a Ciência da Informação não se apresenta de modo regular ou consensual. Objetiva-se, então, na seção seguinte, esclarecer alguns entendimentos sobre a relação entre a Ciência da Informação e a Museologia.

2.3. 1 Campo científico da Ciência da Informação e suas relações com a Museologia

A maioria dos escritos teóricos sobre a Museologia refere-se a ela como um campo específico do conhecimento, todavia, Gregorová (1990) fez uma aproximação da Museologia com as Ciências Descritivas (ou Ciências Documentais) ao apresentar que, além da relação específica do homem com a realidade, a Museologia ocupa-se também da documentação do objeto e da documentação da natureza e da sociedade desse objeto. Para a autora, nem o museu (como edificação ou instituição) nem os objetos coletados podem ser vistos como objetos de estudos da Museologia, pois as coleções são também objetos de interesse de outras ciências descritivas. Ademais, os aspectos culturais, a influência dos museus e das coleções museológicas sobre o público requerem pesquisas para os problemas próprios sob o ponto de vista da teoria da documentação e da teoria da ciência da informação. Essa relação da Museologia com as teorias e as respectivas Ciências Documentais e Ciência da Informação não é recorrente na literatura internacional, pois, segundo o alemão Klaus Schreiner (1990, p. 70), essa aproximação com as ciências documentais (Arquivologia e Biblioteconomia) são “injustificavelmente esquemáticas”, ou mesmo indesejáveis.

Desse modo, a relação da Museologia com a Ciência da Informação é menos recorrente entre os teóricos daquele campo, ao contrário dos teóricos da Ciência da Informação, que apresentam com mais frequência essa relação. Por exemplo, Wersig e Neveling (1975) apresentam a Ciência da Informação como uma ciência social que se preocupa com a transferência da informação para aqueles que delas necessitam, e ao lado dessa ciência existem outras ciências, que igualmente ocupam-se da organização e transmissão da informação a diferentes clientelas, como a Museologia, Biblioteconomia, Arquivologia e Educação, habilitando, assim, o entendimento delas como “Ciências da Informação”. As associações entre os diversos campos decorrem da característica interdisciplinar tanto da Ciência da Informação quanto da Museologia

presente desde as primeiras conceituações. Para Poulot (2013) as relações da Museologia com outros campos do conhecimento se delineiam inclusive a partir das fronteiras geográficas, pois o autor reconhece uma museografia erudita italiana ou espanhola, associada frequentemente à biblioteconomia; uma museologia alemã marcada pela teoria pedagógica e pela história dos conceitos; uma museologia semiótica oriunda da Europa Central, no decorrer dos anos 1960-1970 e cujos avatares são múltiplos (POULOT, 2013).

Sobre a proximidade entre a Ciência da Informação e a Museologia, Silva (2002) aborda que elas estabelecem relações interdisciplinares, e que, ao contrário da Arquivologia, Biblioteconomia e Sistema de Informação, a Museologia não pertence à unidade transdisciplinar da Ciência da Informação, formada pela junção global dessas disciplinas, pois o foco (o objeto de estudo) da Museologia não é a informação como é nas outras disciplinas aplicadas, mas a musealização, que é a atribuição de valor ao artefato para que ele seja considerado um objeto museal. Contudo, “o aparecimento do museu virtual traz consigo um novo desafio epistemológico, colocando-o inequivocamente no campo de estudo e de ação da Ciência da Informação” (SILVA, 2006), assim, a Museologia se converteria em uma disciplina potencial no campo transdisciplinar da Ciência da Informação, pois, para o autor, o Museu virtual potencializaria a manifestação da informação por meio do suporte eletrônico.

Particularmente, no Brasil, a interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e a Museologia é caracterizada como uma condição ímpar ou mesmo uma exceção, visto que na literatura estrangeira essa relação quase não aparece (PINHEIRO, 2012). Essa relação, no país, esclarece Pinheiro (2012) é facilitada pelas políticas públicas nacionais e ações acadêmicas, tanto da Ciência da Informação quanto da Museologia, pela presença de estudos que traduzem o fortalecimento e a expansão da interdisciplinaridade de ambas as áreas e em diferentes instâncias, sejam teóricas, empíricas ou da prática profissional. Além disso, a relativa ausência até 2006 de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Museologia possibilitou que muitos museólogos desenvolvessem suas pesquisas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação (PINHEIRO, 2012).

Aspectos institucionais como a participação de museólogos na Associação Nacional de Pesquisas e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), a criação do Grupo de Trabalho (GT9) intitulado “Museu, Patrimônio e Informação”, no principal evento de pesquisa em Ciência da Informação no país, o Encontro Nacional de Pesquisa

em Ciência da Informação (ENANCIB), o compartilhamento, na Tabela de Área do Conhecimento (TAC) com a Ciência da Informação, na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, e no Comitê de Assessoramento de Artes, Ciência da Informação e Comunicação constituem, ao lado da existência de grupos de pesquisa afins, outros fatores que estimulam o diálogo e a cooperação entre a Ciência da Informação e a Museologia (PINHEIRO, 2012).

Em recente estudo, essa autora apresenta que, entre os anos de 1995 e 2011, foram defendidas 7 teses e 13 dissertações, com enfoque interdisciplinar entre Ciência da Informação e Museologia, no Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio, em momentos distintos, com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com a Universidade Federal Fluminense (UFF). As temáticas desses trabalhos apontaram o predomínio dos estudos sob o viés da informação, objeto de estudo da Ciência da Informação, em distintas abordagens como: informação e comunicação; informação, museu e alienação; informação e discurso museológico; fluxos da informação em museus de arqueologia. Outras pesquisas enfocaram a informação em arte, como a obra de arte como objeto museológico e fonte de informação; informação em arte e interdisciplinaridade entre Ciência da Informação e Museologia. Foram temas de pesquisas, ainda, as tecnologias de informação e comunicação; a relação da exposição com o público, com a informação; divulgação científica e a informação em museus; museus como sistemas de informação; espaços de conhecimento e outras questões com foco na interdisciplinaridade (PINHEIRO, 2012).

Contudo, ainda segundo Pinheiro (1997), em estudo anterior, dentre os campos com os quais a Ciência da Informação mais se aproxima estão a Ciência da Computação, Biblioteconomia e Administração, já a Museologia apresenta-se com uma menor frequência, isto é, os conhecimentos da Museologia são incorporados em apenas duas áreas da Ciência da Informação: Representação da Informação e Necessidade e Uso da Informação, o que demonstra uma mudança das relações entre os campos quando comparados com os resultados recentes das temáticas de pesquisa. No que tange à questão da representação da informação do campo da Museologia, o ICOM sedia o Comitê Internacional para a Documentação (CIDOC), nele pode-se encontrar profissionais cientistas da informação, bibliotecários e curadores envolvidos com processos de descrição, inventários, classificação, etc.

Como mostra Ferraz (1994), a representação da informação no campo da Museologia consiste no processo denominado de “documentação museológica”. Esse

processo dá origem a um banco de dados, sistema de recuperação da informação, onde os objetos, vistos como fontes de informação, são representados individualmente por meio das palavras e das imagens. Para ela, essa atividade, sobretudo, de natureza prática pode encontrar apoio em outras áreas do conhecimento, como a Biblioteconomia, a Ciência da Informação e a Informática. Nesse sentido, os objetos/documentos, considerados como portadores de informação, fornecem dois tipos de informação, uma informação intrínseca ao objeto, como a descrição física, o que equivale ao discurso do objeto, e a extrínseca, que corresponde à pesquisa documental e contextual sobre o objeto, ou o discurso sobre o objeto (MENESES, 1993). Souza (2009) ao reportar a esses dois níveis de extração da informação, refere-se à primeira informação como informação sintática, e a segunda como informação semântica do objeto, e que juntas formam os sistemas de informação museológicos. Segundo esse autor, esses sistemas dão origem ao museu como uma instituição comunicacional, emissora de informação capaz de transformar as estruturas comportamentais e cognitivas do público/usuário, o que possibilita a construção do conhecimento e a tomada de consciência e identidade dos indivíduos onde o museu se encontra instalado (SOUZA, 2009).

O uso das linguagens documentárias nos sistemas de documentação museológica torna-se indispensável ao controle da terminologia e, por conseguinte, para a qualidade da entrada de dados no sistema de documentação (Sistema de Indexação e Recuperação da Informação). Este instrumento de representação, que são as linguagens controladas, os tesouros, as listas autorizadas de termos, configuram-se como mais um elemento mediador entre a Museologia e a Ciência da Informação, visto que ambas ocupam-se desses mesmos interesses (LIMA; COSTA, 2007). Assim, para Scheiner (2005) os estudos das linguagens documentárias, da documentação museológica, do processamento técnico, do desenho e operação de banco de dados e instrumentos de comunicação museológica, colocam a Museologia e a Ciência da Informação em contato, especificamente no eixo de pesquisas da Museologia, “Museu e Informação”, onde o museu é visto igualmente como uma instância de produção e circulação da informação.

Nessa mesma direção, do museu como espaço de informação e comunicação, o objeto museológico/obra de arte é tratado como fonte de informação e produtor de conhecimento. A partir dos estudos da representação de seu conteúdo informacional (intrínseco e extrínseco) surgem os conceitos de “informação em arte” ou “informação estética”. Esses conceitos construídos a partir da experiência prática e teórica dos

campos da Ciência da Informação, Museologia, História da Arte e Estética, constituem mais um elemento capaz de promover a interdisciplinaridade entre a Museologia e a Ciência da Informação (PINHEIRO, 2008).

Castro (1999) salienta que o espaço do museu como instituição informativa e comunicativa tem se consolidado recentemente, pois, durante séculos, desde o templo das musas, passando pelos gabinetes de curiosidades, o museu foi considerado um espaço de contemplação e sacralização do objeto. Essa mudança institucional dos museus tem aproximado teóricos do campo da Ciência da Informação, como Le Coadic (2004), que aponta os museólogos como profissionais do setor da informação, os quais se aproximam cada vez mais da informação, ao invés de concentrarem no objeto ou na instituição. Ainda para esse autor, a Museologia constitui, ao lado da Biblioteconomia, Documentação e Jornalismo, em uma das quatro disciplinas que já desempenhavam atividades no campo da informação, antes mesmo do nascimento da Ciência da Informação. De tal forma que, “no começo eram o livro (a semente) e, é claro, a Biblioteconomia e a História do livro”, por analogia, “no início eram o documento e a documentação; no setor de museus: no início eram objeto e a museoeconomia [Museologia]; e no setor das mídias: no início eram o jornal e o jornalismo” (LE COADIC, 2004, p. 20).

Essa aproximação da Museologia e a Ciência da Informação, sob o viés da informação, além de ampliar a função do museu junto ao campo informacional, amplia também o objeto museológico a uma vertente comunicacional e a diversos níveis informacionais, tanto de ordem simbólica (semântica) como ordem material (estética), conferindo-lhe a caracterização do objeto como fonte de informação (ou de informação museológica) e agente transformador da realidade humana e social, sobretudo através do processo de aquisição do conhecimento e fortalecimento da identidade cultural (CASTRO, 1999). Não distante desse entendimento, para Lara Filho (2009) o objeto museológico, ao ser acolhido dentro do museu por meio do processo de musealização, passa a ser visto como documento (suporte de informações e significações), o que confere ao museu o trabalho com o elemento simbólico, e não apenas o elemento material.

Assim, a partir do entendimento do objeto como documento, graças às contribuições de Paul Otlet, fundador do campo da Documentação, precursor da Ciência da Informação e responsável pela ampliação do conceito de documento, em conjunto com as adaptações dos museus às transformações de seu tempo, os museus assumiram a

posição de instituições documentais e culturais voltadas para a produção de conhecimentos (LARA FILHO, 2009). Destarte, o museu “deve trabalhar com a busca de sentido, oferecendo a possibilidade de, a partir de correlações que estabelece na construção da informação, apresentar o objeto em seus diferentes contextos (...)” (LARA FILHO, 2009, p. 168), desse modo, esse novo entendimento de museu possibilitaria conexões da Museologia com a Ciência da Informação, pois esta trabalha com as inter-relações entre o conhecimento (e contextos) e entre o museu e o usuário, o que Capurro (2009) denominou de paradigma social da Ciência da Informação.

Em relação à necessidade de transferência e uso da informação, Carvalho (2007), após estudar a relação de um museu de arte por meio de sua exposição com o seu público presencial, analisa em seu doutorado a relação do museu, visto como sistema de informação e comunicação, com o público (real e virtual), a partir das influências ocasionadas pelas novas tecnologias. Assim, além de autores da Museologia e da Comunicação, a autora utiliza conceitos e autores da Ciência da Informação, como o termo relevância, de Saracevic, transformação das estruturas cognitivas, de Belkin, teoria da informação, de Shannon e Weaver, entendimentos do impacto da informação, de Michel Menou, e os aspectos teóricos da informação, na sua relação com o conhecimento, a cultura e os processos cognitivos.

As pesquisas de público ou pesquisas de usuários como são chamadas na Ciência da Informação estimulam ainda mais uma forte relação entre esses campos, pois ambos visam apreender o processo cognitivo, a psicologia do usuário/visitante, a percepção da informação e o processo de comunicação. Além disso, os estudos em bibliotecas e centros de documentação são realizados a mais tempo do que nos museus, o que poderia trazer para o campo da Museologia uma grande contribuição às pesquisas de público nos museus (CARVALHO, 2007). Outro aspecto apontado como de interesse da Ciência da Informação e da Museologia são as questões da comunicação e disseminação da informação através das tecnologias de informação e comunicação e de produtos e serviços de informação, o que levou ao reconhecimento da importância de profissionais da informação nas equipes de trabalho dos museus, visto que eles potencializam o papel da informação, bem como o papel do museu como um sistema de informação (CARVALHO, 2007).

Desse mesmo modo, para Pinheiro (2012) as tecnologias da informação e comunicação somadas às mudanças da globalização e da sociedade da informação aproximam diferentes campos do conhecimento, na medida em que as redes facilitam e

necessitam da operacionalização e articulação de pesquisadores e profissionais de distintas formações. Esse processo de transferência ou disseminação da informação e comunicação realizada em um museu ocorre, sobretudo, por meio das exposições museológicas, as quais são vistas como empreendimentos complexos, o que exige diálogos interdisciplinares e transdisciplinares com outros campos do conhecimento, entre eles, o da própria Ciência da Informação (MORAES, 2008). Para essa autora, os aspectos interdisciplinares também integram a constituição das Ciências Humanas e Sociais, e por sua vez, da Museologia e da Ciência da Informação, conferindo a elas uma necessária relação de diálogo.

Portanto, após esse levantamento na literatura científica, constata-se que existe um leque variado de aspectos que possibilitam o diálogo interdisciplinar entre a Museologia e a Ciência da Informação. Desse modo, são campos cujas afinidades não podem ser desprezadas, pois um pode contribuir com o outro, seja através da experiência e/ou do conhecimento acumulado, como as questões de representação da informação (documentação museológica, linguagem documentária); da informação (do objeto como fonte de informação, do objeto como documento, seus aspectos teóricos e cognitivos); da instituição (museus como sistemas de informação); do usuário (pesquisa de público/visitante real ou virtual, necessidade, uso e transferência de informação); da comunicação (exposição, divulgação científica, disseminação da informação) e das novas tecnologias da informação e comunicação (estudo dos impactos, novos processos, produtos e serviços).

3. TRAJETÓRIA DO ENSINO DA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA NO BRASIL

3.1 A trajetória do ensino da Arquivologia no país

A primeira iniciativa referente ao ensino da Arquivologia, no Brasil, estava previsto no artigo nº 10 do Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro de 1911, que estabelecia o funcionamento do curso de Diplomática, com duração de um ano, e voltado para o ensino de paleografia com exercícios práticos, cronologia e crítica histórica, tecnologia diplomática e regras de classificação. Conforme Maia (2005) esse curso de Diplomática foi criado para que a instituição do Arquivo Nacional pudesse cumprir, com efeito, sua missão. Para o autor, essa criação também “revela a preocupação dos responsáveis pelas políticas públicas em dar início ao processo de sistematização das atividades voltadas para a preparação e qualificação daqueles servidores (...)” (MAIA, 2005, p. 6).

O Arquivo Nacional, criado em 1838, sob a denominação de Arquivo Público do Império, juntamente, com o curso de Diplomática, foram notadamente marcados pela influência francesa. Segundo Estevão e Fonseca (2010) desde a criação do Arquivo Nacional se pode falar em influências e contribuições francesas, porque se utilizavam as ações políticas e técnicas francesas como argumento de autoridade para as ações implementadas naquele espaço, além disso, “os membros da burocracia brasileira da época, de modo geral, tinham formação e cultura europeia, e a França constituía-se na principal referência da intelectualidade” (ESTEVÃO; FONSECA, 2010, p. 84). Os autores ressaltam também que, dentre as contribuições teóricas da Arquivologia francesa a mais significativa é o “princípio de respeito aos fundos”, o qual é seguido pelos arquivos, até os dias de hoje, e ensinado nos cursos de Arquivologia como princípio básico da área.

Contudo, diferente do cenário francês, que abrigou um curso de formação de arquivistas-paleógrafos, desde 1821, na *École des Chartes*, uns dos cursos mais antigos do mundo⁸, o Arquivo Nacional do Brasil, apresentou desde a sua fundação até a criação de um curso de formação uma distância de 73 anos. Esse cenário de certo abandono com o ensino mudou parcialmente por meio da publicação daquele decreto em 1911. Entretanto, o curso de Diplomática teve vida breve, pois suas atividades foram

⁸ Matos (2008) aponta que a primeira escola criada data de 1811, a *Scuola di archivistica* (Itália/Nápoles), dez anos depois, em 1821, duas escolas são fundadas para difundir essa corrente de pensamento, a *École des Chartes* (França/Paris) e a *Bayerische Archivschule* (Alemanha/Munique).

encerradas definitivamente, em 1922, por conta do Decreto nº 15. 596, de 2 agosto, que previa a criação de um *Curso Technico* de dois anos, comum ao Museu Histórico Nacional, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional, cujo objetivo principal era formar oficiais para o Museu e amanuenses para o Arquivo e a Biblioteca Nacional.

Esse curso não entrou em funcionamento⁹, acarretando, novamente, a ausência de um curso de Arquivologia no país. Por outro lado, o desejo de concretizá-lo esteve presente ao longo da direção de João Alcides Bezerra Cavalcante (1922-1938). Na gestão seguinte, do diretor Eugênio Vilhena de Moraes (1938-1958), esse desejo fora relegado por mais de vinte anos, porque havia, por parte desse diretor, a equivalência do profissional arquivista ao cargo de escriturário ou datilógrafo (MAIA, 2005). Esse cenário de desprestígio frente ao ensino e ao arquivista muda, apenas, quando, em 1958, assume o diretor José Honório Rodrigues (1958-1964), o qual se detém na formação do ensino da Arquivologia, para as questões arquivísticas e para a instituição do Arquivo Nacional (ESTEVÃO; FONSECA, 2010).

Segundo Soares (1987) no primeiro relatório “Situação do Arquivo Nacional”, de 1959, José Honório Rodrigues relata que o Arquivo encontrava-se em estado deplorável, sem controle de acervos e sem quadro técnico capaz de atender a qualquer propósito de modernização, o que levou a pensar sobre os projetos administrativos e a formação de pessoal capaz de enfrentar os novos desafios que viriam pela frente. “Em outras palavras: fundar uma arquivística científica com base científica, em consonância com os avanços tecnológicos já observados em centros internacionais mais evoluídos” (SOARES, 1987, p. 7). Nessa direção, Marques (2007) aponta que a ausência de um curso de formação permanente na principal instituição pública de custódia de documentos incita o então diretor José Honório Rodrigues a enviar uma carta à embaixada francesa solicitando a colaboração de um arquivista francês.

Assim, em 1959, aporta no país o diretor dos Arquivos de Sarthe, em *Le Mans*, França, Henri Baullier de Branche, que passa a compor, neste mesmo ano, o quadro de professores para o curso de aperfeiçoamento e treinamento dos funcionários do Arquivo

⁹ O curso não funcionou em virtude dos seguintes motivos: “(...) leis dos adidos que mandavam aproveitar os funcionários em disponibilidade” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p.466). A recusa de dois professores, em razão da discordância quanto à criação do curso e com o fato de que ao assumirem a docência estariam duplicando suas atividades de Bibliotecário/Chefe de seção e professor, não recebendo, por isso, qualquer adicional de salário (CASTRO, 2000). E pela falta de espaço e da própria organização do museu em absorver todos os esforços da direção e dos técnicos, inviabilizando a implantação do curso técnico (SIQUEIRA, 2009).

Nacional. No ano seguinte, além da oferta de um treinamento intensivo, no primeiro semestre, entra em funcionamento o Curso Permanente de Arquivos (CPA), o primeiro curso de Arquivologia do país, constituindo, portanto, o modelo francês como o primeiro referencial teórico na formação dos arquivistas (BOTTINO, 1994).

Além do funcionamento desse primeiro curso de Arquivologia, durante a gestão do historiador e idealizador do mesmo, Marques (2007) aponta que José Honório Rodrigues, incumbido de modernizar o Arquivo Nacional, convida o arquivista norte-americano Schellenberg, vinculado à *American University*, de Washington D.C, para realizar um estudo acerca da situação arquivística brasileira. A introdução dessa nova influência norte-americana decorre do fortalecimento tecnológico e econômico dos Estados Unidos, que passa a constituir em uma outra influência concorrente, percebida no Brasil em diversos campos, tais como a cultura, economia, modelos de administração, entre outros. Schellenberg realizou também, no Arquivo Nacional, conferências e cedeu os direitos autorais de suas obras para tradução, são elas: “Manual de Arquivos”; “Documentos públicos e privados: arranjo e descrição” e “Arquivos Modernos: princípios e técnicas”. Tais obras foram utilizadas no Curso Permanente de Arquivos, marcando, assim, no ensino da Arquivologia a influência norte-americana, juntamente, com a influência francesa.

Além destes eventos que marcaram as influências francesa e norte-americana, a aprendizagem de outros idiomas e a realização de seminários, congressos, reuniões, entre outros, possibilitou, por conseguinte, a entrada de outras influências como a espanhola, portuguesa, inglesa e canadense. Outras oportunidades também surgiram, como os estágios e visitas técnicas em países estrangeiros, conduzindo, assim, novos conhecimentos, conceitos e procedimentos, o que configura o modo brasileiro de ser do arquivo (ESTEVÃO; FONSECA, 2010). Portanto, acredita-se que as influências estrangeiras, com o passar do tempo, encontram-se diluídas nas diversas contribuições recebidas, para além apenas influências francesas ou norte-americanas; outros modelos foram assimilados de maneira particular aos moldes da necessidade brasileira, processo que Michel Cook denominou de modelo terceiro-mundista (BOTTINO, 1994).

Passadas duas gestões desde a direção de José Honório Rodrigues, o novo diretor do Arquivo Nacional, Raul do Rego Lima (1969-1980), esforçou-se em manter o curso em funcionamento, inclusive para elevá-lo ao nível universitário, e também para manter a vinda de estrangeiros ao Arquivo Nacional. Destarte, durante a sua gestão ocorreu a chegada, em 1978, do renomado arquivista francês Michel Duchein. Em

relação a essas visitas, destaca-se que elas “sempre foram importantes para a interlocução com técnicos estrangeiros sobre as atividades desenvolvidas pelos arquivos, e às vezes, para obter mais argumentos e reunir energias para negociação com as autoridades superiores” (ESTEVÃO; FONSECA, 2010, p. 102).

Assim, tanto a instituição do Arquivo Nacional quanto o ensino da Arquivologia, já com uma maior visibilidade, recebeu, na década de 1970, outros novos impulsos, como o primeiro periódico arquivístico nacional, o “Mensário do Arquivo Nacional”, de 1970, a autorização para a criação de cursos em nível superior, pelo Conselho Federal da Educação, e a realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, ambos em 1972. Neste mesmo ano foi publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), o periódico “Arquivo & Administração”, que durante a década de 1970/80 consistiu em um importante veículo de divulgação do pensamento arquivístico no país e no exterior, por meio de publicações de artigos originais e de importantes traduções (FONSECA, 2005). No ano seguinte, em 1973, o Curso Permanente de Arquivos, em convênio com antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passou a funcionar com mandato universitário, entretanto o curso continuou sendo ministrado no Arquivo Nacional. De modo que, o único curso universitário de Arquivologia do país, é transferido, de fato, em 1977, para um espaço universitário, a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Além desses acontecimentos marcantes para o campo e para o ensino da Arquivologia, houve também, graças aos esforços da Associação dos Arquivistas Brasileiros, criada em 1971, a regulamentação do profissional arquivista, pelo Decreto nº 6.546, de 4 de julho de 1978, e quatro anos antes, em 1974, a fixação da Resolução nº 28, de 13 de maio, pelo Conselho Federal da Educação, que dispôs o primeiro currículo mínimo da Arquivologia, que também contou com o apoio efetivo da AAB. Tal currículo era composto pelas seguintes disciplinas: Introdução ao estudo da história; Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; Arquivo I – IV; Documentação; Introdução a Administração; História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado e uma língua estrangeira moderna. Essa mesma resolução do CFE fixou um mínimo de 2.160 horas-aula, distribuídas entre três e cinco anos, incluso, ainda, a proposta de Estudo de problemas brasileiros, Educação física e estágio supervisionado em instituição especializada, correspondendo a 10% do total das horas previstas. Era facultada também

aos cursos a criação de habilitações específicas como: Arquivos históricos, Oficiais, Empresariais, Escolares, Científicos, etc (MARQUES, 2007; JARDIM, 1999).

Esse currículo mínimo composto por disciplinas gerais, segundo Britto (1999) não possibilitava uma integração de todo esse conteúdo com o contexto arquivístico. Dessa forma, a autora propõe outro currículo que visaria um equilíbrio e a harmonização da grade das matérias, o qual deveria ser dividido em três categorias: disciplinas fundamentais, temáticas e atividades dirigidas. As disciplinas obrigatórias, reduzidas a sete, refletiriam a base interdisciplinar da Arquivologia, na qual seria composta pela: História, Direito, Arquivística, Biblioteconomia e Ciência da Informação, Gestão, Comunicação e Informática (BRITTO, 1999, p. 72). Interessante notar nessa proposta a presença da Biblioteconomia e da Ciência da Informação como base da Arquivologia, além disso, a autora ressalta que “os programas universitários sejam desenvolvidos no interior das escolas, faculdades ou institutos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, ou que pelo menos tenham uma vinculação relativamente direta a eles” (BRITTO, 1999, p. 63).

Em suma, o somatório de eventos ocorridos ao longo da década de 1970 conduziu à emergência e à configuração científica da Arquivologia (MARQUES, 2007). Igualmente, para Santos (2010) esses anos assinalaram uma preocupação com os arquivos e com a formação dos arquivistas. Para ele, esses acontecimentos relacionam-se, de modo estreito, com o momento ditatorial de um estado centralizador comandado pelos militares, os quais atribuem particular importância às instituições dos arquivos. Desse modo, a conjuntura de eventos a favor dos arquivos e da Arquivologia culminou naquela década, a criação de mais dois cursos: Universidade Federal de Santa Maria, em 1977, e na Universidade Federal Fluminense, em 1979 (BRITTO, 1999). Assim, passada a fase de tentativa de consolidação do campo e de seu ensino (década de 1960), os anos de 1970 marcaram efetivamente a consolidação do campo e do ensino da Arquivologia no país.

Nos anos de 1980 não foram criados cursos de graduação em Arquivologia – o que poderia levar a se pensar em designar esse período como fase de estagnação da graduação. Contudo, foram criados cursos de pós-graduação, na modalidade *lato sensu*, em diversas universidades, entre elas: UNIRIO, UFF, USP, UFSC e UFBA. (BOTTINO, 1994). Para Jardim (1999) os cursos de pós-graduação sinalizam o interesse das Instituições de Ensino Superior na área da Arquivologia, mas também as dificuldades em estabelecer cursos de graduação, principalmente em função de questões

relacionadas com a capacitação do corpo docente. Por outro lado, Fonseca (2005) aponta que essa década representou no tocante ao fortalecimento de uma rede nacional de instituições arquivísticas, uma cooperação interinstitucional sem precedentes na história das instituições arquivísticas brasileiras, representada, sobretudo, pelo Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais.

Em relação à produção, comunicação e a divulgação do conhecimento arquivístico e áreas correlatas, houve nos anos de 1985 e 1986, o lançamento dos periódicos semestrais: *ÁGORA* – Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, que após 2010 firmou parceria com o Curso de Arquivologia da UFSC, e o periódico *ACERVO*, editado pelo Arquivo Nacional, ambos em funcionamento até os dias de hoje. Outro importante aspecto a ser destacado, inserido dentro desse contexto, é a presença, pela primeira vez, de arquivistas brasileiros convidados para proferirem palestras no Congresso Internacional de Arquivos, e a ocupação de cargos na secretaria executiva do Conselho, bem como da presidência e vice-presidência da Associação Latino-Americana de Arquivistas (FONSECA, 2005).

Ademais, conforme Jardim (1999) inicia-se, nos anos 1980, os debates em torno da temática da “Sociedade da Informação”, o que trouxe diversas implicações para a Arquivologia, como as preocupações com as tecnologias de informação, acesso e uso dessa informação. Como fruto desse momento, a Constituição Federal de 1988 incluiu, no artigo nº 216, a prerrogativa de que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Além disso, os diversos debates fazem culminar, na década seguinte, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e prevê a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), e “não seria exagero afirmar que essa lei marca e tem papel fundamental na formação, chamando a sociedade à reflexão e à discussão sobre o papel dos arquivos” (MARQUES, 2007, p. 138).

Assim, após a implantação dessa nova lei, houve nessa mesma década, a criação de mais três cursos de Arquivologia nas universidades públicas, são elas: Universidade Federal de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual de Londrina (UEL), possibilitando ao lado dos cursos já existentes a consolidação das universidades como espaço político e acadêmico na conformação da área (FONSECA, 2005). Santos (2010) acrescenta também que a lei dos arquivos consagrou no país o conceito de gestão de documentos, desenvolvido pelos arquivistas

de Québec, deslocando a concepção dos arquivos históricos, sobretudo, como fontes de pesquisa histórica e aproximando-os da administração e das funções dos arquivos correntes e intermediários, promovendo, com isso, a inclusão de disciplinas sobre esse assunto. O deslocamento do objeto de estudo da Arquivologia para a informação, promoveu ainda uma aproximação entre este campo científico e a Ciência da Informação, passando a ser refletida nas temáticas de pesquisas, nas produções acadêmicas e nas formações acadêmicas (FONSECA, 2005).

No final dos anos de 1990, os cursos de Arquivologia contavam com uma maior flexibilidade tanto na confecção dos currículos quanto dos projetos político-pedagógicos, em razão da implantação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que acabou com a lógica do currículo mínimo. Assim, as universidades passam a privilegiar o desenvolvimento de competências, habilidades, aperfeiçoamento na formação cultural, técnica e científica mais adequada às necessidades de cada área, curso, docentes e discentes. Essa lei levou também o Ministério da Educação e do Desporto, por meio do Conselho Nacional da Educação (CNE), a publicar o Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001, que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, entre outros. Em relação às competências e habilidades profissionais do curso de Arquivologia expressas nessas diretrizes, percebe-se uma maior proximidade com o curso de Biblioteconomia, pois ambos os cursos convergem para um profissional capaz de interagir, agregar valor, criticar, investigar, propor, planejar, processar e difundir a informação e o documento.

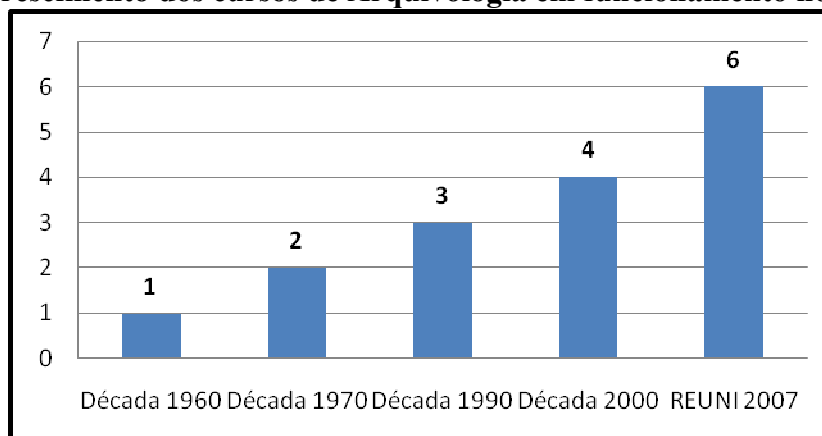
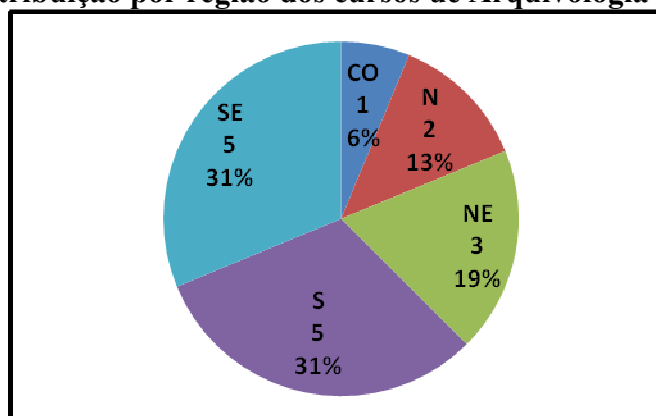
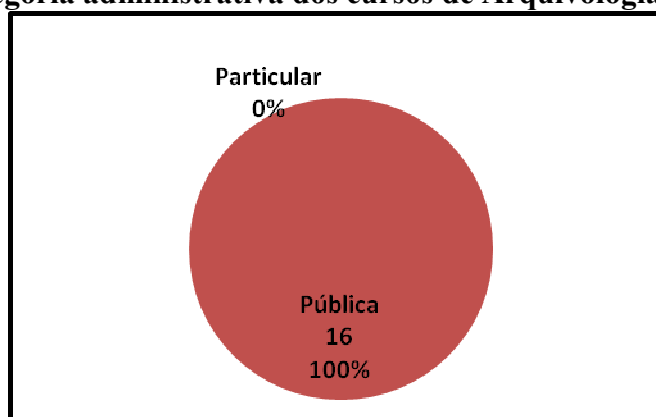
Nesse mesmo cenário brasileiro onde vigoram as Diretrizes, houve no início da década de 2000 a criação de mais quatro cursos de Arquivologia nas seguintes universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Estadual da Paraíba (UESPB). A implantação do Plano de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, facilitou a criação de mais seis cursos de Arquivologia, nas Instituições de Ensino Superior, a saber: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Dado esse crescimento de cursos e a preocupação com os desafios atuais e futuros do campo, é realizada, em Brasília, em 2010, a I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), que estabeleceu algumas deliberações, recomendações gerais e específicas, além da constituição de uma agenda das reuniões até 2013. Assim, pode-se dizer que a implantação do REUNI coloca o ensino da Arquivologia em uma nova fase, intitulada acadêmico-institucional devido a diversidade de vínculos dos cursos em escolas, institutos, faculdades e proximidade dentro de uma mesma instituição de ensino superior, com os cursos de Biblioteconomia e Museologia. Além desse crescimento e instituição dos cursos pode-se notar o impacto da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como lei de acesso à informação nas discussões nos cursos de Arquivologia e nos eventos dedicados a esta temática.

Enfim, acredita-se que essa lei de acesso à informação abre caminhos para um maior controle social da informação pelos diversos setores da sociedade, dando-lhe um caráter mais transparente e ativo no conceito de acesso à informação. Reforça, portanto, as atividades de gestão documental e o contato com a Ciência da Informação, bem como propicia discussões mais fecundas sobre a abertura dos arquivos da ditadura brasileira, e o papel dos arquivos como mecanismos democratizantes e portadores de informação histórico-cultural, nesse novo cenário, convocando profissionais e estudantes a refletirem sobre essa temática, seja por meio dos eventos e/ou disciplinas (complementares, optativas ou obrigatórias) dos cursos de Arquivologia.

3.1.1 Configurações acadêmico-institucionais da Arquivologia

O atual cenário da Arquivologia é composto por 16 cursos em funcionamento, destaca-se que, quase a metade desses cursos foi criada, nos últimos anos, em razão da implantação do REUNI. Com os novos cursos de Arquivologia vinculados a UFPB, FURG, UFMG, UFAM, UFSC e UFPA, somados aos cursos já existentes na UNIRIO, UFSM, UFF, UnB, UFBA, UEL, UFES, UNESP, UFRGS e UEPB, verifica-se a presença do curso de Arquivologia nas cinco regiões brasileiras. Observa-se uma concentração, sobretudo, nas regiões sudeste e sul, com cinco cursos em cada, o que totaliza 61%. As demais regiões apresentam três cursos no nordeste, 19%, dois cursos, 13%, no norte, e um curso, 6%, no centro-oeste. Todos os cursos de Arquivologia são classificados como públicos (mantidos pelo poder público), a saber:

Gráfico 1: Crescimento dos cursos de Arquivologia em funcionamento no Brasil**Gráfico 2: Distribuição por região dos cursos de Arquivologia no Brasil****Gráfico 3: Categoria administrativa dos cursos de Arquivologia no Brasil**

A proximidade acadêmico-institucional, isto é, a localização do curso de Arquivologia com os de Biblioteconomia e Museologia em uma mesma instituição de ensino superior pode ser encontrada em sete universidades, a saber: UNB, UFBA, UFSC, UFMG, UFPA, UFRGS e UNIRIO, destas as quatro primeiras universidades possuem a pós-graduação em Ciência da Informação. As ocorrências de proximidade da

Arquivologia apenas com a Biblioteconomia podem ser encontradas em outras sete universidades: UFAM, FURG, UFES, UFPB, UFF, UNESP e UEL, sendo que, nestas quatro últimas universidades encontra-se o curso de pós-graduação em Ciência da Informação. Apenas os cursos de Arquivologia, com a configuração acadêmico-institucional afastada dos outros cursos, Biblioteconomia e Museologia, e da Ciência da Informação ocorre em outras duas universidades: UFSM e UEPB.

Além dessa proximidade entre os cursos, sabe-se que mais da metade dos cursos de Arquivologia (UNB, UFBA, UFRGS, UFSC, UFMG, UFPB, FURG, UEL, UNESP, UFSM, UFF e UFPA) estão localizados em departamentos, institutos ou escolas de Ciência da Informação, Documentação, Informação ou mesmo em departamentos de Biblioteconomia, como ocorre na UFAM. Do ponto de vista institucional, essa configuração reflete, de modo geral, uma proximidade da Arquivologia com o campo da Ciência da Informação (VER APÊNDICE C). Dos três cursos restantes, um deles está abrigado no Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (UEPB), os outros dois cursos estão em espaços próprios da Arquivologia: UNIRIO (Escola de Arquivologia) e UFES (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Arquivologia).

Para Jardim (2011) a proximidade dos cursos de Arquivologia nos locais intitulados de Ciência da Informação, pode ser vista sob o prisma das razões políticas, mas sem razão em termos acadêmicos, pois essa configuração institucional transparece o entendimento de que a Arquivologia é uma subárea da Ciência da Informação, quando, na verdade, para o autor, ela deveria estabelecer uma relação interdisciplinar não só com a Ciência da Informação, mas com outros campos do conhecimento. Enfim, essas configurações acadêmicas institucionais não são naturais, elas são de fato uma relação histórica e uma relação de poder, que se estabelece entre as partes envolvidas.

Dessa forma, a construção, em 2012, do mestrado profissional em Arquivologia, na UNIRIO, e composto por duas linhas de pesquisa: Arquivo, Arquivologia e Sociedade, e Gestão de Arquivo na Arquivologia Contemporânea, visa construir um espaço próprio para o desenvolvimento de pesquisas da área. Assim como, as relações entre os cursos não são neutras, a criação desse curso também não é neutra, demonstrando a demarcação do campo específico, com um espaço próprio para o desenvolvimento de pesquisas em Arquivologia.

3.2 A trajetória do ensino da Biblioteconomia no país

O início da trajetória do ensino da Biblioteconomia remonta a instituição do Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911. Tal decreto criou o primeiro curso da América Latina e o terceiro do mundo¹⁰ (FONSECA, 1979), todavia este primeiro curso começou a funcionar apenas em 1915, pois no ano seguinte ao da sua criação, em 1912, o diretor da primeira seção, a de impressos, foi transferido para a segunda seção, de manuscritos, que não se julgou devidamente preparado para o desempenho das aulas. Ademais, os inscritos naquele ano, na maioria funcionários da instituição, desistiram de cursá-lo (BIBLIOTECA NACIONAL, 1913). Nos anos seguintes, em 1913 e 1914, as inscrições foram abertas em sua devida época, mas nenhum candidato se apresentou.

Segundo Castro (2000) este curso iniciou suas atividades sob a influência francesa, principalmente da *École Nationale des Chartes*, considerada uma escola de caráter humanista e conservadora, inaugurando, assim, a primeira fase do ensino da Biblioteconomia brasileira. Para Souza (2009), esse modelo educacional francês que perdurou no ensino da Biblioteconomia até o final dos anos de 1920 era coerente com os parâmetros culturais da época, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, então sede do poder político e administrativo federal. O curso de feição nitidamente institucional visava atender tão somente as suas necessidades, de modo que o ensino era ministrado por meio de quatro disciplinas: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática, as quais correspondiam, igualmente, às quatro seções da instituição. Além disso, o curso “não tinha por finalidade transformar a sociedade, mas somente consolidar um projeto da elite dominante e, o mais possível, consolidar a Biblioteca Nacional em condições comparáveis àquelas mais importantes da Europa” (SOUZA, 2009, p. 47).

Souza (2009) acrescenta, ainda, que supridos alguns quadros com a qualificação técnica pretendida pela instituição, e por não ter havido inscritos no ano de 1921, o curso de Biblioteconomia é extinto no ano seguinte, reabrindo nove anos depois, por meio do Decreto nº 20.673, de 17 de novembro de 1931. Poucas alterações foram realizadas em seu ensino, entre elas a mais significativa foi a mudança na duração do curso, que passou de um ano para dois anos. O ensino permaneceu humanista e voltado

¹⁰ Considera-se o primeiro curso de Biblioteconomia o da *École Nationale des Chartes*, de 1821, o segundo curso o da *Columbia University School of Library Service*, de 1887, e o terceiro da Biblioteca Nacional, do Brasil (FONSECA, 1979).

para atender as necessidades da instituição, onde no primeiro ano se ensinava: Bibliografia, Paleografia e Diplomática; e no segundo ano, História Literária (com aplicação à bibliografia), Iconografia e Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas).

Nesse momento, as mudanças econômicas, políticas e sociais da década de 1930, juntamente com a crescente influência norte-americana começavam a reverberar diretamente no ensino da Biblioteconomia. O Instituto Mackenzie de São Paulo, tipicamente americano, preocupado com a biblioteca de seu colégio, que estava estagnada e organizada de modo precário, contratou a bibliotecária norte-americana Dorothy Murriel Gropp para organizá-la, bem como para implantar o Curso Elementar de Biblioteconomia e substituir a bibliotecária Adelpha Figueiredo, que fora estudar Biblioteconomia na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Assim, com a chegada de Gropp, em 1929, inicia-se a segunda fase no ensino da Biblioteconomia através do segundo curso de Biblioteconomia criado no país, um curso totalmente distinto da formação ministrada pela Biblioteca Nacional (CASTRO, 2000). Até porque “a natureza e o papel da Biblioteca Nacional, conservadora da memória nacional, a diferia de outras bibliotecas. Daí constituir-se no lócus privilegiado para incorporação de ‘saberes enciclopédicos’(...)” (CASTRO, 2000, p. 102).

Assim, esse primeiro curso paulista desloca de vez o foco do Rio de Janeiro para São Paulo, de uma Biblioteconomia à francesa para uma Biblioteconomia norte-americana, consolidando um ensino tecnicista e pragmático ao centrar-se nas disciplinas de catalogação, classificação, referência e organização de bibliotecas. Quando, em 1935, ocorre o encerramento do curso no Mackenzie, tem-se no ano seguinte a criação da Escola de Biblioteconomia da Divisão de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de São Paulo, por Rubens Borba de Moraes, anexada à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1940, e, até hoje em funcionamento.

O crescente contato com o modelo americano ocasionou uma reforma significativa no existente curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional, sob a direção de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, expressa pelo Decreto nº 6.440 de 27 de abril de 1944. Assim, o curso da Biblioteca Nacional passou a ser denominado de Cursos da Biblioteca Nacional (CBN), pois o ensino desdobrou-se em três níveis, e com

finalidades diferentes¹¹, a saber: Curso fundamental de Biblioteconomia (CFB), Curso Superior de Biblioteconomia (CSB) e Cursos Avulsos (CA).

As alterações advindas desta reforma permitiram que esses cursos fossem bastante demandados. Para Souza (2009) isso ocorreu devido à incorporação do modelo norte-americano em seu ensino, substituindo de vez a influência francesa e a lógica de formar profissionais aptos a trabalhar somente naquela instituição nacional. Destarte, ressalta Castro (2000) que essa inclusão do modelo pragmático se deu mais por pressão externa do que por vontade própria da instituição. Tal pressão foi exercida pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que exigia um profissional capaz de organizar e administrar qualquer tipo de biblioteca, bem como já vinha ocorrendo em São Paulo, desde o final dos anos 20, com a implantação do primeiro curso paulista.

Por fim, antes do curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional, ser transferido em 1969, para a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), esse curso passou por uma última reforma, através do Decreto nº 550 de 1º de fevereiro de 1962, o qual estabeleceu uma duração de três anos para o curso e incluiu novas disciplinas. No entanto, tal alteração só não modificou profundamente o ensino, porque já se havia consolidado, desde a gestão de Rubens Borba de Moraes (1945-1947), a influência paulista, de origem norte-americana, em detrimento do modelo carioca (SOUZA, 2000).

Desse modo, a consolidação da influência norte-americana no ensino da Biblioteconomia conduziu a *Rockefeller Foudation*, durante os anos de 1943 a 1948, por meio do curso da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, a conceder nove bolsas de estudos para pessoas de outros estados interessadas em estudar Biblioteconomia nos Estados Unidos (RUSSO, 1966). Castro (2000) aponta que o resultado desse intercâmbio gerou uma expansão dos cursos de Biblioteconomia em todo o país aos moldes do modelo norte-americano. Essa expansão dos cursos foi também beneficiada pela crescente quantidade de bibliotecas públicas que vinham

¹¹ O primeiro curso era responsável por formar pessoal habilitado a executar, sob a orientação de bibliotecários, serviços técnicos necessários ao funcionamento de bibliotecas. O segundo curso objetivava formar pessoal habilitado a administrar bibliotecas e a organizar ou dirigir serviços técnicos de bibliotecas. Já os cursos avulsos tinham como finalidade atualizar os conhecimentos dos bibliotecários e bibliotecário-auxiliares, divulgar conhecimentos sobre Biblioteconomia e promover a homogeneidade básica dos serviços de biblioteca (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA 2009).

sendo instaladas nos diferentes estados brasileiros. Ainda pode-se atribuir o crescimento dos cursos no país a aprovação da Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário, regula o seu exercício, e prevê a criação dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB).

Com esse crescimento de novos cursos fez-se necessária implantação do primeiro currículo mínimo de Biblioteconomia, apesar de suas posteriores críticas, o currículo constituiu em um importante artefato à moda brasileira, o qual inaugurou a fase do ensino da Biblioteconomia com conteúdos voltados para a demanda nacional. Ademais, este currículo fixado em 16 de dezembro de 1962 possibilitou a uniformidade entre os conteúdos e a mobilidade dos alunos para qualquer uma das escolas em funcionamento naquele momento (LEMOS, 1973). Conforme Santos (1998) essa padronização no ensino contou com o apoio da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecário (FEBAB) criada em 1959, que conseguiu ao lado do Conselho Federal de Educação (CFE) instaurar o currículo mínimo composto pelas seguintes disciplinas, a saber: História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do pensamento Filosófico e científico, Organização e Administração de Bibliotecas, catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia.

O estreito contato da Biblioteconomia com a Documentação tornou-se mais visível no ensino por meio desse novo instrumento educacional, que incluía uma disciplina voltada propriamente para as questões da Documentação. Em relação à influência da Documentação no país, a consultoria de Herbert Coblans, enviado da UNESCO, possibilitou, em 1954, a implantação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), desenvolvido também por meio de uma proposta conjunta com o Conselho Nacional de Pesquisa e a Fundação Getúlio Vargas. Para Souza (2009) essa ação representa os esforços e uma alternativa para lidar com esse novo contexto, pois as formações de bibliotecários humanistas ou técnicos não mais atendiam plenamente às novas exigências. O ensino biblioteconômico estaria estagnado, visto que “o conservadorismo e a falta de criatividade eram manifestos nos currículos ministrados nas escolas existentes” (SOUZA, 2009, p. 68).

Nessa mesma direção, Lemos (1973, p. 55) apresenta sua insatisfação frente ao ensino da Biblioteconomia, no qual “predomina o ensino prático (e, muitas vezes, exageradamente tecnicista) em detrimento dos estudos dos aspectos teóricos e fundamentais dos problemas biblioteconômicos”. Esse autor deixa claro, ainda, a

existência de uma “fidelidade dogmática a códigos de catalogação, normas de documentação e sistemas de classificação, muitas vezes idolatrados com cegueira (...)”, e, “ausência de uma abordagem integrada das atividades e serviços da Biblioteconomia/Documentação que faça uso das técnicas de análise de sistemas e encare as disciplinas como um todo orgânico”. Por fim, acrescenta que as tecnologias incorporadas ao ensino não modificaram a estrutura global dos cursos (LEMOS, 1973).

Assim dado esse contexto de insatisfação junto ao ensino da Biblioteconomia foi criado em 1955, o curso de especialização em Pesquisa Bibliográfica, depois denominado de Curso de Documentação e Informação Científica, o qual era voltado para os graduados de qualquer área do conhecimento interessados em trabalhar com documentação especializada (PINHEIRO, 2005). Sabe-se também que a presença da Documentação alterou não só o ensino, mas também o nome de um dos principais eventos da área, que passou de Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, para Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD), em 1959, com periodicidade até o corrente ano. Além disso, Castro (2000) acrescenta que a proximidade com a Documentação ocasionou polêmicas entre as fronteiras da Biblioteconomia, bem como serviu de condição *sine qua non*, para modificar a formação do bibliotecário, agora um profissional detentor de conhecimentos especializados, a serviço da ciência. Enfim um *servo servorum scientiae*.

Portanto, a introdução da Documentação, de dupla influência, tanto europeia, especificamente das ideias de Paul Otlet e Henri La Fontaine, quanto norte-americana marca no país uma dissidência entre os bibliotecários e os documentalistas (ORTEGA, 2009). Esse desentendimento menos acentuado se comparado com outros países, entre os bibliotecários e os documentalistas, conhecidos também como bibliotecários tradicionais e bibliotecários especialistas gerou, por conseguinte uma distinção entre uma Biblioteconomia tradicional ou “pura”, de uma Biblioteconomia Especializada/Documentação (DIAS, 2000). Nos Estados Unidos, conforme revela Ortega (2009), a Documentação passou a ser representada pela área *Information Retrieval* ou *Information Storage and Retrieval* e se configura como umas das principais origens da Ciência da Informação.

Essa Ciência da Informação gestada durante a Segunda Grande Guerra, com raízes na Documentação e na Recuperação da Informação, instaura-se definitivamente no Brasil com a criação do primeiro programa de pós-graduação em Ciência da Informação, em 1970, pelo IBBD, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e

Tecnologia (IBICT). Conforme Cardoso (2002) “a conjuntura nacional da época exigia a criação de estruturas de apoio informacional e a capacitação de recursos humanos para a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico”. Desse modo, a Documentação e a fundação do IBBD podem ser vistos como dois marcos decisivo para a introdução da Ciência da Informação no país (PINHEIRO, 2005).

Com o surgimento dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação inaugura-se outra fase no ensino da Biblioteconomia. Para Población (1992) a primeira fase da Ciência da Informação, que corresponde aos anos de 1970 a 1985, equivale à terceira fase do ensino da Biblioteconomia, marcada anteriormente pela influência europeia (1º Fase 1915-1928) e pela segunda fase (2º Fase 1929-1969) marcada pela mudança de direção da influência europeia para a pragmática norte-americana. Para essa autora o crescimento de novos cursos de graduação nessa terceira fase desperta a preocupação com a formação de recursos humanos, professores e pesquisadores para atuarem nas duas áreas de informação (Biblioteconomia e Ciência da Informação), levando, assim ao crescimento da pós-graduação em Ciência da Informação, que passou a ser marcada pela sua segunda fase (2º Fase 1986-1992).

Em decorrência das constantes mudanças foi proposto, após vinte anos do primeiro currículo mínimo, o segundo currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia, elaborado pela Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), e encaminhado ao Conselho de Ensino Federal (CEF). Esse novo currículo publicado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), conforme Resolução nº 08 de 1982, com duração de quatro anos, era composto por três partes: 1. Matérias de Fundamentação Geral (Comunicação, Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo e História da Cultura); 2. Matérias Instrumentais (Lógica, Língua portuguesa e Literatura da língua portuguesa, Língua estrangeira e moderna e Métodos e técnicas de pesquisa); 3. Matérias de Formação Profissional (Informação aplicada à Biblioteconomia, Produção dos registros do conhecimento, Formação e desenvolvimento de coleções, Controle bibliográfico dos registros do conhecimento, Disseminação da informação e Administração de bibliotecas).

Não obstante, esse segundo currículo mínimo, tal qual o primeiro currículo mínimo sofreu diversas críticas, as quais se davam no âmbito da formação do bibliotecário, muitas vezes classificada de generalista, por não possuir focos específicos em determinadas linhas; ou de tecnicista, pela falta de sensibilidade no trato com o usuário, suas necessidades e ambiente social (SOUZA, 2009). Nessa mesma década de

1980, nota-se um aumento de encontros realizados, como, por exemplo, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), sendo que alguns destes encontros passaram a abarcar temas mais especializados, e outros encontros com caráter mais regional ou estadual. A realização desses eventos fomentou a troca de conhecimentos e de discussões referentes aos temas e dilemas da área, marcando, assim, um período de reflexão, objetivando a avaliação qualitativa do ensino (PLOBACIÓN, 1992).

Ao lado desses novos questionamentos, e pelo crescente contato com as tecnologias e outras áreas do conhecimento, a Biblioteconomia desloca o seu paradigma, do objeto “documento/livro”, para a “informação”, pois para Oliveira (2005, p. 26), “a unidade de análise da Biblioteconomia não é mais somente o livro, mas também a informação; e suas atividades, agora automatizadas, ultrapassam o espaço da biblioteca”. Nesse momento, percebe-se também a ênfase nos “usuários”, que passaram a nortear a finalidade das bibliotecas e dos sistemas de recuperação da informação, ao invés da posse do documento, privilegiando, então, o acesso às informações nas suas diferentes manifestações (FERREIRA, 1995).

Para Souza (2009) o ensino da Biblioteconomia, nos anos 1990, continuava carente de rumos que pudessem orientá-lo e atender aos interesses do país, sobretudo econômicos. Ele acrescenta ainda que após a “década perdida” ingressou por meio da diretoria da Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), transformada, em 2001, em Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), um discurso originado pela Federação Internacional da Documentação (FID) acerca do “Moderno profissional da informação”, ocasionando uma destruição da formação e da identidade do Bibliotecário por um “profissional da informação” (SOUZA, 2009). Contudo, por outro lado, ancorado nesse discurso de um profissional da informação pode-se perceber o crescimento da Ciência da Informação através dos cursos de mestrado, periódicos especializados e do primeiro programa de doutorado, em 1992, na Universidade de Brasília (UnB). Surge também o primeiro Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB), organizado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), em sua 14^a edição, em 2013. Para Souza (2009, p. 148) “Em parte, a criação desse evento aponta para a identidade e autopromoção da Ciência da Informação com a vertente pela qual se daria a modernização das estruturas de prestação de serviço da informação”.

Ao lado desse crescimento da Ciência da Informação os cursos de mestrado em Biblioteconomia e as escolas de Biblioteconomia mudam de nomes para mestrados e escolas de Ciência da Informação. Essa mudança simboliza a estreita relação imposta pela Ciência da Informação frente à Biblioteconomia, onde o desenvolvimento da Ciência da Informação se deu principalmente a partir da base acadêmica da Biblioteconomia (ARBOIT; BUFREM; KOBASHI, 2011). Para Araújo (2011) essa proximidade entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação não ocorreu sem desentendimentos ocasionando alterações no percurso de ambas. Ao analisar os currículos na íntegra dos cursos de Biblioteconomia, Oliveira (2011) declara que há um perfil do bibliotecário que pode ser denominado de “núcleo duro”, havendo quase um consenso entre a formação expressa pelos currículos, enquanto o perfil do cientista da informação e da própria Ciência da Informação encontra-se disperso, fragmentado, em decorrência das diversas linhas de pesquisa, não havendo, portanto, um consenso em pelo menos seis programas de pós-graduação analisados. Por conta dessa dispersão não se pode afirmar com certeza o nível da interação entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, embora se saiba que elas comungam do mesmo objeto: a informação (OLIVEIRA, 2011). Por fim, a autora esclarece que a “Ciência da Informação pode e deve buscar permanentemente esta interação disciplinar com a Biblioteconomia, na perspectiva de que essa se dê de forma progressiva no atendimento às demandas de ambas” (OLIVEIRA, 2011, p. 164).

Finalmente após a passagem sobre as fases e influências no ensino da Biblioteconomia, acredita-se que a Biblioteconomia encontra-se em uma nova fase intitulada acadêmico-institucional devido às diversas localizações dos cursos em escolas/institutos/centros e faculdades, assim como, pela proximidade com os cursos de Arquivologia e Museologia, os quais tem seu crescimento associado ao REUNI. Essa nova fase é posterior à fase da flexibilização de seu ensino, inaugurada pela promulgação LDB e pelas Diretrizes curriculares nacionais, comum também aos outros dois cursos. Nota-se, particularmente, na diretriz do curso de Biblioteconomia a recomendação quanto aos conteúdos curriculares na direção de que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação de seus conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural, que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens. Essa recomendação pode ser vista como um alerta ao ensino da Biblioteconomia para que não exclua as questões

sociais e culturais de seus currículos e não se reduza ao pragmatismo e tecnicismo, que marcou durante anos o seu ensino, sobremaneira, em sua segunda fase.

3.2.1 Configurações acadêmico-institucionais da Biblioteconomia

Atualmente o ensino da Biblioteconomia conta com 37 cursos de graduação em funcionamento, na modalidade presencial, em todas as cinco regiões brasileiras. É possível notar, a partir do gráfico abaixo, uma concentração de cursos na região sudeste, com 43%, seguida do nordeste, com 27%, do sul, com 14%, do centro-oeste, com 11%, e, por último a região norte com, apenas, dois cursos, o que totaliza 5%. Conforme revela o gráfico seguinte, constata-se que a maioria dos cursos de Biblioteconomia são públicos, isto é, 28 cursos, o que equivale a 76%; os demais, nove cursos são privados (mantidas e administradas por pessoas jurídicas de direito privado), os quais estão sediados nas seguintes instituições de ensino superior: FUNLEC, UDESC, FAINC, FATEA, FESPSP, UNIFAI, PUC – Campinas, USU e UNIFORMG.

Gráfico 4: Distribuição por região dos cursos de Biblioteconomia no Brasil

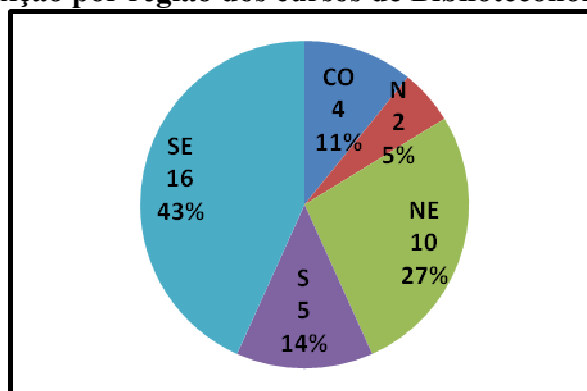
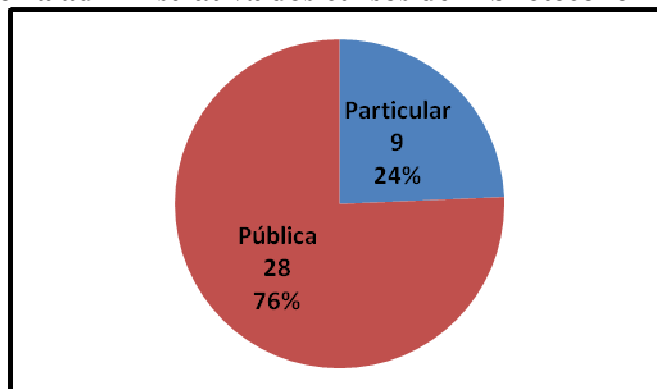
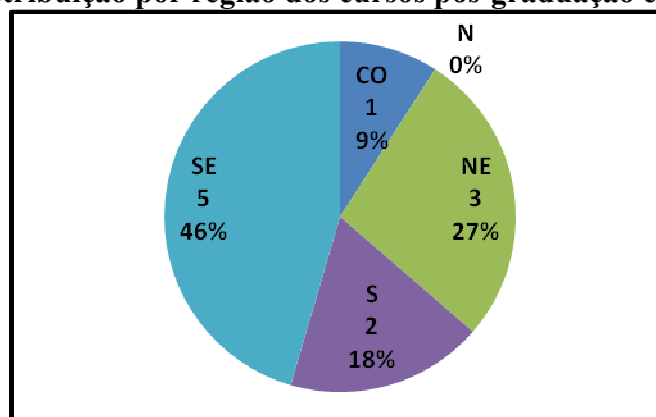


Gráfico 5: Categoria administrativa dos cursos de Biblioteconomia no Brasil

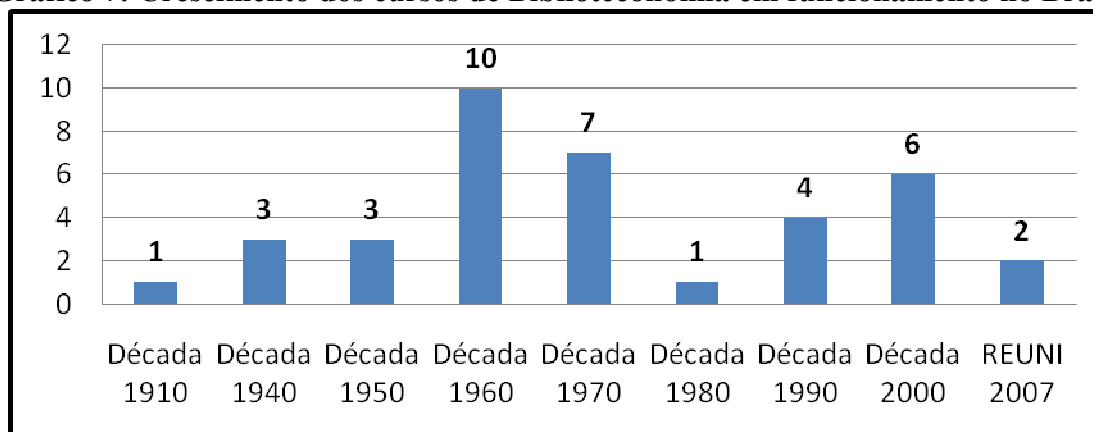


O campo científico da Biblioteconomia estabelece relações com a Ciência da Informação desde a constituição dessa ciência no Brasil, no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), desde 1976, Instituto Brasileiro em Ciência e tecnologia (IBICT), portanto, considera-se este o momento mais oportuno para demonstrar a quantidade existente de cursos de pós-graduação em Ciência da Informação. Semelhante à Biblioteconomia, os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação concentram-se na região sudeste, com 46%, seguido do nordeste, com 27%, da região sul, com 18%, e com 1% o centro-oeste, sendo que na região norte não se encontra nenhum curso de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação. Essa proximidade percentual entre os cursos de Biblioteconomia e os de pós-graduação em Ciência da Informação decorre da localização acadêmico-institucional dos cursos, visto que, onde há a oferta da pós-graduação em Ciência da Informação há também na instituição de ensino superior o curso de Biblioteconomia.

Gráfico 6: Distribuição por região dos cursos pós-graduação em C.I no Brasil



O crescimento quantitativo dos cursos de Biblioteconomia ocorreu, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970, portanto, anterior à implantação do REUNI, conforme se pode notar no gráfico seguinte. Pela via do REUNI foram implantados dois cursos: um na Universidade Federal de Sergipe (UFS), região norte do país, e outro curso, na região sudeste, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), modalidade licenciatura (exclusivo no país), tendo em vista que os outros cursos de Biblioteconomia são bacharelados, essa diferença decorre que a licenciatura tem como principal objetivo formar docentes com uma sólida fundamentação didático-pedagógica integrada aos conhecimentos da Biblioteconomia, enquanto o bacharelado tem como função primordial formar profissionais para o mercado de trabalho.

Gráfico 7: Crescimento dos cursos de Biblioteconomia em funcionamento no Brasil

Já os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação não tiveram um crescimento significativo como os cursos de Biblioteconomia. Posto que, atualmente, estão em funcionamento 11 programas de pós-graduação, conforme revelam as imagens a seguir. A década de 1970 representou para a Ciência da Informação, o momento de aparição e crescimento dos primeiros cursos de mestrado na área, e vinte anos depois dos primeiros cursos de doutorado da área. Reis (1990) declara que, a criação desses cursos se fez para atender às exigências do contexto, em especial às das políticas educacionais, aos incentivos da CAPES e às demandas do mercado de trabalho, assim como acompanhar o processo de modernização da área e a ênfase desenvolvimentista vigente no contexto social.

Quadro 1: Ano de criação dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado em funcionamento) em Ciência da Informação no Brasil

IES	UF	Região	M	D	UFF	RJ	SE	2004	
UnB	DF	CO	1978	1992*	UNESP	SP	SE	1998	2005
UFBA	BA	NO	1998	2010	UFPE	PE	NO	2008	
UFSC	SC	S	2003	2012	USP***	SP	SE	1972	1980
UFMG	MG	SE	1976	1997	IBICT****	RJ	SE	1970	1994
UFPB	PB	NO	1977**	2012	UEL*****	PR	S	2012	

* Em 2012, passou a funcionar o Doutorado Interinstitucional em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo.

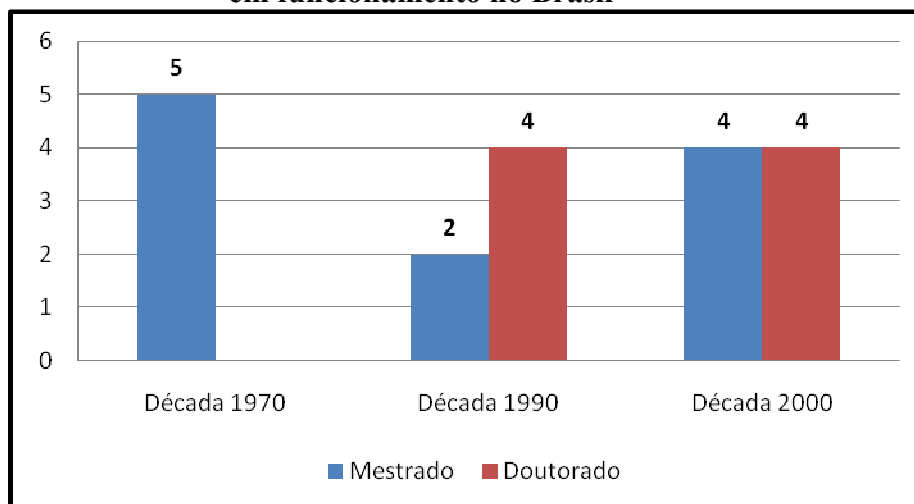
**O Mestrado do PPGCI da UFPB foi descredenciado pela CAPES em 2002, retornando suas atividades em 2007.

*** O PPGCI da USP teve sua autonomia em 2006, tendo sido anteriormente desenvolvidos os trabalhos de mestrado e doutorado em Ciência da Informação na área de concentração do Programa de Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes.

**** O PPGCI do IBICT foi desenvolvido com mandato acadêmico da UFRJ até 1981 e, de 1982 a 2002, como parte da estrutura acadêmica da Escola de Comunicação da UFRJ. De 2003 a 2008, o PPGCI funcionou em convênio com a Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo retornado à UFRJ ao final de 2008.

*****A UEL oferta também, desde 2008, o mestrado profissional em Gestão da Informação.

Gráfico 8: Crescimento dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação em funcionamento no Brasil



Ressalta-se que o curso de pós-graduação em Ciência da Informação, criado, em 1977, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), foi descredenciado pela CAPES na última avaliação trienal (2004-2006), e ainda não foi reativado, por isso esse curso não consta na tabulação dos programas de Pós-graduação em Ciência da Informação em funcionamento. Retomando especificamente a Biblioteconomia, salienta-se que foi criado, na UNIRIO, em 2012, o mestrado profissionalizante em Biblioteconomia (único no país) composto por duas linhas de pesquisas: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade e Organização e Representação do Conhecimento, o que demonstra a criação de um espaço próprio para o desenvolvimento de pesquisas da área, tal como ocorreu com a criação do mestrado em Arquivologia nesta mesma universidade.

Os cursos de Biblioteconomia localizam-se, sobremaneira, em Centros, Faculdades, Institutos e Departamentos de Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação. Quando não estão localizados nessa estrutura, encontram-se em Centros e Institutos de Ciências Humanas e/ou Sociais Aplicadas, com exceção do curso de Biblioteconomia da UFRJ, que está abrigado na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (VER APÊNDICE D). O programa de pós-graduação em Ciência da Informação desta universidade desenvolve parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e com a Escola de Comunicação da UFRJ, e não com a faculdade onde está o curso de Biblioteconomia.

A proximidade dos cursos de Biblioteconomia com os de Arquivologia e os Museologia, em uma mesma instituição de ensino superior, pode ser encontrada em sete

universidades, a saber: UFRGS, UFPA, UNIRIO, UFSC, UFBA, UnB e UFMG. Nestas últimas quatro universidades encontram-se, ainda, os programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Em relação à proximidade dos cursos de Biblioteconomia com os de Arquivologia, essa configuração pode ser encontrada em outras sete universidades: UFAM, FURG, UFES, UFF, UNESP, UFPB e UEL, sendo que, nestas quatro últimas encontram-se programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Já a proximidade da Biblioteconomia com os cursos de Museologia é percebida em três universidades, UFG, UFS e UFPE, sendo que, apenas nesta última encontra-se o programa de pós-graduação em Ciência da Informação, na modalidade mestrado. Embora esses três cursos estejam vinculados a uma mesma instituição de ensino superior, eles estão vinculados a faculdades e centros diferentes uns dos outros. Os cursos de Biblioteconomia que não mantêm nenhuma proximidade acadêmico-institucional com os cursos de Arquivologia e/ou de Museologia podem ser encontrados em 19 instituições de ensino superior, a saber: FUNLEC, UFMT, UFAL, UFMA, UESPI, UFRN, UFC – Cariri, UFC – Fortaleza, UDESC, FAINC, FATEA, FESPSP, UFSCAR, UNIFAI, PUC – Campinas, USU, UNIFOR, UFRJ e USP, tendo nestas duas últimas universidades a oferta do programa de pós-graduação em Ciência da Informação.

3.3 A trajetória do ensino da Museologia no país

O ensino da Museologia inicia sua trajetória com a criação do Museu Histórico Nacional, pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, que previa também a criação do *Curso Técnico* com disciplinas que seriam distribuídas entre as instituições já existentes: Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, e o recém-criado Museu Histórico Nacional, este que é considerado a primeira instituição museológica voltada especificamente para a história da nação (SÁ, 2007). A criação desse museu fez parte de uma conjuntura dos anos de 1920, de grande valorização da história e da cultura nacional, como a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, e a exposição internacional do Centenário da Independência, realizada no Rio de Janeiro, cujos pavilhões deram origem ao Museu Histórico Nacional.

Chagas (2009) ao descrever o contexto histórico de criação do primeiro Museu Histórico Nacional que, por mais de 40 anos, abrigou o Curso de Museus, destaca o centenário da independência como um acontecimento fortalecedor do desejo de construção de um espaço destinado a recontar a história do país e o enaltecimento do modelo republicano, visto que “a república ainda não havia constituído um projeto especial de memória que perpassasse pelos campos dos museus” (CHAGAS, 2009, p. 87).

De acordo com o decreto de 1922, o ensino das disciplinas, neste curso, caberia ao Arquivo Nacional à oferta das disciplinas História Política e Administrativa do Brasil, Cronologia e Diplomática; à Biblioteca Nacional, as disciplinas História Literária, Bibliografia, Paleografia, Epigrafia, Iconografia e Cartografia (no sentido de estudo, descrição e classificação das cartas geográficas); e ao Museu, as disciplinas Arqueologia e História da Arte, Numismática e Sigilografia (BRASIL, 1922). Todavia, por questões de ordem humana (falta de professores) e estrutural (falta de espaço), apontadas anteriormente, este curso não entrou em funcionamento. Além dessas questões apontadas à época, Sá (2007, p. 12) considera que:

A intenção de criar um Curso de Museus, ainda que ele fosse conjugado à Biblioteca e ao Arquivo, equivalia a um investimento na formação de técnicos absolutamente insólita para a realidade brasileira da época, sobretudo se considerarmos a inexistência de uma tradição museológica.

Assim, o desejado Curso de Museus considerado o primeiro do gênero nas Américas e um dos primeiros do mundo, concretizou-se sob a direção e fiscalização do Museu Histórico Nacional, apenas dez anos mais tarde, na década de 1930. Gustavo Barroso idealizador do Curso de museus fora afastado do cargo de diretor do museu por razões políticas. Com esse afastamento, esse curso foi inaugurado no dia 3 de maio de 1932, com a aula magna de Pedro Calmon, e sob a direção e fiscalização do historiador Rodolfo Garcia Amorim, que ocupou o cargo de diretor do museu de 1930-1932, quando saiu para assumir a direção da Biblioteca Nacional, o que marcou o regresso de Barroso à direção do museu, até 1959, ano de seu falecimento.

O Curso de Museus, com dois anos de duração, previa, de acordo com o Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932, o ensino das seguintes disciplinas: no primeiro ano, História política e administrativa do Brasil (período colonial), Numismática (parte geral), História da arte (especialmente do Brasil), Arqueologia aplicada ao Brasil e, no segundo ano, História política e administrativa do Brasil, Numismática (brasileira) e Sigilografia, Epigrafia, Cronologia e Técnica de museus (BRASIL, 1932).

A maneira como essas disciplinas foram propostas revela o interesse na formação de conservadores voltados especificamente para a manutenção do museu. Além disso, esse curso vinculava-se de modo estreito com as necessidades do museu quanto à formação de técnicos para ocupar o lugar de 3º oficial¹², bem como para a promoção e o preenchimento de cargos para essa mesma instituição. Entretanto, diferente do ensino da Biblioteconomia, que, desde seu surgimento sofreu influências externas mais marcantes de escolas estrangeiras, o desenvolvimento no ensino da Museologia teve, durante o funcionamento do Curso de Museus, um estilo próprio de seu idealizador, denominado estilo Barrosiano. Este estilo refere-se à forma de dirigir, ensinar e transmitir conhecimentos e conceitos, bem como as normas e técnicas empregadas e aplicadas (SIQUEIRA, 2009).

Gustavo Barroso, todavia, não esteve imune às influências estrangeiras, quando, em 1919, foi designado secretário da delegação brasileira para a Conferência de Paz, em Versalhes, Chagas (2009) salienta que foi uma oportunidade especial para ampliação e solidificação de suas relações e conhecer algumas das melhores instituições museais

¹² O cargo de 3º oficial estava relacionado aos alunos diplomados no Curso de Museus, e à execução dos trabalhos de escrita ou outros a eles destinados, como a prestação de serviços na biblioteca e no arquivo de qualquer seção que o museu dele necessitar, em que auxiliariam os demais oficiais na colocação e conservação dos livros e documentos, na organização dos catálogos e na consulta pública, e na substituição de segundo oficiais (BRASIL, 1934).

europeias, canadenses e estadunidenses. Além de ser um homem conhecedor minucioso de museus estrangeiros, percebe-se a influência familiar na construção do seu imaginário museal, de sua relação com a história e com os objetos, expressos por meio de um culto à saudade. Ademais, a direção do museu e do curso acabava também por transparecer sua postura centralizadora, elitista, aristocrática e conservadora (CHAGAS, 2009).

Tal estilo Barrosiano foi fortemente replicado por meio da disciplina idealizada e ministrada por ele, denominada “Técnica de Museus” (SÁ, 2007). Além disso, essa disciplina constitui até a atualidade a estrutura principal dos cursos de Museologia, na qual se engloba um vasto campo dos saberes como: museologia, museografia, museologia aplicada e conservação e restauro (SÁ, 2007). A feição particular que Gustavo Barroso imprimiu ao curso perdurou mesmo após sua morte, em 1959, visto que seus ex-alunos assumiram a docência e continuaram a utilizar sua obra, escrita em dois volumes, “Introdução à técnica de museus” de 1946, que norteou além das aulas, o currículo e o conceito do curso (SIQUEIRA, 2009).

Embora Chagas (2009, p. 109) reconheça a impossibilidade de moldar à maneira Barrosiana todos os alunos e os diplomados em Museologia, visto que “alguns fugiam à regra ou pelo menos seguiam caminhos distintos”, ele reconhece que o imaginário Barrosiano já estava institucionalizado. Assim, de modo geral, a figura de Barroso tornou-se indissociável da história do ensino da Museologia, tanto que ocorreram iniciativas, ao longo dos anos 60, em prol de mudar o nome do Curso de Museus para Curso Gustavo Barroso, Instituto Gustavo Barroso e Escola Gustavo Barroso (SIQUEIRA, 2009).

Em 1951, o Curso de Museus por meio de convênio firmado com a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passou de seu status técnico para status universitário, mas, de fato, a efetiva mudança física e conceitual do curso notadamente marcado pelo estilo Barrosiano, ocorreu somente quando o curso foi definitivamente transferido, em 1979, de uma instituição de memória para um local voltado para o ensino, pesquisa e extensão, a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Assim, após essa transferência, o Curso de Museus teve sua denominação modificada para curso de Museologia, o qual desde 1991 vincula-se a única escola de Museologia do país, a Escola de Museologia da UNIRIO.

Acrescenta-se ainda que, além da figura de Gustavo Barroso junto à criação do Museu Histórico Nacional e do primeiro Curso de Museus do país, ele é também o responsável pela criação, em 1934, da Inspetoria de Monumentos Nacionais, que tinha como finalidade impedir a saída de objetos de valor histórico e artístico do país, e que os monumentos nacionais fossem demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do Museu Histórico Nacional (BRASIL, 1934). Apesar da breve duração e atuação pontual na cidade mineira de Ouro Preto, esse primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio foi desativado, em 1937, por conta da instituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Para Chagas (2010), tal Inspetoria e o Curso de Museus, ambos criados dentro do âmbito do Museu Histórico Nacional, podem ser vistos como “divisores de água” do campo museal. Essa metáfora decorre no impacto ocasionado por esses dois acontecimentos, o primeiro, pelo pioneirismo nas atividades de inventário, identificação, conservação e restauração de bens tangíveis na cidade mineira e, o segundo, pela responsabilidade da institucionalização da Museologia e dos estudos de museus no Brasil.

Retomando a história do Curso de Museus, sabe-se também que a criação do SPHAN afetou diretamente esse curso, o que ocasionou, nos anos de 1940, o período em que houve uma maior procura de candidatos. Além disso, Siqueira (2009) aponta outros fatores que influenciaram, nestes anos, no crescimento da procura pelo curso, tais como, o aumento da quantidade de museus federais vinculadas a esta instituição e a emancipação feminina em busca pelo mercado de trabalho, impulsionada pela Segunda Guerra Mundial.

Outro acontecimento que impactou significativamente o Curso de Museus ocorreu na década de 1970, em razão das transformações do campo e dos conceitos ligados à Museologia e aos museus, trazidas pela Mesa de Santiago do Chile, que tornou inevitável uma nova reformulação curricular no Curso de Museus. Desta forma, em 1974, o curso passaria pela sua quarta reforma curricular, que amplia sua duração, de três anos para quatro anos, o que gerou um aumento na oferta de disciplinas de formação de caráter mais amplo e interdisciplinar (SIQUEIRA, 2009). O fim da hegemonia desse Curso de Museus vinculado ao Museu Histórico Nacional como o único centro formador de museólogos do país termina quando se iniciam as aulas do curso de graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esse segundo curso de Museologia, único na região nordeste do país, fora instalado em 1970,

por sugestão do arqueólogo e historiador de arte, Valentin Calderón, primeiro coordenador e idealizador do curso.

Santos (2008) ao remontar a trajetória desse curso baiano esclarece que o currículo do curso seguiu o modelo do primeiro currículo mínimo expresso pelo Parecer nº 971/69 e pela Resolução nº 14/1970, do Conselho Federal de Educação (CFE). Diferentemente do Curso de Museus, “[cujo] ensino [era] meramente descritivo pautado na aplicação de um conjunto de técnicas” (SANTOS, 2002, p. 181), o currículo do curso de Museologia da UFBA apresentava-se avançado para a época, porque ia além da ênfase dada ao museu e a coleção. O currículo era composto de disciplinas de áreas como Sociologia, Antropologia, Filosofia e História, portanto, mais abertos a outras áreas. Acredita-se que essa abertura é facilitada ou mesmo incentivada pela proximidade com outras áreas, devido a sua vinculação universitária.

Em 1979, esse curso da Bahia, após as discussões da Mesa-redonda de Santiago do Chile, assim como fizera o Curso de Museus, alterou seu currículo, “com o objetivo de adequar o curso à evolução do processo museológico, às necessidades regionais e ao mercado de trabalho” (SANTOS, 2008, p. 186). A segunda alteração curricular ocorreu em 1989, após a regulamentação da profissão dada pela Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, aliada a uma ampla discussão sobre o perfil deste profissional, área e atuação e o papel dos museus promovido pela instituição através do Seminário de Avaliação do Curso.

Se o início da década de 1970 foi marcado pela criação do segundo curso de Museologia, o final da década iria ser marcado pela ação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), pela Resolução nº 14/77, do Conselho Federal da Educação, contra a abertura de novos cursos de graduação em Museologia. Desse modo, em 1977, em São Paulo, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, a partir do impedimento dessa resolução, criou o primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* em Museologia, inspirado no curso de Churubusco, no México. Guarnieri (2010) aponta que o curso de pós-graduação em Museologia foi criado nesse nível em virtude de quatro fatores: a exigência da interdisciplinaridade; a instituição em que foi instalado; o momento de criação; e a publicação da resolução supracitada. Destaca-se que “foi dentro de uma escola de Sociologia, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), que ela fez questão de criar o curso e lutar para mantê-lo” (COUTINHO, 2010).

O fato de o curso ter surgido junto à Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais beneficiou a estrutura e a forma pedagógica desse curso de especialização, e

concomitantemente possibilitou aos alunos o cumprimento de créditos em outras disciplinas dessa escola, o que favoreceu o aparecimento de dissertações em nível *stricto sensu*. Assim, o curso de Museologia de São Paulo logo se configuraria naquele momento como o primeiro curso de pós-graduação na área, o que conduziu ao desenvolvimento de um pensamento museológico brasileiro e ao desenvolvimento conceitual da Museologia sob os alicerces da Sociologia, deslocando o objeto de estudo da Museologia, conhecido tradicionalmente como o museu, objetos e funções, para o fato museal ou fato museológico, e de uma Sociomuseologia.

Após o falecimento de Waldisa, em 1990, o curso idealizado por ela continuou atuando dentro do “universo waldisiano” por mais dois anos, até que foi definitivamente interrompido em 1992. A respeito desse curso, Santos (2008, p. 192) esclarece que “o curso e, posteriormente, o Instituto de Museologia da FESPSP, foram responsáveis pela formação de toda uma geração de museólogos com expressiva atuação no país”, os egressos desse curso foram também responsáveis pela luta em prol da regulamentação da profissão do museólogo. Esta lei pode ser vista também como um mecanismo de consolidação do campo da Museologia no país e, por conseguinte, motivadora da criação dos futuros cursos de graduação em Museologia.

A criação de um terceiro curso de Museologia, o primeiro da região sul, remonta ao ano de 2004, institucionalizado no Centro Universitário de Barriga Verde (UNIBAVE), em Santa Catarina, em funcionamento até os dias de hoje. Entretanto, conforme apontam Oliveira; Costa e Nunes (2012) existiram outros cursos no intervalo do segundo para o terceiro curso de graduação, como o da Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, que funcionou de 1975 a 1995. Além destes cursos de graduação, os referidos autores destacam que os cursos de pós-graduação desempenharam um papel importante no ensino da Museologia, como o curso já citado, criado por Waldisa Rússio, em São Paulo, o curso de especialização em Museologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP/CEMMAE), entre outros.

Após a implantação da LDB, ocorreu no início dos anos 2000, a publicação da diretriz curricular para os cursos de Museologia. Em relação às competências e as habilidades dispostas nessa diretriz, o curso de Museologia é o que mais se distingue dos outros dois cursos (Arquivologia e Biblioteconomia), em razão das orientações que circunscrevem em torno da compreensão e interpretação das relações do homem, museu, cultura e contexto, de operações de registro, classificação, catalogação e

inventários do patrimônio, bem como pelas ações de planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais (PARECER, 2001).

Ainda nessa década o Governo Federal implantou, em 2003, por meio do Ministério da Cultura (MinC), a Política Nacional de Museus (PNM), que, desde então, vem investindo maciçamente na área museológica, gerando também reflexos como a criação de novos museus em todo o Brasil. Como parte integrante dessa política cultural foi criado, em 2009, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, que tem como finalidades: promover e assegurar a implementação de políticas públicas no setor museológico, incentivar programas e ações que viabilizem o patrimônio museológico, estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de instituições museológicas, entre outras.

Em recente publicação, “Museus em números”, oriunda de uma pesquisa extensiva e interdisciplinar, o IBRAM apontou a existência de 3.025 museus em funcionamento em todas as regiões do país. Desse modo, acredita-se que as ações em prol do crescimento e do fortalecimento das instituições museais despertaram nas instituições de ensino superior e na sociedade civil o reconhecimento da importância de formar profissionais aptos a trabalhar nesses espaços. Ademais, outro estímulo fomentou a criação de novos cursos de Museologia nas instituições de ensino superior, que se deu com a implantação do REUNI. Desse modo, a partir de 2007, foram criados mais nove cursos de Museologia¹³, com exceção dos cursos do Centro Universitário de Barriga Verde (UNIBAVE), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), estes dois últimos, criados em 2006, portanto, antes do REUNI.

Ainda ao lado desse crescimento dos cursos de Museologia, nota-se a preocupação dos professores com a criação, em 2008, da Rede de Professores Universitários do campo da Museologia, nomeada atualmente de Rede de Professores e Pesquisadores do campo da Museologia. No ano seguinte, em 2009, no II Encontro da Rede de Professores é criado um grupo de trabalho cujo objetivo consistiu em mapear o perfil dos cursos em funcionamento no país. Esse mapeamento se deu mediante análise dos nomes das disciplinas obrigatórias, das ementas e dos projetos políticos-

¹³ Os cursos criados pela via do REUNI estão na: Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Brasília (UnB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

pedagógicos de cada um dos cursos. Os resultados desse estudo, em relação às matrizes curriculares dos cursos existentes, apontaram que 61% das disciplinas estão agrupadas dentro dos eixos específicos da Museologia, e 39% dentro de outras áreas. Esta elevada porcentagem de outras áreas reflete o aspecto interdisciplinar da Museologia, bem como a importância do contato com essas áreas ao longo da formação do museólogo (OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012). Os autores salientam que, os resultados não são fixos, em razão do recente cenário delineado pelos novos cursos de Museologia, que deve permanecer instável durante algum tempo, pois os cursos criados recentemente estão se acomodando nos locais em que foram institucionalizados.

De modo geral, é possível perceber, por meio da análise dos projetos político-pedagógicos de alguns cursos de Museologia, referências advindas das discussões sobre o campo da Museologia e o conceito de museu, promovidas pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e pelo Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), que vêm se modificando, ao longo das décadas, o que, por conseguinte, modificam os cursos. Ao lado dessas instituições encontram-se também as discussões produzidas nos eventos da área como: o Seminário Regional sobre a função educativa dos museus, em 1958, a Mesa-Redonda do Santiago do Chile, em 1972, o I Atelier Internacional da Nova Museologia, realizado em Québec/Canadá, em 1984, a Reunião em Oaxtepec/México, em 1992, nesse mesmo ano, a Reunião de Caracas/Venezuela, e, em 2007, o I Encontro Ibero-americano de museus, que deu origem a Declaração da Cidade de Salvador, cujo objetivo é reforçar os aportes teóricos e práticos das denominadas museologia popular, museologia social, ecomuseologia, nova museologia e museologia crítica.

O fato da Museologia, ser por excelência, um campo interdisciplinar, as discussões sobre interdisciplinaridade se fazem constantes nos projetos político-pedagógicos dos cursos. As diversidades de tipos de acervos e possibilidades múltiplas das narrativas museais conduzem, por sua vez, a diferentes tipologias de museus, assim como, as questões demandadas pelos museus, que envolvem temas como a memória, representação e tempo, suscitando cada vez mais um profícuo diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento: Filosofia, Arte, Antropologia, História, Sociologia, Comunicação e Ciência da Informação. Em relação a esses outros campos do conhecimento, e, por sua vez, seus respectivos profissionais, pesquisadores e especialistas, salienta-se o pertencimento dos mesmos como construtores da história do

ensino e da Museologia no país, porque estes já vinham atuando no campo da Museologia como técnicos, professores e pesquisadores.

Enfim, é possível perceber com essa trajetória, que inicialmente o ensino da Museologia está mais permeado por esforços individuais de seus idealizadores, cada qual em seu momento, como no Rio de Janeiro, com Gustavo Barroso; na Bahia, com Valentin Calderón; e em São Paulo, com Waldisa Rússio Guarnieri. Esses esforços foram decisivos para a criação e manutenção dos cursos, os quais sofreram uma menor influência externa e institucional (ao contrário do que ocorrera com os cursos de Biblioteconomia, que têm sua história marcada pelas influências francesa e norte-americana). Todavia, isso não significa que o ensino da Museologia encontrava-se alheio às influências de outros países, o que ocorreu foi uma diluição dessas influências, nas figuras de seus idealizadores, posto que todos eles possuíam conhecimento da área e do funcionamento de museus estrangeiros.

Portanto, nesse novo cenário, composto por 14 cursos de Museologia institucionalizados em espaços acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, há ainda a previsão de implantação de mais dois cursos de Museologia, um na Universidade Federal da Paraíba e outro na Universidade Federal do Paraná. Além desses cursos de graduação, o campo museológico conta também com o programa de pós-graduação *strictu sensu* (Mestrado e Doutorado) em Museologia e Patrimônio do país, implantado respectivamente em 2006 e 2011, uma parceria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). O mestrado interunidades em Museologia, criado em 2012, no estado de São Paulo, em parceria com quatro instituições; Museu de Arqueologia e Etnologia, Museu Paulista, Museu de Zoologia e Museu de Arte Contemporânea. E recentemente, em 2013, foi aprovado outro curso de Mestrado em Museologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), primeiro na região nordeste do país.

3.3.1 Configurações acadêmico-institucionais da Museologia

A maioria dos cursos de Museologia, em funcionamento, está associada à implantação do REUNI, com exceção dos cursos da UNIRIO, criado na década de 1930, o da UFBA, criado da década 1970, e os cursos UNIBAVE, UPEL e UFRB, criados antes de 2007. O crescimento exponencial dos cursos de Museologia possibilitou a sua

distribuição nas cinco regiões brasileiras, sendo quase todos os cursos públicos, com exceção de um único curso (UNIBAVE). Quanto à distribuição dos cursos de Museologia nas regiões, as regiões sul e nordeste concentram as maiores porcentagens, 29%, o que resulta em quatro cursos em cada uma dessas regiões. Na região sudeste encontram-se três cursos, 21%, no centro-oeste dois cursos, 14%, e, no norte um curso, o que equivale a 7%, conforme se pode notar nos gráficos abaixo:

Gráfico 9: Distribuição por região dos cursos de Museologia no Brasil

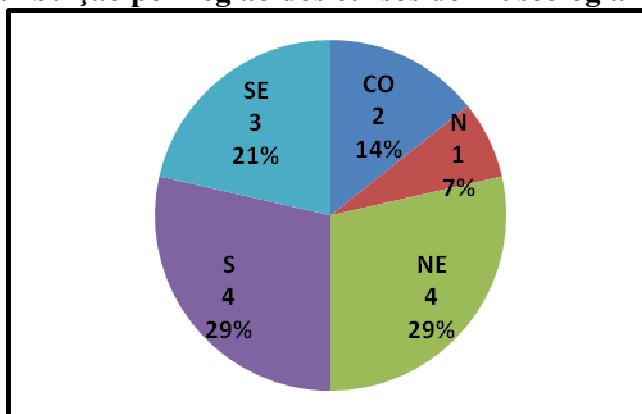


Gráfico 10: Categoria administrativa dos cursos de Museologia no Brasil

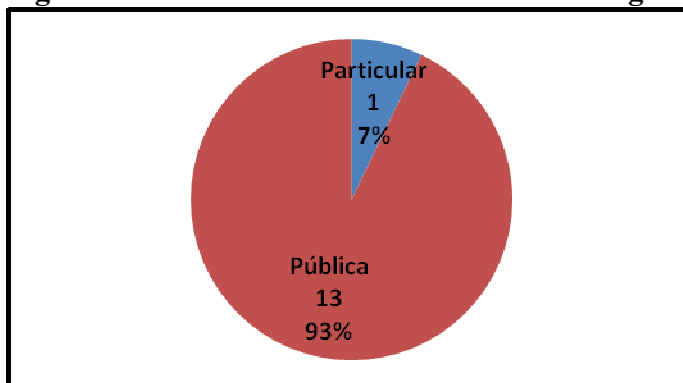
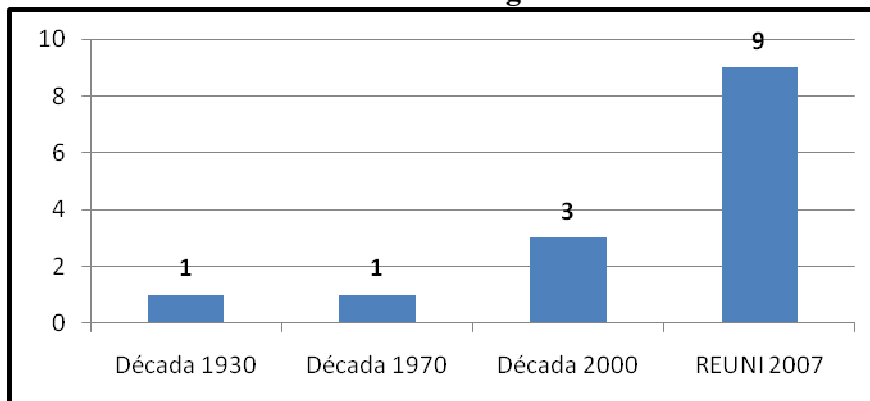


Gráfico 11: Crescimento dos cursos de Museologia em funcionamento no Brasil



É possível notar uma maior dispersão dos cursos de Museologia em instituições, faculdades, escolas e departamentos diferentes. Dessa forma, vinculados às Faculdades e Centros de Filosofia e Ciências Humanas encontram-se os cursos de Museologia da UFBA, UFSC e UFPE, sendo que o primeiro curso está abrigado no Departamento de Museologia, o segundo nos Departamentos de Antropologia e História, e o terceiro no Departamento Antropologia e Museologia. No Instituto de Ciências Humanas, mais especificamente junto ao Departamento de Museologia, Conservação e Restauro está o curso da UFPEL, no Centro de Ciências Humanas e Sociais o curso da UNIRIO, o qual está abrigado na Escola de Museologia, e na Faculdade de Ciências Sociais, encontra-se o curso da UFG.

Vinculados à arte, encontram-se os cursos da UFRB e da UFPA, o primeiro sediado no Centro de Artes, Humanidades e Letras, e o segundo no Instituto de Ciências das Artes. Ademais, têm-se mais três cursos localizados nas escolas ou faculdades de Ciência da Informação, como na UnB, UFMG e UFRGS (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação). Outros dois cursos de Museologia, localizados na UFS e na UNIBAVE, não estão vinculados às faculdades, escolas ou departamentos, mas sim aos *campi* onde são ministrados, o primeiro no campus laranjeiras e o segundo no Centro Universitário Barriga Verde. Por fim, o curso da UFOP está vinculado unicamente ao Departamento de Museologia, tendo suas aulas ministradas no campus universitário Morro do Cruzeiro.

Em relação à proximidade dos cursos de Museologia com os de Arquivologia e Biblioteconomia, sabe-se que ela pode ser encontrada em sete instituições de ensino superior, a saber: UFRGS, UFPA, UNIRIO, UFSC, UFBA, UnB e UFMG. Nestas últimas quatro universidades encontram-se, ainda, os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, os quais podem abrigar pesquisas no nível do mestrado e/ou doutorado referentes ao campo museológico. Todavia, os cursos da UFPA, UNIRIO, UFSC e UFBA estão localizados em outras faculdades, centros e institutos dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia (VER APÊNDICE E). Quanto à aproximação da Museologia e a Biblioteconomia dentro de uma mesma instituição de ensino superior, salienta-se que, essa configuração ocorre em três universidades, a saber: UFG, UFS e UFPE. Todos estes três cursos de Museologia estão localizados em faculdades e centros diferentes dos cursos de Biblioteconomia, nesta última universidade (UFPE), encontra-se o mestrado em Ciência da Informação vinculado ao Centro de Artes e Comunicação, próximo da Biblioteconomia, mas distante da Museologia, que está no Centro de

Filosofia e Ciências Humanas. Os quatro cursos restantes, UFRB, UNIBAVE, UFPEL e UFOP, estão alocados em instituições de ensino superior, onde não há a oferta dos cursos de Biblioteconomia e/ou de Arquivologia.

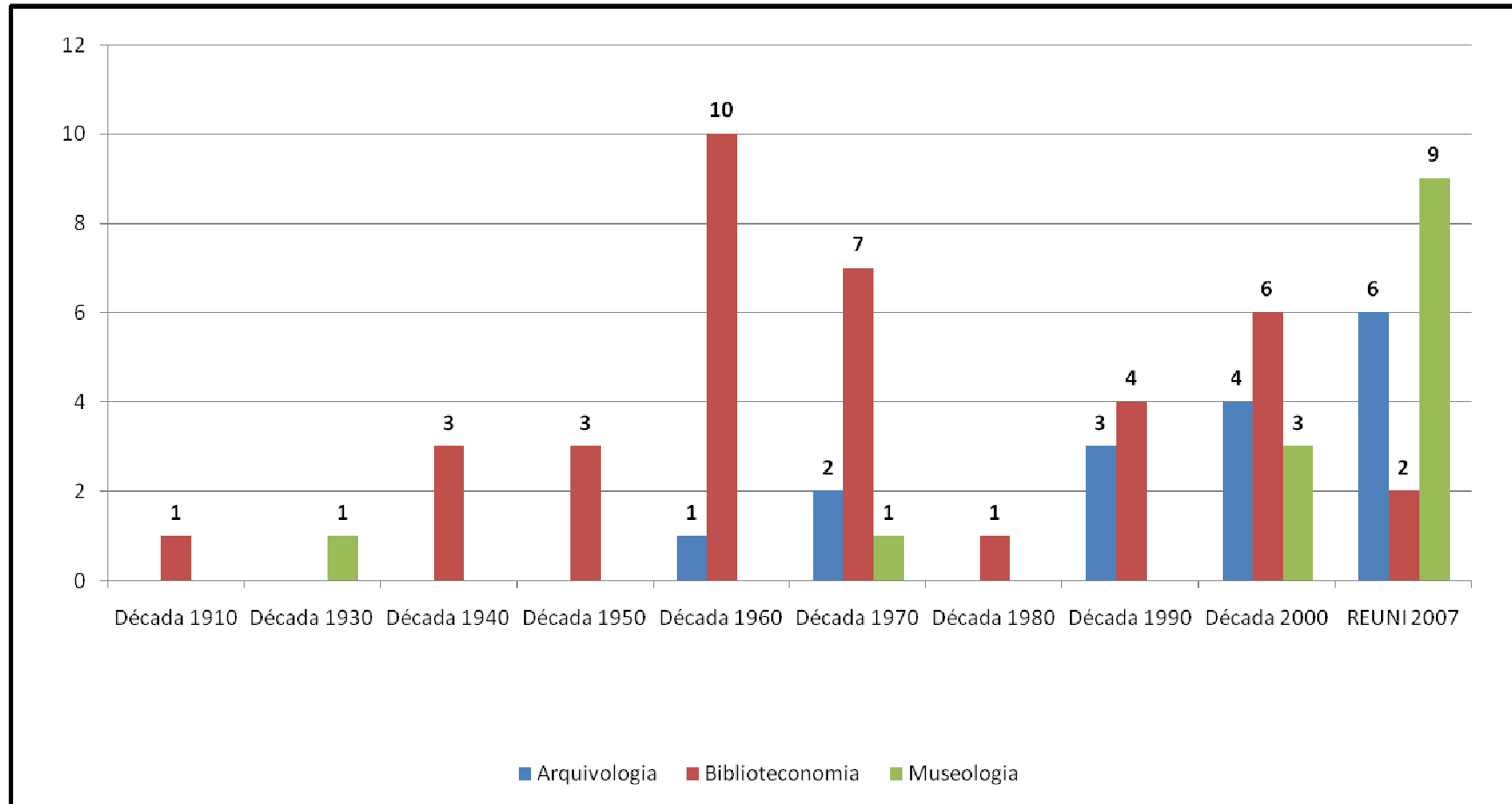
3.4 Síntese do ensino do ensino da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

A partir da trajetória do ensino da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no país, pode-se constatar que as primeiras iniciativas do ensino dessas áreas remontam ao século XX e as instituições do Arquivo, Biblioteca e Museu Histórico Nacional. De tal forma, que a criação dos cursos se deram mediante o desejo do suprimento de uma necessidade endógena, dos interesses e demandas institucionais. Ainda na primeira metade desse século houve a tentativa da criação de um curso comum às instituições.

Esse esforço, expresso no decreto de 1922, revela a primeira preocupação em torno da cooperação da formação dos profissionais de arquivo, biblioteca e museu. Embora este curso técnico não tenha se efetivado, ele expressa a sistematização do ensino integrado, onde cada instituição ficaria a cargo das matérias de domínio. A proposta desse curso ocasionou também a interrupção do curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional, que foi reaberto anos depois, o fechamento do curso de Diplomática, do Arquivo Nacional, e o adiamento do primeiro curso de Museologia, o Curso de Museus que se concretizou após dez anos, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Desse modo, considera-se o primeiro curso de Arquivologia, o Curso Permanente de Arquivos (CPA), criado na década de 1960, pois este, ao contrário do anterior, do curso de Diplomática, teve uma continuidade desde sua criação. O primeiro curso de Museologia está relacionado com o Curso de Museus, criado, em 1932, que ao contrário dos cursos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, marcados, notadamente, pelas influências estrangeiras, foi marcado pela influência de seu próprio idealizador, Gustavo Barroso. Assim, com o estabelecimento de cada curso específico, cada área passou a apresentar peculiaridades em sua trajetória, sendo marcadas por fases, períodos, e características diferentes uma da outra, inclusive em relação ao crescimento de cada área, conforme se pode perceber no gráfico a seguir, que mostra o momento de criação dos cursos em funcionamento, agrupado por década de cada campo, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Gráfico 12: Crescimento dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia em funcionamento no Brasil



4 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA ACADÊMICO-INSTITUCIONAL NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

4.1 Sistematização da análise

Para a realização da análise da influência acadêmico-institucional nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia fez-se necessário o uso de duas estratégias metodológicas, a abordagem quantitativa, no primeiro momento, especificamente o método bibliométrico, da análise de citação, e no segundo momento, a análise qualitativa, com vistas à Análise de Conteúdo e dos Discursos dos professores revelados no questionário. Contudo, antes de iniciar a análise propriamente dita, os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia foram agrupados em seis distintas categorias (A, AB, ABM, B, BM e M), as quais foram definidas segundo a existência dos cursos dentro de uma mesma instituição de ensino superior.

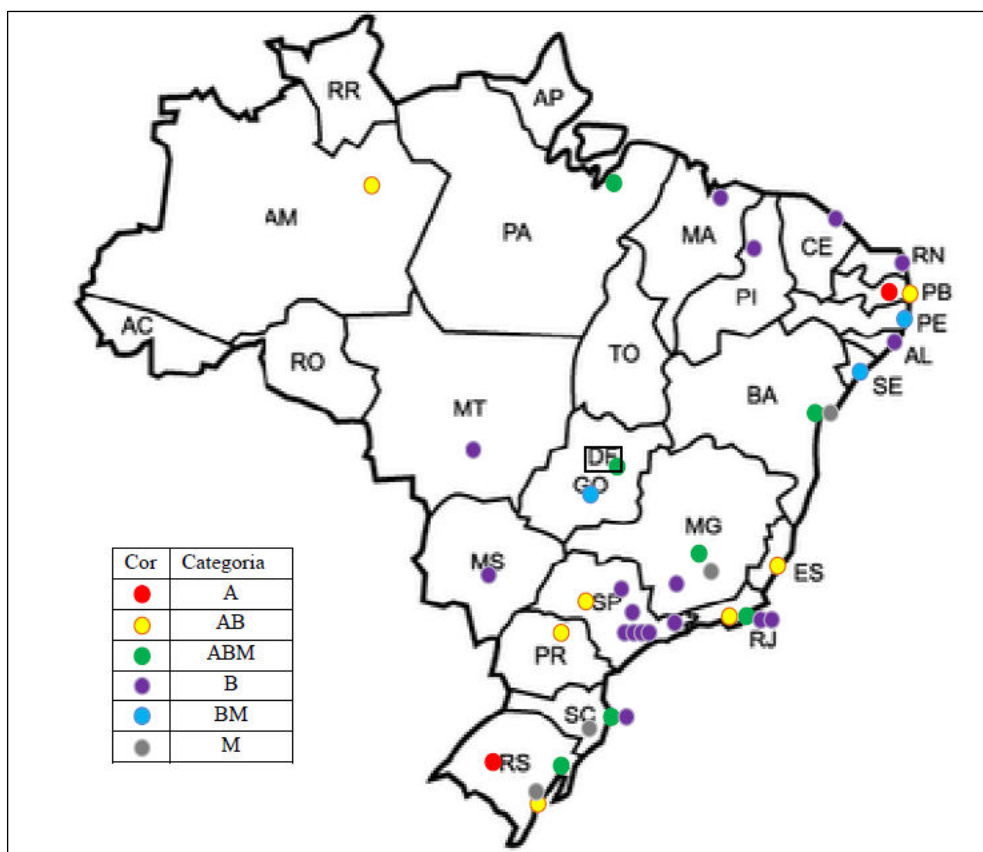
A primeira categoria caracteriza-se pela concentração apenas dos cursos de Arquivologia em uma instituição de ensino superior, ou seja, afastados dos cursos de Biblioteconomia e Museologia. A segunda categoria refere-se à proximidade entre os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia em uma mesma instituição de ensino superior. A terceira categoria corresponde aos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia em uma mesma instituição de ensino superior. A quarta categoria é composta apenas pelos cursos de Biblioteconomia. A quinta categoria corresponde aos cursos de Biblioteconomia e Museologia juntos em uma mesma instituição de ensino superior. E, a sexta categoria está relacionada à existência apenas dos cursos de Museologia nas instituições de ensino superior. Para uma visualização das instituições de ensino superior dentro das seis categorias apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro 2: Localização das instituições dentro das seis categorias

A	AB	ABM	B	BM	M
UEPB	FURG	UFBA	FESPSP, UDESC	UFG	UFOP
UFSM	UEL	UFMG	FUNLEC, UFAL, UFC, USP	UFPE	UFPEL
	UFAM	UFPA	UFMA, UFMT, UFSCAR,	UFS	UFRB
	UFES	UFSC	UESPI, UFRN, FAINC,		UNIBAVE
	UFF	UnB	FATEA, UNIFAI, PUC		
	UNESP	UNIRIO	(Campinas), UFRJ, USU,		
	UFPB	UFRGS	UNIFOR		

Para uma melhor compreensão da disposição das seis categorias no país, apresenta-se abaixo a figura que localiza cada categoria por cor dentro do estado brasileiro correspondente a sua localização:

Figura 1: Localização das seis categorias nos estados brasileiros



Posterior a essa inclusão das instituições de ensino superior dentro das seis categorias, deu-se início ao primeiro momento da análise dos dados desta pesquisa, o da análise de citação, de acordo com os resultados obtidos dos planos de ensino das disciplinas teóricas específicas e do retorno dos questionários enviados aos professores dessas disciplinas dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, que delinearão, portanto, o universo desta dissertação (VER APÊNDICE F). Assim, as referências obrigatórias e complementares sugeridas nos planos de ensino das disciplinas teóricas específicas¹⁴ e as referências sugeridas da primeira questão do

¹⁴ As disciplinas teóricas específicas foram nomeadas, dessa forma, em razão, das mesmas serem disciplinas teóricas voltadas para o ensinamento sistematizado do conhecimento do próprio campo de formação, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, por isso, disciplinas específicas. Tais disciplinas teóricas específicas visam abordar a origem, história, teorias, conceitos entre outros aspectos teóricos, constituindo, assim, disciplinas mais próximas das epistemologias dos campos científicos.

questionário foram agrupadas por curso (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia) e quantificadas dentro das categorias relacionadas aos respectivos vínculos acadêmico-institucionais (A, AB, ABM, B, BM e M), pois:

Para representar um contexto, as unidades de análise dos estudos de citação devem estar organizadas de forma consistente, aproximando-se por semelhanças através de estruturas com a mesma finalidade dentro do conjunto de dados a ser explorado (SILVEIRA; BAZI, 2009).

A bibliometria ou método bibliométrico é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada, que teve o termo utilizado pela primeira vez por Allan Prichard, em 1969, num artigo publicado no *Journal of Documentation*, em que ele problematizou o termo *statical bibliography*, até então utilizado para designar esta técnica direcionada ao tratamento quantitativo e comportamento dos textos registrados (FIGUEIREDO, 1977). Assim, segundo a corrente anglo-saxônica a primazia do termo remonta a Prichard, enquanto outra corrente, dos autores franceses, atribui a Paul Otlet, em seu Tratado de Documentação, de 1934, o uso pela primeira vez do termo *bibliometrie* (SILVA; HAYASHI, HAYASHI, 2011). Contudo, independente do criador da bibliometria os estudos métrico da informação registrada possibilitou a Ciência da Informação a formação de sua base teórica e o desenvolvimento de pesquisas no campo (URBIZAGASTEGUI ALVARADO, 1984).

A quantificação ou frequência de ocorrências de um elemento (as referências citadas) envolve o método da análise de citação, que, por sua vez, integra os estudos bibliométricos da informação, podendo ser visto como uma nova abordagem dentro desse campo denominado de bibliometria (SILVEIRA; BAZI, 2009). Para Araújo (2006, p. 18) “a área mais importante da bibliometria é a análise de citações”, porque este processo de citar o documento estabelece uma relação indissociável com o ato de referenciar o documento, extrapolando o levantamento estatístico puro e simples, de forma que a “referência é o documento que um documento fornece sobre o outro, a citação é o reconhecimento que um documento recebe do outro” (NORONHA; FERREIRA, 2003, p. 249).

Assim como a produção de uma publicação científica (artigos de periódicos, teses, dissertações, entre outros) recorre a outros autores, conceitos, métodos ou teorias para o desenvolvimento do trabalho, os planos de ensino de uma disciplina igualmente

recorrem a outras produções, a outras referências, as quais são apontadas nesse documento para o desenvolvimento da disciplina. Ademais, ressalta-se que o ato de citar é permeado de todo um espectro de implicações psicológicas, sociológicas, políticas e históricas, além de influências entre autores, instituições e adesão a paradigmas vigentes (ALVARENGA, 1998). Alvarenga (1998) complementa ainda que os estudos de Michel Foucault oferecem aportes teórico-metodológicos mais consistentes para estudar os campos disciplinares, pois possibilita uma visão ampliada da realidade, que é evidenciada pelos dados empíricos resultantes da bibliometria. Assim, a bibliometria, método objetivo e instrumental, quando aliado ao pensamento foucaultiano extrapola as categorias comuns de análise para a inclusão de outras categorias, assim como, contribui para a seleção de outros saberes, que não só os materiais convencionais (livros, teses, artigos) adotados pelos estudos quantitativos.

Sobre os estudos de análise de citação, Nascimento (2010, p.1) declara que “pouco ou quase nada tem sido feito para avaliar as disciplinas específicas, exceto algumas atividades isoladas”, pensando nisso, selecionou-se os planos de ensino das disciplinas teóricas específicas, em razão de sua importância na estrutura curricular e no processo de formação do pensamento acadêmico do aluno sobre o campo científico. Dada a importância dessas disciplinas e a carência de estudos com essa abordagem, extraiu-se dos planos de ensino das disciplinas teóricas específicas dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, e dos questionários respondidos (1ª questão) pelos professores dessas disciplinas, as obras mais citadas, as obras mais relevantes apontadas pelos professores, os autores mais citados e mais relevantes para os professores, a tipologia dessas obras, os anos das mesmas, que foram agrupados em décadas e o idioma das obras citadas.

Cumprindo ainda esclarecer que essas disciplinas teóricas específicas dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, configuram nos currículos dos cursos com diferentes denominações. Mas, estas variações não se distanciam semanticamente, pois há uma proximidade entre os significados das palavras iniciais que titulam essas disciplinas, a saber: Iniciação, Introdução, Fundamento(s). As disciplinas teóricas específicas podem ainda ser nomeadas pelo nome do curso, como, por exemplo: Arquivologia ou Arquivística, Biblioteconomia ou Museologia, portanto, a disciplina pode ser homônima ao nome do curso. De outra maneira, o nome dessas disciplinas pode ainda estar conjugado ao da Ciência da Informação, como por exemplo: “Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação”, como também há casos

em que se encontra “Fundamentos da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação”, incorporando assim mais de uma área, ou mesmo a combinação das três juntas como em “Introdução à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia”.

Após esse estudo das referências, seguiu-se com o levantamento, coletado na Plataforma Lattes, da formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado) dos professores que ministram as disciplinas teóricas específicas. O resultado dessa pesquisa foi quantificado, tendo em vista a identificação da ocorrência dos cursos de formação, para posteriormente, realização da interpretação desse fato, aproximando-se, assim, da análise qualitativa, foco de estudo do segundo momento desta pesquisa. Neste segundo momento utilizou-se para a coleta de dados o questionário composto de cinco questões abertas, as quais perscrutavam sobre diferentes tipos de influência nas escolhas das referências citadas nos planos de ensino dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, a saber: (2ª questão) influência da formação acadêmica (graduação, mestrado, doutorado); (3ª questão) influência da localização acadêmico-institucional do curso e/ou a proximidade com os cursos os cursos de graduação; (4ª questão) influência da proximidade institucional dos cursos com cursos de pós-graduação, e, por último, (5ª questão) a percepção dos professores sobre as relações entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Para tanto, selecionou-se o método da Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (2004) desenvolveu-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, nos primeiros anos do século XX, especificamente nos Estados Unidos, por conta dos interesses políticos dos governos em adivinhar as orientações políticas e estratégias dos países estrangeiros. Bauer (2007) aponta que a Análise de Conteúdo tem sido frequentemente utilizada nas pesquisas das ciências sociais, pois possibilita extrair dos textos, do mesmo modo que das falas, os sentimentos, pensamentos, memórias, planos e discussões das pessoas envolvidas (BAUER, 2007). Para esse autor, a Análise de Conteúdo divide-se, grosso modo, em quatro fases: 1) recorte do conteúdo, 2) leitura do texto para extração de códigos, 3) criação de categorias para análise, e, 4) leitura e interpretação (BAUER, 2007).

Desse modo, a primeira fase, o recorte do conteúdo, deu-se mediante o problema e o objetivo da pesquisa, que guiou a confecção do questionário, e conseqüentemente das respostas, as quais são intituladas de unidades de registro (BARDIN, 2004). A segunda fase ocorreu por meio da leitura de todas as respostas visando delas extrair os códigos, conscientes de que, “embora o *corpus* de texto esteja aberto a uma

multiplicidade de possíveis questões a Análise de Conteúdo interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa” (BAUER, 2007, p. 199).

Na terceira fase foram produzidas as categorias analíticas, as quais foram organizadas segundo a proximidade de sentido e significação entre as frases ou unidades de registro, levando em consideração a natureza das variáveis e suas dimensões, evitando com isso a mistura ou a confusão entre as categorias, visto que cada unidade de análise deve se ajustar a uma única categoria, respeitando, portanto, o princípio da mútua exclusão. Outros princípios também foram respeitados como: homogeneidade (não se misturam coisas diferentes); exaustividade (todos os elementos devem ser categorizados); objetividade (codificadores diferentes devem chegar aos mesmos resultados) e, os da adequação e pertinência (categorias estão adaptadas ao conteúdo e ao objetivo) (BARDIN, 2004).

Estas categorias não foram pré-estabelecidas, elas derivaram da própria análise realizada na fase anterior de extração dos códigos manifestada nos textos (das respostas), bem como a partir da leitura do referencial teórica que subsidiou a confecção das categorias, caracterizando, então, o modelo aberto de categorias centrado no conteúdo. Para Laville e Dionne (1999, p. 219) neste modelo “as categorias não são fixas no início, mas tomam forma no curso da própria análise”. A leitura das respostas com o objetivo de interpretá-las levou em consideração a inserção das respostas dentro de cada categoria e de cada unidade de contexto, pois elas fornecem as unidades de registro um “pano de fundo” das análises (FRANCO, 2005). Assim, as categorias micro (derivadas das respostas dos professores) foram analisadas à luz das categorias macro (derivada da vinculação acadêmico-institucional dos cursos: A, AB, ABM, B, BM e M), pois é preferível considerar uma unidade singular dentro de uma familiaridade contextual do que fora de seu contexto. Portanto, estas duas categorias possibilitaram a análise mais rigorosa, estruturada e sistemática dos dados, tal como requer uma pesquisa científica (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Salienta-se que, dentro dessa análise contextualizada o aporte teórico da Análise do Discurso tornou-se indispensável, visto que, a Análise de Conteúdo tende a construção de um modelo de análise duro, rígido e com pretensões de neutralidade ao quantificar as respostas em categorias. Desse modo, a Análise de Conteúdo serviu para organizar e conferir maior visibilidade (sistematização) as respostas. Mas, o aporte-conceitual deste modelo fragilizaria o desenvolvimento desta pesquisa, pois a Análise

de Conteúdo considera o texto como o elemento dado *a priori*, construído independentemente de outros elementos e da intervenção do pesquisador, cabendo a ele somente desvendar o sentido do texto já construído (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005).

A Análise do Discurso, cuja origem está associada ao final dos anos 1960, e a insuficiência da análise de textos que se vinha praticando pautada sobremaneira no conteúdo, característica central da Análise de Conteúdo, e na linguística frasal de vertente norte-americana, considera-se, de modo semelhante àquela abordagem de análise do discurso de escola francesa (MAINGUENEAU, 1997), a linguagem como discurso, como um fenômeno social. Não distante desse entendimento, outro dois teóricos franceses, Foucault e Bourdieu, essenciais para esta dissertação, também consideram que os discursos são resultantes das inúmeras estratégias individuais, que se vinculam ao papel ou posição do sujeito dentro das comunidades discursivas ou dos campos científicos, e que seus discursos dependem da autorização e legitimação dos aparatos institucionais, como a universidade e da própria ordem do discurso.

Esse novo olhar para os estudos da linguagem enxerga o discurso como resultado de uma interação social e um modo de produção social, a linguagem passa a ser marcada pelo seu contexto histórico-social, portanto, ela “não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação de ideologia” (BRANDÃO, 1998). Portanto, acredita-se que os discursos dos professores são caracterizados e influenciados por uma gama de fatores, como, por exemplo, a vontade de saber e poder, os contextos em que se localizam, assim como a relação que se estabelece entre o respondente e o pesquisador que atua como co-construtor dos sentidos produzidos, na medida em que desempenha uma direção ao perguntar e ao interpretar as respostas.

Essa relação entre o respondente e o inquiridor é também marcada pelo conjunto de predisposições que ambos possuem para negociar as relações de poder. Nessa direção, “O poder está em todo o lugar; não porque engloba tudo, mas porque vem de todo lugar” (FOUCAULT, 2010, p.1059), o poder existe em todas as relações sociais e comunicativas, é o que faz pulsar toda relação, seja no âmbito dos posicionamentos, do funcionamento das práticas discursivas (EMEDIATO, 2008), seja no âmbito dos campos científicos (BOURDIEU, 2003, 2004). Dessa maneira, ciente da importância dos contextos e das relações de poder, parte-se para as análises contextualizada, em cada uma das seis categorias, dos dados coletados ao longo desse processo de pesquisa.

4.2 Análise de citação das referências

4.2.1 Categoria A

A análise das referências da categoria A equivale a citações de dois cursos de Arquivologia, localizados na UEPB e UFSM. Das 31 referências citadas nos planos de ensino, entre obrigatórias e complementares, três obras prevaleceram como as mais citadas, visto que elas apareceram nos dois planos de ensino das disciplinas teóricas específicas, denominada de “Fundamentos Arquivísticos” (UEPB) e “Introdução aos estudos da Arquivologia” (UFSM). Essas obras mais citadas são:

Quadro 3: Obra mais citada da Arquivologia – Categoria A

Freq.	Obra	Autor
2	Arquivos permanentes: tratamento documental	BELLOTO, Heloísa Liberalli
2	Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação	SILVA, Armando Malheiro. <i>et al.</i>
2	Os fundamentos da disciplina Arquivística	ROUSSEAU, J.Y., COUTURE, C

O restante, 25 referências, apresentaram uma dispersão igual a um, haja vista que elas se distribuíram sem repetição nos planos de ensino das disciplinas teóricas específicas dos cursos de Arquivologia. Essas referências convergem para as apreensões diversificadas do campo, suas práticas e objetos. Entre as obras citadas uma vez estão: “Archivística General: teoría y práctica”, “El principio de Procedência y los otros principios de la Archivística” e “Arquivos, Documentos e Informação” da autora espanhola Antonia Heredia Herrera, o que a coloca dentre os autores mais citados, com frequência igual a três. A autora brasileira Heloísa Liberalli Belloto, além de ter as duas obras mais citadas, está entre os autores mais citados, pois ao lado do manual “Arquivos permanentes”, acrescenta-se também a referência “Arquivística: objeto, princípios e rumos”. Assim, das 31 referências, pode-se notar a prevalência de dois autores: Heloísa Liberalli Belloto e Antonia Heredia Herrera, cada uma citada três vezes, seguida de cinco autores, os quais tiveram duas citações cada, e o restante, 15 referências o equivalente a uma citação.

Quadro 4: Autor mais citado da Arquivologia – Categoria A

Freq.	Autor mais citado
3	BELLOTO, Heloísa Liberalli
3	HERRERA, Antonia Heredia

2	FONSECA, Maria Odila; JARDIM, José Maria
2	LODOLINI, Elio
2	SILVA, Armando Malheiro. <i>et al.</i>
2	ROUSSEAU, J.Y., COUTURE, C.
2	GOMÉZ, Pedro Lopez; DOMINGUÉS, Olga Gallego

Quando se perguntou aos professores responsáveis por essas disciplinas quais as obras mais relevantes contidas no plano de ensino, a dispersão foi de 100%, não havendo neste caso nenhuma coincidência entre as dez obras citadas. Embora não haja uma obra considerada como a mais relevante que seja comum aos dois cursos, os autores mais citados anteriormente mantiveram-se os mesmos, alterando apenas a frequência. Assim, Antonia Heredia Herrera se manteve estável com três citações, e Heloísa Liberalli Belloto apresentou frequência igual a dois. Ainda a fim de obter um perfil das referências das disciplinas teóricas específicas, objetivou-se classificá-las segundo o tipo, a idade da obra (agrupadas em décadas) e o idioma em que foram citados. Desse modo, observa-se que prevalece nas duas categorias – obras mais citadas e obras mais relevantes – o uso de livro (71% e 70%), a década de 1990 (com 48,4% e 60%), e o idioma em português (61,3% e 70%).

Por fim, é possível perceber as referências citadas nesses dois cursos de Arquivologia concentraram, de modo geral, no próprio campo. Isso porque em nenhum dos cursos houve citações de autores de outros campos ou cuja temática fosse de interesse comum aos cursos de Biblioteconomia e/ou Museologia. Embora tenha sido citada a temática da Ciência da Informação, são obras que buscam dialogar com a Arquivologia e, como já revelado, são áreas que vêm desenvolvendo conexões, por conta de uma nova abordagem da Arquivologia. As referências citadas, portanto, refletem a posição na estrutura acadêmico-institucional, de afastamento com aqueles outros dois cursos, dada a ausência de obras de interesse.

4.2.2 Categoria AB

4.2.2.1 Cursos de Arquivologia

A categoria AB representa os cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia localizados em uma mesma instituição de ensino superior, essa disposição ocorre em sete universidades, são elas: FURG, UEL, UFAM, UFES, UFF, UNESP e UFPB, tendo ainda em quatro dessas universidades a pós-graduação em Ciência da Informação: UEL,

UFF, UNESP e UFPB. Em cada um dos sete cursos de Arquivologia selecionou-se as seguintes disciplinas: “Fundamentos de Arquivologia” (FURG), “Fundamentos da Ciência da Informação e Arquivística” (UEL), “Epistemologia da Ciência da Informação” (UFAM), “Introdução à Arquivologia” (UFES), “Fundamentos Arquivísticos” (UFF), “Introdução à Ciência da Informação” (UNESP), e “Fundamentos da Arquivística” (UFPB). No caso da UNESP, à época da coleta de dados, segundo semestre de 2012, essa disciplina obrigatória de quatro créditos fazia parte do tronco comum entre os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, e se configurava como a disciplina teórica específica de interesse desta pesquisa. Todavia, posteriormente a esse processo de coleta de dados, em 2013, um novo currículo passou a vigorar nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, incluindo respectivamente as disciplinas “Fundamentos Teóricos da Arquivologia” e “Introdução à Biblioteconomia”, com dois créditos cada, e aquela outra disciplina “Introdução à Ciência da Informação” se manteve no currículo, mas com dois créditos. Essa mudança no currículo de ambos os cursos revela o quanto o currículo é um artefato dinâmico e construído socialmente visando satisfazer as demandas e interesse de sua comunidade acadêmica.

Coletou-se o plano de ensino de todas essas disciplinas, totalizando, assim, 172 referências, entre obrigatórias e complementares. Por meio da análise das referências contidas nesses planos de ensino, observa-se que houve uma alta dispersão das referências, pois 79 delas foram citadas apenas uma vez, 24 referências foram citadas duas vezes e apenas uma referência foi citada três vezes. Para a ilustração das obras, realizou-se o corte das obras mais citadas, o qual se valeu da frequência igual e maior que quatro, de modo que pudesse apresentar as três maiores frequências, neste caso 6, 5 e 4, como se pode perceber abaixo:

Quadro 5: Obra mais citada da Arquivologia – Categoria AB

Freq.	Obra	Autor
6	Arquivologia e Ciência da Informação	FONSECA, Maria Odila
6	Os fundamentos da disciplina arquivística	ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C.
5	A nova arquivística na modernização administrativa	LOPES, Luis Carlos
5	Arquivos Modernos	SCHELEMBERG, T.R
4	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	ARQUIVO NACIONAL (BRASIL)
4	Arquivos permanentes: tratamento documental	BELLOTO, Heloísa Liberalli

4	Lei 8.159 de 8 de Janeiro de 1991	BRASIL
4	Arquivos: teoria e prática	PAES, Marilena Leite
4	Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da informação	SILVA, Armando Malheiro. <i>et al.</i>

As obras “Arquivologia e Ciência da Informação” e “Os Fundamentos da disciplina arquivística”, citadas em seis dos sete cursos dessa categoria, revela o uso de dois livros que abordam a relação do campo da Arquivologia com a Ciência da Informação e da informação como objeto de estudo. As outras duas obras mais citadas conjugam uma obra teórica “A nova arquivística na modernização administrativa”, que também dialoga com a informação e com a Ciência da Informação, e outra voltada mais para prática, “Arquivos Modernos”, do arquivista norte-americano conhecido pela atribuição de valor aos documentos (valor primário e secundário). Interessante perceber também a presença em quatro planos de ensino da “Lei 8.159 de 8 de Janeiro de 1991”, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Além dessas obras, o livro “Arquivística”, dos autores portugueses, citado quatro vezes, marca de novo a presença da Ciência da Informação e da ideia da informação como objeto de estudo. Por outro lado, a obra de Marilena Leite Paes “Arquivos: teoria e prática” apresenta-se mais como um manual, uma obra voltada mais para o fazer e a prática nos arquivos, que propriamente uma obra teórica.

A análise das referências demonstrou que os cursos de Arquivologia quando localizados próximos dos cursos de Biblioteconomia e da Ciência da Informação refletem no ensino das disciplinas teóricas específicas, dada a prevalência de obras voltadas para a temática da informação e daqueles outros dois campos. Tal percepção pode ser vista por meio de indicação de obras como: “Atuação profissional na área de informação” da autora Marta Lígia Pomim Valentim (Org.), “Abordagem inter e transdisciplinar em ciência da informação”, de Maria da Paixão Neres de Souza, “O tempo e o espaço da Ciência da Informação”, de Aldo de Albuquerque Barreto, e, “O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia” e “Arquivologia, Biblioteconomia: Interfaces das Ciências da informação”, de Johanna W. Smit.

Além de saber quais as obras mais citadas empreendeu-se a totalização dos autores mais citados nos planos de ensino, o que resultou novamente em uma dispersão de autores, a saber: dois autores foram citados seis vezes, cinco autores quatro vezes,

quatro autores três vezes, 14 autores foram citados duas vezes e com uma citação cada autor apareceu 57 vezes, sendo apresentados aqui apenas os mais citados, com frequência igual e maior que sete.

Quadro 6: Autor mais citado da Arquivologia – Categoria AB

Freq.	Autor
14	BRASIL
8	BELLOTTO, Heloísa Liberalli
7	FONSECA, Maria Odila
7	FONSECA, Maria Odila; JARDIM, José Maria
7	LOPES, Luís Carlos

O autor mais citado, com 14 citações, refere-se a leis e decretos, cuja autoria é atribuída ao país (Brasil). Heloísa Liberalli Bellotto aparece entre os autores mais citados, com frequência igual a oito, por conta da variedade de obras sugeridas nos planos de ensino, entre elas: “Arquivos Permanentes”, citada quatro vezes, “Arquivística: objetos, princípios e rumos”, com frequência igual a dois, “Os desafios da formação dos modernos arquivistas” e “Archivística, Archivos, y Documentos”, com frequência igual a um cada. Essa autora aborda questões teóricas e epistemológicas do campo, contribuindo para o entendimento da informação como objeto de estudo da Arquivologia, bem como sua relação com a Ciência da Informação.

Em relação às obras apontadas pelos professores como as mais relevantes, seis cursos de Arquivologia dessa categoria AB responderam ao questionário, com exceção da UNESP. O resultado apontou que se mantiveram as mesmas obras mais citadas anteriormente apresentadas. O total de obras apontadas para essa questão foi de 25 referências, apresentando-se abaixo as duas maiores frequências obtidas, quatro e três. As demais frequências correspondem a dois com quatro obras, e com frequência igual a um dez obras, o que demonstra uma variedade de títulos citados.

Quadro 7: Obra mais relevante da Arquivologia – Categoria AB

Freq.	Obras citadas como as mais relevantes	Autor
4	Os fundamentos da disciplina arquivística	ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C.
3	Arquivologia e Ciência da Informação	FONSECA, Maria Odila

Quando se agrupou os autores das obras citadas como as mais relevantes, obteve-se o seguinte resultado:

Quadro 8: Autor mais relevante da Arquivologia – Categoria AB

Freq.	Autor
4	ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C.
3	FONSECA, Maria Odila
3	BELLOTO, Heloísa Liberalli
3	SCHELEMBERG, T.R.

Esses quatro autores, citados 13 vezes nos sete planos de ensino revelam, que além de terem suas obras mais citadas, e serem os autores mais citados, eles são também considerados os mais relevantes para os cursos dessa categoria AB. Em suma, são obras e autores que conjugam a teoria e o saber arquivístico, o que torna harmonioso o ensino de um curso de graduação. Para uma visualização completa do perfil das 172 referências sugeridas nos planos de ensino e das 25 obras apontadas como as mais relevantes pelos professores, apresenta-se que as porcentagens mais altas correspondem aos livros tanto para as obras mais citadas como para as mais relevantes, com respectivamente 51,2% e 76%, datadas da década de 2000, expressas em sua maioria com 52,9% e 56%, o que diferencia da categoria A, que predomina obras datadas da década anterior, e escritas ou traduzidas para o português com 87,8% e 100%.

4.2.2.2 Curso de Biblioteconomia

Os cursos de Biblioteconomia integrantes dessa categoria AB constituem igualmente a mesma quantidade e a mesma localização nas instituições de ensino superior dos cursos de Arquivologia acima apresentados. O que difere é o *corpus* (os cursos) e o nome das disciplinas que fazem parte dessa análise, a saber: “Fundamentos da Biblioteconomia e Ciência da Informação” (FURG), “Fundamentos da Ciência da Informação e Biblioteconomia” (UEL), “Epistemologia da Biblioteconomia” (UFAM), “Fundamentos de Biblioteconomia” (UFES), “Introdução à Biblioteconomia” (UFF), “Introdução à Ciência da Informação” (UNESP – disciplina comum ao curso de Arquivologia, e conforme já dito constituía na disciplina teórica específica de interesse da pesquisa à época da coleta de dados), e “Fundamentos de Biblioteconomia” (UFPB).

Os planos de ensino dessas sete disciplinas foram todos coletados e totalizaram 209 referências citadas. A heterogeneidade e a dispersão das referências também foram percebidas nesses cursos, visto que apenas uma referência obteve frequência igual a

seis, seguida de duas obras com frequência igual a cinco, quatro obras com frequência igual a quatro, três obras com frequência igual a três, 19 obras com duas citações cada, e o restante, 130 obras com uma citação cada. Desse modo, ilustram-se as obras que tiveram as três maiores frequências, a saber:

Quadro 9: Obra mais citada da Biblioteconomia – Categoria AB

Freq.	Obra	Autor
6	Introdução à Biblioteconomia	FONSECA, Edson Nery da
5	A Ciência da Informação	LE COADIC, Yves-François
5	Formação do profissional da informação	VALENTIM, M.L.P. (Org.)
4	A História da Biblioteconomia brasileira	CASTRO, César A.
4	A modernidade das cinco leis de Ranganathan	FIGUEIREDO, Nice M.
4	As cinco leis da Biblioteconomia	RANGANATHAN, S. R
4	Missão do Bibliotecário	ORTEGA y GASSET, José.

Esses títulos mais citados podem ser considerados como obras específicas do campo da Biblioteconomia, com exceção da obra “A Ciência da Informação”, do francês Le Coadic, e “Formação do profissional da Informação”, organizado por Marta Lígia Pomim Valentim, pois ambas abordam de uma maneira mais ampla a área da Ciência da Informação. O primeiro livro reflete sobre o campo da informação, sua constituição, história e relação da Ciência da Informação com outras disciplinas. A segunda obra apresenta a opinião de vários autores sobre a área e formação profissional da Ciência da Informação, e mais especificamente Biblioteconomia, vista como uma subárea daquele campo.

Por outro lado, a obra mais citada “Introdução à Biblioteconomia” reflete sobre quatro itens fundamentais da Biblioteconomia: o livro, a biblioteca, o leitor/leitura e o bibliotecário, também aborda de modo mais específico o campo da Biblioteconomia, ora sob a luz de sua história e trajetória de seu ensino, ora preocupada com as leis que regem esse campo, ou ainda, uma reflexão sobre a missão profissional do bibliotecário. De modo geral, pode-se perceber que embora seja elevado o número de citações que abordem especificamente questões mais concernentes a Biblioteconomia, como as bibliotecas refletidas por meio das obras: “Biblioteca”, de Luis Milanesi, “Livros e bibliotecas no Brasil colonial”, de Rubem Borba de Moraes, “A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica”, de Bernadete Santos Campello ou mesmo “A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação”, de Edmir Sueden, entre

tantas outras, existem também uma quantidade de títulos considerável que aborda outros campos para além da Biblioteconomia.

Assim como ocorreu como os cursos de Arquivologia dessa mesma categoria, os cursos de Biblioteconomia apresentaram uma variedade títulos que buscam explicar as relações entre esses campos com o da Ciência da Informação e da Documentação. Dentre alguns títulos expõem os seguintes: “Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação”, de Cristina Dotta Ortega, que aparece em três planos de ensino, “Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade”, de Jéssica Câmara Siqueira, “O que é documentação”, de Johanna W. Smit, “Introdução geral às ciências e técnicas da informação e da documentação”, de Guinchat e Menou, e etc.

No segundo momento, os autores das obras citadas acima foram agrupados a fim de obter os mais citados, concentrando nesse momento na figura do autor e não mais na obra. Os três autores mais citados, o que equivale a uma frequência igual a nove, seis e cinco vezes, correspondem aos mesmos autores das obras mais citadas, acrescentando, aqui, Maria das Graças Targino, que apareceu por conta de duas citações de um livro “Olhares e fragmentos: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação” e de mais quatro diferentes artigos de sua autoria. A autoria “Brasil” apareceu entre os autores mais citados em razão da citação de leis, pareceres e resoluções. A autora mais citada, Valentim, com nove citações, decorreu do somatório de citações de obras organizadas por ela, assim como produções individuais, artigos e capítulos.

Quadro 10: Autor mais citado da Biblioteconomia – Categoria AB

Freq.	Autor
9	VALENTIM, Marta Lúcia Pomim
6	FONSECA, Edson Nery da
6	TARGINO, Maria das Graças
5	BRASIL
5	LE COADIC, Yves-François

Dos professores responsáveis pelo ensino das disciplinas teóricas específicas, apenas cinco deles responderam ao questionário. Desse modo, foram apontadas pelos professores da FURG, UFAM, UFES, UFF e UFPB, 20 obras como as mais relevantes, sendo que cinco delas coincidiram duas vezes, a saber:

Quadro 11: Obra mais relevante da Biblioteconomia – Categoria AB

Freq.	Obra	Autor
2	A modernidade das cinco leis de Ranganathan	FIGUEIREDO, Nice M.
2	Introdução à Biblioteconomia	FONSECA, Edson Nery da
2	Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação	ORTEGA, Cristina Dotta
2	As cinco leis da biblioteconomia	RANGANATHAN, S. R.
2	Formação do profissional da informação	VALENTIM, M.L.P. (Org.)

Dado que as outras dez obras possuem autores diferentes, prevaleceram como autores mais citados os mesmos autores das obras acima apontadas. Essas obras e autores estão igualmente dentre as obras mais citadas nos planos de ensino, revelando, portanto, obras específicas do campo, isto é, cuja temática é mais própria da Biblioteconomia do que de outros campos, como também obras mais amplas, que tratam da informação, do profissional da informação e da Ciência da Informação.

Quadro 12: Autor mais relevante da Biblioteconomia - Categoria AB

Freq.	Autor
2	FIGUEIREDO, Nice M.
2	FONSECA, Edson Nery da
2	ORTEGA, Cristina Dotta
2	RANGANATHAN, S. R.
2	VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.).

Finalmente, em relação ao perfil das referências mais citadas e mais relevantes, diferente do que ocorreu com as referências da Arquivologia da categoria A e AB, as referências mais citadas do curso de Biblioteconomia são os artigos, com 41,6%; todavia, essa relação muda quando analisadas as referências apontadas como as mais relevantes, cujo livro mais citado obteve 55%. A data de publicação das obras citadas nos planos de ensino e pelos professores correspondeu igualmente à década de 2000, com 58,9% e 65%, constando também em ambos os casos a prevalência do idioma em português com 92,3% e 100%.

4.2.3 Categoria ABM

4.2.3.1 Cursos de Arquivologia

Os cursos de Arquivologia pertencentes à categoria ABM encontram-se alocados em sete instituições de ensino superior, sendo elas: UnB, UFPA, UFBA, UFRGS,

UFSC, UFMG e UNIRIO. Sendo que na UnB, UFBA, UFSC e na UFMG possuem pós-graduação em Ciência da Informação. Dos sete cursos de Arquivologia foram coletadas 176 referências de cinco cursos (UnB, UNIRIO, UFRGS, UFSC e UFMG), sendo que no caso da UFMG, optou-se em coletar as referências de duas disciplinas, que se enquadravam particularmente na concepção de disciplina teórica específica, nomeadas de “Introdução à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia” e “Fundamentos da Arquivologia”. As outras disciplinas dos outros cursos, que fazem parte dessa análise são: “Introdução à Arquivologia” (assim nomeadas na UnB, UFSC e UNIRIO) e “Introdução à Ciência da Informação”, na UFRGS, que faz parte do tronco comum dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, e cuja ementa justifica-se a sua inclusão dentro da amostragem de disciplinas teóricas específicas. Entretanto, salienta-se que os cursos da UFRGS após o momento de coleta de dados desta pesquisa passaram por uma mudança curricular.

As referências do curso de Arquivologia dessa categoria ABM apresentaram uma alta dispersão, e por esse motivo, optou-se por mostrar as três maiores frequências, no caso: cinco, quatro e três, as demais frequências duas e uma, correspondem à citação de nove títulos e 121 títulos diferentes. Dentre as obras mais citadas prevaleceram as obras e autores já apresentados em outras categorias (categoria A e AB). Conforme se pode notar abaixo, as referências contidas nos planos de ensino dessa categoria conjugam obras específicas da Arquivologia e obras que tratam da relação deste campo com o da Ciência da Informação, a saber:

Quadro 13: Obra mais citada da Arquivologia – Categoria ABM

Freq.	Obra	Autor
5	Arquivologia e Ciência da Informação	FONSECA, Maria Odila
5	Arquivos: teoria e prática	PAES, Marilena Leite
5	Arquivos modernos: princípios e técnicas	SCHELEMBERG, T.R.
5	Dicionário brasileiro de terminologia arquivística	ARQUIVO NACIONAL (BRASIL)
4	Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação	SILVA, Armando Malheiro. <i>et al.</i>
3	Arquivos permanentes: tratamento documental	BELLOTTO, Heloísa Liberalli.
3	Manual de arranjo e descrição de arquivos	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES
3	O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos	DUCHEIN, Michel
3	Os Fundamentos da Disciplina Arquivística	ROUSSEAU, J.Y., COUTURE, C

Contudo, duas obras “Manual de arranjo e descrição de arquivos” e “O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos”, igualmente, ainda, não tinham aparecido dentre as mais citadas, o que revela um interesse histórico pelos clássicos dos cursos de Arquivologia dessa categoria. Interessante perceber que este manual traduzido pelo Arquivo Nacional, corresponde ao Manual dos Holandeses, o qual foi escrito no final do século XIX, considerado marco da Arquivologia. A obra de Michel Duchein traz a discussão fulcral para a Arquivologia, o princípio de respeito aos fundos, também desenvolvido no final do século XIX, e visto como marco para a área e organização dos arquivos.

De modo semelhante à categoria AB, referente cursos de Arquivologia, os cursos desta categoria ABM também apresentaram, em alguns casos, citações de obras de interesse comum à Biblioteconomia e/ou Museologia, como, por exemplo, a obra “O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional”, de Marta Ligia Pomim Valentim (Org.), que teve duas citações. As demais obras com uma citação cada correspondem a: “Biblioteca” de Edson Nery da Fonseca, “Bibliotecas digitais: uma nova cultura, um novo conceito, um novo profissional”, de Helena Pereira Silva, Othon Jambeiro e Angela Maria Barreto, “Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação”, de Marlene Oliveira (Org.), “Moderno profissional da informação: elementos para a sua formação no Brasil”, de José Augusto Chaves Guimarães, “Os museus na era do virtual” de Ulpiano T. Bezerra Meneses, entre outras.

Dentre os autores mais citados estão aqueles responsáveis pelas obras mais citadas (Fonseca, Paes, Bellotto, Schellenberg, entre outros), os quais têm com a inclusão de outras obras a frequência alterada para mais. A autoria Brasil refere-se a cinco diferentes leis citadas, quatro decretos e um parecer, o que o coloca como autor mais citado, relevando também a importância da legislação nos cursos de Arquivologia.

Quadro 14: Autor mais citado da Arquivologia – Categoria ABM

Freq.	Autor
10	BRASIL
7	BELLOTTO, Heloísa Liberalli
7	JARDIM, José Maria
7	PAES, Marilena Leite
7	SCHELEMBERG, T.R.
6	ARQUIVO NACIONAL (BRASIL)
5	FONSECA, Maria Odila
5	LOPES, Luís Carlos

4	DUCHEIN, Michel
4	SILVA, Armando Malheiro. <i>et al.</i>

Em relação às obras mais relevantes apontadas pelos professores, com exceção do curso de UFSC, teve-se uma dispersão ainda maior, visto que das 30 obras citadas, apenas uma delas coincidiu como a mais referenciada, a qual foi seguida de mais cinco obras com duas citações cada, e o restante, 17 com uma citação cada.

Quadro 15: Obra mais relevante da Arquivologia – Categoria ABM

Freq.	Obra	Autor
3	Arquivos permanentes: tratamento documental	BELLOTTO, Heloísa Liberalli
2	Arquivos modernos: princípios e técnicas	SCHELLENBERG, T.R.
2	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	ARQUIVO NACIONAL (BRASIL)
2	Manual de arranjo e descrição de arquivos	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES
2	O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos	DUCHEIN, Michel
2	Os fundamentos da disciplina arquivística	ROUSSEAU, J.Y., COUTURE, C

Destaca-se que dentre os autores mais relevantes, a autora Angélica Alves da Cunha Marques, embora não esteja contemplada na tabela acima (da obra mais relevante), aparece neste momento por conta de dois trabalhos diferentes citados. O mesmo ocorre com o autor Eric Ketelaar, que tem duas obras citadas: “Ethnologie archivistique” e “Archival Theory and the Dutch Manual, The Difference Best Postponed?”. E, justifica-se a liderança de Bellotto, como autor mais relevante, por conta da citação “As fronteiras da documentação”, que ao lado da obra “Arquivos Permanentes”, totaliza uma frequência igual a quatro. Desse mesmo modo, Schellenberg aparece com frequência maior que a do quadro anterior, em razão da citação da obra “Documentos Públicos e Privados: arranjo e descrição”.

Quadro 16: Autor mais relevante da Arquivologia – Categoria ABM

Freq.	Autor
4	BELLOTTO, Heloísa Liberalli
3	SCHELLENBERG, T.R.
2	ARQUIVO NACIONAL (BRASIL)
2	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES
2	DUCHEIN, Michel

2	KETELAAR, Eric
2	MARQUES, Angélica Alves da Cunha.
2	ROUSSEAU, J.Y., COUTURE, C

Por fim, apresentam-se as características das 206 referências, as quais consistem em 176 referências advindas do plano de ensino e 30 referências apontadas pelos professores como as mais relevantes. Percebe-se, então, que prevalece, assim como nas outras categorias (A e AB) referentes ao curso de Arquivologia, o uso predominante de livros (38,6% e 46, 7%), as obras datadas dos anos 2000, com 47,2 e 40%, exceto na categoria A, onde prevalecem as obras dos anos de 1990, e nas três categorias as obras escritas e/ou traduzidas para o português, com 87, 5% e 90%.

4.2.3.2 Curso de Biblioteconomia

Os cursos de Biblioteconomia pertencentes à categoria ABM estão localizados nas mesmas instituições de ensino superior apontadas no início da análise dessa categoria. A diferença ocorre com o nome das disciplinas, a saber: “Introdução à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia” (UFMG), “Fundamentos de Biblioteconomia” (UFSC e UNIRIO nos cursos de Bacharelado e Licenciatura), “Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação” (UnB), e “Introdução à Ciência da Informação” (na UFRGS, disciplina obrigatória comum aos cursos de Arquivologia e Museologia, que após a reforma curricular manteve-se como a disciplina teórica específica do curso de Biblioteconomia). Particularmente na UFPA o currículo do curso não dispõe da disciplina de interesse da pesquisa, e no caso da UFBA, embora tenha a disciplina “Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação”, o plano de ensino enviado não possuía nenhuma referência, ocasionando, assim, anulação da análise deste curso nesta fase.

Assim, as 276 referências dos cinco cursos de Biblioteconomia que fazem parte dessa análise apresentaram uma considerável dispersão de citações, visto que houve uma elevada quantidade de referências citadas apenas uma vez, o que correspondeu a 157 títulos, e com duas citações obteve-se 25 obras diferentes. Com o objetivo de apresentar as três maiores frequências, cinco, quatro e três, ilustram-se as mesmas no quadro abaixo:

Quadro 17: Obra mais citada da Biblioteconomia – Categoria ABM

Freq.	Obra	Autor
5	Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação	OLIVEIRA, Marlene (Coord.).
5	Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação	RUSSO, Mariza
5	O que é biblioteca	MILANESI, Luis.
4	A Ciência da Informação	LE COADIC, Yves-François
4	As cinco leis da Biblioteconomia	RANGANATHAN,S.R.
4	História da biblioteconomia brasileira	CASTRO, César A.
4	Introdução à Biblioteconomia	FONSECA, Edson Nery
4	Profissional da informação: um conceito em construção	LOUREIRO, Mônica; JANNUZZI, P.M.
4	O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional	VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Org.).
3	As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática	LÉVY, Pierre
3	Biblioteconomia e Ciência da Informação: natureza e relações	DIAS, Eduardo Wense
3	Da Bibliografia à Ciência da Informação: um histórico e uma posição	ZAHER, Celia; GOMES, Hagar E.
3	Introdução à ciência da Biblioteconomia	BUTLER, Pierce
3	Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação	GUINCHAT, Claire; MENOUE, M. J.
3	Missão do bibliotecário	ORTEGA Y GASSET, José
3	O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória	MCGARRY, Kevin
3	Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna	BURKE, Peter
3	Sociedade e Biblioteconomia	ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo F
3	Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot	BURKE, Peter

Essas obras revelam o uso tanto de referências voltadas para o campo e questões específicas da Biblioteconomia como, “O que é biblioteca”, “As cinco leis da Biblioteconomia”, “História da Biblioteconomia brasileira”, “Introdução à Biblioteconomia”, “Introdução à ciência da Biblioteconomia”, “Missão do bibliotecário” e “Sociedade e Biblioteconomia”, como também para a reflexão da Biblioteconomia com outros campos, sobretudo, o da Ciência da Informação, que foi expresso, dentre os mais citados em cinco títulos diferentes: “Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação”, “Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação”, “A Ciência da Informação”,

“Biblioteconomia e Ciência da Informação: natureza e relações” e “Da Bibliografia à Ciência da Informação: um histórico e uma posição”. Essas obras revelam a intensa relação entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, demonstrando também o constante contato entre eles por meio do uso dessas referências voltadas para esse enlace presentes nos planos de ensino.

Em relação a outros campos como o de Arquivologia e o de Museologia, nota-se que eles estão também presentes nas disciplinas teóricas específicas dos cursos de Biblioteconomia. Essa proximidade acadêmico-institucional entre os cursos certamente leva a uma busca pela interpretação dessas áreas, as quais são contempladas pela citação das seguintes obras: “Arquivologia e ciência da informação”, de Maria Odila Fonseca, “Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa?”, de Johanna W. Smit, ambas citadas duas vezes, o que equivale a presença em dois planos de ensino. Com uma citação cada estão os seguintes títulos: “Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFMG, UnB e UFRGS”, dos autores Carlos Alberto Ávila Araújo, Angélica Alves da Cunha Marques e Samile Andréa Souza Vanz, “Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais”, de Carlos Alberto Ávila Araújo, “Elementos de arquivologia e de classificação”, de Mario Gonçalves Viana, e mais especificamente sobre a Museologia encontra-se a Lei n. 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia, citada no plano de ensino comum aos três cursos.

Para saber quais os autores mais citados nos planos de ensino dos cursos de Biblioteconomia da categoria ABM, fez-se necessário agrupar, independente da variedade das obras, os autores citados. Desse modo, prevaleceu a autoria “Brasil”, dada a citação de onze leis nos planos de ensino, seguido igualmente do autor Edson Nery da Fonseca. Com dez citações cada, estão os autores: Francisco das Chagas, que teve citações de diferentes produções, entre livros e artigos, e, Marta Lígia Pomim Valentim, esta última responsável pela organização de quatro diferentes obras, totalizando nove citações, e mais um artigo de sua autoria.

Quadro 18: Autor mais citado da Biblioteconomia – Categoria ABM

Freq.	Autor
11	BRASIL
11	FONSECA, Edson Nery da

10	SOUZA, Francisco das Chagas
10	VALENTIM, Marta Lúcia Pomim

Sobre as obras mais relevantes apontadas pelos professores dos cursos de Biblioteconomia, demonstra-se o seguinte resultado:

Quadro 19: Obra mais relevante da Biblioteconomia – Categoria ABM

Freq.	Obra	Autor
4	A Ciência da Informação	LE COADIC, Yves-François
3	As cinco leis da Biblioteconomia	RANGANATHAN,S.R.
3	Introdução à Biblioteconomia	FONSECA, Edson Nery da
2	Biblioteca	MILANESI, Luis
2	Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação	OLIVEIRA, Marlene (Coord.).
2	História da Biblioteconomia brasileira	CASTRO, César Augusto
2	Introdução à ciência da Biblioteconomia	BUTLER, Pierce
2	Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação	GUINCHAT, C. MENO, M.
2	Profissional da informação: o espaço de trabalho	BAPTISTA, S. G.; MÜELLER, S. P. M.(Org.)

Não é de se admirar que dentre as 46 citações consideradas como as mais relevantes está a obra “A Ciência da Informação”, que também aparece entre as mais citadas nos planos de ensino dos cursos de Biblioteconomia pertencentes à categoria AB. Acredita-se que a Biblioteconomia estabeleça relações mais fortes com a Ciência da Informação, o que justifica o número considerável de citações de obras que envolvem os dois campos. De modo semelhante, o autor daquela obra, Le Coadic, está entre os autores mais relevantes, para os cursos alocados na UFMG, UnB, UFRGS e UNIRIO (licenciatura), sendo que nestas duas primeiras possui a pós-graduação em Ciência da Informação, na terceira universidade a pós-graduação em Comunicação e Informação, e na última universidade o mestrado profissional em Biblioteconomia.

Ainda sobre os autores mais relevantes, Edson Nery da Fonseca, teve uma citação da obra “A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial”, que ao lado da obra “Introdução à Biblioteconomia”, citada três vezes o colocou como o autor mais relevante dessa categoria ABM, segundo os professores. Dentre os demais autores mais relevantes da Biblioteconomia conjugam-se obras individuais e coletivas. A respeito das obras organizadas, destacam-se os autores, Baptista e Mueller, que tiveram duas

citações de uma mesma obra, Valentim que é citada por conta de dois livros organizados por ela, bem como a obra coordenada por Marlene Oliveira, que teve duas citações. Tais obras citadas concentram-se em torno do tema do profissional da informação, mercado e espaço do trabalho, formação, história e relação entre Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Quadro 20: Autor mais relevante da Biblioteconomia – Categoria ABM

Freq.	Autor
4	LE COADIC, Yves-François
4	FONSECA, Edson Nery da
3	RANGANATHAN, S.R.
2	BAPTISTA, S. G.; MÜELLER, S. P. M.(Org.).
2	BUTLER, Pierce
2	CASTRO, César Augusto
2	GUINCHAT, C. MENO, M.
2	MILANESI, Luis
2	OLIVEIRA, Marlene (Coord.).
2	VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Org.).

Por fim, o perfil das 276 referências citadas nos planos de ensino das disciplinas e das 46 referências apontadas pelos professores difere somente quanto ao tipo de obra, que, no primeiro caso, prevaleceram os artigos com 44,2%, igual às obras mais citadas da Biblioteconomia, da categoria AB, e no segundo caso, prevaleceram os livros com 76,1%, as outras duas variáveis assemelham-se em razão das obras datarem da década de 2000 (49,3% e 50%) e em português (98,2% e 93,5%).

4.2.3.3 Curso de Museologia

De modo semelhante aos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, os cursos de Museologia pertencentes a essa categoria ABM, estão localizados naquelas sete instituições de ensino superior, citadas no tópico da Arquivologia e Biblioteconomia. A diferença é que quatro desses cursos de Museologia estão institucionalizados em locais diferentes, como, por exemplo, o curso da UFBA, que se localiza na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, ao invés do Instituto de Ciência da Informação, comum aos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia; na UFPA a Museologia encontra-se no Instituto de Ciências e Artes, ao contrário dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia que estão no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, especificamente

na Faculdade de Biblioteconomia; na UFSC a Museologia está no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, enquanto os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia estão no Centro de Ciências da Educação, Departamento de Ciência da Informação; e na UNIRIO, onde apesar de os cursos estarem vinculados ao centro de Ciências Humanas e Sociais, todos os três cursos possuem departamentos próprios, como Departamento de Arquivologia, Departamento de Biblioteconomia e Departamento de Museologia.

Foram coletados todos os planos de ensino dos sete cursos de Museologia, com exceção da UFMG, para a qual se optou em coletar os dados de duas disciplinas teóricas específicas para a composição da análise, são elas: “Introdução à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia” e “Fundamentos da Museologia”. Na UFBA a disciplina selecionada foi “Museologia”, na UFPA “Fundamentos de Museologia”, UFSC “Introdução à teoria museológica”, na UnB e UNIRIO “Introdução à Museologia”, e na UFRGS a disciplina “Introdução à Ciência da Informação” (disciplina obrigatória da primeira etapa). Contudo, apesar da existência da disciplina “Iniciação à Museologia”, salienta-se que não se obteve respostas, e como aquela disciplina obrigatória tem como um de seus objetivos o campo da Museologia, optou-se por deixá-la na amostragem da pesquisa.

Assim, obteve-se uma totalidade equivalente a 305 referências, as quais se encontram com alto grau de dispersão, visto que 224 referências foram citadas apenas uma vez, 18 referências foram citadas duas vezes, 12 referências foram citadas três vezes, e duas referências foram citadas quatro e cinco vezes, resultando nas três maiores frequências, a saber:

Quadro 21: Obra mais citada da Museologia – Categoria ABM

Freq.	Obra	Autor
5	Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados	BRUNO, Maria Cristina Oliveira
4	Código de Ética para Museus	ICOM/UNESCO
3	Caderno de Sociomuseologia.	Revista de Sociomuseologia
3	Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional	BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.).
3	Em direção à Museologia latino-americana: o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar	CARVALHO, L; SHEINER, T. C.M.; MIRANDA, M. L. C.
3	Delineamento para uma teoria da museologia.	CERÁVOLO, Suely Moraes
3	A museologia e os museus: mudanças de conceitos	DESVALLÉES, André
3	El museo: teoría, praxis e utopia	LEÓN, Aurora

3	O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX	LOPES, Maria Margaret
3	Museus em Movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre a inte-relação museologia – museus.	MENSCH, Peter Van.
3	O objeto de estudo da Museologia	MENSCH, Peter Van.
3	Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais.	PRIMO, Judite Santos
3	Concept et nature de la muséologie	SOLA, Tomislav.
3	O que é museu?	SUANO, Marlene.

Pode-se perceber, dessas 45 obras mais citadas, uma concentração no campo da Museologia e da questão dos museus, e que, embora, alguns cursos estejam em situação de proximidade com os de Arquivologia e os de Biblioteconomia, tal fator não trouxe obras dessas áreas para as referências. A obra mais citada, da autora brasileira Maria Cristina Oliveira Bruno, traz a importância da associação entre o campo epistemológico da Museologia com o locus de sua prática, o museu. Não distante dessa relação, as outras referências também apontam para as temáticas em torno do museu e do patrimônio. Interessante perceber que ao contrário dos outros cursos de graduação, Arquivologia e Biblioteconomia, inseridos na categoria ABM, os cursos de Museologia parecem não trazer marcas da influência acadêmico-institucional como os outros campos, tanto no nível epistemológico quanto no nível do ensino, posto à ausência das obras ilustradas acima que trazem em seus títulos o termo Ciência da Informação.

De modo geral, relata-se que foi baixíssima a frequência de obras relacionadas à Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Assim, localizou-se em apenas dois cursos, UnB e UFRGS, a citação da obra “Ciência da informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação”, organizado por Marlene Oliveira. O fato da disciplina “Introdução às Ciência da Informação”, do curso da UFRGS, ser comum aos três cursos de graduação levou à inclusão de obras mais próprias dos outros campos, como, por exemplo, “Arquivos permanentes: tratamento documental”, de Heloisa Liberalli Bellotto, “Introdução geral as ciências e técnicas da informação e documentação” de Claire Guinchat e Menou, “Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão”, de Antônio Miranda e Elmira Simeão, além das leis, Lei n. 6.546, de 04 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências, e da Lei n. 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.

A fim de identificar quais os autores estão mais presentes nos planos de ensino realizou-se o agrupamento dos mesmos, obtendo, assim, uma considerável concentração em alguns nomes como se pode visualizar abaixo:

Quadro 22: Autor mais citado da Museologia – Categoria ABM

Freq.	Autor
14	BRASIL
12	COSTA, Heloisa Helena F. G. da.
11	BRUNO, Maria Cristina Oliveira
10	GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo
8	DESVALLÉES, André
8	MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de
8	ICOM/UNESCO
7	IPHAN (BRASIL)
7	MENSCH, Peter Van
7	SCHEINER, Tereza Cristina
5	CERÁVOLO, Suely Moraes
5	CHAGAS, Mário
5	GONÇALVES, José Reginaldo Santos
5	SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura
5	SOLA, Tomislav
4	BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.).

O primeiro autor mais citado “Brasil” está relacionado com a citação de leis, decretos e parecer. Já o segundo autor mais citado está unicamente relacionado com o plano de ensino do curso da UFBA, visto que a professora responsável pela disciplina incluiu diferentes obras de sua autoria no plano, caracterizando, assim, o que se denomina de autocitação. Os demais autores encontram-se de modo dispersos nos planos de ensino, destacando, aqui, Bruno, que aparece com onze citações e mais quatro citações de obras organizadas por ela. Acredita-se que essa concentração em torno dos autores apresentados acima pode ser vista como um reflexo do afastamento da Museologia e a Ciência da Informação. Assim como, a tentativa de consolidação do campo por meio da assimilação de obras e autores mais próprios da Museologia, tendo em vista o recente processo de criação dos cursos dessa categoria.

Com o objetivo de identificar quais as obras os professores consideram como as mais relevantes, excluindo os cursos da UFSC e UNIRIO, que não responderam ao questionário, apresenta-se o resultado das obras com as maiores frequências, o que equivaleu à citação igual a dois, o restante, 37 obras foram citadas apenas uma vez, demonstrando com isso uma dispersão na opinião entre os professores. Destaca-se, a

citação das obras, “Conceptos claves de museologia” e “Museu, museologia, museólogos e formação”, foram consideradas como as duas das obras mais relevantes, assim, como a obra “O que é museu?”, que se encontra entre as obras mais citadas:

Quadro 23: Obra mais relevante da Museologia – Categoria ABM

Freq.	Obra	Autor
2	Conceptos claves de museología	DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François (Org.).
2	Museu, museologia, museólogos e formação	GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo
2	O que é museu?	SUANO, Marlene

Ciente da possibilidade de os autores terem suas diferentes obras citadas agrupou-se os mesmos a fim de saber quais são os mais relevantes. Dessa forma, Waldisa Russio Camargo Guarnieri sobressaiu com três citações, as quais equivalem a “Museu, museologia, museólogos e formação”, citada duas vezes, e com uma citação “Conceito de cultura e sua inter-relação como patrimônio cultural e a preservação”. Seguida com duas citações, Maria Cristina Oliveira Bruno, com duas diferentes obras: “O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados” e “Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional”, sucessivamente com duas citações seguem os demais autores.

Quadro 24: Autor mais relevante da Museologia – Categoria ABM

Freq.	Autor
3	GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo
2	BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.).
2	CERÁVOLO, Suely Moraes
2	COSTA, Heloisa Helena F. G. da.
2	DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François (Org.).
2	HÉRNANDEZ, Francisca Hernández
2	ICOM/UNESCO
2	MENSCH, Peter Van
2	SCHEINER, Tereza Cristina
2	SUANO, Marlene

Por fim, delinea-se o perfil das 305 referências extraídas dos planos de ensino e das 43 referências apontadas pelos professores, as quais sinalizam o uso predominante e de certo modo igualitário entre artigos e livros (36,7% e 32,8%), enquanto que as obras mais relevantes coincidem as duas variáveis com 32,6%. A idade das obras é em sua

maioria datada da década de 2000, com respectivamente 55,4% e 48,8, e escritas e/ou traduzidas no idioma português com 88,5 % e 81,4 %.

4.2.4 Categoria B

Os cursos de Biblioteconomia localizados nas instituições de ensino superior que não possuem os cursos de Arquivologia e Museologia totalizam 18 instituições de ensino superior. Contudo, a UFC abriga dois cursos de Biblioteconomia, um localizado em Fortaleza, e outro no Cariri, totalizado, assim, 19 cursos de Biblioteconomia em funcionamento, nas seguintes instituições de ensino superior: FAINC, FATEA, FESPSP, FUNLEC, PUC-Campinas, UDESC, UESPI, UFAL, UFC, UFMA, UFMT, UFRJ, UFRN, UFSCar, UNIFAI, UNIFOR, USP e USU.

Dessas instituições, oito delas colaboraram com o desenvolvimento desta pesquisa ao enviar o plano de ensino das disciplinas teóricas específicas, nomeadas de “Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (FESPSP), “Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação” (UDESC e UFAL), “Fundamentos teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação” (UFC – Cariri), “Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação” (FUNLEC, UFMT, UFSCAR e USP). As referências totalizaram 202 sugestões, distribuídas 117 vezes com frequência igual a um, 20 vezes com frequência igual a dois, quatro vezes com frequência igual a três, quatro vezes com frequência igual a quatro, uma vez igual a cinco e, por fim, com seis, duas vezes.

Essa última frequência corresponde às duas obras mais citadas, de modo que cada obra teve seis citações no total de oito planos de ensino, representando, portanto, as obras mais citadas “História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica” e “A Ciência da Informação”, a primeira voltada especificamente para a Biblioteconomia, enquanto a segunda direciona-se para o campo da Ciência da Informação. Esse resultado demonstra novamente a imbricada relação entre esses campos. Ademais retirando a obra “Introdução à Biblioteconomia”, todas as outras obras mais citadas apresentam o termo “Ciência da Informação”. Acredita-se que, o uso recorrente de obras, que tem como tema a Ciência da Informação ocorre justamente para explicar as relações entre esses campos, que já trazem a Ciência da Informação no nome de algumas disciplinas.

Quadro 25: Obra mais citada da Biblioteconomia – Categoria B

Freq.	Obra	Autor
6	História da Biblioteconomia brasileira	CASTRO, Augusto César
6	A Ciência da Informação	LE COADIC, Yves-Fronçois
5	Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação	ORTEGA, Cristina Dotta.
4	Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conceitos e espaços de atuação	OLIVEIRA, Marlene (Coord.).
4	Ciência da Informação: origem, evolução e relações	SARACEVIC, T.
4	Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos	FREIRE, Gustavo H.
4	Introdução à Biblioteconomia	FONSECA, Edson Nery

Ao agrupar os autores das obras mais citadas salienta-se que o autor Francisco das Chagas de Souza, aparece como o mais citado, em virtude da citação de diferentes obras, são elas: “Biblioteconomia no Brasil: profissão e educação”, “Com o que olhar para o novo milênio?”, “Contexto do ensino de fundamentos teóricos de biblioteconomia na UFSC”, “Ética e deontologia: textos para profissionais atuantes em bibliotecas”, “O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX”, “Biblioteconomia, educação e sociedade” e “Modernização e Biblioteconomia nova no Brasil”. O autor norte-americano Saracevic, encontra-se pela primeira vez dentre os três autores mais citados, que teve ao lado do artigo “Ciência da Informação: origem, evolução e relações”, a citação de mais duas obras suas, a saber: “Curso sobre Ciência da Informação para estudantes de Biblioteconomia” e “Introduction to Information Science”.

Quadro 26: Autor mais citado da Biblioteconomia – Categoria B

Freq.	Autor
11	SOUZA, Francisco das Chagas
8	CASTRO, César Augusto
6	LE COADIC, Yves-Fronçois
6	SARACEVIC, T.

Em relação às obras consideradas como as mais relevantes, não foi possível contabilizar as respostas do curso da UFMT, ao contrário da UFMA, que não enviou o plano de ensino, mas enviou o questionário respondido. Desse modo, foi possível obter 78 referências, que, de modo semelhante, ao plano de ensino teve uma dispersão

considerável, pois 62 obras foram citadas apenas uma vez, cinco obras tiveram frequência igual a dois e duas obras frequência igual a três.

Quadro 27: Obra mais relevante da Biblioteconomia – Categoria B

Freq.	Obra	Autor
3	História da Biblioteconomia brasileira	CASTRO, César Augusto
3	O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX	SOUZA, Francisco das Chagas
2	A Ciência da Informação	LE COADIC, Yves-François
2	As we may think	BUSH, Vannevar
2	Epistemologia e Ciência da Informação	CAPURRO, Rafael
2	Informatics: its scope and methods	MIKHAILOV, A. I.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKY, R. S.
2	Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil	CASTRO, Augusto César

Tais obras, consideradas como as mais relevantes, configuram-se como obras específicas da Biblioteconomia, e como obras específicas da Ciência da Informação, como o livro “A Ciência da Informação”, do recorrente autor Le Coadic, o texto “As we may think” de Vannevar Bush, que é geralmente atribuído como uma das obras inaugurais da Ciência da Informação, ou mesmo, os trabalhos “Epistemologia e Ciência da Informação” de Rafael Capurro, e “Informatics: its scope and methods”, dos autores da antiga União Soviética. Tais títulos podem ser vistos como obras mais própria daquele campo que da Biblioteconomia. Acredita-se que o predomínio de obras e autores da Ciência da Informação está ligado ao fato dos cursos de Biblioteconomia, desta categoria B, estarem afastados dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, com exceção do curso da USP, o que os convoca ainda mais explicar a relação entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Seguindo a lógica de que um autor pode ter várias citações relativas a diferentes obras, agruparam-se os nomes dos mesmos, a saber:

Quadro 28: Autor mais relevante da Biblioteconomia – Categoria B

Freq.	Autor
5	CASTRO, César Augusto
4	SOUZA, Francisco das Chagas
3	SARACEVIC, T.

O resultado destes dois primeiros autores mais citados aponta o uso de referências específicas da Biblioteconomia, enquanto o terceiro autor pode ser visto como mais próprio do campo da Ciência da Informação. Saracevic citado três vezes, com três diferentes obras consideradas como relevantes, são elas: “Introduction to Information Science”; “Ciência da Informação: origem, evolução e relações” e “Curso sobre ciência da informação para estudantes de Biblioteconomia”, defende a Biblioteconomia como uma área independente da Ciência da Informação, mas que tem objetivos muito próximos, como o compartilhamento de seu papel social e sua preocupação comum com os problemas da efetiva utilização dos registros gráficos, estabelecendo, assim, fortes relações interdisciplinares.

Por fim, apresenta-se o perfil das 202 referências citadas nos planos de ensino e das 78 referências citadas no questionário respondido pelos professores. Desse modo, os artigos assumem o primeiro lugar com 42,1% e 48,7%, datados da década de 2000, com 52,5% e 41%, e escritas e/ou traduzidas para o português, com 91,6% e 80,8%, dados que se aproximam dos resultados anteriores relativos aos cursos de Biblioteconomia da categoria AB e ABM.

4.2.5 Categoria BM

4.2.5.1 Curso de Biblioteconomia

Os cursos de Biblioteconomia localizados nas instituições de ensino que também possuem os cursos de Museologia totalizam apenas três, os quais estão na UFG, UFPE e UFS. As disciplinas teóricas específicas são respectivamente: “Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação”, “Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação” e “Introdução à Biblioteconomia”. Obteve-se o retorno de todos os planos de ensino dessas disciplinas e dos questionários enviados para os professores dessas mesmas disciplinas.

É mister destacar que, embora os cursos estejam em uma mesma instituição de ensino, todos se localizam em locais distintos um do outro, no caso, da UFG o curso de Biblioteconomia encontra-se na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, e o curso de Museologia na Faculdade Ciências Sociais; na UFPE, o curso de Biblioteconomia está no Centro de Arte e Comunicação, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação, enquanto o de Museologia está no Centro de Filosofia e

Ciências Humanas, especificamente junto ao Departamento de Antropologia e Museologia, e, por fim, na UFS o curso de Biblioteconomia encontra-se, no campus São Cristóvão, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas e no núcleo de Ciência da Informação, já o curso de Museologia está no campus Laranjeiras.

As referências extraídas dos planos de ensino equivalem a 29, sendo que três obras tiveram a frequência igual a dois, o que corresponde que dois dos três cursos de Biblioteconomia citaram as mesmas obras:

Quadro 29: Obra mais citada da Biblioteconomia – Categoria BM

Freq.	Obra	Autor
2	História da Biblioteconomia brasileira	CASTRO, César Augusto
2	Introdução à Biblioteconomia	FONSECA, Edson Nery da
2	A Ciência da Informação	LE COADIC, Yves-François

Essas obras mais citadas podem ser consideradas como obras essenciais para o ensino da Biblioteconomia por conta da temática e da recorrência com que aparecem citadas, inclusive nas outras categorias (AB, ABM, BM). As 23 referências restantes, tiveram citação igual a um, e como já era de se esperar, em razão do afastamento dos cursos de Biblioteconomia, todas elas concentram-se no assunto de interesse da Biblioteconomia. Assim, o afastamento do curso de Biblioteconomia com os de Museologia, dentro de uma mesma instituição de ensino superior, parece influenciar na medida em que nenhuma referência presta serventia aos interesses da Museologia. Por outro lado, encontram-se citações de obras da Ciência da Informação, o que revela que as relações entre esses campos extrapolam as relações acadêmico-institucionais, indo mais ao encontro de uma discussão epistemológica entre eles.

O autor mais citado não se encontra representado acima, pois ele teve diferentes obras citadas, a saber: “Ética e deontologia: textos para profissionais atuantes em bibliotecas”, “Dos deveres profissionais ou da Deontologia”, “Fundamentos filosóficos da Biblioteconomia”. Os outros autores, que apareceram com a obra mais citada mantiveram a frequência no quadro dos autores mais citados, já que não tiveram outra obra de sua autoria citada.

Quadro 30: Autor mais citado da Biblioteconomia – Categoria BM

Freq.	Autor
3	SOUZA, Francisco das Chagas
2	CASTRO, César Augusto

2	FONSECA, Edson Nery da.
2	LE COADIC, Yves-François.

Considera-se, assim como dito em relação às obras mais citadas, estes autores são também essenciais para o ensino e o campo da Biblioteconomia. Ainda com o objetivo de conhecer mais sobre as referências, perguntou-se aos professores quais eles julgam as mais relevantes contidas nos planos de ensino de sua disciplina, a saber:

Quadro 31: Obra mais relevante da Biblioteconomia – Categoria BM

Freq.	Obra	Autor
1	A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas	ARAÚJO, E. A. de, OLIVEIRA, Marlene
1	História da Biblioteconomia Brasileira	CASTRO, César Augusto
1	Introdução à Biblioteconomia	FONSECA, Edson Nery da
1	Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação	RUSSO, Mariza

Percebe-se que as obras mais relevantes são todas voltadas para o campo de interesse da Biblioteconomia, com destaque para a citação da primeira obra “A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas”, que concentra particularmente na trajetória da histórica das bibliotecas, e da última citação “Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação”, que novamente traz o enlace com a Ciência da Informação. Em razão da citação de quatro obras diferentes, as quais foram escritas por autores diferentes, os autores mais citados são os mesmos apresentados acima:

Quadro 32: Autor mais relevante da Biblioteconomia – Categoria BM

Freq.	Autor
1	ARAÚJO, E. A. de, OLIVEIRA, M. de.
1	CASTRO, César Augusto.
1	FONSECA, Edson Nery da.
1	RUSSO, Mariza.

Finalmente, apresenta-se o perfil das 29 referências citadas nos planos de ensino e das quatro referências consideradas pelos professores como as mais relevantes. Assim, de modo semelhante, concentram-se no formato livro, 65,5% e 75%, diferentemente do que ocorreu com outros cursos de Biblioteconomia em que o predomínio estava nos artigos, datados da década de 2000, com 62, 1% e 100%, e no idioma em português, que soma-se 100% nos dois casos (mais citadas e mais relevantes).

4.2.5.2 Curso de Museologia

Os três cursos de Museologia pertencentes à categoria BM estão localizados nas mesmas instituições de ensino superior dos cursos de Biblioteconomia dessa categoria. Obteve-se o retorno de 100% dos planos de ensino das disciplinas e dos questionários respondidos pelos professores responsáveis pelas disciplinas: “Introdução à Museologia” (UFG e UFS) e “Teoria Museológica I” (UFPE). Foram extraídas dos planos de ensino 34 referências, as quais tiveram uma alta dispersão, pois somente uma obra teve frequência igual a dois, enquanto as 32 referências restantes tiveram uma citação cada, a saber:

Quadro 33: Obra mais citada da Museologia – Categoria BM

Freq.	Obra	Autor
2	Delineamentos para uma teoria da Museologia	CERÁVOLO, Suely Moraes

Essa obra apresenta a trajetória e os esforços de constituição do campo da Museologia, as correntes de pensamento e algumas de suas teorias desenvolvidas por vários autores do campo, estrangeiros ou não. Este artigo, então, pode ser caracterizado como uma obra panorâmica e introdutória, visto que ela busca abarcar o todo e ao mesmo tempo fornece uma síntese desse processo. Para além da obra mais citada, desejou-se também saber qual o autor mais citado, desse modo se agrupou todos os autores independentes da obra citada, o que deu origem ao seguinte resultado:

Quadro 34: Autor mais citado da Museologia – Categoria BM

Freq.	Autor
2	BRUNO, Maria Cristina Oliveira
2	CERÁVOLO, Suely Moraes
2	CHAGAS, Mário
2	FOUCAULT, Michel
2	LE GOFF, Jacques
2	MENSCH, Peter Van

Diferente do resultado das obras mais citadas, os autores mais citados apresentam uma variedade maior, o que demonstra que mais de uma obra de um autor é utilizada. As autoras brasileiras como Bruno e Cerávolo formularam seus pensamentos sob o abrigo do ICOFOM, comitê que se volta para as questões teóricas e

epistemológicas da Museologia, tais como os trabalhos de Gregorová, Mensh e Waldisa Rússio. Ademais, salienta-se que os autores Maria Cristina Oliveira Bruno, Mário Chagas e Peter Van Mensch podem ser considerados como autores mais próprios do campo da Museologia, enquanto que os autores Michel Foucault e Jacques Le Goff não podem enquadrar exclusivamente como autores do campo museológico. As duas citações atribuídas ao Le Goff dizem respeito ao tema da memória, uma questão central da Museologia, as outras duas citações de Foucault, “A verdade e as formas jurídicas” e “Em defesa da Sociedade”, abordam o tema das relações de poder. Estas duas últimas citações, referentes ao plano de ensino da UPPE, ocorre porque a disciplina “Teoria Museológica I” tem como um de seus objetivos a problematização de questões concernentes ao saber, poder e produção de uma teoria museológica, ou especificamente sobre a biopolítica e as condições de possibilidade do museu moderno e a Museologia e a produção de verdades.

Percebe-se assim que os cursos de Museologia dessa categoria não sofrem influência por conta da coexistência institucional com os cursos de Biblioteconomia, assim como, também os cursos de Biblioteconomia não apresentam referências do campo da Museologia. O determinante na escolha das referências dos cursos de concentram-se no campo epistemológico dos mesmos e nas escolhas pessoais de seus professores. Para tanto, perguntou-se aos mesmos quais as obras eles julgam como as mais relevantes, obtendo, assim, 14 títulos, sendo dois iguais, o que o coloca como as duas obras mais citadas, a saber:

Quadro 35: Obra mais relevante da Museologia – Categoria BM

Freq.	Obra	Autor
2	Delineamentos para uma teoria da Museologia	CERÁVOLO, Suely Moraes
2	O objeto de estudo da Museologia	MENSCH, Peter Van

Essas duas obras centradas no campo da Museologia são obras nucleares para o campo. As demais referências citadas pelos professores dos cursos de Museologia da categoria BM não contêm nenhuma obra com a temática Ciência da Informação, embora o curso da UFPE apresente uma certa proximidade com a Ciência da Informação, em virtude do mestrado estar localizado na mesma instituição de ensino superior, mas distante da Museologia – que está no Departamento de Antropologia e Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Ainda a fim de identificar os autores mais relevantes para os professores, Michel Foucault aparece dentre os mais

citados, ao lado de outros autores da Museologia, isso por conta da resposta de um professor, que citou mais obras daquele autor, a saber:

Quadro 36: Autor mais relevante da Museologia – Categoria BM

Freq.	Autor
2	CERÁVOLO, Suely Moraes
2	MENSCH, Peter Van
2	FOUCAULT, Michel

Por fim, para conhecer as características das obras citadas nos planos de ensino dos cursos de Museologia e as referências citadas pelos professores como as mais relevantes, obteve-se o seguinte resultado: predominância do uso de capítulo de livros, com 38,2 % e 64, 3% (diferente da ocorrência na categoria anterior ABM, que prevaleceu o uso de artigos e livros), datadas da década de 2000, com 67,6% e 57,1%, e no idioma em português com 97,1% e 92,9%.

4.2.6 Categoria M

São quatro os cursos de Museologia que fazem parte da categoria M, essa classificação representa os cursos em instituições onde inexistem cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, inclusive da Ciência da Informação. Esses quatro cursos de Museologia estão localizados na: UFOP, UFPEL, UFRB e UNIBAVE. As disciplinas teóricas específicas que tiveram os planos de ensino coletados são nomeadas nas três primeiras instituições de “Introdução à Museologia” e na última “Museologia”, a qual não se obteve o plano de ensino e o retorno do questionário enviado ao professor da mesma. Assim, foram coletadas 86 referências dos planos de ensino dos cursos da UFOP, UFEL e UFRB. Dessas referências apenas três foi citada mais de uma vez, tendo às demais a citação igual a um. Desse modo, apresentam-se as referências mais citadas:

Quadro 37: Obra mais citada da Museologia – Categoria M

Freq.	Obra	Autor
2	MUSAS Revista Brasileira de Museus e Museologia	IPHAN (BRASIL)
2	Política Nacional de Museus. Bases para a Política Nacional de Museus e Programação de Formação e Capacitação em Museologia	Ministério da cultura (BRASIL)
2	Política Nacional de Museus: Relatório de Gestão 2003-2006	IBRAM (BRASIL)

Essas três obras diferentes em seus formatos e objetivos, pois a primeira refere-se a um periódico editado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a segunda e a terceira, embora, sejam parecidas – “Política Nacional de Museus”, este documento editado pelo Ministério da Cultura está direcionado para a criação das bases conceituais para o setor da cultura e para o setor museológico. Enquanto a outra referência editada pelo Instituto Brasileiro de Museus diz respeito a um conjunto de textos voltados para reflexões das ações daquela política, constituindo em um balanço do campo museológico durante os quatro primeiros anos do mandato do presidente da república Luís Inácio Lula da Silva.

Para saber qual autor mais citado, agrupou-se os mesmos independente da obra, obtendo, assim, o seguinte resultado:

Quadro 38: Autor mais citado da Museologia - Categoria M

Freq.	Autor
4	ICOM/UNESCO
3	CHAGAS, Mário
2	IPHAN (BRASIL)
2	IBRAM (BRASIL)
2	CASTRO, Ana Lúcia Siaines de
2	CURY, Marília Xavier
2	LOUREIRO, J. M. M.
2	MASON, Timothy
2	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (BRASIL)
2	Ministério da cultura (BRASIL)
2	SANTOS, Maria Célia T. M.

Desses autores mais citados, em primeiro lugar aparece a instituição do ICOM, responsável por publicações como: “Código de Ética para Museus”, “Museos, patrimonio y turismo cultural”, “Noticias del ICOM. Boletín del Consejo Internacional de Museos”, e a revista ICOM News. O segundo autor mais citado, Mário Chagas possui três citações por conta das seguintes obras: “Resposta de Hugues de Varine às perguntas de Mário Chagas”, “Memória e poder: focalizando as instituições museais” e “Museália”. Os demais autores possuem duas citações cada, esses autores (entre pessoas e instituições) estão todas voltadas para o campo museológico, para as questões concernentes aos museus, patrimônio e cultura. Enfim, considera-se, a partir da análise das referências, que a ausência de obras, que tem como tema o campo da Arquivologia, Biblioteconomia ou mesmo Ciência da Informação é acentuada em virtude do afastamento do campo da Museologia com esses cursos.

Ainda para saber quais as obras mais relevantes, perguntou-se aos professores das disciplinas quais eles julgam mais relevantes. Desse modo, dois cursos responderam ao questionário UFOP e UFRB, os quais apontaram nove referências diferentes umas das outras, ocasionando uma alta dispersão das respostas, a fim de aclarar quais são, apresenta-se as mesmas abaixo:

Quadro 39: Obra mais relevante da Museologia – Categoria M

Freq.	Obra	Autor
1	Anais do Museu Histórico Nacional v. 33	Museu Histórico Nacional (BRASIL)
1	Museália	CHAGAS, Mário
1	A Alegoria do patrimônio	CHOAY, Françoise
1	Cartas Patrimoniais	CURY, Isabelle (Org)
1	O campo de atuação da Museologia	CURY, Marília Xavier
1	Entre cenografias: O Museu e a Exposição de Arte no século XX	GONÇALVES, Lisbeth Rebollo
1	Política Nacional de Museus. Bases para a Política Nacional de Museus e Programação de Formação e Capacitação em Museologia	IPHAN (BRASIL)
1	Política Nacional de museus: Relatório de Gestão 2003-2006	IPHAN (BRASIL)
1	Sistema Brasileiro de Museus e Cadastro Nacional de Museus (2006)	IPHAN (BRASIL)

Conforme se pode notar as três últimas referências são obras cuja autoria refere-se ao IPHAN, colocando-o assim como o autor mais relevante para os professores dessa categoria, com frequência igual a três. Os demais autores são autores brasileiros, com exceção de Françoise Choay, de nacionalidade francesa, e do Museu Histórico Nacional, que a autoria é institucional.

Quadro 40: Autor mais relevante da Museologia – Categoria M

Freq.	Obra	Autor
3	Anais do Museu Histórico Nacional v. 33	Museu Histórico Nacional (BRASIL)

Finalmente, delinea-se o perfil das referências, as quais são representadas, em primeiro lugar, pelos livros, com 39,5%, entre as referências citadas nos planos de ensino, e 66,7%, correspondem aos livros na categoria entre as mais relevantes, as quais são datadas, em sua maioria, dos anos 2000, com 57% e 88,9%, respectivamente, e escritas e/ou editadas em português com 94,2% e 100%.

4.3. Síntese da análise das citações

4.3.1 Arquivologia

As citações das referências nos planos de ensino dos cursos de Arquivologia refletem a localização acadêmico-institucional dos cursos, pois quando analisados os cursos da categoria A, com os cursos da categoria AB e ABM, aqueles cursos apresentaram mais obras específicas, isto é, obras de interesse próprias do campo da Arquivologia, enquanto os cursos das outras duas categorias além das obras específicas fazem referências também a obras de interesse para as outras áreas (Biblioteconomia e Museologia). Mesmo que a frequência de citações dessas obras de comum interesse entre as áreas seja baixa, o que impossibilitou que tais obras fossem representadas nos quadros entre as mais citadas, é possível notar que elas aparecem nos planos de ensino dos cursos de Arquivologia localizados nas instituições de ensino onde possuem aqueles dois cursos de graduação.

A relação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação parece transpor a questão da localização acadêmico-institucional, visto que as citações que envolvem esta temática estão presentes em todas as três categorias, A, AB e ABM, com destaque para a primeira categoria, que, das três obras mais citadas, duas relacionam-se com o tema da Ciência da Informação, o que chama a atenção porque não há uma proximidade com o programa de pós-graduação nos dois cursos da categoria A. Nas outras categorias, AB e ABM, a Ciência da Informação se faz presente por meio dos oito programas de pós-graduação situados próximos dos cursos de Arquivologia, o que acaba por refletir em mais citações de obras que envolvem esses dois campos, algo já esperado. Portanto, o fato do contato entre a Arquivologia e a Ciência da Informação ter ocorrido em todas as três categorias demonstra que são áreas que vêm estabelecendo estreito contato desde a epistemologia até o ensino, sendo possível considerar que as relações entre a Arquivologia e Ciência da Informação extrapolam o nível acadêmico-institucional.

Com relação ao perfil das referências citadas nos 15 planos de ensino, as quais totalizaram 379 referências, constata-se que 178 são livros, o que corresponde a 47%, 180 obras, 47,5% são da década 2000, e 324 são escritas e/ou traduzidas para o português, o que equivale a 85,5%, conforme pode ser visto:

Quadro 41: Classificação das obras citadas nos planos de ensino da Arquivologia

Tipologia das obras	Freq.	%	Décadas das obras	Freq.	%	Idioma	Freq.	%
Livro	178	47	2000	180	47,5	Português	324	85,5
Artigo	100	26,4	1990	123	32,5	Espanhol	31	8,2
Capítulo de livro	46	12,1	1980	25	6,6	Inglês	16	4,2
Site	13	3,4	1970	23	6,1	Francês	5	1,3
Decreto	12	3,2	Sem data	21	5,5	Italiano	3	0,8
Lei	11	2,9	1960	6	1,6	Total	379	100
Dissertação	4	1,1	1920	1	0,3			
Outro	4	1,1	Total	379	100			
Documento eletrônico	3	0,8						
Tese	3	0,8						
Periódico	2	0,5						
Parecer	1	0,3						
Relatório	1	0,3						
Verbete	1	0,3						
Total	379	100						

As 65 obras consideradas as mais relevantes, citadas nos 13 questionários, resultaram, igualmente, a maioria, no formato de livros, 40 obras, com 61,5%, 29 obras, da década 2000, com 44,6% e 59 obras no idioma português, o que totalizou 90,8%, conforme o quadro abaixo:

Quadro 42: Classificação das obras citadas como mais relevantes da Arquivologia

Tipologia das obras	Freq.	%	Décadas das obras	Freq.	%	Idioma	Freq.	%
Livro	40	61,5	2000	29	44,6	Português	59	90,8
Artigo	11	16,9	1990	25	38,5	Espanhol	4	6,2
Capítulo de livro	8	12,3	1970	5	7,7	Francês	1	1,5
Dissertação	2	3,1	1980	5	7,7	Inglês	1	1,5
Tese	2	3,1	1960	1	1,5	Total	65	100
Lei	1	1,5	Total	65	100			
Verbete	1	1,5						
Total	65	100						

Percebe-se, então, que as referências citadas tanto nos planos de ensino quanto nos questionários estão em sintonia, pois prevaleceram em ambos a tipologia documental: livros, artigos e capítulos de livros, datados, majoritariamente, da década

de 2000 e 1990, escritas e/ou editadas no idioma oficial, e nas línguas estrangeiras, como o espanhol, francês e inglês, com exceção do italiano, que aparece no quadro das obras citadas, mas não no quadro das mais relevantes. Essa variedade de tipos, décadas e idiomas das obras demonstra uma variedade desejável no ensino da Arquivologia, e uma atualidade da produção e acessibilidade de leitura.

4.3.2 Biblioteconomia

Os planos de ensino das disciplinas teóricas específicas dos cursos de Biblioteconomia em todas as categorias, AB, B, ABM e BM apresentaram obras, autores e temáticas da Ciência da Informação. Na categoria AB, das sete obras mais citadas, duas são voltadas para o campo da informação, uma para a Ciência da Informação propriamente dita, e a outra para a formação do profissional da informação. Interessante perceber que, na categoria B, houve o predomínio de obras voltadas para as relações históricas, epistemológicas, formação, profissional da informação, informação, mais até que outras categorias que possuem contato maior com os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, como ocorre na categoria AB e ABM. Acredita-se que a citação de mais obras voltadas para a Ciência da Informação, nos cursos de Biblioteconomia, da categoria B, ocorra, justamente, em razão de uma maior compreensão das relações entre esses dois campos, que se dá por meio da proximidade institucional, dos eventos, dos grupos de pesquisa e comunicação científica.

A categoria ABM apresentou uma diversidade de títulos voltados para os interesses dos outros campos, Arquivologia e Museologia, mais que as outras categorias. Os cursos de Biblioteconomia, da categoria BM, embora estejam localizados em instituições de ensino onde existe também o curso de Museologia, não citam em seus planos de ensino obras de interesse comum, referenciando apenas obras da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Percebe-se, então, que o contato da Biblioteconomia com a Ciência da Informação independe da localização acadêmico-institucional e da proximidade entre os cursos, pois as relações entre os campos ultrapassam os vínculos, encontrando repouso na história e epistemologia dos campos, ou seja, mais do que algo situacional.

O perfil das 716 referências, citadas nos 24 planos de ensino, encontra-se distribuído entre artigos, 298 obras, 41,6%, e livros, 284 citações, 39,7%. Quanto ao ano de publicação, a década de 2000 destacou-se, com 53,5%, o que corresponde a 383

obras. O idioma português corresponde a quase 100% das obras citadas, isto é, 678 obras, o que soma 94,7%.

Quadro 43: Classificação das obras citadas nos planos de ensino da Biblioteconomia

Tipologia das obras			Décadas das obras		Idioma			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Artigo	298	41,6	2000	383	53,5	Português	678	94,7
Livro	284	39,7	1990	167	23,3	Inglês	30	4,2
Capítulo de livro	52	7,3	1980	70	9,8	Espanhol	6	0,8
Documento eletrônico	21	2,9	1970	37	5,2	Francês	2	0,3
Lei	13	1,8	Sem data	37	5,2	Total	716	100
Site	12	1,7	1960	17	2,4			
Filme	7	1	1940	3	0,4			
Outro	7	1	1930	2	0,3			
Tese	6	0,8	Total	716	100			
Norma	4	0,6						
Resolução	4	0,6						
Parecer	3	0,4						
Decreto	2	0,3						
Verbete	2	0,3						
Dissertação	1	0,1						
Total	716	100						

Das 148 referências mais relevantes, citadas nos 23 questionários, 70 delas são livros, o que corresponde a 47,3%. A década de 2000 foi a que obteve mais citação, 72 obras, 48,6%. O idioma em português sobressaiu-se com 87,8%, o que equivale a 130 obras, a saber:

Quadro 44: Classificação das obras citadas como mais relevantes da Biblioteconomia

Tipologia das obras			Décadas das obras		Idioma			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Livro	70	47,3	2000	72	48,6	Português	130	87,8
Artigo	55	37,2	1990	37	25	Inglês	13	8,8
Capítulo de livro	18	12,2	1980	13	8,8	Espanhol	3	2
Tese	2	1,4	1970	10	6,8	Francês	2	1,4
Dissertação	1	0,7	1960	7	4,7	Total	148	100
Documento eletrônico	1	0,7	Sem data	4	2,7			
Verbete	1	0,7	1930	3	2			
Total	148	100	1940	2	1,4			
			Total	148	100			

Portanto, constata-se que, das 864 referências citadas nos planos de ensino e nos questionários referentes aos cursos de Biblioteconomia, 707 referências concentraram-se em duas tipologias: livros e artigos. Contudo, a tipologia livro está em primeiro lugar no quadro das obras consideradas como as mais relevantes, enquanto os artigos prevaleceram na tipologia das obras mais citadas. A década de 2000, em ambos os quadros, correspondeu a maior porcentagem, seguida da década anterior, a de 1990. O idioma português correspondeu ao maior resultado das obras mais citadas, com 94,7%, e das obras mais relevantes, com 87,8%. Desta forma, as referências estão no idioma oficial, escritas e/ou editadas recentemente, e em formatos relevantes como os livros e os artigos.

4.3.3 Museologia

Os planos de ensino dos cursos de Museologia foram os que menos apresentaram marcas das outras áreas, Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, isto é, apresentaram menor índice de citações de obras de interesse comum. A categoria ABM, a mais fecunda para essa ocorrência, dada a proximidade com os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, não apresentou em nenhuma das obras mais citadas obras de interesse comum àqueles campos, com exceção dos cursos da UnB e UFRGS. Os cursos de Museologia, portanto, apresentaram uma menor influência acadêmico-institucional quando comparado aos cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia. A temática da Ciência da Informação também não esteve presente de modo considerável nos cursos de Museologia, mesmo quando alocados próximos um do outro. Desse modo, foi possível perceber que os cursos de Museologia, independente da proximidade com outros cursos em questão, acumularam citações de obras, autores e temáticas relativas ao próprio campo, e temas como museu e patrimônio.

Dentre os autores mais citados grande parte é institucional, como IPHAN, IBRAM, ICOM, Ministério da Cultura, Museu Histórico Nacional; dentre os não institucionais, destacaram-se autores como Bruno, Guarnieri, Chagas, Menezes, Santos, Cerávolo, Desvallées, Mensch, etc. Em relação à baixa frequência de autores da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação nos planos de ensino, foi demonstrado um afastamento dessas áreas nos planos de ensino da Museologia, pelo menos das disciplinas teóricas específicas analisadas. Isso parece demonstrar que a

localização dos cursos de Museologia em relação àqueles cursos ocorre mais por questões políticas do que epistemológicas.

O perfil das 425 referências citadas nos 14 planos de ensino apresentou certa homogeneidade quanto à tipologia das obras, visto que o segundo lugar, com 133 obras, ou seja, 133 artigos, o que corresponde a 31,3%, enquanto o primeiro lugar, 144 livros, totaliza 33,9%. A década de 2000 representa 56,7% das citações, o que corresponde à maioria das referências, assim como o idioma em português com 90,4%.

Quadro 45: Classificação das obras citadas nos planos de ensino da Museologia

Tipologia das obras	Freq.	%	Décadas das obras			Idioma		
			Freq.	%		Freq.	%	
Livro	144	33,9	2000	241	57	Português	384	90,4
Artigo	133	31,3	1990	107	25	Francês	17	4
Capítulo de livro	58	13,6	Sem data	35	8,2	Espanhol	16	3,8
Site	26	6,1	1980	34	8	Inglês	8	1,9
Periódico	14	3,3	1970	6	1,4	Total	425	100
Lei	9	2,1	1950	1	0,2			
Dissertação	7	1,6	1960	1	0,2			
Documento eletrônico	6	1,4	Total	425	100			
Norma	5	1,2						
Outro	5	1,2						
Verbetes	5	1,2						
Anais	4	0,9						
Filme	4	0,9						
Decreto	3	0,7						
Parecer	1	0,2						
Tese	1	0,2						
Total	425	100						

Em relação à tipologia das obras apontadas como as mais relevantes pelos professores das disciplinas teóricas específicas dos cursos de Museologia, nos 11 questionários, estão no formato livro com 33,3%, o que corresponde a 22 obras. No segundo lugar estão os artigos e capítulo de livros, os quais tiveram 16 citações cada, em um total de 32 obras, isto é, 48,4%. A década de 2000 como período de publicação das obras se destacou da maneira semelhante ao que foi apresentado nos quadros referentes aos outros cursos (Arquivologia e Biblioteconomia), totalizando 56% das obras, e escritas e/ou editadas em português, com 56,4%.

Quadro 46: Classificação das obras citadas como mais relevantes da Museologia

Tipologia das obras	Freq.	%	Décadas das obras	Freq.	%	Idioma	Freq.	%
Livro	22	33,3	2000	37	56	Português	57	86,4
Artigo	16	24,2	1990	16	24	Espanhol	5	7,6
Capítulo de livro	16	24,2	1980	7	11	Francês	3	4,5
Site	4	6,1	Sem data	4	6,1	Inglês	1	1,5
Periódico	2	3	1970	2	3	Total	66	100
Verbete	2	3	Total	66	100			
Anais	1	1,5						
Documento eletrônico	1	1,5						
Outro	1	1,5						
Tese	1	1,5						
Total	66	100						

As citações nos planos de ensino da Museologia apresentaram uma diversidade de tipologias, tal como ocorreu nos cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia, entretanto, houve uma distribuição mais regular de número de obras, ou seja, a diferença entre cada um dos três primeiros tipos mais citados é relativamente menor do que a dos outros cursos analisados. De modo semelhante ao que ocorreu nas outras análises, o curso de Museologia apresentou, dentre as obras citadas, maior número de textos em língua portuguesa, produzidos, em sua maioria, na década de 2000, o que possibilita mais acesso a textos recentes.

Ao lado desses textos atuais, existe ainda uma variedade de outras obras que datam de décadas anteriores e em outros idiomas como: espanhol, francês, inglês, e o italiano que aparece apenas nas obras mais citadas da Arquivologia. Ainda em relação à língua utilizada nos textos, o curso de Museologia apresentou o idioma francês em segundo lugar no quadro das obras mais citadas, enquanto nas obras mais relevantes o segundo lugar corresponde ao idioma espanhol. Já os cursos de Biblioteconomia tiveram como segundo idioma mais citado o inglês, e a Arquivologia o espanhol.

Desta forma, ao observar a tipologia das 1.799 obras citadas, em todos os planos de ensino e questionários dos três cursos, os livros foram considerados as obras mais relevantes e foram as obras mais citadas nos cursos de Arquivologia e Museologia, enquanto na Biblioteconomia os artigos foram os mais citados nos planos de ensino. Talvez a quantidade superior de artigos nas citações dos cursos de Biblioteconomia esteja relacionada com a quantidade de periódicos voltados para este campo e/ou para o

campo da Ciência da Informação, enquanto a Arquivologia e a Museologia, embora possuam espaços de publicações nos periódicos de Ciência da Informação, dispõem de menos periódicos especializados em suas áreas. Considera-se, portanto, que os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil citam obras atualizadas, pois foram escritas e/ou editadas recentemente, sendo obras mais acessíveis por estarem, em sua maioria, em português, e em formatos importantes, como os livros e artigos.

4.4 Análise de conteúdo do questionário

4.4.1 Influência da formação acadêmica

A análise das referências das disciplinas teóricas específicas dos cursos de Arquivologia da categoria A, apresentou, conforme já exposto, uma concentração em torno das obras de interesses específicos do campo, demonstrando, com isso, o reflexo da localização acadêmico-institucional. Todavia, quando se perguntou – Você considera que a sua formação acadêmica (graduação, mestrado, doutorado) influencia na escolha das referências contidas no plano de sua disciplina? Por quê? – aos dois professores responsáveis por essas disciplinas, ambos foram unânimes ao dizerem que sim, dada a familiaridade com as referências utilizadas ao longo do processo de formação. O levantamento da formação acadêmica, na Plataforma Lattes, apontou que, um professor possui mais que uma graduação, ocasionando o predomínio da formação em História, a saber:

Quadro 47: Formação acadêmica dos professores da Arquivologia – Categoria A

Freq.	Graduação	Freq.	Mestrado	Freq.	Doutorado
2	História	1	Ciência da Informação	1	Documentação
1	Comunicação Social	1	Comunicação		

Para um dos professores essa influência decorre: “a partir das referências que, ao longo da nossa formação fomos estruturando e constituímos um corpo teórico-metodológico próprio que tentamos repassar em sala de aula” (quest. A1). Dessa forma, esses cursos de Arquivologia estão mais propensos às influências advindas do *habitus* dos professores, que consistem em sistemas de disposições duráveis e socialmente construídas que, incorporadas por um agente ou conjunto de agentes, orientam e dão significado às suas ações e representações (BOURDIEU, 2008), do que propriamente da localização acadêmico-institucional dos cursos.

E se a influência da formação acadêmica foi unânime na categoria A, nos cursos de Arquivologia da categoria AB, dois dos seis professores que responderam ao questionário consideraram que a formação influencia muito pouco ou mesmo não influencia, pois “não possuo pós-graduação e a escolha da bibliografia se baseia no projeto político-pedagógico do curso e nas necessidades da própria disciplina” (quest. AB, A3), para o outro professor as escolhas das referências “tem como parâmetro o

debate sobre os fundamentos teóricos da Arquivologia, considerando as principais correntes de pensamento arquivístico da atualidade” (quest. AB, A5). Sendo que, para quatro professores, isto é, a maioria, respondeu que influencia. Para estes professores, a formação constitui a base de suas escolhas, como em “o conhecimento teórico-científico adquirido, é a base para entender que a escolha de boas leituras fundamenta o conhecimento do aluno” (quest. AB, A6). De modo semelhante:

Minha formação, assim como de qualquer professor universitário, sempre influencia todas as nossas ações docentes porque nossa formação (formal e principalmente informal – aquela que construímos a cada nova experiência, nova leitura, nova situação) permeia nossas escolhas e as referências estão neste contexto (quest. AB, A2).

A pesquisa da formação acadêmica desses professores, dos cursos de Arquivologia, da categoria AB, revelou que prevalece a formação em Biblioteconomia, seguida da formação em Arquivologia. Além disso, quatro professores possuem mais de uma graduação. Com relação ao mestrado, quatro professores são formados em áreas distintas da Arquivologia, e apenas um professor está cursando o mestrado profissionalizante em Arquivologia, quanto ao doutorado apenas dois professores possuem esta titulação, o que representa uma baixa frequência.

Quadro 48: Formação acadêmica dos professores da Arquivologia – Categoria AB

Freq.	Graduação	Freq.	Mestrado	Freq.	Doutorado
4	Biblioteconomia	1	Arquivologia (em curso)	1	Ciência da Computação
3	Arquivologia	1	Educação	1	Educação
1	Adm. de empresas	1	História		
1	Direito	1	Ciência da Informação		
1	Geografia	1	Ciência da Computação		
1	História				
1	Psicologia				

Salienta-se que a formação em Biblioteconomia faz diferença nas escolhas das obras, pois muitas das obras voltadas para a Ciência da Informação nos planos de ensino foram sugeridas por esses professores, como nos cursos da UEL, UFES, UFPB e UNESP, embora no curso da UFAM essa frequência seja alta, ela está mais relacionada ao fato da disciplina ser voltada para a Epistemologia da Ciência da Informação. Ainda dentro dessa categoria AB, apresenta-se em seguida a formação acadêmica dos

professores, que ministram as disciplinas teóricas específicas nos cursos de Biblioteconomia:

Quadro 49: Formação acadêmica dos professores de Biblioteconomia – Categoria AB

Freq.	Graduação	Freq.	Mestrado	Freq.	Doutorado
7	Biblioteconomia	4	Ciência da Informação	2	Ciência da Informação
1	Direito	1	Ciência da Computação	1	Ciência da Computação
		1	Sociedade e Cultura da Amazônia		

Percebe-se, então, que neste caso há uma concentração na formação específica em Biblioteconomia, ao contrário do que ocorre com os cursos de Arquivologia, que possuem menos professores formados em sua área específica. Outra diferença que pode ser percebida é a variedade da formação dos professores dos cursos de Arquivologia, enquanto nos cursos de Biblioteconomia aparece apenas o Direito (que constitui a segunda formação de um professor formado em Biblioteconomia). No que se refere à pós-graduação prevalece, nos cursos de Biblioteconomia, a titulação em Ciência da Informação e uma menor diversidade de áreas, quando novamente comparado com a Arquivologia.

Sobre a influência da formação acadêmica na escolha das referências, todos os professores da Biblioteconomia reagiram positivamente, assim, os cinco respondentes do questionário consideraram que influencia, como pode ser visto também por meio das sugestões de todos esses cursos. Desse modo, a capacidade científica de um professor está em contato com o transcurso de sua carreira e pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas (BOURDIEU, 2003). Conforme relato de um professor “a influência é total, mas algumas leituras posteriores também surgem como uma ‘luz’ para ajustar a disciplina e oferecer novas perspectivas” (quest. AB, B1). De modo similar, o mesmo ocorre com esses professores:

A disciplina de Fundamentos é toda voltada para a área de Biblioteconomia, dessa forma, minha formação como bibliotecária me auxilia nessa tarefa, bem como o contato com outros professores da área e até profissionais bibliotecários. O que também influencia na escolha das referências são as participações em palestras, seminários e afins, onde novos textos são descobertos ou redescobertos (quest. AB, B3).

Na graduação tive contato com os autores clássicos da área, como por exemplo: Edson Nery da Fonseca, Rubem Borba de Moraes, Ortega y Gasset, só para citar alguns. No mestrado e doutorado você aprofunda as reflexões acerca das idéias desses autores, como também passa a ter contato com a literatura estrangeira. Passa a conhecer, portanto, e a refletir sobre as escolas de pensamento do exterior e suas influências em nosso campo no Brasil. Na qualidade de professores e formadores de profissionais e cidadãos temos a obrigação de levar aos nossos alunos esse conhecimento (quest. AB, B4).

Quanto à formação acadêmica dos professores, das disciplinas teóricas específicas, dos cursos de Arquivologia, constata-se que, dentro da categoria ABM, a maioria dos professores é formada por Bibliotecários, seguida de Arquivistas e Historiadores. Desses professores formados em Biblioteconomia vinculados aos cursos UFBA, UFPA e UFRGS, apenas se teve acesso ao plano de ensino e questionário deste último curso, o que comprovou a relação da formação com as sugestões das obras. A graduação em História também trouxe marcas dessa formação ao sugerir obras com viés histórico. Assim como, a Ciência da Informação que está presente nas sugestões nos planos de ensino e na formação acadêmica no nível do mestrado e doutorado.

Interessante perceber que, essa mesma prevalência da formação em Biblioteconomia ocorreu nos cursos de Arquivologia, da categoria AB. A proximidade com a Ciência da Informação pode ser percebida, no nível do mestrado e doutorado, ao lado de outros cursos como História e Educação, que também estão presentes nos cursos de Arquivologia, da categoria AB.

Quadro 50: Formação acadêmica dos professores da Arquivologia – Categoria ABM

Freq.	Graduação	Freq.	Mestrado	Freq.	Doutorado
3	Biblioteconomia	2	História	2	Ciência da Informação
2	Arquivologia	2	Ciência da Informação	2	História
2	História	2	Educação	1	Educação
1	Pedagogia	1	Estudos de Linguagem	1	Comunicação e Informação
1	Jornalismo	1	Serviço Social		
1	Museologia (em andamento)	1	Memória Social		

Os cinco professores da Arquivologia dessa categoria ABM, que responderam ao questionário foram unânimes quanto à influência da formação acadêmica. Para dois professores essa influência decorre da estreita relação da temática de pesquisa de

mestrado e doutorado com a disciplina ministrada. Outros dois professores apontaram que adotam o viés de formação; “minha formação é na área de História. Como se trata de uma disciplina introdutória e com conteúdos absolutamente imensos, acabo adotando uma metodologia que utiliza certa perspectiva histórica (...)” (quest. ABM, A4), igualmente, outro professor considerou que “a minha formação em História traz para o meu trabalho na Arquivologia uma preocupação com o contexto de produção dos debates teóricos apresentados” (quest. ABM, A5). Outro professor apontou a indissociabilidade de suas experiências com a disciplina:

O professor carrega consigo sua carga ideológica e as leituras prévias são muito importantes, em razão de que elas demonstram a concepção que nós temos dessas áreas e profissões, seu desenvolvimento, às relações de poder subjacentes no processo de formação da C.I no Brasil (quest. ABM, A3).

Pensando nesse apontamento ideológico, Bourdieu (2003) salienta que o funcionamento de um campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse, e que mesmo as práticas aparentemente desinteressadas constituem em um sistema específico de interesse; “as ideologias servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 1998, p. 10). Assim, as ações, dentro de um campo científico, estarão sempre condicionadas às estratégias ideológicas, mesmo que disfarçadas de tomadas de posições epistemológicas (BOURDIEU, 2003).

A análise da formação acadêmica dos cursos de Biblioteconomia, da categoria ABM, com exceção do curso da UFPA, que não tem em sua grade curricular a disciplina teórica específica, ou seja, a disciplina foco desta pesquisa, inviabilizando, assim, a pesquisa sobre a formação do professor, apontou que prevalece na graduação a formação específica, em Biblioteconomia, e no mestrado e doutorado a formação em Ciência da Informação, campo este que está fortemente presente nas referências dos planos de ensino desses cursos. Um professor desse curso possui três diferentes graduações, e um professor foi contabilizado em todos os cursos de graduação dessa categoria em razão do mesmo ministrar a disciplina “Introdução às Ciência da Informação” para os três cursos, tal professor formado em Biblioteconomia está cursando Museologia na mesma instituição de ensino onde leciona, o que representa uma ascensão e acumulação de capital científico dentro de outro campo científico (BOURDIEU, 2003).

Quadro 51: Formação acadêmica dos professores da Biblioteconomia – Categoria ABM

Freq.	Graduação	Freq.	Mestrado	Freq.	Doutorado
6	Biblioteconomia	6	Ciência da Informação	5	Ciência da Informação
1	Letras	1	Educação	1	Comunicação e Informação
1	Museologia (em andamento)			1	História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia
1	Pedagogia				
1	Serviço Social				

Dos seis professores que responderam, apenas, dois deles consideraram que a formação influencia muito pouco, porque para um deles o que mais influencia a escolha das referências são as leituras posteriores; “naturalmente, busco nova literatura dentro do campo científico que estudo e ensino. O professor precisa ter uma visão ampla do seu campo de estudo e pesquisa e ficar atento às novidades que aparecem” (quest. ABM, B2). Os demais professores consideraram determinante a formação acadêmica para a escolha das referências. As razões dessa influência são diversificadas, para um “é impossível dissociar a experiência profissional e acadêmica da prática de ensino e do caráter educacional da disciplina” (quest. ABM, B5), para o outro professor a formação constitui a base:

Pelo fato de que as ideias e abordagens aos quais fui exposto ao longo da formação nos três níveis influenciam diretamente minha percepção e crenças acerca dos temas discutidos na disciplina e, conseqüentemente, a indicação das leituras (quest. ABM, B4).

Igualmente, para este professor:

O percurso acadêmico é, em certa medida, delineador de parte considerável das escolhas teóricas e das formas de compreensão da realidade, se considerada a ciência como um processo social e intersubjetivo, construído entre grupos que comungam interesses aproximados. Deste modo, em cada etapa da formação do pesquisador, um conjunto de autores e de tendências presentes em um contexto tende a responder por suas decisões (quest. ABM, B6).

A partir dessas falas, pode-se perceber que o desenvolvimento do campo científico vincula-se às posições e marcas anteriores que compõem o sujeito, seja por meio de suas experiências profissionais e/ou acadêmicas. Tal qual esta citação acima, Bourdieu (2003) caminha na direção do campo científico como um campo social, em

que a ideia de neutralidade é uma ficção interessada que permite aparentar como científica uma forma neutralizada. O campo, um espaço de força e de luta política pela autoridade científica (capacidade de falar e agir legitimamente), requer que mesmo dentro dos grupos específicos de interesse, os protagonistas lutem pela constante obtenção do capital científico e simbólico ou cultural (BOURDIEU, 2003).

A análise da formação acadêmica dos professores, que ministram as disciplinas teóricas específicas nos cursos de Museologia da categoria ABM, é, igualmente, um processo essencial para compreensão das influências e das relações de força. Assim como as referências sugeridas nos planos de ensino das disciplinas se concentram nas obras próprias do campo da Museologia, a formação inicial, no nível da graduação, também revela essa concentração, visto que a formação em Museologia constituiu a maior frequência, seguida da formação em História, que também se apresenta de modo significativo. Dos sete professores dessa categoria, dois deles possuem mais que uma graduação, todos eles possuem o mestrado, e quatro professores possuem o doutorado em áreas afins à Museologia, embora nenhuma dessas formações tenha sido nos programas de pós-graduação em Museologia.

Ressalta-se ainda que, nenhum professor analisado desse curso, dentro desta categoria ABM, tem a formação em Ciência da Informação, revelando, com isso, um maior afastamento entre os campos, quando comparado com a formação dos professores da Arquivologia e Biblioteconomia. A única formação em Biblioteconomia, que aparece no nível da graduação está relacionada com o professor da UFRGS, que ministra a disciplina comum aos outros dois cursos (Arquivologia e Biblioteconomia), este mesmo professor está cursando Museologia naquela instituição de ensino onde leciona.

Quadro 52: Formação acadêmica dos professores da Museologia – Categoria ABM

Freq.	Graduação	Freq.	Mestrado	Freq.	Doutorado
4	Museologia (1 em andamento)	2	Ciências Sociais	1	História
3	História	1	Ciência Política	1	Sociologia da Cultura
1	Arquitectura y Urbanismo	1	História	1	Interdisciplinar em Ciências Humanas
1	Biblioteconomia	1	Memória Social	1	Comunicação e Informação
		1	Antropologia		
		1	Educação		

A fim de saber o que os professores pensam sobre a escolha das referências e a relação com a sua formação, obteve-se que todos os cinco professores consideram a existência desse tipo de influência. Contudo, o professor responsável pela disciplina de “Fundamentos da Museologia”, considerou que não há essa influência, pois:

Creio que minha formação contribui para a construção de análises críticas, mas não na escolha das referências bibliográficas. Todos os autores que balizam a disciplina são teóricos que, independentemente de suas formações, estão preocupados em construir os requisitos científicos da museologia. Minha preocupação, como docente responsável, até o momento, pela única disciplina que trata especificamente dos fundamentos da museologia é justamente introduzir os alunos na leitura dos principais teóricos do campo (quest. ABM, M2).

Só que, quando relacionado à disciplina “Introdução à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia”, ministrada também por esse professor, formado em História, o mesmo apontou que existe uma influência de sua formação:

Uma vez que o programa da disciplina propõe analisar, numa perspectiva introdutória, a história dos museus e das coleções. Algumas referências se alinham na vertente de uma historiografia de museus e coleções, além da contribuição clássica de Pomian sobre o conceito de coleções, construído numa perspectiva também histórica (quest. ABM, M2).

Para outro professor, que também considerou a influência de sua formação, ele apontou que:

Não é possível desvincular nossa carga de formação teórica das nossas escolhas práticas ao longo da vida. É claro que a disciplina em si cobra compromisso docente com a ementa institucional, no entanto, a escolha da leitura e até mesmo o modo como cada texto é abordado e debatido em sala de aula termina por ser permeado pela experiência de quem conduz. A formação acadêmica, a perspectiva teórica e pedagógica do/a professor/a (re)constitui sua maneira de olhar a vida e de criar qualquer plano de disciplina (quest. ABM, M4).

Nesta última fala, é possível extrair que a experiência pessoal e o modo de olhar de cada professor e aluno em sala de aula dialogam diretamente com a visão de um currículo oculto, que segundo Silva (2007) é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes. Dessa forma, mesmo que os

planos de ensino sejam iguais, dado a subjetividade do processo, as aulas não seriam as mesmas, e nem a compreensão dos alunos.

Após a análise da formação acadêmica dos professores das disciplinas teóricas específicas dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, da categoria ABM, parte-se para o estudo da quarta categoria. Dos cursos de Biblioteconomia, da categoria B, não foi possível identificar a formação dos professores vinculados às seguintes universidades: UESPI, UNIFAI, UFRJ, USU e UNIFOR, e nesta última por não haver a disciplina teórica específica, disciplina foco desta pesquisa. Os resultados apontaram que prevalece nos cursos de Biblioteconomia dessa categoria a formação específica, e no nível da pós-graduação a formação em Ciência da Informação, área que estabelece laços interdisciplinares mais fortes com a Biblioteconomia, resultado em uma concentração em torno dessas formações. A formação em Direito, que aparece na coluna da graduação, relaciona-se com a segunda formação de um professor, podendo perceber ainda uma baixa variedade de outros cursos e áreas como formação.

Quadro 53: Formação acadêmica dos professores da Biblioteconomia -Categoria B

Freq.	Graduação	Freq.	Mestrado	Freq.	Doutorado
14	Biblioteconomia	10	Ciência da Informação	6	Ciência da Informação
1	Direto	1	Sociologia Política	1	Ciência Política
				1	Educação

Dos oito professores que responderam ao questionário, apenas um considera que não há esse tipo de influência, visto que sua resposta foi a seguinte:

Não. Considero importante o acompanhamento das publicações para escolha e indicação de leituras, assim como a participação em encontros formais (seminários, congressos, cursos), onde são apresentadas as questões evolutivas da área. Estudar deve ser um estado permanente para o professor (quest. B1).

Para os demais professores, essa influência decorre de motivos variados, como: “a formação acadêmica se constitui um elemento importante no processo de atualização e principalmente na formação de pesquisador e produtor do conhecimento” (quest. B6), para outro professor ocorre “porque como pesquisadora pude observar criticamente a área, o que me permitiu buscar referências que favorecessem articulações importantes

para a formação do pensamento crítico-reflexivo do aluno” (quest. B8). Ainda na esteira da influência da formação acadêmica, este professor enfatiza que:

O processo de formação profissional, por meio da academia, infelizmente, na esmagadora maioria das vezes constitui-se em uma via ideológica de mão única, formam-se “exércitos” ideologicamente fundados a determinadas áreas, fundamentos, perspectivas e interesses específicos de pesquisa, inviabilizando o processo de produção de conhecimento, basta, por assim dizer, continuar a repetir. Assim sendo, a formação acadêmica determina, pelo menos por algum tempo, o referencial teórico que constitui toda e qualquer disciplina (quest. B2).

Essa via ideológica está relacionada, geralmente, com a transferência das ideias da “classe dominante”, que por terem um maior capital científico e cultural, transferem em seus discursos noções universais de ideias, valores, regras de conduta, etc. Mas, na verdade, tais discursos, repletos de espaços vazios e lacunas, ocultam e mascaram a realidade, por conta de interesses dessa mesma classe (BOURDIEU, 1998; CHAUI, 2008). Quanto à produção de conhecimentos, Bourdieu (2003, p. 126) chama a atenção para as questões da transformação do campo que, segundo ele, tende a enfraquecer ou a se manter estável quando cresce a homogeneidade do campo. Assim, é possível que essa percepção do professor dialogue com a concentração da formação acadêmica específica, que reina nos cursos de Biblioteconomia. A prevalência de um grupo dominante tende assegurar a ordem científica e manutenção de suas posições e estratégias, ao invés de subvertê-las como tendem fazer os dominados, isto é, são os novatos, que tendem a se manter vigilantes e alterar a ordem do campo científico (BOURDIEU, 2003).

Não distante dos resultados anteriores, os cursos de Biblioteconomia, da categoria BM, possuem mais professores formados em Biblioteconomia e em Ciência da Informação, do que professores formados em outros cursos, representando uma menor variedade de outras formações. Neste caso, os três professores, dos três cursos de graduação, têm a formação específica em Biblioteconomia. Sendo que, dois deles possuem mestrado e doutorado em Ciência da Informação.

Quadro 54: Formação acadêmica dos professores da Biblioteconomia – Categoria BM

Freq.	Graduação	Freq.	Mestrado	Freq.	Doutorado
3	Biblioteconomia	2	Ciência da Informação	2	Ciência da Informação
		1	Ciência da Comunicação	1	Serviço Social

Desses três professores, um deles considerou que a sua formação não influencia nas suas escolhas, “sempre procurei e adotei, tanto em minhas pesquisas quanto em minha prática pedagógica, as melhores fontes sob os critérios de qualidade... Não fiquei somente retida às referências familiares de minha região ou minha instituição” (quest. BM, B3). Essa fala demonstra o uso de citação como forma de validação do trabalho de outros, a autora complementa ainda que:

Prova cabal está inscrita na resposta à questão um, onde aponto claramente no programa disciplinar (por mim desenvolvido), obras respectivamente de autora carioca [Mariza Russo], autor recifense [César Augusto Castro] e por fim um autor paulistano [Edson Nery da Fonseca] (quest. BM, B3).

Enquanto os outros professores explicitaram que influencia “totalmente: porque foram os estudos e as leituras consequentemente que forjaram a minha ideologia e a minha personalidade” (quest. BM, B2), “existe uma relação direta entre minha formação e as referências citadas no programa. As referências que me auxiliaram também podem auxiliar outros profissionais em formação” (quest. BM, B1). Desse modo, compreende-se que as atividades de organização de conteúdos nos planos de ensino é uma ação subjetiva e, portanto, não neutra ou isenta de poder, pois resultam de atividades de seleção e exclusão de conhecimentos, donde “Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder” (SILVA, 2007, p. 16). Ademais, os planos de ensino servem como um documento norteador para professores durante o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, possibilitando, a ambos, professor e aluno, uma educação continuada por meio da consulta a esse documento institucional mesmo depois da disciplina ministrada (BRAMBILLA; STUMPF, 2006).

Os outros três cursos dessa categoria, os cursos de Museologia, apresentaram uma prevalência na formação em História, posto que, dois professores são graduados nessa área e um em Museologia, sendo que aqueles dois professores possuem também o mestrado em História. Os resultados da formação, no nível do doutorado, dividiram-se em Sociologia, e novamente, em História.

Quadro 55: Formação acadêmica dos professores da Museologia – Categoria BM

Freq.	Graduação	Freq.	Mestrado	Freq.	Doutorado
2	História	2	História	1	História Social
1	Museologia			1	Sociologia

Todos os três professores, desses cursos de Museologia, da categoria BM, que responderam ao questionário consideraram que a formação acadêmica influencia em suas escolhas. Particularmente, para um dos professores formado em História:

As leituras que fiz durante a minha trajetória acadêmica contribuíram quanto ao enriquecimento do conteúdo ministrado em sala de aula, pois entendo a História como um processo. É preciso levar em conta que cada acontecimento sempre sofre a influência do processo histórico do seu tempo. Nada acontece isoladamente. Não posso falar da Nova Museologia, sem considerar os fatos históricos que mudaram o mundo na década de 1960, como por exemplo, o maio de 1968, na França (quest. BM, M1).

Já para outro professor, formado em Museologia, a formação acadêmica “nos põem em contato direto com leituras específicas e conceitos base da área (se estes forem graduação, mestrado ou doutorado em Museologia)” (quest. BM, M3). Assim, pode-se perceber nesta fala, o desejo da constituição de professores museólogos nos cursos de Museologia, os quais se beneficiariam com “o contato estreito com os conceitos e diálogos pertinentes a área que normalmente transitam pela graduação, mesmo que de forma superficial” (quest. BM, M3), contudo, para esse mesmo professor é aceitável outra formação, apenas:

No que diz respeito a uma observação mais crítica sobre outros contextos que nos permitirão complementar as leituras e discussões, o mestrado ou doutorado podem ser em áreas afins, assim servem para aguçar um novo olhar. Porém, vejo uma grande necessidade do curso de graduação ser em Museologia (quest. BM, M3).

Logo, se para o primeiro professor citado a sua formação em História é de suma importância para o ensino de sua disciplina, para o outro professor o ideal seria que, os professores fossem formados em Museologia, deixando outras formações para outros olhares e disciplinas, que não as disciplinas teóricas específicas. Posto isto, retoma-se, novamente, a Bourdieu (2004), que elucida esse embate ao dizer que a existência de cada campo científico possui sua lógica própria, como as regras de um jogo, em que cada agente desempenha um papel marcado pela sua posição e trajetória no campo. De modo que, para ele, apenas, quem tiver incorporado as especificidades do campo terá condições de jogar, caso contrário o campo estará sujeito a outras pressões e influências de outros efeitos de domínio.

Entretanto, as citações no plano de ensino, de um dos professores formado em outra área, apontam somente para obras específicas do próprio campo da Museologia.

Já as citações do outro professor formado em História, que diversifica as suas citações com obras de autores mais afeitos a outras áreas como a História, Sociologia, Filosofia, demonstram a influência de sua formação acadêmica, que segundo o professor:

Meu percurso na academia sempre se caracterizou por uma relação de espiritualidade com os autores que orientaram minha percepção teórica. Com eles eu produzi as lentes com as quais eu enxergo e ajo na minha existência. O plano disciplinar é um dos planos da existência diretamente afetado por isso (quest. BM, M2).

Além disso, acredita-se que pelo fato desse curso da UFPE estar vinculado ao Departamento de Antropologia e Museologia e possuir uma quantidade de disciplinas teóricas específicas I, II e III, permite a inclusão de outros autores, de outras áreas, como forma de enriquecimento do conteúdo, sem que ocorra um comprometimento do campo da Museologia. Por fim, a última categoria para análise da formação acadêmica referente aos cursos de Museologia é representada pelos cursos de Museologia afastados dos cursos de Biblioteconomia e/ou Arquivologia. Assim, dos quatro cursos que compõe essa categoria M, os quatro professores são formados na área específica, Museologia, o que vai de encontro ao desejo expresso acima pelo professor também formado em Museologia, da categoria BM. Interessante perceber ainda que é dentro dessa categoria, e em nenhuma outra dos cursos de Museologia, que se encontra a formação em Ciência da Informação, demonstrando, com isso, um caso de aproximação entre as áreas, que pode ser sentida sensivelmente em algumas citações nos plano de ensino deste professor do curso da UFPEL.

Quadro 56: Formação acadêmica dos professores da Museologia – Categoria M

Freq.	Graduação	Freq.	Mestrado	Freq.	Doutorado
4	Museologia	1	Turismo	1	Sociologia
		1	Ciência da Informação	1	Ciências Pedagógicas
		1	Ciências da Arte		

Em relação aos dois professores que responderam ao questionário, ambos consideraram que existe sim uma influência na escolha de suas referências por conta da formação acadêmica, além disso, eles enfatizaram a busca por contínuas leituras: “à medida que vamos adquirindo conhecimento, vamos agregando valor à nossa formação” (quest. M1) e “sempre busco referências bibliográficas atualizadas na área de Museologia e Patrimônio” (quest. M2). O professor com o mestrado em Ciência da

Informação, não respondeu ao questionário, inviabilizando dizer ao certo se ele considera que a sua formação influencia ou não em suas escolhas, embora se possa notar em seu plano de ensino citações a autores da Ciência da Informação.

4.4.4.1 Síntese da influência da formação acadêmica

Em suma, a partir da análise da formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado) dos professores das disciplinas teóricas específicas dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, chega-se a conclusão de que todos os três cursos, majoritariamente, com 85,1% são influenciados pela formação acadêmica do professor. Especificamente sobre cada curso, a influência da formação na Museologia corresponde a 90,9%, seguida da Arquivologia, com 84,6% e da Biblioteconomia, com 82,6%, conforme sintetiza o quadro abaixo:

Quadro 57: Análise da influência da formação acadêmica dos professores dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

Categoria das respostas	A	AB		ABM			B	BM		M	Total	%	
		A	B	A	B	M		B	M				
NÃO Motivos: Fundamentos da disciplina. Estudo permanente.		1				1	1	1			4	8,5	
Não = Arquivologia = 7,7% / Biblioteconomia = 8,7% / Museologia = 9,1%													
MUITO POUCO Motivos: Ausência de pós-graduação. Abertura a novas leituras. Base é a disciplina.		1			2						3	6,4	
Muito pouco = Arquivologia = 7,7% / Biblioteconomia = 8,7% / Museologia = 0%													
SIM Motivos: Relação da temática de pesquisa. Indissociabilidade da experiência acadêmica e profissional. Adota o viés da área de formação.		2	4	5	5	5	5	7	2	3	2	40	85,1
Sim = Arquivologia = 84,6% / Biblioteconomia = 82,6% / Museologia = 90,9%													
Total		2	11	18	8	6	2	47	100,0				
% de respostas por categoria		100	85,7	71,4	71	100	86	42	100	100	50%		

Quanto à formação acadêmica prevalece nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, a formação em Biblioteconomia. Nos cursos de Arquivologia os bibliotecários correspondem a 28%, e na Biblioteconomia, 83,3%, isto é, 30 bibliotecários, enquanto na Museologia apenas um professor tem a formação em

Biblioteconomia, o que equivale a 6,3%. Nos cursos de Museologia, predominam a formação específica, nove museólogos, 56,3%, seguida da formação em História, com 31,3%. Na Arquivologia a formação em História, no nível da graduação, também se apresenta entre as maiores frequências, representando, então, 20%, ao lado da formação específica em Arquivologia, o que corresponde a cinco historiadores e cinco arquivistas, conforme revela o quadro abaixo. A pós-graduação em Ciência da Informação, no nível do mestrado e doutorado, nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, apresentam-se entre as mais recorrentes, diferente da Museologia, que apenas um professor possui o mestrado em Ciência da Informação, prevalecendo os cursos de História (mestrado) e Sociologia (doutorado), a saber:

Quadro 58: Somatório da formação acadêmica dos cursos de Arquivologia

Freq. (%)	GRADUAÇÃO	Freq. (%)	MESTRADO	Freq. (%)	DOUTORADO
7 (28)	Biblioteconomia	4 (26,7)	Ciência da Informação	2 (20)	Ciência da Informação
5 (20)	Arquivologia	3 (20)	Educação	2 (20)	História
5 (20)	História	3 (20)	História	2 (20)	Educação

Quadro 59: Somatório da formação acadêmica dos cursos de Biblioteconomia

Freq. (%)	GRADUAÇÃO	Freq. (%)	MESTRADO	Freq. (%)	DOUTORADO
30 (83,3)	Biblioteconomia	22 (81,5)	Ciência da Informação	15 (71,4)	Ciência da Informação

Quadro 60: Somatório da formação acadêmica dos cursos de Museologia

Freq. (%)	GRADUAÇÃO	Freq. (%)	MESTRADO	Freq. (%)	DOUTORADO
9 (56,3)	Museologia	3 (25)	História	3 (37,5)	Sociologia
5 (31,3)	História	2 (16,7)	Ciências Sociais	2 (25)	História

Cabe ainda salientar que dos 17 professores do curso de Arquivologia, lembrando que, no caso da UFMG, pesquisou-se duas disciplinas, por isso, duas formações de ambos os professores, os resultados totais da formação acadêmica demonstraram uma frequência elevada de mestres, 16 professores, e 10 professores doutores. Nos cursos de Biblioteconomia, dos 32 professores pesquisados, 27 deles são mestres e 21 doutores. Nos cursos de Museologia dos 14 professores identificados, 12

são mestres e 8 são doutores. Em todos os três cursos de graduação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, os dados relativos ao grau de mestres são significativos, enquanto o número de doutores é menor. Isso pode estar relacionado com o fato dos cursos de Arquivologia e Museologia terem sido criados recentemente, levando a interpretação de que os professores ainda irão cursar o doutorado.

4.4.2 Influência acadêmico-institucional: proximidade e/ou afastamento entre os cursos de graduação

Após a análise de citações nos planos de ensino e das citações apontadas pelos professores como as mais relevantes, bem como a identificação e análise da formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado), adentrar-se-á, aqui, na terceira pergunta do questionário – Você considera a localização acadêmico-institucional do curso (escola, departamento) e/ou a proximidade com os cursos de graduação (Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia ou outros) influencia na escolha das referências de sua disciplina? Por quê?. Essa pergunta, tal como as anteriores ancoraram-se no pressuposto de que os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, permeados por relações de poder, sofrem, de alguma maneira, certa influência em razão da localização acadêmico-institucional, ou seja, localização dos cursos em escolas, departamentos, centros, institutos, faculdades diferentes, inclusive próximos e/ou afastados entre eles, e deles com a Ciência da Informação.

Para tanto, revela-se nesse momento as respostas dos professores dos cursos de Arquivologia da categoria A, os quais consideraram não haver esse tipo de influência nas escolhas das referências em seus planos de ensino, algo já esperado devido o afastamento desses cursos. Salienta-se que os dois cursos de Arquivologia dessa categoria encontram-se afastados dos cursos de Biblioteconomia e Museologia ou de outras áreas de conhecimento da Ciência da Informação, conforme ressaltou um dos professores. Este professor acrescentou ainda que “mesmo sendo áreas que tratam do fenômeno Informação, as perspectivas são diferentes e devem ser tratadas de maneira diferentes” (quest. A1). Para o outro professor, a influência determinante é aquela referente ao nível pessoal, “minha vivência com outras instituições de ensino superior, como, por exemplo, a Universidade Nacional de Córdoba” (quest. A2), e não da localização do curso onde o professor leciona.

Um professor da Arquivologia, da categoria AB, considerou que essa influência acadêmico-institucional existe e está relacionada no nível da colaboração entre os cursos. Para o único professor que considerou haver alguma influência, ele relata que:

Por serem áreas afins, sempre terá uma ou outra referência que estará influenciada com determinada ciência. Não será diferente no curso de Arquivologia da FURG, o qual se encontra vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação, incluindo a Biblioteconomia, Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, entre outros. Não que essas áreas irão influenciar diretamente Plano de Ensino, mas podem vir a colaborar no desenvolvimento da disciplina, por estarem próximas (quest. AB, A1).

No entanto, esse professor complementa que:

Como a sociedade tende a fazer confusão quanto a Biblioteconomia e Arquivologia, geralmente acham que são a mesma profissão ou que realizam as mesmas tarefas, prefiro trabalhar com autores e assuntos mais relacionados à Arquivologia, justamente para não haver dúvidas quanto ao curso que os alunos estão ingressando (quest. AB, A1).

Desse modo, as referências concentram-se no campo específico, contudo, o professor não deixa de usar outras referências mais próprias de outros campos, sobretudo da Ciência da Informação. Entretanto, todos os outros cinco professores de Arquivologia dessa categoria não consideraram esse tipo de influência. Para os outros professores a vinculação acadêmico-institucional parece independe da localização dos cursos, pois “a escolha está focada na área e na ementa” (quest. AB, A6), e, “o curso poderia estar localizado em qualquer outro centro/departamento/escola que as referências seriam as mesmas” (quest. AB, A2). Outro professor apontou que:

O nosso curso pertence ao Departamento de Arquivologia e na nossa Universidade [UFES] só temos os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia. O curso de Biblioteconomia compõe outro departamento. Não considero haver influência do curso de Biblioteconomia na escolha das referências embora eu tenha as duas formações em nível de graduação - Biblioteconomia (2004) e Arquivologia (2008) (quest. AB, A4).

Já o professor do curso de Biblioteconomia dessa categoria AB, e dessa universidade citada acima, considerou que há uma influência em razão do contato entre os alunos desse curso e os de Arquivologia:

Recebo na disciplina de Fundamentos alunos que terminaram o curso de Arquivologia, que trazem a experiência e o conhecimento adquirido nessa área afim, enriquecendo a aula e me influenciando a incluir na bibliografia textos que tratam da interdisciplinaridade entre as duas áreas e demais áreas que compõem a Ciência da Informação (quest. AB, B3).

De modo semelhante ao anterior, outro professor do curso de Biblioteconomia considerou ao contrário do professor de Arquivologia, que há uma influência e um diálogo intenso entre os cursos: “tanto que o nosso currículo prevê um ‘núcleo comum’ de disciplinas que são ministradas tanto para os alunos da Biblioteconomia, como da Arquivologia, em turmas mistas” (quest. AB, B4). Este professor disse ainda que “o propósito é aproximar os dois campos no que têm de similaridades e, ao mesmo tempo, ressaltar as especificidades de cada um” (quest. AB, B4). Em outra direção o professor do curso de Arquivologia, dessa categoria AB, afirmou que “minha escolha de referências tem como parâmetro o debate sobre os fundamentos teóricos da Arquivologia, considerando as principais correntes de pensamento arquivístico da atualidade” (quest. AB, A5).

Os outros três professores da Biblioteconomia, que responderam ao questionário, consideraram que não há essa influência, pois “a relação acontece quase que inteiramente a partir da minha formação” (quest. AB, B1), enquanto para os outros dois, as escolhas concentram-se nos autores e nos fundamentos da área, visto que:

Penso que o profissional bibliotecário, nesse caso, deva sair da graduação como o máximo de conhecimento e informações “focadas” na sua área de atuação (Biblioteconomia). Mas durante o decorrer da disciplina e, em algumas unidades, é claro que se aborda a interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade entre tais áreas, porém, considerando as particularidades técnico-científicas da Biblioteconomia (quest. AB, B2).

Retomando aos cursos de Arquivologia, esses quando localizados na categoria ABM, continuam apresentando menos respostas relativas a esse tipo de influência, posto que as respostas concentram-se em dizer que as escolhas baseiam-se no campo, ou nas escolhas pessoais dos professores. Conforme se pode perceber nas seguintes falas: “embora reconheça a interação entre os cursos/disciplinas, procuro textos de Arquivologia, que possam embasar a formação dos futuros arquivistas de maneira bem específica” (quest. ABM, A3), “acredito que a relativa autonomia do professor, com

base na sua formação, é que determina as referências bibliográficas de uma disciplina” (quest. ABM, A4), e, por fim, outro professor destacou que:

Uma de minhas grandes preocupações consiste em minimizar o que considero um exagero desta Escola ao tratar da Ciência da Informação e da própria Informação. Chamo a atenção de nossos alunos para o fato de trabalharmos em Arquivologia com documentos. A informação é parte do documento, mas não podemos prescindir do tratamento do documento nos arquivos (quest. ABM, A2).

Por outro lado, em uma direção menos conceitual e mais pedagógica, outro professor do curso de Arquivologia, dessa mesma escola, apontou que:

Afinal os alunos estão numa Escola de Ciência da Informação. É necessário apresentar a formação desse campo e suas relações com a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Também adoto vários textos de professores da ECI, pois é o momento certo, na minha forma de entender, para os alunos recém-chegados conhecerem a produção científica institucional. Isso, aliás, é pedagogicamente importante (quest. ABM, A1).

Exprime-se a partir dessas duas falas, de dois professores, que ministram aulas para o mesmo curso, Arquivologia, e na mesma escola, o embate entre eles. Na segunda fala percebe-se a preocupação em aproximar os alunos da literatura dos outros cursos, dado o contexto institucional que favorece essa situação, enquanto na primeira fala o que fica nítido é uma crítica desse contexto que tem aproximado em demasia a Arquivologia da informação e da Ciência da Informação. Nesses dois casos, o poder, figurado pelos discursos, e articulado nas microrelações sociais e locais, não está livre de posições políticas ou ideológicas. Contudo, o problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa, mas saber se é possível constituir uma nova política de verdade. De tal forma, que o poder correlacionado com o saber produz novos saberes e verdades, que se liga a uma determinada comunidade em um tempo e espaço específico, podendo os pares acolher um ou outro discurso como verdadeiros, a depender de seus interesses, atribuindo-lhes, assim, efeitos específicos de poder/verdade (FOUCAULT, 2005).

Retomando aos cursos de Biblioteconomia, diferentemente da categoria AB, os cursos de Biblioteconomia da categoria ABM, mostraram uma prevalência das respostas que consideram haver esse tipo de influência. Para os professores, essas influências

decorrem da necessidade de “contextualizar cada campo disciplinar e estabelecer os limites de cada um” (quest. ABM, B3), bem como, “à medida que se aproximam as áreas, mais facilmente são estabelecidas comparações de semelhanças e de diferenças” (quest. ABM, B1). Assim, para este professor “as discussões nas aulas ficam mais amplas, ricas e críticas, o que permite uma escolha mais consciente do aluno por uma das profissões” (quest. ABM, B1). Ademais, outro professor mostra que:

Além da localização acadêmico-institucional (Faculdade de Ciência da Informação), a disciplina partilha forte ligação com esta área, como se pode perceber no seu título [Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação] e ementa. Além disso, mais recentemente, as possibilidades de integração dos três cursos de graduação têm influenciado sobremaneira escolha das referências (quest. ABM, B7).

Essas respostas corroboram o pressuposto inicial de que os cursos quando localizados próximos uns dos outros são, de alguma maneira, influenciados e convocados a refletir sobre o outro. Dos seis professores dos cursos de Museologia dessa categoria ABM, quatro deles consideram que não existe esse tipo de influência. De modo incisivo, um professor apresenta que:

Não creio que a localização física ou geográfica influencie nas referências bibliográficas de uma disciplina. Por exemplo, a Escola de Medicina pode estar do lado da Escola de Física Atômica sem, no entanto, as referências bibliográficas das disciplinas de uma ou de outra estarem próximas e/ou influenciadas (quest. ABM, M4).

Nessa direção, outros dois professores apontaram que “minha preocupação é justamente buscar delinear para os alunos aquilo que é objeto exclusivo do campo disciplinar da Museologia, ou pelo menos, introduzi-los, nesse debate” (quest. ABM, M2), igualmente para outro professor “a minha escolha pessoal das referências para a disciplina Museologia tem por base os autores que vivenciaram experiências significativas e produziram conhecimento aprofundado sobre o assunto” (quest. ABM, M1). Por outro lado, um professor apontou que “de alguma forma há sim influência da localização acadêmico-institucional na escolha das referências. O próprio título da disciplina sugere isso [Introdução à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia]” (quest. ABM). Só que:

A disciplina não se desenvolve como uma introdução às três áreas, o que inviabilizaria um trabalho consistente em sala de aula. Optou-se por considerá-la como introdução à museologia, com uma abordagem pontual das conexões e intercessões entre os três campos (quest. ABM, M3).

Dessa maneira, a citação acima revela que a influência acadêmico-institucional não chega a ser efetivada, ficando, portanto, apenas no nível formal do currículo, que expressa uma integração desses campos ao conjugar no nome das disciplinas as três áreas, o que vai ao encontro da análise de citação dos planos de ensino dessa disciplina que converge para obras específicas da Museologia não envolvendo aqueles outros dois campos presentes no nome da disciplina. Todavia, existem duas respostas, que direcionam para o entendimento da existência da influência acadêmico-institucional. Na primeira resposta, essa influência ocorre porque a disciplina é comum aos três campos (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia), que é ministrada pelo mesmo professor formado em Biblioteconomia, e em andamento no curso de Museologia da UFRGS. Além disso, o professor acrescenta que, se pensa a Museologia como parte da Ciência da Informação, utilizando, para isso, como um dos referenciais teóricos o autor Rafael Capurro. Este autor “também trabalha com a interpretação da informação e esse é um papel que o museu cumpre, desde a documentação, pesquisa até a expografia” (quest. ABM, M6).

Para além da relação dos cursos de Museologia com os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, o professor da UFPA, apresenta que “não tenho uma intensa relação com o curso de Biblioteconomia e nem com os seus referenciais teóricos, e sim, com a Antropologia e obviamente com as Artes Plásticas e Visuais” (quest. ABM, M5), áreas que estão relacionadas com a sua formação e com o Instituto de Ciências da Arte, onde o curso está institucionalizado. Assim, para esse professor “ao selecionar as referências para o curso de Fundamentos da Museologia, sou muito mais influenciada pela Museologia (evidentemente) e pela Antropologia” (quest. ABM, M5), o que demonstra uma influência acadêmico-institucional desse curso com outros campos científicos.

No caso dos cursos de Biblioteconomia afastados dos cursos de Arquivologia e Museologia, cinco professores relataram que consideram haver uma influência acadêmico-institucional, enquanto apenas dois professores consideram que não há, e outro professor não respondeu. Essa influência fica latente quando o professor diz que:

O curso de Biblioteconomia, inserido numa Escola de Comunicações e Artes, faz muita diferença porque evidencia, desde o princípio, que se trata de uma Biblioteconomia ligada ao campo das Comunicações, e que a perspectiva prática, de atuação profissional, terá de considerar esse dado (quest. B8).

Ainda para os outros dois cursos, também localizados no estado de São Paulo, os quais estão afastados dos cursos de Arquivologia e Museologia, essa influência acadêmico-institucional pode ser sentida em razão:

Como somos uma Fundação com apenas três cursos de graduação (Biblioteconomia, Sociologia e Administração) e alguns de pós *lato sensu* nas mesmas áreas, é importante que haja integração dos conteúdos, para que base conceitual reflita os objetivos gerais da instituição referentes à formação dos discentes. As bibliografias e planos de ensino são discutidos por todos (quest. B1).

Aqui no estado de São Paulo, há uma demanda latente por profissionais formados em área de arquivologia e museologia. Mas os órgãos públicos e privados, de modo geral, ainda não alcançaram a compreensão de que se faz necessário investir na construção de cursos para fomentar futuros profissionais para atuarem nestes campos. Deste modo, resta ao curso de BCI, desenvolver atividades isoladas, como projetos de extensão, para dar conta e suprir minimamente a demanda de conteúdos sobre estes temas (quest. B7).

Além dessas três respostas, têm-se mais outras duas respostas que caminharam na direção da influência nos cursos por meio dos aspectos interdisciplinares, multidisciplinares, pluridisciplinares e transdisciplinares, os quais reverberam na produção conjunta do conhecimento, nos encontros acadêmicos, bem como propicia a estada de outros professores nos cursos de Biblioteconomia. Por fim, outras duas respostas consideraram que não há nenhuma influência, pois “a disciplina em questão é única na faculdade e, portanto, não recebe influência de outros cursos” (quest. B2), e “entendo que não haja uma relação determinante entre a localização acadêmico-institucional do curso com a graduação. Penso que o mais importante é a proximidade com a biblioteca do curso e o acompanhamento do professor da literatura” (quest. B6).

Os cursos de Biblioteconomia, da categoria BM, estão localizados em faculdades e centros diferentes dos cursos de Museologia, desse modo, pode-se dizer que eles encontram-se afastados daqueles. E, que embora estejam parcialmente “isolados”, ao contrário dos cursos da categoria B, os professores dos cursos da categoria BM apresentaram duas respostas em que a influência acadêmico-institucional

é considerada inexistente ou fraca. Assim, para os dois professores: “não faço escolhas por território e sim por concepções teóricas” (quest. BM, B2), enquanto o outro disse que:

A interdisciplinaridade e a troca de informações devem ocorrer apesar da localização, e não determinada pela mesma. A interdisciplinaridade ocorre muito mais devido à erudição do docente, sua ampla visão da inserção de sua disciplina num contexto complexo, que a mera constituição departamental (quest. BM, B3).

Para o único professor do curso de Biblioteconomia dessa categoria, que considerou a influência acadêmico-institucional o mesmo apresenta que ela decorre não “pela proximidade apenas de departamento ou faculdade, mas de profissionais que estando juntos trocam informações e compartilham conhecimentos” (quest. BM, B1). Desse mesmo modo, os três professores de Museologia, dessa categoria BM, consideraram que influencia, para um deles: “não digo que influencie totalmente, mas dá a sua contribuição e auxilia na ampliação de horizontes” (quest. BM, M3). Em relação à escolha das referências para a composição do plano de ensino, as quais são centralmente voltadas para o campo da Museologia, esse professor diz que:

Procuro deter-me nos conceitos que são vinculados a Museologia, mas a interface proporcionada pelo diálogo com as outras áreas nos permitem sim, ter uma visão melhor das abordagens que podemos trazer para a sala de aula (quest. BM, M3).

Sob esse olhar de troca de conhecimento e experiência entre os campos, outro professor diz que: “quanto à influência dos outros cursos de graduação, penso que eles contribuem para a escolha das referências das disciplinas, principalmente se levamos em conta a questão da interdisciplinaridade” (quest. BM, M1). Por fim, o terceiro professor dessa categoria enfatiza que:

Certamente. Um curso de museologia abrigado num Departamento que também é de Antropologia (ou seja, criado por antropólogos) acaba sendo marcado por essa pertença. Tanto que a ênfase do Curso é em Museologia Social. Isso não significa, de nossa parte, uma adesão a esta tendência, mas que a mesma deve ser levada criticamente em consideração (quest. BM, M2).

Para tanto, o professor desse curso, localizado na UFPE, cita em seu plano de ensino autores que extrapolam o campo da Museologia, sendo a disciplina ministrada

por ele a que mais apresenta outras referências, isto é, referências para além do campo específico, como, por exemplo, obras do autor Michel Foucault. E, finalmente, ao analisar as respostas dos outros dois professores, que responderam aos questionários relacionados ao curso de Museologia da categoria M, conclui-se que, para ambos não se pode dizer em influência acadêmico-institucional, pois “o que me influencia na escolha das referências é a relação conhecimento/valor agregado” (quest. M1) e, de forma sucinta, outro professor diz apenas que “na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) não possuímos os Cursos de Graduação em Arquivologia e Biblioteconomia” (quest. M2), levando, a ideia de que não há influência acadêmico-institucional desse curso de Museologia com aqueles outros dois cursos (Arquivologia e Biblioteconomia). Por fim, ressalta-se que, embora esse curso esteja localizado institucionalmente no Centro de Artes, Humanidades e Letras, e próximos de outros cursos como, por exemplo, os de Arte Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, História, Serviço Social e Tecnologia e Gestão Pública, tal professor não mencionou haver influência de nenhum desses cursos sobre o curso de Museologia da UFRB.

4.4.2.1 Síntese da influência acadêmico-institucional

A partir das respostas acima se pode concluir que os cursos de Biblioteconomia foram os que mais tiveram respostas a favor da percepção da influência acadêmico-institucional, representando, assim, 47,8%, seguido dos cursos de Museologia, com 36,4%, e dos cursos de Arquivologia, com 15,4%. Portanto, os cursos de Arquivologia foram os que menos consideraram a existência da influência acadêmico-institucional, totalizando 76,9%. Os cursos de Museologia também apresentaram uma expressiva porcentagem, com 54,5% para a variável não influencia, e 9,1% para a variável influencia muito pouco. Conforme já visto, para os professores desses cursos, o determinante na escolha das referências é o próprio campo e a escolha pessoal. Por fim, pode-se dizer que as referências sugeridas nos planos de ensino dos cursos das disciplinas teóricas específicas dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia são mais influenciadas pela formação acadêmica do professor, que teve 85,1%, do que em virtude da localização acadêmico-institucional, que obteve 36,2%, conforme se pode visualizar abaixo:

Quadro 61: Análise da influência acadêmico-institucional entre os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

Categoria das respostas	A	AB		ABM			B	BM		M	Total	%
		A	B	A	B	M		B	M			
NÃO Motivos: Figura do professor. O foco é a disciplina. Não há proximidade entre os cursos.	2	5	3	3	3	4	2	2		2	26	55,3
Não = Arquivologia = 76,9% / Biblioteconomia = 43,5% / Museologia = 54,5%												
MUITO POUCO Motivos: A influência liga-se ao plano da colaboração e/ou ampliação dos horizontes		1							1	1	3	6,4
Muito Pouco = Arquivologia = 7,7% / Biblioteconomia = 4,3% / Museologia = 9,1%												
SIM Motivos: Estrutura (currículo, localização do curso e eventos). Relação com os alunos, professores e/ou mercado.			2	2	4	2	5			2	17	36,2
Sim = Arquivologia = 15,4% / Biblioteconomia = 47,8% / Museologia = 36,4%												
SEM RESPOSTA							1				1	2,1
Total	2	11		18			8	6		2	47	100,0
% de respostas por categoria	100	85,7	71,4	71	100	86	42	100	100	50%		

4.4.3 Influência acadêmico-institucional: proximidade e/ou afastamento entre os cursos de graduação com os de pós-graduação

Na direção do questionamento anterior, em busca da influência acadêmico-institucional, perguntou-se aos professores das disciplinas teóricas específicas: Você considera que a proximidade institucional com cursos de pós-graduação influencia nas escolhas das referências de sua disciplina? Por quê?. Assim, o foco dessa pergunta, deslocou-se do entendimento das relações entre os cursos de graduação, para concentrar-se na relação entre os cursos com os de pós-graduação. Conforme se pode notar, não se delimitou a pergunta à pós-graduação em Ciência da Informação, deixando de modo mais amplo, justamente, para analisar outras áreas de influência.

Novamente para os dois professores dos cursos de Arquivologia, da categoria A, que responderam ao questionário, ambos disseram que a pós-graduação não influencia na escolha das referências. Pois “não é por proximidade que se tem uma possível influência, mas pela realidade institucional, seja próxima ou não” (quest. A2), e neste caso, este curso de Arquivologia, vinculado ao Departamento de Documentação,

encontra-se apartado de programas de pós-graduação em Ciência da Informação, embora próximo de outros cursos de pós-graduação, os quais estão vinculados ao Centro de Ciências Sociais e Humanas. Para o outro professor dessa categoria, cujo curso também se encontra afastado do programa de pós-graduação em Ciência da Informação, e próximo do Mestrado em Relações Internacionais, o objetivo durante a escolha das referências é justamente:

Dar uma visão mais global, levando em consideração que uma pequena parte dos alunos tem intenções em fazer mestrado ou pós-graduação. Penso que, sendo uma disciplina inicial a preocupação deve ser dar ao aluno uma visão do campo da Arquivologia no seu amplo aspecto e com o desenrolar do curso pode vir a despertar este interesse (quest. A1).

De modo semelhante, para outros dois professores do curso de Arquivologia, da categoria AB, ambos consideraram que não há essa influência, no primeiro caso, porque “a escolha está focada na área e na ementa” (quest. AB, A6), sendo que, este curso da UFPB encontra-se próximo da pós-graduação em Ciência da Informação, enquanto no segundo caso, na UFES não se considera essa influencia, pois “não temos curso de pós-graduação na área das Ciências da Informação no Centro ao qual o nosso curso está atrelado” (quest. AB, A4). Já para outro professor:

Na Universidade Federal do Amazonas não temos cursos de pós-graduação na área, no entanto, acredito que poderia influenciar se fosse o caso, devido a uma possível necessidade de preparar os estudantes para a pós-graduação (quest. AB, A3).

Os demais professores do curso de Arquivologia, da categoria AB, consideraram a influência da pós-graduação com bons olhos, pois “acredito que possa sim influenciar de uma maneira positiva, ou seja, enriquecendo o conteúdo do Plano de Ensino através de outras referências, daquelas que não fazem parte da Arquivologia” (quest. AB, A1), “a pós-graduação envolve discussão sobre objeto, conceitos e métodos de uma área de conhecimento e neste sentido a disciplina de Fundamentos Arquivísticos tem que fornecer essa base teórica e metodológica” (quest. AB, A5). O quarto professor, vinculado também à pós-graduação em Ciência da Informação, considerou que essa influência decorre principalmente se o professor da disciplina na graduação atuar na

pós-graduação, demonstrando que a influência parece independer da localização do curso e/ou proximidade entre eles, estando mais vinculada a postura do professor.

Os professores de Biblioteconomia, da categoria AB, consideraram em sua maioria, assim como os professores dos cursos de Arquivologia, que a pós-graduação influencia as escolhas das referências para a composição do plano de ensino. E, apenas, um professor considerou que não influencia, todavia, ele não apresentou os motivos, podendo inferir apenas o afastamento acadêmico-institucional do curso com o programa de pós-graduação em Ciência da Informação, mesma instituição do professor de Arquivologia da UFAM. Os outros professores, que responderam ao questionário, apresentaram que: “considero que a pós-graduação sempre oxigena a graduação. É claro que a literatura discutida/analísada na pós-graduação vai alimentar também a graduação” (quest. AB, B4); em outro curso próximo a pós-graduação em Ciência da Informação, o professor salientou que “No mestrado existe uma maior preocupação com as atividades acadêmicas dos autores e o texto (texto estudado), essa concepção foi utilizada na elaboração das referências” (quest. AB, B5). E em outro curso de Biblioteconomia, o professor relatou que:

Ainda não temos pós-graduação na área de Ciência da Informação, e poucos professores são pós-graduados nessa área, mas o contato com os cursos de pós-graduação oferecidos por outras áreas agregam valor as disciplinas e podem sim influenciar nas escolhas das referências (quest. AB, B3).

Por outro lado, os cursos de Arquivologia quando inseridos na categoria ABM, foram os que mais tiveram respostas em que os professores consideraram não haver uma influência da pós-graduação. Os motivos são diversos, para uns o foco é a disciplina, “procuro textos de Arquivologia, que possam embasar a formação dos futuros arquivistas de maneira bem específica” (quest. ABM, A3), para os outros dois professores, a negatividade está no plano pessoal, isto é, no fato deles não estarem vinculados aos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, que são ofertados nas instituições que estão vinculados. Apenas um professor considerou que influencia pouco, “pois são estudos avançados e que implicam um prévio conhecimento por parte dos alunos, e no meu programa de curso não há referências às teses e dissertações” (quest. ABM, A1). Já para o único professor que considerou haver essa influência da pós-graduação, ele diz que “nós formamos muitos dos novos professores e

eles acabam se valendo de algo que já tem familiaridade. É sempre mais difícil ensinar e refletir acerca do que é para nós estranho” (quest. ABM, A5).

Em relação aos cursos de Biblioteconomia, ao contrário dos cursos de Arquivologia, dessa categoria ABM, a maioria dos professores, os quais estão vinculados aos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, considerou haver influência da pós-graduação, com exceção de um professor que apontou que essa influência ocorre mais pela posição do professor do que da localização institucional do curso, a saber:

Acho que existe uma tendência excessiva de proximidade com a Ciência da Informação, e no caso da disciplina que ministro, especialmente por lidar com alunos que recém ingressaram no curso, acho desnecessário. Mas provavelmente isso tem mais a ver com a própria bagagem dos professores (egressos da CI) do que pelo relacionamento institucional (quest. ABM, B5).

Dentre as respostas, que consideraram essa influência, as mais significativas são: “algumas bibliografias adotadas na pós-graduação são também adotadas na graduação o que tem propiciado o aprimoramento nas abordagens das temáticas do plano de ensino” (quest. ABM, B3); “Porque na pós-graduação ficamos em contato com bons referenciais teóricos, boas reflexões de pesquisas que às vezes recolocam temas que estamos lecionando” (quest. ABM, B2). Nesses casos, salienta-se que os cursos estão localizados próximos dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. As duas outras falas mostram essa relação entre os cursos de graduação e a pós-graduação:

No campo biblioteconômico-informacional, considero que sim, há uma permanente troca de influências entre graduação e pós-graduação deste à constituição dos programas de pós-graduação em Biblioteconomia, nos anos 1930, passando pelo desenvolvimento dos cursos de Ciência da Informação, a partir de meados do século passado (quest. ABM, B6).

Embora eu não considere que a ciência da informação (nosso programa de pós-graduação) seja uma área guarda-chuva, compreendo que esta área oferece condições férteis para a articulação da dimensão informacional presente na biblioteconomia, arquivologia e museologia. Por esta razão, também, a proximidade com o programa de pós-graduação influencia diretamente a escolha das referências da disciplina (quest. ABM, B4).

Não distante dessa proximidade com a pós-graduação, os professores dos cursos de Museologia, da categoria ABM, apontaram em sua maioria, a existência da influência entre os cursos com os programas de pós-graduação. Apenas um professor considerou que, embora haja uma proximidade institucional do curso de graduação com a Ciência da Informação, os temas mais próprios da Museologia, ainda não são contemplados nas pesquisas, e que “seria muito salutar que a pós-graduação em Ciência da Informação, estivesse mais próxima da museologia” (quest. ABM, M2). Os demais professores consideraram que há esse tipo de influência entre o curso e a pós-graduação, porque “A aproximação com as pós-graduações nos ajuda a conhecer novos autores, novas discussões, que na minha análise contribui para reformular as referências bibliográficas do meu plano de ensino” (quest. ABM, M5). Além disso,

As proximidades facilitam contatos acadêmicos, o ambiente de estudos fica enriquecido com a possibilidade de diálogos mais frequentes, a formação de bibliotecas mais adequadas aos temas de estudo, tudo isso gera um cenário de excelência e de maior facilidade ao aprendizado; portanto, de certa forma pode influenciar nas escolhas das referências (quest. ABM, M1).

Se a proximidade institucional for além das formalidades dos papéis e se as áreas forem afins, sim. Ou seja, se os professores e estudantes da pós-graduação dos cursos afins estiverem presentes em eventos com professores e estudantes da graduação (e vice-versa) sim, haverá influência. Porque entre um debate e outro entre essas pessoas há uma grande probabilidade das referências bibliográficas serem proferidas, indicadas e avaliadas (quest. ABM, M4).

Dos oito professores dos cursos de Biblioteconomia, da categoria B, seis deles consideraram que a pós-graduação influencia nas escolhas de suas referências, o que traz certos benefícios como: “o universo de leituras é muito mais amplo no contexto da pós-graduação e o contato com esses cursos possibilita esse conhecimento” (quest. B3), “há sempre uma troca de informações/conhecimentos com outros cursos e um olhar crítico em relação com a bibliografia utilizada” (quest. B4), e também,

Porque favorece a criação de grupos de pesquisas interdisciplinares que tem como resultado uma rica e diversificada produção científica com base na diversidade da literatura. Isto com certeza têm reflexos fortíssimos na escolha das bibliografias das disciplinas dos professores (quest. B5).

Por outro lado, dois professores do curso de Biblioteconomia dessa categoria consideraram não haver essa influência, para eles além do afastamento dos cursos com o programa de pós-graduação em Ciência da Informação, o determinante vincula-se a escolha pessoal dos professores. Enquanto que, para os professores dos cursos de Biblioteconomia, da categoria BM, um deles considerou que a influência não ocorre apenas por conta da proximidade do departamento ou faculdade, mas pela relação entre os professores, que estando juntos trocam informações e conhecimentos. Para os outros dois professores a influência não ocorre de modo algum, pois, assim como, na pergunta anterior, o professor apresentou que “não faço escolhas por território e sim por concepções teóricas” (quest. BM, B2). E, outro professor apontou que:

O que determina a minha escolha nas referências da disciplina que ministro, ou mesmo foi determinante na reforma curricular que recentemente liderei no Núcleo de Ciência da Informação, onde exerci a implantação e coordenação inicial do curso, foi o meu nível de leitura e pesquisa pessoal (quest. BM, B3).

Em relação aos cursos de Museologia dessa categoria BM, dois professores apontaram que influencia, enquanto um professor disse que não, já que ele dedica-se integralmente ao curso de graduação. As outras duas respostas consideraram que “é importante pensarmos que estamos preparando nossos alunos para que eles optem por investir na sua carreira acadêmica ingressando nos cursos de pós-graduação” (quest. BM, M1), e que, “quanto mais contatos com outras áreas/instituições possuem o seu valor, são suportes oferecidos e conseqüentemente ampliação de conteúdo e condição de trazer para a sala de aula referências e discussões atualizadas” (quest. BM, M3).

Já os cursos de Museologia, da categoria M, ambos os professores consideraram que a localização acadêmico-institucional dos cursos com a pós-graduação não influencia. Para esses dois professores dos cursos de Museologia, “procuro escolher referências que tenham relação com as Ciências Sociais Aplicadas de maneira geral independente de cursos de pós-graduação” (quest. M1), e o outro professor apontou que “não, pois o único Curso de Pós-Graduação que temos no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) é o de Ciências Sociais” (quest. M2). Dessa forma, é possível perceber que a pós-graduação não influencia nas escolhas dos professores desses cursos de Museologia, mas que, de modo geral, a pós-graduação influencia, visto

que pelo menos um professor do curso de Museologia da categoria BM e ABM consideraram que sim.

4.4.3.1 Síntese da influência acadêmico-institucional

A questão da influência da pós-graduação nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia quando somados representaram que, mais da metade deles, isto é, 59,6% sentem a influência dessa relação entre curso de graduação e de pós-graduação. Destaca-se que, dentre aqueles cursos, o de Biblioteconomia foi o que mais destacou essa influência, 73,9%, seguido da Museologia, com 54,5%, e da Arquivologia, com 38,5%. Assim, este campo da Arquivologia, quando comparado com o de Biblioteconomia e Museologia, representa o campo científico que teve maior registro de uma não influência da pós-graduação, 53,8%, conforme mostra o quadro abaixo. Considera-se que essa significativa porcentagem de não influência dos cursos de Arquivologia, e dos cursos de Museologia, 45,5%, possa estar relacionada com a criação recente dos cursos, por isso, ainda uma incipiente interação entre as graduações e as pós-graduações.

Quadro 62: Análise da influência da pós-graduação nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

Categoria das respostas	A	AB		ABM			B	BM		M	Total	%
		A	B	A	B	M		B	M			
NÃO Motivos: O foco é a disciplina. Afastamento da pós. A influência advém do professor.	2	2	1	3	1	2	2	2	1	2	18	38,3
Não = Arquivologia = 53,8% / Biblioteconomia = 26,1% / Museologia = 45,5%												
MUITO POUCO Motivos: Caso o professor ministre na pós. Níveis dos textos diferentes				1							1	2,1
Muito Pouco = Arquivologia = 7,7% / Biblioteconomia = 0% / Museologia = 0%												
SIM Motivos: Enriquecimento do plano de ensino. Contato mais fácil entre os cursos. Interesses comuns entre os cursos.		4	4	1	6	4	6	1	2		28	59,6
Sim = Arquivologia = 38,5% / Biblioteconomia = 73,9% / Museologia = 54,5%												
Total	2	11		18			8	6		2	47	100,0
% de respostas por categoria	100	85,7	71,4	71	100	86	42	100	100	50%		

4.4.4 Relações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na visão dos professores

A última pergunta do questionário – Qual a sua percepção sobre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia? Você acredita que existam relações entre elas? Quais? – obteve respostas variadas, o que levou a um distanciamento de um único ponto de reflexão entre elas. Para os professores as relações entre esses campos científicos ocorrem de maneiras e com finalidades diversas. Dos 47 questionários respondidos, apenas um professor referente à categoria ABM, do curso de Biblioteconomia, não considerou haver relações entre os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, conforme se pode notar: “no momento não vejo muitas relações entre elas, são de natureza diferentes. A comunidade científica de cada área tem o seu *ethos* (crenças, valores, ética etc)” (quest. ABM, B2). As demais respostas apontaram para algum tipo de relação entre os campos, e foram concentradas em nove categorias distintas, as quais foram criadas a partir da leitura da revisão de literatura e das respostas dos próprios professores. A categoria “Sem explicação” foi assim denominada porque embora três professores defendessem que existem relações entre os campos, eles não explicaram quais são elas.

Dentre essas categorias, a que obteve maior concentração de respostas foi “Processos de trabalho”, com quatorze respostas. Essa categoria diz respeito às atividades desenvolvidas nos arquivos, bibliotecas e museus, tendo como foco os processos de tratamento, organização, representação, recuperação, preservação, acesso e difusão da informação. Assim, grande parte dos professores considerou que as relações entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia desenvolvem-se a partir dessas práticas, conforme se pode perceber em algumas falas, aqui, expostas:

A minha percepção a respeito das três áreas é que elas, apesar de terem um objeto de estudo em comum, a informação, são independentes. As relações existentes entre as três áreas situam-se no tratamento e disponibilização da informação que atenderão ao usuário e no trabalho de cada um dos profissionais, que apesar das controvérsias existentes entre os estudiosos são bem delineados e não se confundem (quest. AB, A2).

Há no meu entender uma clara relação entre as três áreas, apesar de cada um ter objetos diferentes que demarcam as suas fronteiras de atuação. Entretanto, todas trabalham com o mesmo fim, o processo de tratamento, recuperação, disseminação e preservação da informação (quest. B6).

Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, para mim, são ciências afins. Todas têm em comum uma tradição milenar, suas funções se relacionam com a preservação e a organização do acervo com o objetivo de torná-lo disponível para pesquisa, o que é de fundamental importância para a produção de conhecimentos (quest. BM, M1).

Essas respostas vão ao encontro das ideias Homulus (1990), que defende a proximidade das instituições arquivos, bibliotecas e museus por meio de algumas dessas atividades comuns como coletar e salvaguardar parte da cultura, gerenciar coleções e fornecer acesso a elas, o que conduz, assim, a uma aproximação entre as “instituições coletoras”, e a formação da imagem de um espectro, ou contínuo, onde as bibliotecas e os museus se situam na extremidade e os arquivos na posição intermediária dessa imagem. Para o autor, a imagem desse espectro não configura uma rigidez nas posições dessas instituições, visto que os arquivos podem aproximar de qualquer uma das extremidades, assim como as bibliotecas e os museus podem se sentir mais à vontade na outra ponta do espectro.

Além disso, tais instituições compartilham também problemas comuns como armazenagem, conservação, programação pública e gestão de coleções. Todavia, para Homulus (1990), tais problemas superarão cada vez mais as suas diferenças como: natureza das coleções, conteúdo das informações, automação e o público a que servem, pois apesar das diferenças de aplicação e de técnicas de gerenciamento de informações, muitos dos princípios e soluções serão cada vez mais comuns a essas instituições. Tendo em vista essa superação de fronteiras, o autor encoraja a busca de soluções de forma aberta e cooperativa entre os órgãos representativos de cada instituição, a *International Federation of Library Associations and institutions* (IFLA), o *International Council of Museums* (ICOM) e o *International Council of Archives* (ICA) a fim de que possam realizar melhores ligações e beneficiar a todos (HOMULUS, 1990).

A segunda categoria que obteve mais respostas foi “Conceito de informação e/ou campo da informação”, com onze respostas, em que se teve a citação explícita do objeto de estudo como sendo a informação: “minha percepção sobre cada área compreende a informação como objeto de estudo de todas elas, diferenciando-se pelas teorias e aplicações técnicas pertinentes a cada suporte documental tomado por base em cada área” (quest. AB, B2). Essa proximidade por meio da informação ocorre também nas seguintes citações:

A relação acontece a partir da Ciência (singular mesmo) da Informação. As vejo como áreas de atuação (profissões) dessa ciência. Há uma particularidade do “documento” nessas áreas de atuação, mas uma similaridade que surge no conceito de informação: registro, algo palpável, coisa, estruturas significantes (quest. AB, B1).

Elas estão ligadas pelo viés da informação como base mais forte em todas, e sob um guarda-chuva denominado Ciências da Informação (no plural), que inclui, também, a Ciência da Informação e a Gestão da Informação. A abordagem conceitual de organização de documentos, os mais diversos suportes de informação e seus conteúdos, e os mais diversos artefatos e seus conteúdos, são comuns nas três disciplinas que podem se desenvolver a partir desse núcleo comum (quest. B5).

Acredito que as três disciplinas comungam espaços no campo da informação, com relações de parceria, cooperação e, por vezes, conflitos perpassados por questões teóricas, epistemológicas, políticas e institucionais. Todavia, há que se destacar que essas relações não comprometem a busca por autonomia de cada uma dessas disciplinas: muito pelo contrário, os seus diálogos reforçam as suas identidades (quest. ABM, A2).

Essas citações demonstram a complexidade e multiplicidade de interpretações que o conceito de informação fornece para a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Essas respostas estabelecem uma estreita relação com a visão de Silva (2002, 2006) e Ribeiro (2004) posto que eles consideram a informação objeto de estudo da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. A segunda e terceira falas explicitam o compartilhamento da visão daqueles autores, de uma Ciência da Informação transdisciplinar formada a partir das práticas desenvolvidas por aquelas disciplinas práticas. A última resposta, embora faça referência ao campo da informação, dialoga mais de perto com a visão de Araújo (2011a). Para este autor, a interdisciplinaridade, característica crucial da Ciência da Informação, é vista como uma forma de potencializar a integração e o desenvolvimento científico da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia dentro do escopo da Ciência da Informação, sem que haja perda das especificidades de cada uma. Além desse aspecto interdisciplinar, o conceito de informação configura-se como outro elemento capaz de integrar as três áreas, pois a informação perpassa todo o processo arquivístico, biblioteconômico e museológico. Ademais, a amplitude do conceito de informação possibilita a diluição das

rígidas fronteiras disciplinares, em benefício de reflexões teóricas e aplicações práticas mais ricas (ARAÚJO, 2011a).

A terceira categoria mais citada, com oito respostas corresponde a “Instituições: Arquivos, Bibliotecas e Museus”. Nessa categoria as instituições são qualificadas como “aparelhos culturais”, “mediadoras da informação”, em que “trabalham com acervos significativos do patrimônio histórico e cultural de uma dada sociedade, cada uma com sua metodologia e suas práticas” (quest. ABM, M1). Outras características também são atribuídas às instituições como:

Arquivos, bibliotecas e museus não são recursos meramente informativos, mas, sim, educativos e formativos, tendo, em essência, o sentido de ensinar e transmitir o conhecimento que lhe foi legado pela humanidade, a título de custódia. Arquivos, bibliotecas e museus, a partir do Iluminismo e com base em seus ideais, assumiram a responsabilidade de órgãos difusores e mediadores do conhecimento, objetivando, com isso, a democratização do saber e a inserção social, mediante a igualdade de oportunidades de acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade (quest. ABM, B1).

É claro que existem relações entre elas. Aliás, as instituições que antecedem essas disciplinas – Arquivos, Bibliotecas e Museus nascem imbricadas, mantém características em comum e tem muito a ganhar se pensadas como instituições que devem manter um diálogo permanente. No campo acadêmico, sem prejuízo para as interseções e interdisciplinaridade, cada uma das disciplinas mantém fronteiras específicas de saberes. Penso mesmo que como disciplinas de formação mais recente esse é um movimento natural de construção de requisitos acadêmicos próprios (quest. ABM, M2).

A quarta categoria que concentrou mais respostas sobre as relações entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, ocorreu por meio da figura do usuário, que apareceu em quatro respostas, sendo todas elas advindas de professores do curso de Arquivologia. Dentre essas respostas, destacam-se duas delas:

Penso que há relação entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia principalmente no que concerne ao usuário/cliente que necessita receber o produto do trabalho do profissional (guias, inventários, fontes, bases de dados etc) - seja ele arquivista, bibliotecário ou museólogo - para acessar informação (quest. AB, B4).

A minha “percepção sobre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia” é que são saberes em torno de ocupações especializadas que, no caso brasileiro, possui uma trajetória de institucionalização acadêmico-científica, isso na medida em que foram acolhidas no ambiente universitário, possuem instrumentos de comunicação

científica, configurando comunidades específicas de especialistas. Eu acredito sim “que existam relações entre elas”. Essas áreas estão próximas quando pensamos nos problemas que buscam dar conta para a mediação entre usuários e acervos (quest. ABM, A3).

Para Smit (2000) outro enfoque para além da informação registrada, estocada e considerada útil para um indivíduo, grupo de pessoas ou instituição, que aproxima a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, ou como são denominadas de “3 Marias”, ocorre pela via do usuário, visto que ele necessita de uma informação, e não de uma informação delimitada, segundo o tipo de instituição que lhe fornece (documento de arquivo, documento de biblioteca ou documento de museu). Essa denominação simbólica das 3 Marias revela de forma didática que as três profissões irmãs da organização da informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, pertencem à mesma família, e que apesar de compartilharem objetivos próximos, técnicas semelhantes e as mesmas condições adversas, elas raramente unem esforços, ignorando-se umas às outras na maior parte das vezes (SMIT, 1993, 2000).

Ainda para essa autora, o ideal no processo de busca da informação é que o usuário, sujeito ativo, possa fazer uso de todas as variáveis informacionais para suprir suas necessidades de informação, recorrendo tanto a arquivos, bibliotecas ou museus. Assim, Smit (2000) acrescenta três razões fundamentais para que haja uma desvinculação entre o profissional e os espaços, a primeira delas resultaria no reconhecimento do profissional pelas suas competências, e não mais pelas suas atividades exercidas em delimitadas instituições; a segunda razão, pela possibilidade de atuação do profissional nos mais variados espaços, garantindo a ele e a sua profissão uma maior visibilidade social; e, por último, a desvinculação do conhecimento junto às instituições tornaria possível a construção de conhecimentos científicos comuns às três áreas, pois “o estatuto científico da área somente poderá ser confirmado quando for abandonada a visão pragmática das práticas profissionais e quando se dispuser de teorias e princípios gerais, comuns às 3 Marias” (SMIT, 2000, p. 34), que ocorreria, para essa autora, por meio do campo da informação.

Interessante perceber que a quinta categoria mais citada, que agrupa duas respostas, de dois professores do curso de Biblioteconomia, deu origem a categoria “Visão dicotômica”, a qual foi assim denominada em razão das respostas dos professores apresentarem ao mesmo tempo, um sim e um não. Conforme se pode notar:

Na teoria sim, na prática não. Arquivistas, bibliotecários e museólogos grosso modo não conversam entre si, não trocam experiências, não participam dos mesmos círculos de produção intelectual, ainda que estejam lidando com problemas bastante similares (quest. ABM, B5).

Por outro lado, o outro professor respondeu justamente o oposto:

Sim: considerando a prática profissional dos saberes em questão, existem inúmeras possibilidades de aproximação e identificação de relações. Alguns exemplos de objetos para uma reflexão epistemológica comum sobre o fazer profissional: “preservação”, “organização”, “memória”, “instituição”, “acesso” (quest. ABM, B6).

Assim, considerando a polaridade de sua resposta, esse professor acrescenta que:

Não: considerando a epistemologia, antes da prática profissional, como também a história destes saberes, existe uma clara cisão no processo de formação social de cada um, tomando objetos aparentemente semelhantes por vias muito diferentes. Podemos, por exemplo, perceber uma relação histórica e teórica muito mais clara entre Arquivologia e História, que entre a primeira e os outros dois saberes. Podemos perceber também uma relação mais objetiva entre Museologia e Belas Artes, antes de apontar para relação entre a primeira e Biblioteconomia e Arquivologia. Do mesmo modo, a Biblioteconomia segue um percurso difuso entre o século XIX e o XX, aproximando-se ora da Comunicação, ora da Administração, ora da Educação, dentre outros campos, e dedicando-se ao objeto “informação”, principalmente no contexto anglófono, a partir dos anos 1960 (quest. ABM, B6).

Para este professor “as respostas em sua polaridade identificam que traçar relações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia é tão possível quanto aproximar estes domínios de muitos outros no âmbito das ciências humanas e sociais” (quest. ABM, B6). A relação entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, para outros dois professores, que, igualmente, pode ser vista como a quinta categoria mais citada, dado o empate das respostas, ocorreu por meio da figura do documento, ou da própria disciplina conhecida como Documentação, que deu origem a categoria “Documentação”. Para um desses professores a relação entre os campos se deu por meio da história com a Documentação, enquanto para outro professor:

Particularmente, acredito que a Museologia, pelo seu caráter interdisciplinar dialoga com as diversas áreas do conhecimento, não apenas com a Arquivologia e Biblioteconomia. Contudo, no tocante especificamente a relação entre Museologia, Arquivologia e

Biblioteconomia acredito que as três, respeitando, as especificidades de cada uma se relacionam no tocante a documentação e gerenciamento de informações. Sendo que o objeto a ser musealizado pode ser qualquer coisa, não podemos restringir a nossa documentação apenas a objetos bi e tridimensionais (quest. ABM, M5).

O conceito de documento, elemento central dessa categoria, representa um forte ponto comum entre essas instituições e entre os campos, que são chamados de “instituições documentais” e “ciências documentais”, em que se tornam responsáveis pela transmissão da informação pela via do documento manifestado em diversos tipos de formatos e suportes (LÓPEZ YEPES, 2006). Segundo a corrente dos documentalistas, a ampliação do conceito de documento foi promovida, em 1934, pelo belga Paul Otlet, na obra *Traité de documentation*, em que considerou os documentos como sendo o livro, a revista, o jornal, a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha a música, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica. Ademais, ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos (Realia), que são amostras, espécimes, modelos, fac-símiles e, de maneira geral, tudo que tenha caráter representativo a três dimensões. Desse modo, arquivos, bibliotecas e museus, caracterizam-se por constituírem-se como meios especializados na transmissão ou difusão do documento com a finalidade imediata de caráter informativo.

Sob esse viés percebe-se, pois, as instituições distintas umas das outras, e, por conseguinte, das áreas que com elas se ocupam (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia). Mas há uma aproximação, sobretudo, pela via do documento, da informação contida nesse documento, e do processo informativo-documental realizado nas instituições documentais. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia vistas ainda sob o prisma das “ciências documentais” apresentam certas afinidades entre elas, mas também apresentam uma maneira particularizada sobre o entendimento de cada uma, conforme demonstram alguns autores. Para Hernández Hernández (2006) a Museologia é uma ciência social, que compreende o objeto museal como documento, pois o mesmo consiste em um meio de transmissão de informação e do conhecimento, assim como suporte para a construção da memória coletiva. Por sua vez, o objeto tratado como documento, portador da informação e da mensagem, contribui para o entendimento do museu como instituição capaz de exercer a comunicação por meio de seu sistema de documentação.

Para Rodríguez (2006) a Arquivologia “ciência dos arquivos” é compreendida através de um sentido totalizador, onde se encontram os documentos, processos teóricos

e práticos necessários para o cumprimento das funções dos arquivos. Estes têm como um de seus objetivos a difusão da informação, incluída, então, a Arquivologia dentro das ciências documentais que se ocupam dos documentos, do processo informativo-documental e, das instituições. A Biblioteconomia também vista como uma ciência documental inclui um conjunto organizado de documentos e sistemas de informação, integrando de vez as denominadas instituições documentais (ORERA ORERA, 2006). Assim, o conceito de documento presente na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia torna-se fulcral para a compreensão de que “há nitidamente um campo de interface substancial entre as três áreas” (CHAGAS, 1994, p. 42).

Salienta-se ainda que o conceito de documento, nos últimos vinte anos, vem constituindo em um novo centro de debates acerca do objeto da Ciência da Informação. Desse modo, o movimento nomeado de “neodocumentação” ou “redocumentalização” representa o deslocamento da informação como objeto de estudo daquela ciência para o documento, que constitui na “materialidade da informação” (FROHMANN, 2008), fornecendo, assim, insumos para os estudos das práticas sociais e públicas da informação, de suas consequências e efeitos, e de uma maior proximidade entre diversas áreas que lidam com o documento, de diferentes maneiras, como a História, a Arquivologia, a Museologia, a Biblioteconomia e a Documentação (LARA, 2010).

As outras categorias obtiveram uma resposta cada, dessa forma a categoria “Objeto de estudo e/ou trabalho”, foi assim denominada, em virtude, da ausência explícita de qual objeto o professor estava se referindo, como pode ser visto:

Acredito que são áreas que dividem o mesmo objeto com nuances diferenciadas e que devem respeitar-se mutuamente nos aspectos teórico-metodológicos de como lidam com os seus objetos. Penso que as áreas se fortalecem a partir do momento em que, percebendo as suas fronteiras consigam delimitar suas ações e constituam bases teóricas firmes para análise do seu objeto (quest. A1).

As questões referentes à guarda, custódia, manutenção do acervo nas instituições dos arquivos, bibliotecas e museus, podem ser vistos como algo presente e necessário para a realização de atividades posteriores, como os processos de trabalho e as ações de construção da memória por meio dos acervos custodiados, como relatou um único professor, que teve sua resposta classificada dentro da categoria “Memória”, a saber:

Cada uma na sua perspectiva contém fenômenos que são consequência da ação humana - que podem estar em diferentes ambientes e com custódias também diferentes, mas que na essência contém condutas, valores, crenças da humanidade. Na cultura, sobretudo a ocidental está muito evidente o elo entre memória humana, a memória histórica e as construções simbólicas de cada período (quest. BM, B2).

Assim, a partir desse aspecto central do conceito de memória, os arquivos, as bibliotecas e os museus são denominados de diferentes maneiras, tais como “lugares de memória” (NORA, 1993), “instituições-memória” (LE GOFF, 1984) e “instituições de memória cultural” (NAMER, 1987). Para Thiesen (2009) a memória é também vista como elemento comum que se reproduz e se ancora nos arquivos, bibliotecas e museus, tornando-se primordial ao funcionamento dessas instituições. Ademais, a seletividade das escolhas vinculadas às coleções, fundos e acervos, revela que os documentos armazenados nessas instituições constituem elementos da memória coletiva e da história (THIESEN, 2009). Essa estreita relação da memória com o documento, e por sua vez, com a informação direciona as “instituições-memória” por meio da teoria da informação a uma proximidade com a Ciência da Informação, que, segundo a autora, certamente, ampliará o escopo de pesquisas das disciplinas Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia (THIESEN, 2009).

Ademais, para Dodebei (1997) os arquivos, as bibliotecas e os museus, dedicam-se à preservação e à disseminação das memórias, porque trabalham com traços e vestígios sociais, quer sejam produtos da literatura, da administração política e social, ou da produção de bens artísticos e culturais (DODEBEI, 1997). Apesar da manutenção da singularidade de cada uma, representada pela necessidade de formar um conceito específico para cada instituição, a proximidade entre elas reside no trabalho com os mesmos objetos da memória social e que, de certo modo, fazem uso dos mesmos princípios da interação semiótica e da economia de símbolos na transmissão da mensagem (DODEBEI, 1997). Assim, as “instituições de memória”, podem ser vistos como lugares políticos, onde a memória – uma espécie de agenciamento social formado por diversos enunciados e discursos visíveis ou não, acionam as relações de poder e de força presentes nessas instituições, inclusive nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, que juntos se complementam e formam aspectos da cultura de uma nação (MURGUIA, 2010a).

4.4.4.1 Síntese das relações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

É possível perceber uma miríade de interpretações acerca das relações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Dos 47 questionários respondidos apenas um professor, o que corresponde a 2,1%, não considerou haver nenhuma relação entre esses campos. As outras 46 respostas identificaram algum tipo de relação entre os campos científicos, o que totalizou 97,9%. As respostas dos professores se dispersaram em vários elementos, desde a instituição (nível mais concreto), passando pelos elementos da memória e dos usuários, até o conceito de informação (nível mais abstrato). A categoria “processos de trabalhos” foi a que obteve a maior concentração de respostas, demonstrando um enlace pelo menos no nível empírico, das práticas exercidas nos arquivos, bibliotecas e museus, tal qual se pode notar no quadro abaixo. Quando somados essa primeira categoria mais citada com a terceira mais citada, “Instituições: arquivos, bibliotecas e museus”, o resultado chega a 46,8% das respostas, ou seja, quase a metade, o que conduz ao entendimento de que as relações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia ocorre em decorrência da proximidade entre as atividades ou da *práxis* desempenhadas nessas instituições como: tratamento, organização, representação, recuperação, preservação, acesso e difusão da informação.

Quadro 63: Relações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na visão dos professores

Categoria das respostas	A	AB		ABM			B	BM		M	Total	%
		A	B	A	B	M		B	M			
Processos de trabalho		4			1	1	5		2	1	14	29,8
Conceito de informação e/ou campo da informação			4	2	1	1	1	2			11	23,4
Instituições: arquivos, bibliotecas e museus			1	1	2	3	1				8	17,0
Usuário		2		2							4	8,5
Sem explicação	1								1	1	3	6,4
Documentação						1	1				2	4,3
Visão dicotômica					2						2	4,3
Áreas de natureza e valores diferentes (não há relação)					1						1	2,1
Memória								1			1	2,1
Objeto de estudo e/ou trabalho	1										1	2,1
Total	2	11		18			8	6		2	47	100,0
% de respostas por categoria	100	85,7	71,4	71	100	86	42	100	100	50%		

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso pela literatura da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação possibilita afirmar que elas constituem campos científicos diferentes, uma vez que cada um possui suas marcas, trajetórias, influências, motivações, peculiaridades na produção de seus discursos, modos diferenciados de olhar os objetos de estudo e desenvolvimento distinto ao longo da história. Portanto, considera-se que tais campos científicos possuem sua lógica própria dentro do mundo científico, onde possuem também diferenciados graus de autonomia e graus diferenciados de reação/refração às pressões e às leis sociais externas (BOURDIEU, 2003). Essa autonomia conferida aos campos não é um elemento que foi recebido de modo passivo, mas uma conquista histórica, que deve ser mantida e sempre renovada (BOURDIEU, 2003). Dessa forma, é desejável que os integrantes dos campos científicos, mantenham-se sempre vigilantes às mudanças do campo em que estão inseridos, visto que “um cientista é a materialização de um campo científico e as suas estruturas cognitivas são homólogas a estruturas do campo, e, por isso, constantemente ajustadas às expectativas inscritas no campo” (BOURDIEU, 2003, p.62).

Embora, em alguns momentos, esses campos científicos possam se entrecruzar com maior ou menor intensidade, esse encontro não descaracteriza o entendimento da constituição dos campos específicos do saber, uma vez que para haver um diálogo interdisciplinar tem que existir antes a disciplinaridade. No tocante às relações entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia com a Ciência da Informação, salienta-se que elas são marcadas em momentos diferentes e de maneiras diferentes, o que produz, por conseguinte, efeitos diferenciados em cada um desses campos. Tais efeitos relacionam-se a um poder fluido e dinâmico, que perpassa todos os lugares, indivíduos e sociedades, inclusive os contextos científicos, sem os quais essa dimensão do poder seria uma completa abstração (FOUCAULT, 2010).

Os efeitos do poder repercutem também na produção discursiva, constituindo o discurso um elemento estratégico, tal como os instrumentos educacionais, currículos e planos de ensino. Portanto, nessa direção, os professores “os próprios intelectuais, fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso também faz parte desse sistema” (FOUCAULT, 2010, p. 39). Foucault (2010) acrescenta ainda que o papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco

na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso.

A relação entre o campo científico da Ciência da Informação e a Biblioteconomia pode ser vista como a mais intensa, quando comparada com a Arquivologia e a Museologia, visto que ocorre uma alteração mais profunda no campo epistemológico da Biblioteconomia, desde o nascimento da Ciência da Informação, na segunda metade do século XX. Assim, com a Ciência da Informação em cena, a Biblioteconomia passa a ser questionada em suas atividades, antes restrita aos livros e ao espaço da biblioteca, para a introdução da informação e ampliação dos ambientes de atuação. Dessa forma, a produção discursiva da Biblioteconomia passou a ser caracterizada também por outra regularidade ou positividade de seus enunciados e ações, constituindo em um saber diferente do anterior (FOUCAULT, 2009). Além disso, o fato de a Ciência da Informação ter se institucionalizado nos espaços da Biblioteconomia gerou conflitos e confrontos entre elas, estando, inclusive, marcados na literatura de ambas, e nas mudanças institucionais antes restritas à Biblioteconomia, que com a introdução da Ciência da Informação passou a ser lugar comum entre as duas.

A relação da Ciência da Informação com a Arquivologia passou a se efetivar de modo mais intenso nos últimos vinte anos do século XX, por meio das novas abordagens da Arquivologia, ainda em voga, que privilegiam uma Arquivística Integrada e interdisciplinar, que elege a informação orgânica como objeto de estudo. Destaca-se ainda o processo de autonomia da Arquivologia, que durante longo tempo foi considerada como disciplina auxiliar da História e da Administração. Nesse momento de contato entre elas, a Ciência da Informação já havia percorrido um caminho considerável ao lado da Biblioteconomia, tendo alterado inclusive o nome das escolas, programas de pós-graduação, periódicos, associações científicas, bem como a literatura científica, que passou a abordar a informação como objeto de estudo.

Em relação à Museologia, acredita-se que a relação com a Ciência da Informação é ainda incipiente, encontrando-se dispersa em vários elementos, como a presença de um Grupo de trabalho (GT9) sobre o campo museológico no ENANCIB, a participação de cientistas da informação na Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal, do IBRAM, a existência de pesquisas do campo museológico nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e a proximidade acadêmico-institucional de alguns poucos cursos de Museologia com a Ciência da Informação.

Consequentemente não há uma significativa mudança na epistemologia de ambas decorrente da interação entre elas, constituindo em uma relação mais do plano institucional e de lócus para o desenvolvimento de pesquisas do campo museológico no país, que abriga mais programas de pós-graduação em Ciência da Informação do que propriamente de Museologia, tal como ocorre com a Arquivologia, que possui apenas um programa de pós-graduação *stricto sensu*. Contudo, ressalta-se que as relações entre a Ciência da Informação e a Arquivologia, ao contrário da Museologia são mais disseminadas, como atesta a literatura da área, que muitas das vezes congrega os dois campos em um diálogo epistemológico e interdisciplinar entre as partes envolvidas.

O desconhecimento sobre as relações entre os campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação, ocasiona reflexos na produção científica, procurando, assim, apresentar mais distinções do que aproximações. Todavia essa percepção parece estar em vias de mudança, ou pelo menos assim se espera, tendo em vista que a maioria, dos professores, isto é, 97,9%, consideraram haver alguma relação entre esses campos. E tais relações, segundo os professores, são as mais variadas possíveis indo desde o processo de trabalho, que se estabelece no nível das instituições, isto é, em um nível mais concreto, passando pelo usuário, documentação, memória, até o campo epistemológico, um nível mais abstrato, uma vez que a informação passou a ser vista para alguns professores como objeto de estudo comum ou mesmo um campo maior que abrigaria todos aqueles campos. Deseja-se que esse conhecimento sobre os campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação perdure por um longo tempo, pois há conhecimentos práticos e teóricos particulares desenvolvidos em cada campo, que, certamente, poderão contribuir para o fortalecimento individual e coletivo de seus cursos e campos científicos.

A configuração acadêmico-institucional da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia também reflete a intensidade da relação entre elas com a Ciência da Informação, posto que os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia estão institucionalizados em sua maioria nas escolas, faculdades, institutos e departamentos de Ciência da Informação, já a Museologia encontra-se mais dispersa em outras áreas do conhecimento das ciências sociais, humanas e artes, o que representa, por conseguinte, uma menor proximidade acadêmico-institucional com a Ciência da Informação. O contato com a pós-graduação em Ciência da Informação ocorre em locais que mantém os cursos de graduação em Biblioteconomia, demonstrando mais uma vez a forte relação acadêmico-institucional entre elas, inclusive no âmbito do ensino, que passou a

constituir a continuidade dos bibliotecários nos programas de pós-graduação, e mais uma possibilidade de pesquisa dos campos da Arquivologia e da Museologia, que também vem desenvolvendo suas pesquisas na Ciência da Informação e em outros campos.

Os resultados desta pesquisa, da análise das citações das referências contidas nos planos de ensino e no questionário apontaram para essas percepções extraídas a partir da leitura sobre os campos. Isto quer dizer que as referências dos cursos de Biblioteconomia concentraram mais citações de obras da Ciência da Informação, conforme foi demonstrado no capítulo referente a esses dois campos, o que corrobora a forte relação entre eles. A Arquivologia também apresentou citações de obras do campo da Ciência da Informação e de obras da área, que buscam aproximar os dois campos por meio da informação como objeto de estudo. A Museologia, por sua vez, foi o campo que houve menos citação de obras da Ciência da Informação, tal como foi possível perceber na leitura dos campos, portanto, a Museologia parece estabelecer relações com a Ciência da Informação mais no plano do desenvolvimento de pesquisas em seus programas de pós-graduação, do que no nível epistemológico entre os campos.

Quanto à configuração acadêmico-institucional, os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tendem a refletir o cenário, os quais pertencem dentro das categorias. Pois, os cursos de Arquivologia quando estão agrupados nas categorias AB e ABM apresentam obras de interesse comum aos campos (Biblioteconomia e Museologia), enquanto os cursos de Arquivologia da categoria A citam mais obras próprias do campo da Arquivologia. A relação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação pode ser notada independentemente da proximidade entre os cursos, indo ao encontro de uma relação epistemológica, e não apenas institucional.

Os cursos de Biblioteconomia independente da categoria em que estão agrupados, AB, BM, ABM e B citam obras mais próprias da Ciência da Informação, com destaque para esta última categoria, que cita autores deste campo que não foram citados nas outras categorias. Acredita-se que a quantidade significativa de referências da Ciência da Informação nesses cursos ocorra justamente devido à necessidade de compreensão das relações entre esses campos afins. A proximidade entre os cursos de Biblioteconomia com os de Arquivologia e Museologia, sobretudo, na categoria ABM, é refletida nas citações de obras de interesse aos três campos. Enquanto, os cursos de Museologia, localizados nas categorias ABM, BM e M, concentram-se em referências específicas deste campo, sendo o curso que menos fez citação a obras da Ciência da Informação, e de interesse da Biblioteconomia e/ou Arquivologia, revelando, assim,

uma menor influência decorrente da localização acadêmico-institucional, vista a partir do prisma da citação de referências contidas nos questionários e nos planos de ensino.

A formação acadêmica dos professores das disciplinas teóricas específicas dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, também vai ao encontro da literatura científica ao demonstrar que prevalece a formação acadêmica, no nível do mestrado e doutorado em Ciência da Informação, e uma menor presença desta nos cursos de Museologia. No nível da graduação, nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, a formação em Biblioteconomia se fez fortemente presente, o que demonstra uma interação entre os campos, tal como ocorreu com as citações nos planos de ensino. A formação em História também está mais presente na Arquivologia e na Museologia, que, igualmente, dialogam com esse campo. Nos cursos de Museologia prevalece a formação específica dos professores em Museologia, tal como ocorreu com as citações das referências que concentram no próprio campo. Em relação à influência da formação acadêmica, 90,9% dos professores da Museologia consideraram que sua formação influencia nas escolhas das referências citadas nos planos de ensino, seguido do curso de Arquivologia com 84,6% e da Biblioteconomia com 82,6%.

Por outro lado, os professores dos cursos de Biblioteconomia foram os que mais consideraram haver alguma influência acadêmico-institucional, decorrente da localização dos cursos e proximidade com os cursos de Arquivologia e Museologia. Desse modo, a Biblioteconomia totalizou 47,8%, seguido da Museologia com 36,4% e da Arquivologia com 15,4%. Só que de modo geral, a vinculação dos cursos e proximidade entre eles foi a variável que teve menor concentração de respostas a favor desse tipo de influência, representada por 36,2%, isto é, bem menos que a metade.

Acredita-se que esse tipo de influência traz benefícios para todos os três cursos de graduação e seus respectivos campos científicos, uma vez que o contato entre eles instiga o conhecimento do outro campo, promovendo um aumento do conhecimento sobre si e sobre o outro, o que contribui para o fortalecimento da identidade de cada uma na medida em que os cursos são convocados a pensar sobre suas relações. Desse modo, a inclusão de obras específicas dos outros campos não comprometeria a formação do aluno em seu campo específico do saber, pois, além do conhecimento de sua área ele poderia ter o conhecimento mais amplo das outras áreas correlatas, ampliando assim, seu conhecimento e enriquecendo sua formação por meio de outras leituras.

Quanto à proximidade dos cursos de graduação com os cursos de pós-graduação, em particular, com os cursos em Ciência da Informação, os professores da Biblioteconomia foram os que mais consideraram haver esse tipo de influência nas escolhas das referências, o que totalizou 73,9%, seguido dos cursos de Museologia com 54,5%, e da Arquivologia com 38,5%. Mas, de modo geral, os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, segundo os professores das disciplinas teóricas específicas, são mais influenciados para composição das referências em seus planos de ensino pela formação acadêmica (85,1%), pela proximidade do curso com a pós-graduação (59,6%) e, por último, pela vinculação do curso em escolas, departamentos, faculdades, bem como, pela proximidade com os cursos de graduação (36,2%).

Não distante do entendimento anterior relativo à influência da vinculação do curso e sua proximidade com outros cursos, considera-se que a influência da pós-graduação agregaria ainda mais conhecimentos especializados de outros campos científicos, sendo, portanto, benéfica para o aluno, que não se limitaria apenas à leitura de textos da área de sua formação. Assim, acredita-se que o discente teria um conhecimento mais aprofundado de outras temáticas ou mesmo de temas mais complexos de sua área de formação, que geralmente não seriam trabalhados ou estudados a fundo, nos cursos de graduação caso estivessem afastados dos cursos de pós-graduação, dos professores que nesses programas ministram suas aulas e da própria estrutura que esses programas oferecem como os eventos, estágios docentes, defesas de dissertações e teses.

Salienta-se que as diversas configurações acadêmico-institucionais não são neutras, elas, de fato, apresentam uma relação histórica e uma relação de poder-saber e interesses, que se estabelece entre as partes envolvidas. Esse contato entre os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia nas diversas instituições de ensino superior, localizados nos quatro pontos cardeais, constitui em um elemento capaz de contribuir para o fortalecimento dos campos científicos, na medida em que são convocados a pensar sobre si próprio e sobre o outro, o que incita discussões mais verticalizadas dos campos, cumprindo, dessa maneira, o compromisso com formações mais críticas e em locais mais afeitos às discussões científicas, as universidades.

Parafraseando Laville e Dione (1999) é necessário fechar o círculo e abrir novos horizontes, deste modo, retoma-se a intenção original, à necessidade sentida no início, a fim de determinar em que medida essa necessidade está satisfeita, o problema resolvido e a resposta dada à questão. Pois bem, esta pesquisa norteada pelo problema de pesquisa

– Os campos científicos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, permeados pelas relações de poder, são influenciados pela vinculação acadêmico-institucional, bem como pela proximidade e/ou afastamento entre eles, e deles com a Ciência da Informação? – Cumpriu seu papel ao demonstrar que os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia são influenciados, em primeiro lugar, pela formação acadêmica do docente (graduação, mestrado e doutorado), em segundo lugar, pela proximidade do curso com a pós-graduação, e, em terceiro lugar, pela localização acadêmico-institucional do curso, assim como, pela proximidade com outros cursos de graduação.

Dessa maneira, considera-se que o campo da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia se encontra em uma nova fase de seu ensino intitulada “acadêmico-institucional”, tendo em vista as diferentes localizações dos cursos em departamentos, escolas, faculdades, institutos, e próximos e/ou afastados entre eles e da pós-graduação em Ciência da Informação, o que provavelmente formará discentes com perfis diferenciados. Acredita-se que a diversidade dos vínculos acadêmico-institucionais desses cursos é algo desejável, pois contribui para a formação de profissionais com competências e habilidades diferenciadas, devido às diferenças entre as estruturas das instituições, do projeto curricular, do corpo docente e das pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores, assim como possibilita contato com os discentes e docentes de outros campos, o que facilita a troca de experiências e conhecimentos teóricos.

Ademais, iniciativas recentes, brasileiras e estrangeiras, têm convocado e promovido espaços de diálogos entre os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, como, por exemplo, a criação, em 2012, da Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), que tem como objetivo promover o diálogo entre os diferentes tipos de profissionais e instituições interessadas na prática e no desenvolvimento do setor de informações. No ano seguinte, em 2013, foi firmada uma parceria entre o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Instituto Brasileiro de Museus, cujo objetivo consiste em unir esforços em torno de ações de preservação e democratização do Patrimônio. Neste mesmo ano a ABRAINFO deu início a “Série em Pauta” cujo primeiro tema teve como foco discutir sobre as questões que transitam pelo campo da informação, em especial, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Outras iniciativas que envolvem essa integração entre as instituições vêm ocorrendo também entre os países da União Europeia, como a *Europeana*, uma biblioteca virtual que disponibiliza itens dos acervos dos arquivos, bibliotecas e museus.

Na América Latina, o projeto da Biblioteca Virtual da América Latina, possibilita o acesso aos acervos das instituições culturais significativas dos países integrantes. A Biblioteca Digital Mundial disponibiliza em variados formatos expressões da cultura de países de todo o mundo, estabelecendo estreito contato com o programa “Memórias do Mundo” da UNESCO.

As políticas públicas para a área da cultura envolvendo a colaboração entre os arquivos, bibliotecas e museus são também a tônica de vários países como Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, Dinamarca, Noruega, Suécia, Alemanha, Itália, Espanha, Austrália, África do Sul e Nova Zelândia. Alguns dos projetos em desenvolvimento nesses países podem ser vistos no documento “Bibliotecas públicas, archivos y museos: tendencias de colaboración y cooperación”, publicado em inglês, francês e espanhol pela Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 2009). Ainda em benefício de uma harmonização entre as instituições, foi sediado no Brasil, nos anos de 2002 e 2006, a primeira e a segunda edição do Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus (INTEGRAR). A Argentina também vem promovendo eventos como: *I Congreso Nacional de Archivos, Bibliotecas y Museos*, realizado em 2010, e o *Encuentro Latinoamericano de Bibliotecarios, Archivistas y Museólogos*, que vem sendo realizado continuamente desde 2009.

Com o intuito que outros aspectos dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação sejam também trabalhados, sugere-se como futuras pesquisas os seguintes temas: 1) Estudo sobre os currículos dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia a fim de identificar pontos de confluências e divergências entre as disciplinas, lançando com isso problematizações epistemológicas sobre o relacionamento entre esses cursos e campos científicos; 2) Estudo sociopsicológico que vise investigar as motivações, razões e fatores que levam os professores dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia a citar determinados autores e obras, em detrimento de outros, para a composição dos programas de ensino, de modo a identificar os fatores e influências nesse processo; 3) Pesquisa da percepção dos professores sobre a viabilidade da implantação no país de cursos em Ciência da Informação na modalidade graduação, bem como a estrutura do currículo e corpo docente desejável para uma formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Essas propostas, contudo, não encerram a miríade de

possibilidades de pesquisas que envolvem esses campos, sejam eles todos juntos ou combinados entre si.

Por fim, acredita-se que esse cenário é profícuo, e espera-se que as proximidades acadêmico-institucionais continuem vigorando, e que as localizações dos cursos sejam consideradas como um elemento a mais, capaz de fazer com que os cursos e os campos dialoguem, para além do plano administrativo, indo ao encontro de relações epistemológicas, gerando, com isso, discussões mais fecundas e qualitativas. A intenção não é que os cursos sejam fundidos em um só, ou que sejam apenas vistos como subáreas da Ciência da Informação, mas sim de que esses cursos e campos possam interagir sem o temor de que um campo ocupe o outro, que esteja no espaço do outro, conscientes de que há relações em comum, elementos transversais que perpassam os campos, como a preocupação com os acervos, gestão, usuário/visitante, preservação, patrimônio e memória, acesso e uso de informação e documentos.

E que juntos, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação possam unir esforços, de modo que a comunidade científica se beneficie com saberes interligados, pois mesmo que a tendência do conhecimento seja a especialização e a departamentalização dos cursos nas universidades, acredita-se que não é possível fortalecer os campos por meio de um isolamento. Quanto mais houver um conhecimento comum, de um sobre o outro, cada campo saberá mais sobre si próprio, e cada área terá maior capacidade de melhor aplicar os conhecimentos teóricos nos campos de atuação. Os conhecimentos têm como horizontes de aplicação instituições culturais afins arquivos, bibliotecas e museus que, independente do formato ou suporte de seus documentos, das técnicas utilizadas para o tratamento e organização e dos sistemas de informação utilizados, são espaços que visam promover o acesso ao documento, seja ele de função administrativa e/ou cultural, para pesquisa ou lazer. Em suma, “Conhecer os outros é inteligência, conhecer-se a si próprio é verdadeira sabedoria. Controlar os outros é força, controlar-se a si próprio é verdadeiro poder” (LAO-TSÉ).

REFERÊNCIAS

- ALBANI, Juan. *et al. Manual de bibliotecología. Argentina*: Kapelusz, 1951.
- ALVARENGA, Lídia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n.3, p. 253-261, 1998.
- ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; METCHKO, Dulce Maria Bastos; SOLLA, Sheila Ribeiro de Campos. Algumas considerações acerca da situação epistemológica da Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia*, UFMG, Belo Horizonte, v. 10, n.2, p.153-162, 1981.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em *Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, v. 12, n. 1, 2006.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Inf. Inf.* Londrina, v. 15, n.1, p. 173-189, jan./jun. 2010.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. *Encontros Bibli*, v. 16, p. 110-130, 2011.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. *R. Ci.Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 2, n.2, p. 19-41, jul./dez. 2011a.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.38, n.3, p. 192-204, set./dez., 2009.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; MARQUES, Angélica Alves da Cunha; VANZ, Samile Andréa Souza. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFMG, da UNB e da UFRGS. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 85-108, 2011.
- ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah S.; KOBASHI, Nair. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil sob a ótica da evolução quantitativa dos cursos de graduação na área. *Inf.&Soc*, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 145-158, jan./abr. 2011.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BARBOSA, Ricardo Rodrigues. *et al.* Novo nome e novo paradigma: da Biblioteconomia à Ciência da Informação. *Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 81-92, 2000.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUER, Martin W. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 6. ed. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2007.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed., rev. e ampl. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BERBEL, N. *Metodologia do ensino superior*. São Paulo: Papirus, 1994.

BIBLIOTECA NACIONAL, BR. *Anais...* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional: 1916.

BIBLIOTECA NACIONAL, BR. *Anais...* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional: 1913.

BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, Jan. 1968.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. *Arquivos e administração*, Rio de Janeiro, v.15, n.23, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olhos d'água, 2003. Cap. 2, p. 112-143.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

BRAMBILLA, Sônia Domingues Santos; STUMPF, Ida Regina Chittó. Planos de ensino do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: estudo bibliométrico de referências. *Transinformação*, Campinas, v.18, n.1, p. 37-47, jan./abr., 2006.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 7. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado federal, 1998.

BRASIL. Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922. Crêa o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 20.673 de 17 de novembro de 1931. Restabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 21.129 de 7 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus". Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 24.735, de 14 de Julho de 1934. Aprova, sem aumento de despêsa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional". Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 550 de 1º de fevereiro de 1962. Altera o Regulamento dos Cursos da Biblioteca Nacional aprovado pelo Decreto n. 15395, de 27 de abril de 1944. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.440 de 27 de abril de 1944. Dá nova organização ao Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 8.835 de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Bibliotheca Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Archivo Nacional. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/legislacao/128675/lei-4084-62. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. Disponível em: www.cofem.org.br/legislacao/leg_regul.htm. Acesso em: 12 mar 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Parecer CNE/CES n. 492/2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jan 2012.

BRITTO, Maria Teresa Navarro de. O ensino universitário de Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, José Maria (Org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.9, p. 9-33, 1996.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Teoria museológica: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 10, p. 13-21, 1997.

BUCKLAND, Michel. Information as thing. *Journal of American Society of Information Science*, v.42, n.5, 1991.

BUONOCORE, Domingo. *Diccionario de bibliotecologia: terminos relativos a la bibliologia, bibliografia, bibliofilia, biblioteconomia, archivologia, documentologia, tipografia y materias afines*. Buenos Aires: [s.n], 1976.

BUONOCORE, Domingo. *Elementos de bibliotecologia*. Santa Fe: [s.n], 1948.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da era moderna. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 44, jan./abr. 2002.

BUTLER, Pierce. *Introdução à ciência da Biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Educação para a informação: desafios contemporâneos para a Ciência da Informação. *DataGramaZero*, v.3, n.5, out.2002.

CARMONA, Evaristo. La bibliotecología y su objeto de estudio a partir de la segunda guerra mundial. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (Coord). *Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplinar o transdisciplinariedad*. México: Centro universitario de investigaciones bibliotecológicas, 2011.

CARVALHO, Luciana Menezes de; SHEINER, Tereza Cristina Moletta; MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti. Em direção à Museologia latino-americana: o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. Anais...Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/DMP-303.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012.

CARVALHO, Roseane M. A relação museu e público: a contribuição das tecnologias da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. Anais...Disponível em: www.enancib.ppgci.ufba.br/prog_dmp.htm. Acesso em 12 fev 2012.

CASTRO, Ana Lucia S. Informação museológica: uma proposição teórica a partir da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Org.). *Ciência da Informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília: IBICT, 1999. p. 13-32.

- CASTRO, Cesar. *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CENDÓN, Beatriz Valadares et al. Cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: propostas de expansão e flexibilização. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 13, p. 223-240, 2008.
- CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da museologia. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, n.12, p.237-268, jun./dez, 2004.
- CHAGAS, Mário de Souza. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro, RJ: MinC/IBRAM, 2009. 257 p.
- CHAGAS, Mário. *Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, p.41-53.
- CHAGAS, Mário. *Memória e poder: contribuição para a teoria e prática nos ecomuseus*. [s/d]. Disponível em: www.quarteirao.com.br/pdf/mchagas.pdf. Acesso em: 31 ago. 2012
- CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC editora, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2008.
- COMECHE, Juan Antonio Martinez. El proceso informativo-documental. In: LÓPEZ YEPES, José. *Manual de ciencias de la documentación*. 2.ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Avaliação e perspectiva 1978. Brasília: Coordenação editorial, 19__.
- COOK, Terry. Archivística y pós-modernismo: nuevas fórmulas para viejos conceptos. *Tabula*, Salamanca, n. 10, p. 59-81, 2007.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Relação de cursos recomendados e reconhecidos em Ciência da Informação. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/> Acesso em: 12 jan. 2012.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Tabelas de área do conhecimento. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. Acesso em: 12 jan. 2012.

COSTA, Antônio Felipe. Ciência da Informação: o passado e a atualidade. *Ciência da Informação*, Brasília, v.19, n.2, p.137-143, jul./dez. 1990.

COUNTINHO, Maria Inês Lopes. Waldisa, o curso de Museologia e o alunado. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Carmargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca, 2010. v 2.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. *Era uma vez, há 60 anos atrás...:Brasil e a Criação do Conselho Internacional de Museus*. 2008. Disponível em: <http://www.icom.org.br/Monografia%20Era%20uma%20vez,%20h%C3%A1%2060%20anos%20atr%C3%A1s.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2012.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Concepts clés de la muséologie*. Paris: Armand Colin ICOM, 2009.

DEUS, Jorge Dias. Uma introdução, alguns comentários e três opiniões sobre a ciência. In: MERTON, R.K. *et al. A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e Ciência da Informação: natureza e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.

DODEBEI, Vera. *O sentido e o significado de documento para a memória social*. 1997. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DOMÍNGUEZ, Silvana Elisa Cruz. Archivística: objeto de estudo y sustento teórico. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (Coord). *Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplinar o transdisciplinarietà*. México: Centro universitario de investigaciones bibliotecológicas, 2011.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. *Estudos históricos*, v. 13, 1994.

EMEDIATO, Wander. Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. In: LARA, Gláucia Muniz Proença, EMEDIATO, Wander, MACHADO, Ida Lúcia. (Org.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

ESTEVIÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun.2010.

FERNANDEZ, Luis Alonso. *Museologia y museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.

FERRAZ, Helena Dodd. *Documentação Museológica: teoria para uma boa prática*. Caderno de ensaios, nº 2, 1994.

FERREIRA, Sueli Mara. Novos paradigmas e novos usuários de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

FIGUEIREDO, Nice de Meneses. *Tópicos modernos em biblioteconomia*. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1977.

FONSECA, Edson Nery da. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janeiro: Brasília: 1979.

FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à Biblioteconomia*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOSKETT, D.J. Ciência da Informação como disciplina emergente: implicações educacionais. In: GOMES, Hagar Espanha (Org.). *Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes: 1999.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Organizador Manoel Barros da Motta. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.(Ditos e escritos, v.IV).

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 35 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. 79 p.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L., MARTELETO, R.M., LARA, M.L.G de (Org.). *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

FUGUERAS, Ramon Alberch. *Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento*. Barcelona: Editorial UOC, 2003.

GASTON, Litton. *Arte e ciência da Biblioteconomia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENO SACRISTÁN, José; ROSA, Ernani. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GIRAUDY, Daniele; BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990.

GOMES, Araújo F. *Arquivo e Documentação*. Rio de Janeiro: GB, 1967.

GREENE, Mark. O poder do significado: a missão arquivística na era pós-moderna. In: NEVES, Marta Eloísa Melgaço; NEGREIROS, Leandro Ribeiro. *Documentos eletrônicos: fundamentos arquivísticos para a pesquisa em gestão e preservação*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2008. p. 14-32.

GREGOROVÁ, Anna. A discussão da museologia como disciplina científica. *Cadernos museológicos*, n. 3, out., 1990.

GREGOROVÁ, Anna. *Muséologie: science ou seulement travail pratique du musée?*. 1980. Disponível: <http://network.icom.museum/pdf/>. Acesso em: 25 fev 2012.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Sistema da Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010. v.1, p. 127-136.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general teoria y practica*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1989.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. Museologia como ciência de la documentacion. In: LÓPEZ YEPES, José. *Manual de ciencias de la documentación*. 2.ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. *Planteamientos teóricos de la museología*. Gijón: Trea, 2006.

HJØRLAND, Birger. *Core concepts in Library and Information Science*. Disponível em: <http://www.iva.dk/bh/Core%20Concepts%20in%20LIS/home.htm>. Acesso em: 23 set. 2012.

HOMULUS, Peter. Museums to libraries. *Art libraries journal*, v. 15, n. 1, 1990.

IFLA. International Federation of Library Associations and Institutions. *Bibliotecas públicas, archivos y museos: tendencias de colaboración y cooperación*. La Haya, oficina central de la IFLA, 2009.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, José Maria (Org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *Cadernos BAD*, n. 2, p. 29-45, 1992.

KETELAAR, Eric. Narrativas tácitas: los significados de los archivos. *Tabula*, Salamanca, n. 10, p.137-147, 2007.

KREMER, Jeannette Marguerite. Cronologia da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1950-1990. *Revista da Escola de Biblioteconomia*, UFMG, Belo Horizonte, v.19, número especial, p. 9-15, mar. 1990.

LAO-TSÉ. Disponível em: http://pensador.uol.com.br/autor/lao_tse/. Acesso em 10 fev 2013.

LARA FILHO, D. Museu, objeto e informação. *Transinformação*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 163-169, mai./ago. 2009.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. In: FREITAS, Lígia Silva de (Org.) *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: Ed. UFF, 2010.

LASSO DE LA VEGA, Javier. *Manual de biblioteconomia: organizacion tecnica y cientifica de las bibliotecas*. Madrid: Mayfe, 1952.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Estado atual do ensino da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação. *Revista de Biblioteconomia*, Brasília, n.1, jan./jun., 1973.

LIMA, Diana F.; COSTA, Igor. Ciência da Informação e Museologia: estudos teóricos de termos e conceitos em diferentes contextos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 7., 2007. Anais...Disponível em: www.cinform.ufba.br/. Acesso em: 3 abr. 2012.

LINARES-COLUMBIÉ, Radamés. Bibliotecología y sus orígenes. *Ciencias de las información*, v. 35, n. 3, diciembre, 2004.

LOPES, Luis Carlos. *A nova Arquivística na modernização administrativa*. 2 ed. Brasília: Projecto editorial, 2009.

LÓPEZ YEPES, José (Org.). *Manual de ciencias de la documentación*. 2.ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006.

LORENTE LORENTE, Jesús-Pedro. Nuevas tendencias em teoria museológica: a vueltas com la museologia critica. *Museos.es*. n.2, p. 24-33, 2006.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

MACIAS-CHAPULA, Cesar. O papel da Informetria e da Cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MACIEL, Maria Esther. *As ironias da ordem: coleções, inventários e enciclopédias ficcionais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

MAIA, Augusto Moreno. O processo histórico de construção do curso de Arquivologia no Brasil. In: V Jornada do HISTEDBR - História, Sociedade e Educação no Brasil, 2005, Sorocaba. V Jornada do HISTEDBR - História, Sociedade e Educação no Brasil. Campo Grande: UNIDERP, 2005. Campo Grande : UNIDERP, 2005. p. 101-101.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1997.

MARCONDES, Carlos Henrique. Lugar da Ciência Informação entre às Ciências da Documentação. *Revista EDICIC*, v.1, n.1, p. 206-227, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2007.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz. *La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1996.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca: com um capítulo referente à propriedade literária*. São Paulo: Ática, 2002.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. *Panorama histórico da formação arquivística nas Américas*. 2008. Disponível em: www.aag.org.br/anaisxvcba.pdf. Acesso em: 5 set. 2012.

MEDEIROS, Nilcêia Lage; NODARE, Thaís; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. As relações do conhecimento produzido na área de arquivologia com a ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.39, n.2, 2010.

MENDES, Eliane Manhães. *Tendências para a harmonização de programas de ensino de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil: um estudo Delfos*. 1992. 300 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática da identidade cultural em museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista História e Cultura Material*, São Paulo, n.1, p. 207-222, 1993.

MENSCH, Peter Van. Museus em movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre a inter-relação museologia-museus. *Cadernos museológicos*, v.1 e 2, p. 49-54.

MENSCH, Peter Van. *O objeto de estudo da Museologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1994.

MENSCH, Peter Van. *Towards a methodology of museology*. (PhD thesis). University of Zagreb, 1992. Disponível em: http://www.muuseum.ee/et/erialane_areng/_van_mensch_towar/mensch02#As Acesso em: 14 jan. 2012.

MIKSA, Francis L. *La bibliotecologia y la ciencia de la informacion: dos paradigmas*. Lima: Piedra Azul, 1999.

MILANESI, Luis. *Biblioteca*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2002.

MORAES, Julia N. Leitão de. Ciência da Informação e Museologia: diálogos e interfaces possíveis. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Anais...São Paulo: ANCIB, 2008.

MORALES LÓPEZ, Valentino. *La Bibliotecología y estudios de la información*. México: El colégio de México, 2008.

MORENO, Agustín Vivas. Archivistica General. In: CADARSO, Pedro Luis Lorenzo; MORENO, Agustín Vivas (Coord.). *Lecciones de archivística general y documentación del patrimonio histórico*. Badajoz: Universidad de Extremadura, 2004.

MORENO, Nádina Aparecida. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (Org.) *Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas*. Londrina: Edeal, 2008. Capítulo 3.

MUELLER, Suzana P. M. Em busca de uma base comum para a formação profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e arquivologia: relato de um simpósio promovido pela UNESCO. *Revista de Biblioteconomia*, Brasília, v. 12, n. 2, 157-165 p, jul./dez. 1984.

MUKHERJEE, A.K. *Filosofia da Biblioteconomia*. Trad. de Maria das Graças Targino. Teresina: Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí, 1985.

MURGUIA, Eduardo Ismael. A memória e sua relação com arquivos, bibliotecas e museus. In: MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). *Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus*. São Carlos : Compacta, 2010a.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Discursividade da Ciência da Informação e sua institucionalização na Biblioteconomia e a Arquivologia: um estudo comparado. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2010.

NAMER, Gerard. *Memoire et societe*. Paris: Meridiens, 1987. 242p

NASCIMENTO, Maria de Jesus. Planos de ensino de “Usuário da Informação” nos cursos de Biblioteconomia do Brasil. *DataGramaZero*, v.10, n.1, fev. 2010.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Índices de citação. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette. Marguerite. (Org.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. p. 246-262.

ODDONE, N. Lydia de Queiroz Sambaquy e a Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. Anais...Florianópolis, UFSC, 2005.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; COSTA, Carlos Alberto Santos; NUNES, Gilson Antônio. Perfil dos cursos de graduação em Museologia do Brasil. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de; OLIVEIRA, Luciane, Monteiro (Org.). *Sendas da Museologia*. Ouro Preto: UFOP, 2012.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. *A influência da Ciência da Informação nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil: formação docente, aspectos teóricos e manifestações temáticas*. 2011. 184 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2011.

OLIVEIRA, Marlene. A Ciência da Informação no Brasil. In: OLIVEIRA, Marlene (Org.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos contextos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 45-60.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne de Souza, Gustavo. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. *Informação & Sociedade*, v. 19, p. 13-24, 2009.

ORERA ORERA, Luisa. Biblioteconomia. In: LÓPEZ YEPES, José. *Manual de ciencias de la documentación*. 2.ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006.

- ORERA ORERA, Luisa. *Manual de Biblioteconomía*. Madrid: Sínteses, 1996.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Missão do bibliotecário*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- ORTEGA, Cristina Dotta. A documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v. 3, n. 1, p. 3-35, jan./jun. 2009.
- ORTEGA, Cristina. Relações históricas entre a Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero*, v. 5, n. 5, out. 2004.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Confluências interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia. *Museologia e Interdisciplinaridade*, v.1, n.1, jan./jun. 2012.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *Em busca de um caminho interdisciplinar: proposta de núcleo teórico e prático de disciplinas comuns aos cursos de Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1998.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *Evolução e tendências da Ciência da Informação, no exterior e no Brasil: quadro comparativo a partir de pesquisas históricas e empíricas*. Disponível em: http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/GT1_Pinheiro.pdf. Acesso em: 12 jan. 2012.
- PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Itinerários epistemológicos da instituição e constituição da informação em Arte no campo interdisciplinar da Museologia e da Ciência da Informação. *Museologia e patrimônio*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./jul, 2008.
- PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, 1995.
- POBLACIÓN, Dinah Aguiar. Pesquisa e pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil: duas fases (1970/85-1986/1992). In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 12., São Paulo, 1992, Anais...São Paulo, 1992.
- POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.16, p. 5-38, 1999.
- RANGANATHAN, S.R. *As cinco leis da Biblioteconomia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

REIS, Alcenir Soares dos. *A história da pós-graduação em Biblioteconomia no Brasil: a interação texto/contexto*. 1990. 208 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Biblioteconomia, 1990.

REIS, Luis. *O arquivo a arquivística evolução histórica*. 2006. Disponível em: <http://www.ilustrados.com/tema/5566/arquivo-arquivistica-evoluc-historica.html>. Acesso em 27 jun. 2012.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. A maneira de conclusión. RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (Coord.). *Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplinar o transdisciplinariedad*. México: Centro universitario de investigaciones bibliotecológicas, 2011.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. Hacia um nuevo paradigma em Bibliotecologia. *Transinformação*, v.8, n.3, set./dez, 1996.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas: ontología, epistemología, metodología y interdisciplinar. *DataGramaZero*, v.9, n.4, ago. 2008.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel; DOMÍNGUEZ, Silvana Elisa Cruz. La archivística y las disciplinas informativas documentales: retos y cuestionamientos epistemológicos. In: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz. *A Ciência da Informação criadora do conhecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

RIBEIRO, Fernanda. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. *Perspectiva em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v.1, n. 1, p.59-73, 2011.

RIBEIRO, Fernanda. *Informação: um campo uno, profissões diversas?* Comunicação apresentada ao 8º Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2004. Disponível em: <http://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/14052>. Acesso em: 01 de nov. de 2011.

RIBEIRO, Fernanda. *O acesso à informação nos arquivos*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkain, 2003. v. 1, p. 23-52.

ROBREDO, Jaime. *Da Ciência da Informação revisitada: aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção da trajetória. *ALEA*, v.7, n.2, p. 305-322, jul./dez, 2005.

RODRIGUEZ, Antonio Angel Ruiz. El archivo, la archivística y el documento. In: LÓPEZ YEPES, José. *Manual de ciencias de la documentación*. 2.ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

RUBIN, Richard. *Foundations of library and information science*. 2nd ed. New York: Neal-Schuman Publishers, 2004.

RUSSO, Laura Garcia Moreno; Instituto Nacional do Livro (Brasil). *A biblioteconomia brasileira, 1915-1965*. Rio de Janeiro: INL, 1966.

SÁ, Ivan Coelho de. História e memória do curso de museologia: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.39, p. 10-42, 2007.

SANTOS, Jussara Pereira. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. *Encontros Bibli*, setembro de 1998.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. A aplicação da Museologia no contexto brasileiro: a práxis e a formação. In: SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, educação e o museu*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008.

SANTOS, Maria Célia. O Enquadramento teórico da Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.23, p. 95-115, 2005.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. Rio de Janeiro: Teatral, 2010.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SAYERS, Berwick. Introdução. In: RANGANATHAN, S.R. *As cinco leis da Biblioteconomia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museologia e pesquisa: perspectiva na atualidade. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (Org.). *Museus: instituições de pesquisa*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museologia ou Patrimoniologia reflexões. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lúcia de N. M.(Org). *Museu e Museologia: interfaces e perspectivas*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.43-59.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. O museu como processo. *Cadernos de diretrizes museológicas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 2008, p. 34-47.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

SCHREINER, Klaus. Discussão sobre o lugar da museologia no sistema das ciências. *Cadernos museológicos*, n.3, out., 1990.

SHERA, Jesse H. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, Hagar Espanha (Org.). *Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret. Exame do estado atual da Biblioteconomia e da Documentação. In: BRADFORD, Samuel Clement. *Documentação*. 2. ed. London: C. Lockwood, 1953.

SILVA, Armando B. Malheiro da. *et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, Armando B. Malheiro. *A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, Armando B. Malheiro. Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação. In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. Anais... São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 573-607.

SILVA, Eliezer Pires da. A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos. *Revista eletrônica Documento Monumento*, Mato Grosso, v. 5, n. 1, dez. 2011.

SILVA, Elizer Pires da. Informação arquivística e Arquivologia no Brasil. *Informação arquivística*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 48-68, jul./dez., 2012.

SILVA, M., HAYASHI, C., HAYASHI, M. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, América do Norte, n. 2, jun. 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Welder Antônio. *Zonas interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação: cartografia das práticas discursivas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

SILVEIRA, M. A.; BAZI, R. E. R. As referências nos estudos de citação: algumas questões para discussão. *DataGramaZero*, v. 10, p. 01-18, 2009.

SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico profissional*. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

SIQUEIRA, Jessica Câmara. Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.15, n.3, p.52-66, set./dez. 2010.

SMIT, Johanna W. Archivologia, biblioteconomia y museologia: semejanzas y diferencias. *Ciencias de la Información*, Havana, v. 30, n. 3, p. 3-10, 1999.

SMIT, Johanna W. Arquivologia, biblioteconomia e museologia: o que agrega estas atividades e o que as separa? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

SMIT, Johanna W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, 1993.

SMIT, Johanna W. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALETIN, Marta Pomim (Org.). *Profissionais da informação*. São Paulo: Polis, 2000. cap. 6, p. 119-134.

SMIT, Johanna W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da Informação. *Infor.Infor.*, Londrina, v. 8, n. 1, jun./dez. 2003.

SOARES, Bruno César B. Entendo o ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia. *Revista eletrônica Jovem Museologia*, ano 1, n.2, ago. 2006.

SOARES, Iaponan. José Honório Rodrigues e o desenvolvimento da Arquivística brasileira. *Ágora*, Santa Catarina, v. 3, n. 6, 1987.

SOLA, Tomislav. Contribuições para uma possível definição de museologia. *Cadernos museológicos*, n. 3, out.1990.

SOUZA, Daniel M V. Informação e construção do conhecimento no horizonte museológico. *DataGramaZero*, v. 10, n.6, dez.2009.

SOUZA, Edivanio Duarte. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: elementos disciplinadores do campo científico. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v.22, p. 49-64, Número Especial 2012.

SOUZA, Francisco das Chagas de. *O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX*. 2. ed. rev. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2009.

SOUZA, Rosali Fernandez. A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2008, Salvador. Disponível em: <http://www.cinform2008.ici.ufba.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

STRÁNSKÝ, Z.Z. Sobre o tema “Museologia – ciência ou apenas trabalho prático”? *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2008.

TARGINO, Maria das Graças. A interdisciplinaridade da ciência da informação como área de pesquisa. *Informação & Sociedade*, v.5, n.1, p.12-17, jan./dez. 1995.

THIESEN, Icléa. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares da memória e espaços de produção de conhecimento. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia (Org.). *Mast Coloquia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009. V. 11.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arq.&Adm.*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan./jun. 2006.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A Arquivística funcional e sua contribuição para o desenvolvimento de uma disciplina contemporânea. *Ágora*, Florianópolis, v. 22, n. 44, p.19-35, 2012.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Ciencia de la información y archivística: un diálogo a partir de la información registrada. *Ibersid*, p. 131-136, 2010. Disponível em: Acesso em: 21 nov. 2012.

URBIZAGASTEGUI ALVARADO, Ruben. A bibliometria no Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 13, n. 2, p. 91-105, jul./dez. 1984.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. *Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, Porto Alegre, v. 9, n.2, p. 295-307, 2003.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v.29, n.2, Mar. 1992.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interesting to Information Science. *Information Scientist*, v. 9, n.4, p.127-140, December, 1975.

ZUBIAUR CARREÑO, Francisco Javier. *Curso de museología*. Gijón: Trea, 2004.

APÊNDICE A: Nome das disciplinas teóricas específicas identificadas nos currículos dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

CURSO	IES	NOME DA DISCIPLINA
Arquivologia	UNB	Introdução à Arquivologia
Arquivologia	UFPA	Introdução à Arquivologia
Arquivologia	UFBA	Fundamentos da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação
Arquivologia	UFRGS	Introdução às Ciência da Informação
Arquivologia	UFSC	Introdução à Arquivologia
Arquivologia	UFMG	Introdução à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia Fundamentos da Arquivologia
Arquivologia	UNIRIO	Introdução à Arquivologia
Arquivologia	UFAM	Epistemologia da Ciência da Informação
Arquivologia	UFPB	Fundamentos da Arquivística
Arquivologia	FURG	Fundamentos da Arquivologia
Arquivologia	UEL	Fundamentos da Ciência da Informação e Arquivística
Arquivologia	UFES	Introdução à Arquivologia
Arquivologia	UFF	Fundamentos Arquivísticos
Arquivologia	UNESP	Introdução à Ciência da Informação
Arquivologia	UFSM	Introdução aos estudos da Arquivologia
Arquivologia	UEPB	Fundamentos Arquivísticos
Biblioteconomia	UNB	Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação
Biblioteconomia	UFPA	Não tem a disciplina foco da pesquisa
Biblioteconomia e Documentação	UFBA	Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação
Biblioteconomia	UFRGS	Introdução às Ciência da Informação
Biblioteconomia	UFSC	Fundamentos de Biblioteconomia
Biblioteconomia	UFMG	Introdução à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia
Biblioteconomia	UFAM	Epistemologia da Biblioteconomia
Biblioteconomia	UFPB	Fundamentos da Biblioteconomia
Biblioteconomia	FURG	Fundamentos da Biblioteconomia e Ciência da Informação
Biblioteconomia	UEL	Fundamentos da Ciência da Informação e Biblioteconomia
Biblioteconomia	UFES	Fundamentos da Biblioteconomia
Biblioteconomia e Documentação	UFF	Introdução à Biblioteconomia
Biblioteconomia	UNESP	Introdução à Ciência da Informação
Biblioteconomia	UFG	Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
Biblioteconomia	UFPE	Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação
Biblioteconomia	FUNLEC	Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
Biblioteconomia	UFMT	Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação

Biblioteconomia	UFAL	Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação
Biblioteconomia	UFMA	Fundamentos de Biblioteconomia
Biblioteconomia	UESPI	Fundamentos da Biblioteconomia
Biblioteconomia	UFRN	Introdução à Biblioteconomia e Ciência da Informação
Biblioteconomia	UFC Cariri	Introdução à Biblioteconomia
Biblioteconomia	UFC Fortaleza	Introdução à Biblioteconomia
Biblioteconomia	UDESC	Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação
Biblioteconomia	FAINC	Ciência da Informação e Biblioteconomia
Biblioteconomia	FATEA	Introdução à Ciência da Informação
Biblioteconomia e C.I	FESPSP	Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação
Biblioteconomia	USP	Fundamentos da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
Biblioteconomia e C.I	UFSCAR	Fundamentos da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
Biblioteconomia	UNIFAI SP	Introdução à Ciência da Informação
Biblioteconomia	PUC Campinas	Fundamentos da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação	UFRJ	Fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação
Biblioteconomia	USU	Biblioteconomia, Documentação e Informação
Biblioteconomia	UNIFOR	Não tem a disciplina foco da pesquisa
Biblioteconomia e Documentação	UFS	Introdução à Biblioteconomia
Biblioteconomia	UNIRIO	Fundamentos da Biblioteconomia (Bacharelado)
Biblioteconomia	UNIRIO	Fundamentos da Biblioteconomia (Licenciatura)
Museologia	UNB	Introdução à Museologia
Museologia	UFPA	Fundamentos de Museologia
Museologia	UFBA	Museologia
Museologia	UFGRS	Introdução às Ciência da Informação
Museologia	UFSC	Introdução à Teoria Museológica
Museologia	UFMG	Introdução à Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia Fundamentos da Museologia
Museologia	UNIRIO	Introdução à Museologia
Museologia	UFG	Introdução à Museologia
Museologia	UFPE	Teoria Museológica I
Museologia	UFS	Introdução à Museologia
Museologia	UFRB	Introdução à Museologia
Museologia	UNIBAVE	Museologia
Museologia	UFPEL	Introdução à Museologia
Museologia	UFOP	Introdução à Museologia

APÊNDICE B: Questionário enviado aos professores das disciplinas teóricas específicas



QUESTIONÁRIO

1 No programa de sua disciplina quais referências bibliográficas você apontaria como as mais relevantes?

2 Você considera que a sua formação acadêmica (graduação, mestrado, doutorado) influencia na escolha das referências contidas no plano de sua disciplina? Por quê?

3 Você considera a localização acadêmico-institucional do curso (escola, departamento) e/ou a proximidade com os cursos de graduação (Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia ou outros) influencia na escolha das referências de sua disciplina? Por quê?

4 Você considera que a proximidade institucional com cursos de pós-graduação influencia nas escolhas das referências de sua disciplina? Por quê?

5 Qual a sua percepção sobre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia? Você acredita que existam relações entre elas? Quais?

APÊNDICE C: Configuração acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia

Cate- goria	Sigla	Ano de criação e/ou funcionamento	Reg.	Pós em C.I		Instituição de Ensino Superior	Pública ou Privada
				M	D		
A	UEPB	2006	NE	/	/	Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas	Pública
A	UFSM	1977	S	/	/	Centro de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Documentação	Pública
AB	FURG	2008	S	/	/	Instituto de Ciências Humanas e da Informação	Pública
AB	UEL	1998	S	C.I	/	Centro de Educação, Comunicação e Artes. Departamento de Ciência da Informação	Pública
AB	UFAM	2009	N	/	/	Instituto de Ciências Humanas e Letras. Departamento de Biblioteconomia	Pública
AB	UFES	2000	SE	/	/	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Arquivologia	Pública
AB	UFF	1979	SE	C.I	/	Instituto de Arte e Comunicação Social Departamento de Ciência da Informação	Pública
AB	UFPB	2008	NE	C.I	C.I	Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciência da Informação	Pública
AB	UNESP	2003	SE	C.I	C.I	Faculdade de Filosofia e Ciências. Departamento de Ciência da Informação	Pública
ABM	UFBA	1998	NE	C.I	C.I	Instituto de Ciência da Informação	Pública
ABM	UFMG	2009	SE	C.I	C.I	Escola de Ciência da Informação	Pública
ABM	UFPA	2012	N	/	/	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Faculdade de Biblioteconomia	Pública
ABM	UFRGS	2000	S	/	/	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Departamento de Ciência da Informação	Pública
ABM	UFSC	2010	S	C.I	C.I	Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciência da Informação	Pública
ABM	UNB	1991	CO	C.I	C.I	Faculdade de Ciência da Informação	Pública
ABM	UNIRIO	1960	SE	/	/	Centro de Ciências Humanas e Sociais. Escola de Arquivologia	Pública

APÊNDICE D: Configuração acadêmico-institucional dos cursos de Biblioteconomia

Cate- goria	Sigla	Ano de criação e/ou funcionamento	Reg.	Pós em C.I		Instituição de Ensino Superior	Pública ou Privada
				M	D		
AB	FURG	1975	S	/	/	Instituto de Ciências Humanas e da Informação	Pública
AB	UEL	1977	S	C.I	/	Centro de Educação, Comunicação e Artes. Departamento de Ciência da Informação	Pública
AB	UFES	1975	SE	/	/	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Biblioteconomia	Pública
AB	UFF	1963	SE	C.I	/	Instituto de Arte e Comunicação social. Departamento de Ciência da Informação	Pública
AB	UFPB	1969	NE	C.I	C.I	Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciência da Informação	Pública
AB	UFAM	1966	N	/	/	Instituto de Ciências Humanas e Letras. Departamento de Biblioteconomia	Pública
AB	UNESP	1977	SE	C.I	C.I	Faculdade de Filosofia e Ciências. Departamento de Ciência da Informação	Pública
ABM	UFBA	1942	NE	C.I	C.I	Instituto de Ciência da Informação. Departamento Documentação e Informação	Pública
ABM	UFMG	1950	SE	C.I	C.I	Escola de Ciência da Informação	Pública
ABM	UFPA	1963	N	/	/	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Faculdade de Biblioteconomia	Pública
ABM	UFRGS	1947	S	/	/	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Pública
ABM	UFSC	1974	S	C.I	C.I	Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciência da Informação	Pública
ABM	UNB	1966	CO	C.I	C.I	Faculdade de Ciência da Informação	Pública
ABM	UNIRIO	1911	SE	/	/	Centro de Ciências Humanas e Sociais. Escola de Biblioteconomia	Pública
ABM	UNIRIO	2009	SE	/	/	Centro de Ciências Humanas e Sociais. Escola de Biblioteconomia	Pública
B	FAINC	1976	SE	/	/		Privada
B	FATEA	1975	SE	/	/		Privada
B	FESPSP	1963	SE	/	/	Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação	Privada
B	FUNLEC	2001	CO	/	/		Particular
B	PUC Campinas	1945	SE	/	/	Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Faculdade de Biblioteconomia	Privada
B	UDESC	2001	S	/	/	Centro de Ciências Humanas e da Educação. Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação	Privada
B	UESPI	2003	NE	/	/	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Pública
B	UFAL	1999	NE	/	/	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte	Pública
B	UFC Cariri	2006	NE	/	/	Parceria com o Departamento de Ciências da Informação, não há departamentos em Cariri	Pública

B	UFC Fortaleza	1965	NE	/	/	Centro de Humanidades. Departamento de Ciências da Informação	Pública
B	UFMA	1969	NE	/	/	Centro de Ciências Sociais. Departamento de Biblioteconomia	Pública
B	UFMT	1999	CO	/	/		Pública
B	UFRJ – IBICT	2006	SE	C.I	C.I	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	Pública
B	UFRN	1997	NE	/	/	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Pública
B	UFSCar	1994	SE	/	/	Centro de Educação e Ciências Humanas. Departamento de Ciência da Informação	Pública
B	UNIFAI	2005	SE	/	/		Privada
B	UNIFOR	1968	SE	/	/		Privada
B	USP	1966	SE	C.I	C.I	Escola de Comunicação e Artes. Departamento de Biblioteconomia e Documentação	Pública
B	USU	1957	SE	/	/		Privada
BM	UFG	1980	CO	/	/	Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia	Pública
BM	UFPE	1950	NO	C.I	/	Centro de Arte e Comunicação. Departamento de Ciência da Informação	Pública
BM	UFS	2009	NO	/	/	Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Núcleo de Ciência da Informação.	Pública

APÊNDICE E: Configuração acadêmico-institucional dos cursos de Museologia

Cate- goria	Sigla	Ano de criação e/ou funcionamento	Reg.	Pós em C.I		Instituição de Ensino Superior	Pública ou Privada
				M	D		
ABM	UFBA	1970	NE	C.I	C.I	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Museologia	Pública
ABM	UFMG	2009	SE	C.I	C.I	Escola de Ciência da Informação (em parceria com a Escola de Belas Artes)	Pública
ABM	UFPA	2009	N	/	/	Instituto de Ciências das Artes	Pública
ABM	UFRGS	2007	S	/	/	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Pública
ABM	UFSC	2009	S	C.I	C.I	Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia e Departamento de História e o Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral.	Pública
ABM	UNB	2009	CO	C.I	C.I	Faculdade de Ciência da Informação (em parceria com o Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais, o Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e o Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes Visuais).	Pública
ABM	UNIRIO	1932	SE	/	/	Centro de Ciências Humanas e Sociais. Escola de Museologia	Pública
BM	UFG	2009	CO	/	/	Faculdade de Ciências Sociais (em parceria com o Museu Antropológico da UFG)	Pública
BM	UFPE	2008	NE	C.I	/	Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia e Museologia	Pública
BM	UFS	2007	NE	/	/	Campus laranjeiras	Pública
M	UFOP	2008	SE	/	/	Departamento de Museologia	Pública
M	UFPEL	2006	S	/	/	Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Museologia, Conservação e Restauro	Pública
M	UFRB	2006	NE	/	/	Centro de Artes, Humanidades e Letras	Pública
M	UNIBAVE	2004	S	/	/	Centro Universitário Barriga Verde	Particular

APÊNDICE F: Universo da coleta de dados (Plano de ensino e questionário)

Categoria	Curso	IES	Programa da disciplina	Questionário
A	Arquivologia	UEPB	OK	OK
	Arquivologia	UFSM	OK	OK
AB	Arquivologia	FURG	OK	OK
	Biblioteconomia	FURG	OK	OK
	Arquivologia	UEL	OK	OK
	Biblioteconomia	UEL	OK	
	Arquivologia	UFAM	OK	OK
	Biblioteconomia	UFAM	OK	OK
	Arquivologia	UFES	OK	OK
	Biblioteconomia	UFES	OK	OK
	Arquivologia	UFF	OK	OK
	Biblioteconomia	UFF	OK	OK
	Arquivologia	UNESP	OK	
	Biblioteconomia	UNESP	OK	
	Arquivologia	UFPB	OK	OK
	Biblioteconomia	UFPB	OK	OK
ABM	Arquivologia	UFBA		
	Biblioteconomia	UFBA		OK
	Museologia	UFBA	OK	OK
	Arquivologia	UFMG	OK	OK
	Arquivologia	UFMG	OK	OK
	Biblioteconomia	UFMG	OK	OK
	Museologia	UFMG	OK	OK
	Museologia	UFMG	OK	OK
	Arquivologia	UFPA		
	Biblioteconomia	UFPA	Não tem a disciplina	
	Museologia	UFPA	OK	OK
	Arquivologia	UFSC	OK	
	Biblioteconomia	UFSC	OK	OK
	Museologia	UFSC	OK	
	Arquivologia	UNB	OK	OK
	Biblioteconomia	UNB	OK	OK
	Museologia	UNB	OK	OK
	Arquivologia	UNIRIO	OK	OK
	Biblioteconomia (bacharelado)	UNIRIO	OK	OK

	Biblioteconomia (licenciatura)	UNIRIO	OK	OK
	Museologia	UNIRIO	OK	
	Arquivologia	UFRGS	OK	OK
	Biblioteconomia	UFRGS	OK	OK
	Museologia	UFRGS	OK	OK
B	Biblioteconomia	FESPSP	OK	OK
	Biblioteconomia	FUNLEC	OK	OK
	Biblioteconomia	UDESC	OK	OK
	Biblioteconomia	UFAL	OK	OK
	Biblioteconomia	UFC -Cariri	OK	OK
	Biblioteconomia	UFC - Fortaleza		
	Biblioteconomia	UFMA		OK
	Biblioteconomia	UFMT	OK	
	Biblioteconomia	UFSCAR	OK	OK
	Biblioteconomia	USP	OK	OK
	Biblioteconomia	UESPI		
	Biblioteconomia	UFRN		
	Biblioteconomia	FAINC		
	Biblioteconomia	FATEA		
	Biblioteconomia	UNIFAI SP		
	Biblioteconomia	PUC Campinas		
	Biblioteconomia	UFRJ		
	Biblioteconomia	USU		
	Biblioteconomia	UNIFOR	Não tem a disciplina	
BM	Biblioteconomia	UFG	OK	OK
	Museologia	UFG	OK	OK
	Biblioteconomia	UFPE	OK	OK
	Museologia	UFPE	OK	OK
	Biblioteconomia	UFS	OK	OK
	Museologia	UFS	OK	OK
M	Museologia	UFOP	OK	OK
	Museologia	UFPEL	OK	
	Museologia	UFRB	OK	OK
	Museologia	UNIBAVE		